



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

RELATÓRIO DE GESTÃO-2016

*MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS*

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Agência Nacional de Transportes Aquaviários

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Março 2017

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Agência Nacional de Transportes Aquaviários

RELATÓRIO DE GESTÃO

- EXERCÍCIO DE 2016 -

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Portaria-TCU n° 59, de 17 de janeiro de 2017.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFRMM	Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
AI	Auto de Infração
AIR	Análise do Impacto Regulatório
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAP	Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - ANTAQ
CCP	Coordenadoria de Cadastro e Pagamento - ANTAQ
CCT	Coordenadoria de Contabilidade - ANTAQ
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CISSET/PR	Secretaria de Controle Interno da Presidência da República
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CSG	Coordenadoria de Serviços Gerais - ANTAQ
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
EBN	Empresa Brasileira de Navegação
ETC	Estações de Transbordo de Carga
GLC	Gerência de Licitações e Contratos - ANTAQ
GOF	Gerência de Orçamento e Finanças - ANTAQ
GPF	Gerência de Planejamento e Inteligência de Fiscalização- ANTAQ
GRH	Gerência de Recursos Humanos - ANTAQ
GRI	Gerência de Regulação da Navegação Interior- ANTAQ
GRL	Gerência de Recursos Logísticos - ANTAQ
GRU	Guia de Recolhimento da União
IDA	Índice de Desempenho Ambiental
IHCPP	Indicador de Número de Servidores com Horas de Capacitação suficientes para Progressão e Promoção
IIRSA	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IP4	Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte
IPG	Indicador de Pós-graduação
IPT	Instalação Portuária de Turismo
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRIT	Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MT	Ministério dos Transportes
OCI	Órgão de Controle Interno
PAC	Processos Administrativos Contenciosos
PAF	Plano Anual de Fiscalização
PAINT	Plano de Auditoria Interna
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGO	Plano Geral de Outorgas
PHE	Plano Hidroviário Estratégico
PIL	Programa de Investimentos em Logística
PNIH	Plano Nacional de Integração Hidroviária
PNLT	Plano Nacional de Logística em Transportes
PPA	Plano Plurianual
SAF	Superintendência de Administração e Finanças- ANTAQ
SAMA	Sistema de Afretamento Marítimo e de Apoio
SARH	Sistema de Administração de Recursos Humanos
SDAC	Sistema de Divulgação de Aquisição e Contratações
SDN	Sistema de Desenvolvimento da Navegação Interior e Marítima
SDS	Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade - ANTAQ
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda
SEP/PR	Secretaria de Portos da Presidência da República

SFC	Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - ANTAQ
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasse do Governo Federal
SIGEP	Sistema de Gestão de Pessoas
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SISAC	Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISTRAM	Sistema de Informação sobre o Tráfego Marítimo
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SOG	Superintendência de Outorgas – ANTAQ
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPL	Secretaria de Planejamento e Coordenação Interna - ANTAQ
SPNT	Secretaria de Política Nacional de Transportes
SPO	Superintendência de Portos – ANTAQ
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SRG	Superintendência de Regulação - ANTAQ
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação - ANTAQ
SUNAMAM	Superintendência Nacional da Marinha Mercante
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TAP	Termo de Abertura de Projeto
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Decentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TPB	Tonelada de Porte Bruto
TUP	Terminais de Uso Privado
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
URE	Unidade Regional
UREBL	Unidade Regional de Belém – ANTAQ
URECO	Unidade Regional de Corumbá – ANTAQ
UREFL	Unidade Regional de Florianópolis - ANTAQ
UREFT	Unidade Regional de Fortaleza – ANTAQ
UREMN	Unidade Regional de Manaus – ANTAQ
UREPL	Unidade Regional de Porto Alegre - ANTAQ
UREPR	Unidade Regional de Paranaguá - ANTAQ
UREPV	Unidade Regional de Porto Velho - ANTAQ
URERE	Unidade Regional de Recife – ANTAQ
URERJ	Unidade Regional do Rio de Janeiro - ANTAQ
URES�	Unidade Regional de São Luís – ANTAQ
URESP	Unidade Regional de São Paulo - ANTAQ
URESV	Unidade Regional de Salvador – ANTAQ
UREVT	Unidade Regional de Vitória – ANTAQ
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS*Quadros*

Quadro 1 – Áreas/Subunidades Estratégicas da Antaq	24
Quadro 2 – Comparativo do quantitativo de outorgas entre 2015 e 2016.....	26
Quadro 3 – Editais de Leilões	27
Quadro 4 – Características Leilão do Terminal de Passageiros de Fortaleza	28
Quadro 5 – Prorrogações antecipadas de contrato de arrendamento em 2016.....	28
Quadro 6 – Prorrogações antecipadas de contrato de arrendamento em 2016.....	28
Quadro 7 – Realizações de 2016 relativas aos afretamentos, por tipo de navegação	28
Quadro 8 – Agenda Regulatória da Antaq biênio 2016-2017	42
Quadro 9 – Movimentação portuária por região brasileira	47
Quadro 10 – Projetos finalizados e com implementação parcial ou integral	55
Quadro 11 – Projetos não finalizados, não implementados ou interrompidos.....	55
Quadro 9 – Situação geral dos projetos I Ciclo 2011-2015	55
Quadro 13 – Execução Orçamentária 2016 por Grupo de Despesa.....	60
Quadro 14 – Dotação Final x Limite de Empenho Disponibilizado - 2016.....	60
Quadro 15 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	61
Quadro 16 - Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Int. sem Exigência de Programação Específica	61
Quadro 17 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civil	62
Quadro 18 - Administração da Unidade.....	63
Quadro 19 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o CPSS.....	64
Quadro 20 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	64
Quadro 21 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Serv. Civis, Empregados e Militares	65
Quadro 22 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	66
Quadro 23 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	67
Quadro 24 - Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário.....	68
Quadro 25 - Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transp. Aquaviário ...	69
Quadro 26 - Pagamento de Pessoal Ativo da União	70
Quadro 27 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	70
Quadro 28 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	71
Quadro 29 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	75
Quadro 30 - Receitas Arrecadadas	75
Quadro 31 - Receitas Arrecadadas – Média.....	75
Quadro 32 - Despesa por Modalidade de Contratação – Total	76
Quadro 33 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Total	77
Quadro 34 - Programação de Despesas.....	78
Quadro 35 - Alterações Orçamentárias – Pessoal e Encargos Sociais	79
Quadro 36 - Alterações Orçamentárias – Outras Despesas Correntes	79
Quadro 37 - Alterações Orçamentárias – Investimento	80
Quadro 38 – Movimentação Orçamentária Externa – Despesas Correntes	80
Quadro 39 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes em 2016	80
Quadro 40 - Resumo dos instrumentos celebrados pela ANTAQ nos três últimos exercícios.....	81
Quadro 41 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos - 2015.....	81
Quadro 42 - Arrecadação Efetiva (R\$)	83
Quadro 43 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Quantidade.....	84
Quadro 44 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Valores (R\$ 1,00)	84

Quadro 45 - Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário	85
Quadro 46 - Execução Orçamentária	86
Quadro 47 - Índice TURNOVER – servidores com e sem vínculo	87
Quadro 48 - Índice de Absenteísmo	87
Quadro 49 - Resultados da execução financeira das Ações – OFSS	88
Quadro 50 - Distribuição LOA + Créditos – 2016.....	89
Quadro 51 – Quadro de profissionais lotados na Auditoria da Antaq	92
Quadro 52 – Auditorias PAINT	92
Quadro 53 – Situação dos relatórios de auditoria	97
Quadro 54 – Quadro de baixas no sistema CTEL.....	109
Quadro 55 - Força de Trabalho da ANTAQ	113
Quadro 56 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	113
Quadro 57 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	114
Quadro 58 - Demonstrativo do cumprimento da obrigação de entregar a DBR	115
Quadro 59 - Despesas com Pessoal.....	116
Quadro 60 - Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	118
Quadro 61 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	119
Quadro 62 - Estagiários – 2016.....	120
Quadro 63 - Estagiários – 2015.....	120
Quadro 64 - Estagiários – Evolução das despesas	121
Quadro 65 - Empresa contratada para a prestação do serviço de transporte.....	124
Quadro 66 - Discriminação da Frota de Veículos –SEDE	124
Quadro 67 - Discriminação da Frota de Veículos –SEDE.....	125
Quadro 68 - Discriminação da Frota de Veículos – UNIDADES REGIONAIS	125
Quadro 69 - Discriminações da Frota de Veículos – Unidades Regionais	127
Quadro 70 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	129
Quadro 71 - Discriminação da Frota de Veículos –EVENTUAIS.....	129
Quadro 72 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ..	131
Quadro 73 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	131
Quadro 74 - Quantitativo e valores locatícios dos imóveis alugados da ANTAQ.....	132
Quadro 75 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ..	134
Quadro 76 – Metas de TI.....	136
Quadro 77 – Gastos estimados de TI por ação.....	144
Quadro 78 – Quadro de riscos de TI e ações de contingência	148
Quadro 79 – Orçamento por ano e por tipo de verba	156
Quadro 80 – Orçamento por categoria de gastos	156
Quadro 81 – Comparativo de demandas - LAI	166
Quadro 82 – Audiências Públicas 2016 SISAP	169
Quadro 83 - Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional	170
Quadro 84 - Estoque do Almoxarifado	171
Quadro 85 - Ativo Imobilizado	171
Quadro 86 - Ativo Intangível - Softwares	172
Quadro 87 - Amortização	172
Quadro 88 - Passivo	174
Quadro 89 - Ajustes de exercícios anteriores	174
Quadro 90 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	175
Quadro 91 - Transferências Intragovernamentais	175
Quadro 92 - VPA e VPD.....	175
Quadro 93 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	177
Quadro 94 – Cumprimento das recomendações dos OCI – Plano de Providências Permanente – PPP	183

Quadro 95 – Cumprimento das recomendações dos OCI – Demais Demandas	186
Quadro 96 – Recomendações OCI pendentes	186

Lista de Figuras, Tabelas e Gráficos

1 – Organograma	24
2 – Número de fiscalizações programadas e executadas em 2016	30
3 – Fiscalizações Programadas – PAF e Extraordinárias realizadas em 2015 e 2016	30
4 – Critérios adotados para elaboração dos PAF nos anos de 2014 e 2015	31
5 – Número de demandas da Ouvidoria por setor – 2016	31
6 – Comparativo do nº de demandas da Ouvidoria 2015 x 2016	32
3 – Resultados da fiscalização por URE e GF – 2016	32
8 – Infrações mais recorrentes nos AI no ano de 2016	33
8 – Infrações mais recorrentes nos AI no ano de 2016 – Navegação Interior	34
10 – Infrações mais recorrentes nos AI no ano de 2016 – Navegação Marítima	35
11 – Infrações mais recorrentes nos AI no ano de 2016 – Portos	35
12 – Infrações mais recorrentes em notificações – 2016	36
13 – Infrações contidas em notificações – 2016	37
14 – Infrações sanadas e não sanadas de notificações – 2016	37
15 – Infrações contidas em notificações – 2015	38
16 – Infrações sanadas e não sanadas de notificações – 2015	38
17 – Índice de Atendimento à Notificação – 2016	38
18 – Autos lavrados pelas URE e Gerências de Fiscalização – 2014 a 2016	39
19 – Autos lavrados em 2014 e 2015 por área de fiscalização (Interior/Marítima/Porto)	40
20 – Autos lavrados pelas URE e Gerências de Fiscalização – 2014 a 2016 (2º a 4º trimestres)	40
21 – Autos lavrados em 2014, 2015 e 2016 por área de fiscalização (Interior/Porto) – 2º a 4º trimestres	41
22 – Evolução da movimentação de cargas no Brasil – janeiro a dezembro de 2016	46
23 – Evolução da movimentação de cargas nos portos organizados – janeiro a dezembro de 2016	46
24 – Evolução da movimentação de cargas nos TUPs – janeiro a dezembro de 2016	46
25 – Evolução da movimentação de cargas nas navegações – janeiro a dezembro de 2016	47
26 – Balanço do I Ciclo de Planejamento Estratégico – 2011 a 2015	56
27 – Mapa Estratégico da Antaq – 2016 a 2020	57
Tabela 1 - Síntese – PLOA / LOA – 2016	59
Tabela 2 – Lei Orçamentária 2016 + Créditos	60
30 – PLOA X LOA - 2016	74
31 – Gastos de TI por categoria	156
32 – Custeio x Investimento em TI – 2016 e 2017	157
33 – Manifestações recepcionadas na Ouvidoria (%)	163
34 – Tempo de resposta às demandas da Ouvidoria – por gerência	164
35 – Percentual de demandas atendidas pela ouvidoria	165
36 – Média de pedidos Lei de Acesso à Informação	166

Lista de Anexos

Anexo I – Demonstrações Contábeis

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	16
2. VISÃO GERAL.....	18
2.1. Finalidade e competências	18
2.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	21
2.3. Breve histórico da Antaq.....	22
2.4. Ambiente de atuação	23
2.5. Organograma	24
2.6. Macroprocessos finalísticos	25
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	55
3.1. Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos	55
3.2. Informações sobre a gestão	58
3.3. Planejamento organizacional.....	58
3.4. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	58
3.5. Desempenho orçamentário	59
3.6. Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização	82
3.7. Renúncia de receitas.....	86
3.8. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	86
3.9. Resultados da execução física e financeira das ações planejadas para o exercício	88
3.10. Informações sobre os indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão	89
3.11. Principais resultados relacionados ao ambiente de gestão.....	89
3.12. Principais resultados relacionados ao ambiente de negócio	89
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	90
4.1. Descrição das estruturas de governança.....	90
4.2. Atuação da unidade de auditoria interna	91
4.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	112
4.4. Gestão de riscos e controles internos	112
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	113
5.1. Gestão de pessoas.....	113
5.2. Gestão do patrimônio e da infraestrutura	121
5.3. Gestão de tecnologia da informação	135
5.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	161
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	163
6.1. Canais de Acesso ao cidadão	163
6.2. Carta de Serviços ao cidadão	166
6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	166
6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	167
6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	167
6.6. Formas de participação cidadã nos processos decisórios.....	168
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	170
7.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	170
7.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	173

7.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	173
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	177
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	177
8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	183
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	189
8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	190
8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	190
8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda	190
9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.....	191
9.1. Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	191
9.2. Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	192
9.3. Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	193
9.4. Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	194
9.5. Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.....	195

I. CONTEÚDO GERAL – Portaria TCU nº 59/17

1. APRESENTAÇÃO

A ANTAQ é uma agência reguladora que integra a Administração Federal indireta, de regime autárquico especial, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e atua no setor do transporte aquaviário, que abrange os subsetores Portuário, de Navegação Marítima e de Apoio e de Navegação Interior, tendo como missão institucional “assegurar à sociedade a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária, garantindo condições de competitividade e harmonizando os interesses público e privado”.

A Agência deu continuidade, em 2016, ao processo de aperfeiçoamento e modernização das suas atividades finalísticas e do seu modelo de gestão, visando uma maior proatividade regulatória, melhor produtividade e agilidade no atendimento das demandas do mercado regulado, atuando com transparência e estimulando a participação dos diversos atores do sistema aquaviário nacional.

Para tanto organiza suas atividades por quatro macroprocessos finalísticos: OUTORGA, FISCALIZAÇÃO, REGULAÇÃO, ESTATÍSTICA, ESTUDOS & PESQUISAS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

A prioridade na área de outorga tem sido, desde o advento do novo marco regulatório portuário (Lei 12.815, de 5 de junho de 2013), a atração de investimentos privados visando a expansão, modernização e otimização da infraestrutura dos arrendamentos situados nos Portos Organizados, dos Terminais de Uso Privado (TUP), das Estações de Transbordo de Carga (ETC) e da Instalações Portuárias de Turismo (IPT).

O processo de fiscalização envolve cerca de 43% dos 470 servidores da Agência, responsáveis por assegurar a efetividade das atividades de regulação e a adequada prestação de serviços por parte dos 1,5 mil entes regulados. Em 2016 a fiscalização deu novos passos na direção da melhoria da efetividade da atuação fiscalizatória aliada a providências que reduziram a burocracia envolvida no processo, assim como da melhoria simultânea da produtividade dos trâmites processuais.

A atividade de regulação tem como foco o aperfeiçoamento dos atos normativos da Agência e passou a contar, em 2016, com uma Agenda Regulatória, instrumento que indica ao setor regulado e à sociedade em geral os temas regulatórios prioritários da ANTAQ em um período bienal. A atuação na área de Estudos, Estatística e Meio Ambiente tem como foco assegurar que a ANTAQ mantenha-se como a principal referência na produção e divulgação de informações sobre o mercado regulado, que contribuam para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e para a segurança do trabalho em todo o sistema aquaviário nacional. Um dos principais produtos gerados pela agência é a produção e divulgação de estatísticas de movimentação de carga nas instalações portuárias e de transporte de cargas na navegação marítima e de apoio e na navegação interior. No mês de fevereiro de cada exercício é entregue à sociedade o ESTATÍSTICO AQUAVIÁRIO, o que confere à ANTAQ o pioneirismo na divulgação dos dados estatísticos do modal. Em 2016 foi divulgada a primeira edição da AGENDA AMBIENTAL E DE SEGURANÇA AQUAVIÁRIA, documento que abrange todo o espectro de atuação da Agência relacionado ao tema da sustentabilidade ambiental.

Em relação às atividades de suporte, merecem destaque no exercício de 2016:

- 1) A implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), que agregou mais qualidade, produtividade e economia à tramitação dos processos administrativos da Agência;
- 2) A entrada em operação do Sistema Sophia, conferindo uma maior transparência das ações da Agência, por meio do acesso às deliberações da Diretoria Colegiada de maneira mais amigável;
- 3) A realização do PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO, que direcionou 44% do orçamento com os programas de incentivo educacional (idioma, graduação e pós-

graduação), 33% com o Projeto de mapeamento de competências, 14% com as inscrições no evento IX PIANC - COPEDEC 2016 e uma reserva de 9% para ações de média e curta duração, além de cursos de aperfeiçoamento;

4) A instalação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de apresentar estudo para a implantação do Teletrabalho na Agência;

5) A elaboração do II Ciclo do Planejamento Estratégico da ANTAQ, referente ao quinquênio 2016-2020. O planejamento estratégico foi fruto do esforço de 39 servidores que se reuniram em seis workshops no âmbito do Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão (NPMG);

6) A edição do terceiro ciclo bianual do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2016-2017 (PDTI), que consolida os projetos de modernização do parque tecnológico e o desenvolvimento ou evolução de sistemas, devidamente priorizados de acordo com as orientações e deliberações do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI);

7) O aperfeiçoamento do processo de transparência e do atendimento do mercado regulado e dos usuários dos serviços de transportes prestados no âmbito do modal aquaviário, seja por intermédio da Lei de Acesso à Informação, seja pela atuação da Ouvidoria, ou ainda pela realização das Audiências Públicas;

8) A realização da IX Conferência Internacional de Engenharia Costeira e Portuária em Países em Desenvolvimento (IX PIANC-COPEDEC), que aconteceu entre os dias 16 e 21 de outubro, no Rio de Janeiro. Sob a égide da Associação Mundial de Infraestrutura de Transporte Aquaviários – PIANC, a COPEDEC é uma conferência internacional realizada a cada quatro anos, sempre em um país em desenvolvimento. Em 2016 coube ao Brasil sediar o evento e à ANTAQ ser a anfitriã e organizadora.

2. VISÃO GERAL

2.1. Finalidade e competências

- A ANTAQ tem por finalidades:
 - I. Implementar, em sua esfera de atuação, as políticas formuladas pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 10.233, de 2001; e
 - II. Regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transportes aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária, exercida por terceiros, com vistas a:
 - a. Garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de serviço adequado relativos aos atributos de atualidade, conforto, continuidade, cortesia, eficiência, generalidade, higiene, modicidade tarifária, pontualidade, preservação ambiental, regularidade e segurança;
 - b. Harmonizar os interesses dos usuários com os das empresas concessionárias, permissionárias, autorizatárias e arrendatárias, e de entidades delegadas, preservando o interesse público; e
 - c. Arbitrar conflitos de interesse e impedir situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica.

- À ANTAQ compete:
 - ✓ Promover estudos específicos de demanda de transporte aquaviário e de atividades portuárias;
 - ✓ Promover estudos aplicados às definições de tarifas, preços e fretes, em confronto com os custos e benefícios econômicos transferidos aos usuários pelos investimentos realizados;
 - ✓ Propor ao Ministério dos Transportes o plano geral de outorgas de exploração da infraestrutura aquaviária e de prestação de serviços de transporte aquaviário;
 - ✓ Exercer o poder normativo relativamente à prestação de serviços de transporte e à exploração da infraestrutura aquaviária e portuária, garantindo isonomia no seu acesso e uso, assegurando os direitos dos usuários, fomentando a competição entre os operadores e intensificando o aproveitamento da infraestrutura existente;
 - ✓ Celebrar atos de outorga, de transferência e de extinção de direito, relativos à exploração da infraestrutura aquaviária, obedecendo ao plano geral de outorgas, observado o disposto nos arts. 13 e 14 da Lei nº 10.233, de 2001, fiscalizar os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos e aplicar penalidades;
 - ✓ Celebrar atos de outorgas de autorização e de extinção de direito de prestação de serviços de transporte pelas empresas de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e pelas empresas de navegação interior interestadual e internacional, observado o disposto nos arts. 13 e 14 da Lei nº 10.233, de 2001, gerindo os respectivos instrumentos legais, fiscalizando e aplicando penalidades;
 - ✓ Reunir sob sua administração os instrumentos de outorga para exploração de infraestrutura portuária e aquaviária e de prestação de serviços de navegação e de transporte aquaviário, resguardando os direitos das partes;

- ✓ Promover as revisões e os reajustes das tarifas portuárias, assegurada a comunicação prévia, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, ao poder concedente e ao Ministério da Fazenda;
- ✓ Acompanhar os preços, nos casos de serviços públicos autorizados;
- ✓ Promover estudos referentes à composição da frota mercante brasileira e à prática de afretamento de embarcações, para subsidiar as decisões governamentais quanto à política de apoio à indústria de construção naval e de afretamento de embarcações estrangeiras;
- ✓ Representar o Brasil junto a organismos internacionais, bem como em convenções, acordos e tratados, observadas as diretrizes do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República e do Ministro de Estado dos Transportes, e as atribuições específicas dos demais órgãos e entidades da administração pública federal;
- ✓ Supervisionar a participação de empresas brasileiras e estrangeiras na navegação de longo curso e navegação interior de percurso internacional, em cumprimento aos tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais dos quais o Brasil seja signatário;
- ✓ Elaborar editais e instrumentos de convocação, e promover os procedimentos de licitação e seleção para concessão, arrendamento ou autorização da exploração de portos organizados ou instalações portuárias, de acordo com as diretrizes do poder concedente, em obediência ao disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013;
- ✓ Estabelecer normas e padrões a serem observados pelas administrações portuárias, concessionários, arrendatários, autorizatários e operadores portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 2013;
- ✓ Cumprir e fazer cumprir as cláusulas e condições dos contratos de concessão de porto organizado ou dos contratos de arrendamento de instalações portuárias quanto à manutenção e reposição dos bens e equipamentos reversíveis à União de que trata o art. 5º, inciso VIII, da Lei nº 12.815, de 2013;
- ✓ Analisar e fiscalizar projetos e a realização de investimentos não previstos nos contratos de concessão ou arrendamento;
- ✓ Propor ao Ministério dos Transportes e à Secretaria de Portos da Presidência da República a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa dos bens necessários à implantação ou manutenção dos serviços afetos à sua esfera de atuação;
- ✓ Estabelecer padrões e normas técnicas relativas às operações de transporte aquaviário de cargas especiais e de produtos perigosos, ressalvadas as competências de outros órgãos públicos;
- ✓ Fiscalizar o funcionamento e a prestação de serviços de empresas de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e de empresas de navegação interior interestadual e internacional;
- ✓ Acompanhar e fiscalizar as atividades de operadores estrangeiros que atuam no transporte internacional com o Brasil, nos termos do art. 32 da Lei nº 10.233, de 2001;
- ✓ Fiscalizar a execução dos contratos de adesão das autorizações de instalação portuária de que trata o art. 8º da Lei nº 12.815, de 2013;
- ✓ Adotar medidas para assegurar o cumprimento dos cronogramas de investimento previstos nas autorizações, na forma do art. 8º, § 3º, da Lei nº 12.815, de 2013;
- ✓ Disciplinar a utilização em caráter excepcional, por qualquer interessado, de instalações portuárias arrendadas, concedidas ou autorizadas, assegurada a remuneração adequada ao titular do contrato ou autorização;

- ✓ Autorizar, em caráter especial e de emergência, a prestação de serviço de transporte aquaviário sob outras formas de outorga, nos termos do art. 49 da Lei nº 10.233, de 2001;
- ✓ Analisar e classificar, quanto à reversibilidade e indenizações, os bens das concessionárias, bem como os investimentos autorizados e por elas realizados;
- ✓ Tomar as medidas para que os investimentos em bens reversíveis sejam contabilizados em contas específicas;
- ✓ Disciplinar atos e procedimentos para a incorporação ou desincorporação de bens, no âmbito das outorgas;
- ✓ Disciplinar o regime de autorização para construção e exploração de terminal de uso privado, estação de transbordo de cargas, instalação portuária pública de pequeno porte e instalação portuária de turismo;
- ✓ Autorizar às empresas brasileiras de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e às empresas brasileiras de navegação interior interestadual e internacional, o afretamento de embarcações estrangeiras, conforme disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997;
- ✓ Autorizar o transporte de carga prescrita por empresas estrangeiras de navegação, respeitados os tratados, convenções e acordos internacionais e o disposto na Lei nº 9.432, de 1997;
- ✓ Promover, no âmbito de sua esfera de atuação, o cumprimento dos protocolos e acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário;
- ✓ Habilitar ao tráfego marítimo internacional as instalações dos portos organizados e dos terminais de uso privado;
- ✓ Manter cadastro das empresas brasileiras e estrangeiras de navegação;
- ✓ Manter ligação permanente com o sistema de arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, para atualizar as informações sobre as empresas de navegação, afretamentos, acordos operacionais, acordos internacionais, embarcações estrangeiras, portos e Non-Vessel Operating Common Carrier – NVOCC (operadores de transporte não-armadores);
- ✓ Aplicar penalidades nos casos de não atendimento à legislação, de descumprimento de obrigações ou má prática comercial por parte das empresas de navegação e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária;
- ✓ Supervisionar e fiscalizar as atividades das administrações portuárias e dos portos delegados, respeitados os termos da Lei nº 12.815, de 2013;
- ✓ Fiscalizar a execução dos contratos de concessão de porto organizado e de arrendamento de instalação portuária, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.815, de 2013;
- ✓ Arbitrar, na esfera administrativa, os conflitos de interesses e as controvérsias sobre os contratos não solucionados consensualmente entre a administração do porto e a arrendatária;
- ✓ Arbitrar, em grau de recurso, os conflitos entre agentes que atuem no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
- ✓ Decidir, em última instância, sobre matérias de sua alçada, admitido pedido de reconsideração, por uma única vez, à Diretoria;
- ✓ Atuar na defesa e proteção dos direitos dos usuários, reprimindo as infrações e compondo ou arbitrando conflitos de interesses;
- ✓ Exercer, relativamente aos transportes aquaviários, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações contra a ordem econômica, ressalvadas as cometidas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;

- ✓ Dar conhecimento ao CADE, ou à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE, conforme o caso, de fato que configure ou possa configurar infração contra a ordem econômica;
- ✓ Organizar, manter e divulgar as informações estatísticas relativas à sua esfera de atuação;
- ✓ Deliberar, na esfera administrativa e no âmbito de suas atribuições e competências, quanto à interpretação da legislação pertinente às atividades portuárias, e sobre casos omissos;
- ✓ Elaborar o seu orçamento e proceder à respectiva execução financeira;
- ✓ Arrecadar, aplicar e administrar suas receitas;
- ✓ Adquirir e alienar bens, adotando os procedimentos legais adequados para efetuar sua incorporação e desincorporação;
- ✓ Administrar pessoal, patrimônio, material e serviços gerais;
- ✓ Elaborar relatório anual de atividades e desempenho, destacando o cumprimento das políticas do setor, a ser enviado aos ministérios setoriais supervisores; e
- ✓ Elaborar relatório detalhado sobre a implementação das iniciativas tomadas com base na Lei nº 12.815, de 2013, a ser enviado ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês de março de cada ano, incluindo a relação dos contratos de arrendamento e concessão e das instalações portuárias exploradas mediante autorizações, em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, bem como dos contratos licitados, dos termos de autorização e os contratos de adesão adaptados e das instalações portuárias operadas no ano anterior, conforme art. 57, § 5º daquela lei.
- ✓ No exercício de suas atribuições a ANTAQ poderá:
 - firmar convênios de cooperação técnica e administrativa com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo em vista a descentralização e a fiscalização eficiente das outorgas;
 - participar de foros internacionais, sob a coordenação do Poder Executivo; e
 - firmar convênios de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais.
- ✓ A ANTAQ observará as prerrogativas específicas do Comando da Marinha e atuará sob sua orientação em assuntos de Marinha Mercante que interessam à defesa nacional, à segurança da navegação aquaviária e à salvaguarda da vida humana no mar, devendo ser consultada quando do estabelecimento de normas e procedimentos de segurança que tenham repercussão nos aspectos econômicos e operacionais da prestação de serviços de transporte aquaviário.

2.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, alterada pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, é entidade integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, com personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com sede e foro no Distrito Federal, podendo instalar unidades administrativas regionais e postos avançados em instalações portuárias.

A versão atual do Regimento Interno foi estabelecida pela Resolução Nº 3.585- ANTAQ, de 18 de Agosto de 2014 e alterada pela Resolução nº 4.191- ANTAQ, de 24 de junho de 2015).

2.3. *Breve histórico da Antaq*

Criada pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, a ANTAQ tem como finalidade institucional precípua implementar as políticas formuladas pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT) e pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, seguindo os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação. É responsável por regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária, exercida por terceiros, com vistas a:

- a) Garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de serviço adequado relativos aos atributos de atualidade, conforto, continuidade, cortesia, eficiência, generalidade, higiene, modicidade tarifária, pontualidade, preservação ambiental, regularidade e segurança, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos pela legislação;
- b) Harmonizar os interesses dos usuários com os das empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias, e de entidades delegadas, preservando o interesse público; e
- c) Arbitrar conflitos de interesse e impedir situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica.

A Agência, com sede em Brasília/DF, conta com 14 Unidades Regionais, sendo três na Região Norte – Manaus/AM, Belém/PA e Porto Velho/RO; quatro na Região Nordeste – São Luís/MA, Fortaleza/CE, Recife/PE e Salvador/BA; três na Região Sudeste – Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP; três na Região Sul – Paranaguá/PR, Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS; e uma na Região Centro Oeste – Corumbá/MS.

A ANTAQ conta ainda com 12 Postos Avançados de Fiscalização, localizados nos Portos de Santarém (PA), Macapá (AP), Suape (PE), Salvador (BA), Aratu (BA), Rio de Janeiro (RJ), Itaguaí (RJ), Santos (SP), Imbituba (SC), Itajaí (SC), São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS).

A agência encontra-se, desde meados de 2013, promovendo uma ampla reestruturação na sua forma de atuação, de maneira a se adaptar à nova realidade do marco regulatório portuário estabelecido pela Lei 12.815/13, que aumentou de maneira expressiva seu espectro de atuação no setor portuário. Desde então tornou-se necessária uma intensa e complexa revisão de seus atos normativos, além de maior celeridade na implementação do planejamento estratégico 2011-2015.

O aperfeiçoamento da atividade de fiscalização foi intensificado nos últimos anos e tem como metas principais a celeridade processual, a produtividade do trabalho, o foco na regularização do setor regulado e na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Em 2014 a ANTAQ promoveu uma ampla reestruturação organizacional, com o objetivo de assegurar maior celeridade e produtividade na sua atuação institucional.

Em 2015 recebeu novos servidores oriundos do terceiro concurso público – promovendo, assim, o redimensionamento do quadro, que se tornou compatível com as novas atribuições legais. Ainda em 2015 estabeleceu uma nova política de gestão de pessoas, implantou a Agenda Regulatória e a Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária, elaborou o segundo ciclo do planejamento estratégico (2016-2020) e a terceira edição bianual do PDTI (2016-2017).

Um grande esforço vem sendo realizado também no sentido de dar mais transparência para a sociedade das atividades da Agência, bem como de se aproximar dos anseios dos usuários dos serviços de transporte aquaviários e do mercado regulado, tornando públicas a realização das suas reuniões de Diretoria e criando uma Agenda Positiva com o setor.

Nos últimos anos a Agência intensificou também a atenção sobre a gestão ambiental, investindo em um Índice de Desenvolvimento Ambiental (IDA), que já é uma referência no setor portuário.

Cumprindo seu objetivo estratégico de sempre aprimorar o conhecimento do mercado regulado e de ser a mais importante fonte de informações do modal, a ANTAQ tem aprimorado seus estudos e estatísticas setoriais. E investe seus recursos materiais e humanos no aprimoramento de ferramentas de consulta técnica e contribuições ao modal, como é exemplo o Observatório dos Transportes Aquaviários.

2.4. *Ambiente de atuação*

A ANTAQ é uma agência reguladora que atua no modal aquaviário, que abrange a prestação dos serviços de transportes nos setores Portuário, de Navegação Marítima e de Apoio e de Navegação Interior, além da exploração da infraestrutura portuária e aquaviária.

O setor Portuário é composto por 349 Instalações Portuárias, sendo 34 Portos Públicos, 126 Arrendamentos Portuários, 160 Terminais de Uso Privado (TUPs), 27 Estações de Transbordo de Carga (ETC) e duas Instalações Portuárias de Turismo (IPT).

Desde o advento do novo marco regulatório portuário (Lei 12.815, de 5 de junho de 2013), a atração de investimentos privados visando a expansão, modernização e otimização da infraestrutura vem crescendo de maneira sistemática, tendo alcançado, em 2016, estimados R\$ 9,1 bilhões, sendo que desse total R\$ 5,0 bilhões foram previstos nos 24 Anúncios Públicos realizados, R\$ 2,1 bilhões constam das seis prorrogações antecipadas de contratos de arrendamento celebradas pelo Poder Concedente e R\$ 1,9 bilhão é o valor esperado de investimento pelo conjunto dos 22 terminais portuários privados autorizados no exercício (13 TUPs e 09 ETCs).

O setor de Navegação Marítima e de Apoio totalizava 512 outorgas em dezembro de 2016, a maioria das quais operando na Navegação de Apoio Portuário (308), seguida da Navegação de Apoio Marítimo (144), Navegação de Cabotagem (41) e Navegação de Longo Curso (19).

A Navegação Marítima e de Apoio é responsável pela maior parte da movimentação de carga no Brasil (74% só na Navegação de Longo Curso e 21% na Navegação de Cabotagem), em função da relevância dessa modalidade de transporte para o comércio exterior.

O setor de Navegação Interior registrava 476 outorgas ao final do ano passado, com forte concentração no Transporte de Travessia (49%), vindo em segundo lugar o Transporte Longitudinal de Cargas (32%) e finalmente o Transporte Longitudinal de Passageiros e Misto (19%).

A Navegação Interior respondeu por apenas 4% da movimentação de carga, mas concentra cerca de 80% do total de 2,6 mil embarcações do Brasil, localizada notadamente na Região Hidrográfica Amazônica.

Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade (SDS)	Assegurar que a ANTAQ seja referência na produção e divulgação de informações sobre o mercado regulado, que contribuam para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e para a segurança do trabalho em todo o sistema aquaviário nacional.
Superintendência de Administração e Finanças (SAF)	Garantir eficiência na obtenção e na aplicação dos recursos orçamentários, manter práticas modernas e motivadoras de gestão de pessoas e assegurar infraestrutura e uma adequada prestação de serviços para o perfeito funcionamento da Agência.
Ouvidoria	Fortalecer a imagem e o relacionamento da ANTAQ com a sociedade, fortalecendo mecanismos de gestão, decisão e assegurando transparência e participação da sociedade.
Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Assegurar a integridade, segurança e disponibilidade das informações e garantir a infraestrutura tecnológica adequada.
Secretaria Geral (SGE)	Fortalecer o relacionamento e a imagem da ANTAQ com a sociedade, organizando as audiências públicas, as reuniões de Diretoria e as respostas de solicitações encaminhadas com base na Lei de Acesso à Informação
Secretaria de Planejamento e Coordenação Interna (SPL)	Coordenar a elaboração e a implementação do planejamento estratégico da Agência, fortalecendo mecanismos de gestão, decisão e assegurando transparência e participação da sociedade

2.6. *Macroprocessos finalísticos*

2.6.1. *Atividade de outorga*

Descrição

O macroprocesso de Outorga é o responsável na Agência pelas concessões, arrendamentos e autorizações que permitem aos agentes privados atuar no sistema aquaviário nacional, garantindo a movimentação de pessoas e bens e induzindo o desenvolvimento econômico e social.

O macroprocesso de outorga da ANTAQ é coordenado pela Superintendência de Outorgas (SOG) e é composto por atividades agrupadas nos segmentos PORTUÁRIO e de NAVEGAÇÃO.

▪ PORTUÁRIO

- 1) Promover todos os procedimentos necessários para a realização de licitação de concessão de Portos Organizados;

- 2) Promover todos os procedimentos necessários para o arrendamento de áreas e instalações portuárias localizados no âmbito dos Portos Organizados;
- 3) Analisar os projetos de investimentos apresentados pelas empresas concessionárias, delegatárias e arrendatárias;
- 4) Promover todos os procedimentos necessários para as prorrogações antecipadas de contratos de arrendamento celebrados pelo Poder Concedente;
- 5) Analisar as propostas de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e de arrendamentos portuários; e
- 6) Promover todos os procedimentos necessários para solicitações de autorização, ampliação, expansão e modernização de instalações portuárias nas modalidades de Terminal de Uso Privado (TUP), Estação de Transbordo de Cargas (ETC) e Instalação Portuária de Turismo (IPT).

▪ **NAVEGAÇÃO**

- 1) Promover todos os procedimentos necessários para solicitações de autorização para prestação de serviços na navegação marítima de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo e de apoio portuário;
- 2) Promover todos os procedimentos necessários para solicitações de autorização para prestação de serviços de transporte de passageiros, cargas e misto na navegação interior de percurso longitudinal – interestadual e internacional – e de travessia – interestadual, internacional, em região de fronteira, ao longo da diretriz de rodovia federal ou de ferrovia;
- 3) Promover todos os procedimentos necessários para as solicitações de autorização e registro de afretamento de embarcações, no âmbito da navegação marítima e de apoio e da navegação interior;
- 4) Analisar os pedidos de liberação de cargas prescritas à bandeira brasileira para o transporte em embarcação estrangeira, operada por empresa de navegação estrangeira; e
- 5) Analisar os pedidos de liberação de embarcação estrangeira afretada por empresa brasileira de navegação, para o transporte de carga prescrita à bandeira brasileira.

Outorgas sob a responsabilidade da ANTAQ

Quadro 2 – Comparativo do quantitativo de outorgas entre 2015 e 2016

Quantidade de Outorgas no Setor Aquaviário		
Discriminação	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Portos Públicos	34	34
Arrendamentos Portuários	126	176
Instalações Portuárias de Turismo - IPT	2	2
Terminais de Uso Privado - TUP	160	150
Estação de Transbordo de Carga - ETC	27	18
Subtotal de Instalações Portuárias	349	380
Navegação de Apoio Marítimo	144	150
Navegação de Apoio Portuário	308	287
Navegação de Cabotagem	41	41
Navegação de Longo Curso	19	19
Subtotal de Navegação Marítima e de Apoio	512	497
Transporte Longitudinal de Passageiros e Misto	91	86
Transporte Longitudinal de Cargas	152	147
Transporte de Travessia	233	193
Subtotal de Navegação Interior	476	426
Total Geral de Outorgas Setor Aquaviário	1337	1303

Destaques 2016

A prioridade na área de outorga tem sido, desde o advento do novo marco regulatório portuário (Lei 12.815, de 5 de junho de 2013), a atração de investimentos privados visando a expansão, modernização e otimização da infraestrutura dos arrendamentos situados nos Portos Organizados, dos Terminais de Uso Privado (TUP), das Estações de Transbordo de Carga (ETC) e das Instalações Portuárias de Turismo (IPT).

Em 2016 transitaram pela Agência processos que envolvem investimentos estimados em R\$ 9,1 bilhões, sendo que desse total R\$ 5,0 bilhões foram previstos nos 24 Anúncios Públicos realizados, R\$ 2,1 bilhões constam das seis prorrogações antecipadas de contratos de arrendamento celebradas pelo Poder Concedente e R\$ 1,9 bilhão é o valor esperado de investimento pelo conjunto dos 22 terminais portuários privados autorizados no exercício (13 TUPs e 09 ETCs).

Em 2016 foram publicados no sítio eletrônico da ANTAQ 10 editais de leilões:

Quadro 3 – Editais de Leilões

Nome do Terminal	Município	UF	Investimento Previsto - PIL-PORTOS (milhões R\$)	Tipo de Carga	Prazo (anos)	Valor de Outorga - Mínimo	Valor de Outorga - realizado	Valor Global do Contrato
VDC 29	Barcarena	PA	R\$ 501,06	Grãos	25	R\$ 1,00	-	R\$ 1.764.895.226,06
OUT 01	Belém	PA	R\$ 218,23	Grãos	25	R\$ 1,00	-	R\$ 632.687.861,78
OUT 02	Belém	PA	R\$ 218,23	Grãos	25	R\$ 1,00	-	R\$ 632.687.861,78
OUT 03	Belém	PA	R\$ 218,23	Grãos	25	R\$ 1,00	-	R\$ 632.687.861,78
STM 01	Santarém	PA	R\$ 355,98	Grãos	25	R\$ 1,00	-	R\$ 1.764.895.226,06
STM 02	Santarém	PA	R\$ 136,52	Fertilizantes	25	R\$ 1,00	-	R\$ 751.141.203,60
STM 04	Santarém	PA	R\$ 10,96	Diesel, Gasolina, Querosene, Etanol	25	R\$ 1,00	-	R\$ 82.376.301,59
STM 05	Santarém	PA	R\$ 2,00	Diesel, Gasolina, Querosene, Etanol	25	R\$ 15.085.147,87	-	R\$ 199.418.977,00
SAL01	Salvador	BA	R\$ 7,00	Passageiros	25	R\$ 1,00	R\$ 8.500.000,00	R\$ 294.353.092,00
REF01	Recife	PE	R\$ 4,37	Passageiros	25	R\$ 1,00	-	R\$ 104.986.670,00
TOTAL							R\$ 8.500.000,00	R\$ 6.227.442.419,87

Cabe ressaltar que dos editais citados, os referentes aos terminais: VDC29, OUT01, OUT02, OUT03, STM01 e STM02 tiveram suas realizações adiadas, sem data indicando o retorno, conforme Comunicação Relevante nº 06/2016.

Os editais referentes aos terminais STM04 e STM05 tem previsão de realização em 23/03/2017.

Com relação ao Terminal REF01, apesar de der dado andamento no procedimento licitatório, o certame não teve interessados, caracterizado como vazio.

Dessa forma, somente prosperou o Terminal SAL01, o qual teve como proposta vencedora o lance de R\$ 8.500.000,00.

Foi realizada Audiência Pública para realização do Leilão do Terminal de Passageiros de Fortaleza com as seguintes características:

Quadro 4 – Características Leilão do Terminal de Passageiros de Fortaleza

Nome do Terminal	Município	UF	Investimento Previsto - PIL-PORTOS (milhões R\$)	Tipo de Carga	Prazo (anos)	Período da Audiência	Valor de Outorga - Mínimo	Valor de Outorga - realizado	Valor Global do Contrato
-	Fortaleza	CE	R\$ 1,61	Passageiros	25	10/05 a 10/06/2016	R\$ 1,00	-	R\$ 125.640.573,65

Quanto às prorrogações antecipadas de contratos de arrendamento, foram analisados (e celebrados pelo Poder Concedente) na ANTAQ, em 2016, 6 pleitos, quais sejam:

Quadro 5 – Prorrogações antecipadas de contrato de arrendamento em 2016

Porto	Nº do Contrato	Arrendatário	Valor do investimento previsto (em milhão)
Paranaguá	Nº 020-98	TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S.A.	R\$ 543,17
Santos	Unificação dos Contratos PRES 05/96; PRES 06/96 e DP 07/2001	RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A. (COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S/A)	R\$ 307,95
Salvador	Nº 012/2000	TECON SALVADOR S/A	R\$ 963,58
Antonina	Nº 03/95	TPPF - TERMINAIS PORTUÁRIOS PONTA DO FÉLIX S.A.	R\$ 123,71
Paranaguá	Nº 016-98	FOSPAR S/A	R\$ 134,22
Suape	031/94	PANDENOR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	R\$ 70,70
TOTAL			R\$ 2.143,33

Cabe informar que, além dos pleitos de prorrogação antecipada, foram analisados na ANTAQ pleitos diversos que tratam de reequilíbrio econômico-financeiro, apresentados a seguir:

Quadro 6 – Prorrogações antecipadas de contrato de arrendamento em 2016

Porto	Nº do Contrato	Arrendatário	Valor do investimento previsto (em milhão)
Rio Grande	CA-SUPRG 02/97	TERMINAL GRANELEIRO S/A (TERGRASA)	R\$ 51,00
Santos	C.A. PRES nº 26/96	LOCALFRIO S/A ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS	-
Porto Velho	96/001/00	HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.	R\$ 14,60
TOTAL			R\$ 65,60

Em relação à atividade de afretamento, o quadro abaixo resume as realizações de 2016, conforme Artigos 9º e 10º da Lei 9.432/97, segmentados conforme os tipos de navegação:

Quadro 7 – Realizações de 2016 relativas aos afretamentos, por tipo de navegação

1.1. Apoio Marítimo	
Afretamentos:	197
Registros:	120
1.2. Apoio Portuário	
Afretamentos:	5
Registros:	79
Registros Expedidos:	4.423
1.3. Cabotagem	
Afretamentos:	1.207
Registros:	584
1.4. Longo Curso	

Afretamentos:	661
Registros:	634
1.5. Navegação Interior	
Afretamentos:	10
Registros:	88
2.Certificado de Liberação de Carga Prescrita a Bandeira Brasileira: De acordo com o dispositivo descrito no Artigo 2º do Decreto-Lei 666/1969.	
2.1. Cargas de importação	1.302 Autorizações
2.2. Cargas de Exportação	126 Autorizações
3.Sistema Mercante	
3.1.Cadastrros de NVOCC / Empresas de Navegação:	657
3.2.Armador:	35
3.3.Cadastrros de embarcações:	1.033
3.4.Cadastrros de portos:	12
3.5.Interior:	147
4.Atesto do Registro Especial Brasileiro (REB): Foram realizados no ano de 2016, até o momento, conforme Artigo 10 da Lei 9.432/97 (Decreto 2.256/97):	
4.1.Navegação Marítima:	53 Atestos de REB.
4.2.Navegação Interior:	5 Atestos de REB.
5.Acordos operacionais: Foram realizados no ano de 2016, conforme Resolução 194/2004:	
<ul style="list-style-type: none"> • 115 Acordos Operacionais. 	

2.6.2. *Atividade de fiscalização*

Descrição

O macroprocesso de Fiscalização é coordenado na ANTAQ pela Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) e é composto por atividades e procedimentos relacionados com:

- 1) Fiscalização das Autoridades Portuárias, dos arrendatários, operadores portuários e dos serviços prestados nos portos organizados;
- 2) Fiscalização dos terminais de uso privado (TUP); das estações de transbordo de carga (ETC); e das instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4);
- 3) Fiscalização da prestação do serviço de transporte aquaviário interestadual e internacional regular de passageiros e cargas; e
- 4) Fiscalização do funcionamento e da prestação de serviços pelas empresas de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e de navegação interior;
- 5) Promoção da integração de ações entre as Unidades Regionais, supervisionar e acompanhar suas ações de fiscalização e coordenar suas demandas administrativas, interagindo com a Superintendência de Administração e Finanças.

Destaques 2016

➤ Plano Anual de Fiscalização (PAF)

O PAF 2016 previu a realização de 800 fiscalizações, tendo sido 95% executado, conforme Tabela 1 a seguir:

2 – Número de fiscalizações programadas e executadas em 2016

ÁREA	Ano de 2016 (previsto)	Ano de 2016 (executado)	Execução no Ano (%)
Navegação marítima	194	188	97%
Navegação interior	301	288	96%
Portuárias	303	281	93%
Total	798	757	95%

➤ Fiscalizações extraordinárias

Relativo a todo o ano de 2016, verificamos os seguintes números a respeito das fiscalizações ordinárias e extraordinárias, conforme Gráfico 1 a seguir:

3 – Fiscalizações Programadas – PAF e Extraordinárias realizadas em 2015 e 2016

Fiscalizações Realizadas

PAF e Extraordinárias.



Nota-se que do ano de 2015 para 2016 houve decréscimo de 7,06% no número de fiscalizações ordinárias e acréscimo de 33,14% nas fiscalizações extraordinárias.

O crescimento no quantitativo de fiscalizações extraordinárias é resultado, principalmente, da intensificação da fiscalização da navegação marítima que saltou de 27 ações em 2014 para 40 ações em 2015 e, finalmente, 139 ações em 2016.

4 – Critérios adotados para elaboração dos PAF nos anos de 2014 e 2015

ÁREA	Autuadas em 2014 (PAF 2015)	Novas outorgas 2014 (PAF 2015)	Autuadas em 2015 (PAF 2016)	Novas outorgas 2015 (PAF 2016)
Navegação marítima	72	32	70	44
Navegação interior	92	38	74	114
Portuária	138	13	118	13
Subtotal	302	83	262	171
Total		385		433

Como se depreende da Tabela 3, o número de empresas autuadas no PAF de 2016 reduziu em relação ao PAF de 2015, indicando um resultado positivo da constante presença da ANTAQ, por meio das fiscalizações, no setor regulado.

Em compensação o número de novas outorgas praticamente dobrou de um ano para o outro, resultado também do esforço contínuo da ANTAQ, por meio das fiscalizações, quanto à regularização das empresas do setor.

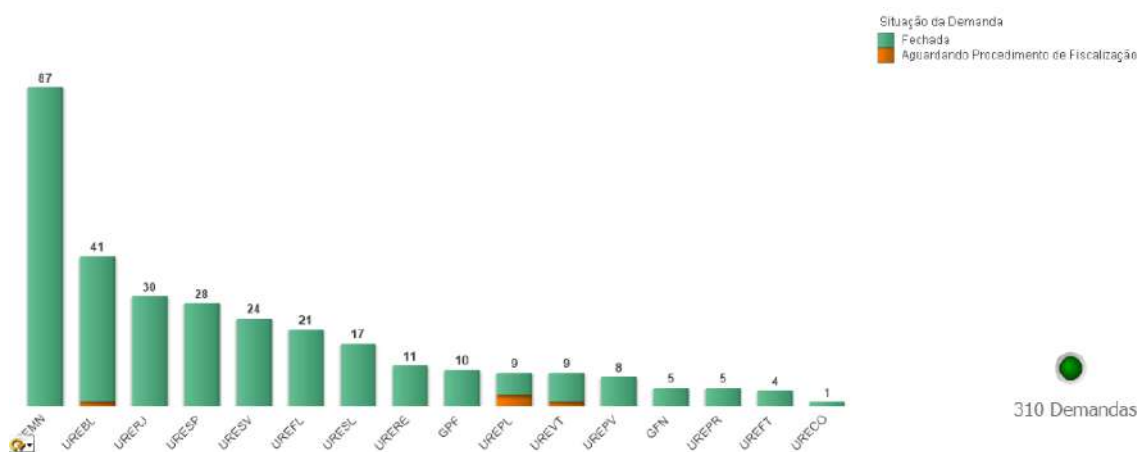
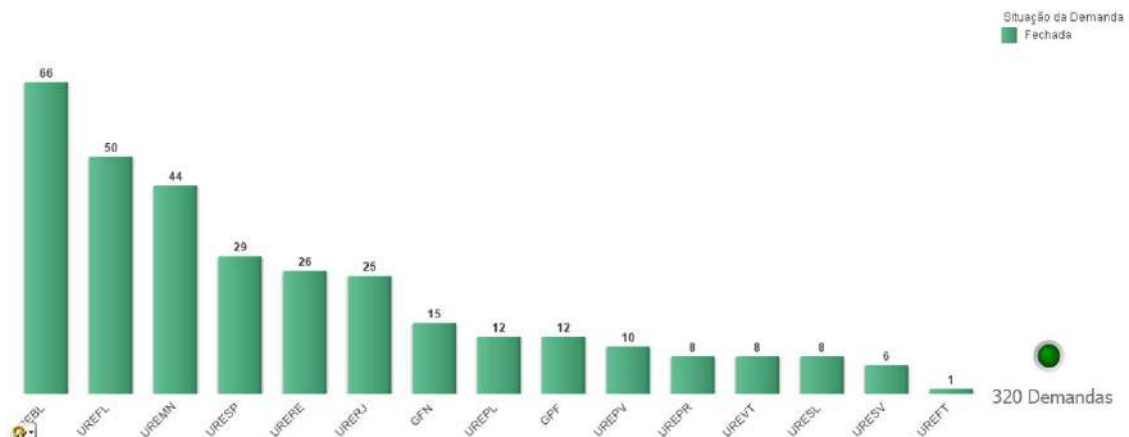
A Tabela 4 a seguir consolida as fiscalizações extraordinárias originadas por demandas encaminhadas à Ouvidoria, distribuídas pelas Unidades Regionais (URE):

5 – Número de demandas da Ouvidoria por setor – 2016

#	Sigla URE e Gerências	Nº de demandas recebidas	%
1	RJ	30	9,68
2	SP	28	9,03
3	FL	21	6,77
4	RE	11	3,55
5	BL	41	13,23
6	MN	87	28,06
7	PV	8	2,58
8	SL	17	5,48
9	FT	4	1,29
10	SV	24	7,74
11	CO	1	0,32
12	VT	9	2,90
13	PR	5	1,61
14	PL	9	2,90
15	GPF	10	3,23
16	GFN	5	1,61
	TOTAL	310	100

No total foram 310 demandas no ano de 2016. As Unidades Regionais com maior número de demandas foram: Manaus (UREMN), Belém (UREBL) e Rio de Janeiro (URERJ) – que, juntas, originaram 51% do total. Em 2015, quando foram registradas 320 demandas (quantitativo 3% maior do que o de 2016), a configuração foi um pouco diferente, uma vez que a Unidade Regional de Florianópolis (URFL) concentrou o segundo maior número de demandas, isto é dizer que: a UREFL totalizou o dobro de demandas da URERJ em 2015, conforme demonstrado no Gráfico 2. Uma das razões pelas quais o número de demandas da UREFL ter sido elevado em 2015, foi decorrente das reclamações referentes à travessia Barra do Guarita/RS – Itapiranga/SC, de competência daquela Unidade. Já no ano em análise, não houve nenhuma demanda relativa à essa travessia, demonstrando uma indicação de solução do problema por parte da ANTAQ.

6 – Comparativo do nº de demandas da Ouvidoria 2015 x 2016



Constata-se que o Sistema de Ouvidoria da ANTAQ tem se fortalecido e se consolidado gradativamente perante o mercado regulado, sendo importante ferramenta no que diz respeito à detecção de condutas infracionais que, por sua vez, têm sido inibidas pela atuação fiscalizatória da Agência.

➤ **Resultado Geral das Fiscalizações**

7 – Resultados da fiscalização por URE e GF – 2016

	Sigla URE e Gerências	PAF 2016 previsto	PAF 2016 realizado	% PAF executado	Fiscalizações Extraordinárias 2016	Nº de Notificações 2016	AI Lavrados 2016	TAC celebrados 2016
1	RJ	115	107	93%	108	40	77	2
2	SP	41	37	90%	68	91	76	3
3	FL	18	16	89%	29	42	15	1
4	RE	64	58	91%	13	8	13	1
5	BL	108	99	92%	47	97	115	-
6	MN	137	137	100%	50	38	27	-
7	PV	41	39	95%	20	19	8	-
8	SL	48	47	98%	21	21	13	2
9	FT	37	37	100%	6	19	15	-
10	SV	47	47	100%	41	41	44	1
11	CO	15	10	67%	1	3	-	-
12	VT	36	34	94%	21	12	10	1

13	PR	51	49	96%	8	27	2	-
14	PL	25	25	100%	9	22	30	5
15	GFP	1	-	-	-	-	1	2
16	GFN	8	8	100%	8	20	3	-
	Total	792	750	95%	450	500	449	18

No total foram expedidas 500 Notificações em 2016, sendo que 38% delas se concentraram nas Unidades de Belém e São Paulo. Ressalte-se que em 2015, foram expedidas somente 303 Notificações no total.

As notificações continuam aumentando e isso indica o amadurecimento do modal aquaviário como um todo, indicando que a fiscalização está atingindo o objetivo de não só zelar pela segurança e conforto do transporte aquaviário, como também de educar os usuários e principalmente os fornecedores de serviços no que concerne à sua área de atuação.

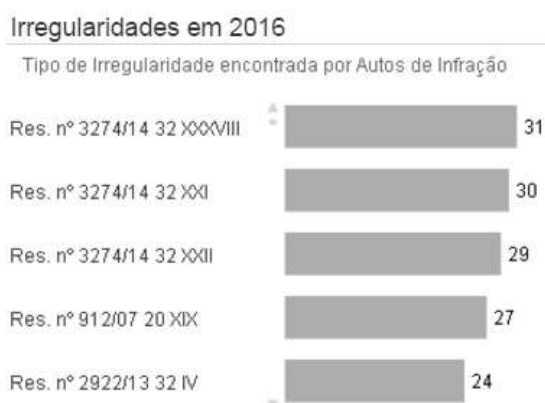
Quanto aos autos de infração lavrados em 2016, 60% se concentraram somente nas UREBL (26%), URERJ (17%) e URESP (17%). Não por coincidência, no que se refere às autuações e notificações, nota-se que houve uma maior concentração de volume de trabalho nas regionais de São Paulo, Rio de Janeiro e Belém. É importante ressaltar também o crescimento do número de notificações da Gerência de Fiscalização da Navegação - GFN, visto que em 2015 não houve emissões e, em 2016 foram 20 ocorrências, indicando que o trabalho da Gerência vai de acordo com os ideais e objetivos da fiscalização.

Destaque-se que a quantidade de autos de infração lavrados continua sofrendo redução. Diminuiu 21% em relação ao ano anterior: foram 569 no ano de 2015 e 449 no ano de 2016, o que comprova que as notificações vêm causando efeito positivo na conduta dos regulados, que corrigem suas irregularidades sem necessidade de autuação.

Relativo ao número de TAC celebrados, nota-se que houve um aumento de 28%, pois enquanto no ano de 2015 foram celebrados 14 TACs, em 2016 foram celebrados 18 instrumentos. Destaque-se que, em 2016, a Unidade Regional de Porto Alegre (UREPL) foi a que celebrou mais instrumentos (5), repetindo o feito em 2014, quando a mesma foi responsável pela celebração de 6 TACs.

As infrações mais recorrentes estão apresentadas no Gráfico 3 a seguir:

8 – Infrações mais recorrentes nos AI no ano de 2016



Verifica-se que as infrações baseadas na Norma de Serviços Portuários (Res. 3.274/14) tiveram alto índice em 2016, como igualmente ocorrido nos anos anteriores, nos quais as Res. 3.274/14, 912/07 e 2.510/12 ocuparam o “top 5” de irregularidades identificadas nos AI. A primeira infração do Gráfico 3 (Res. 3274/14, 32, XXXVIII) trata-se de um dispositivo genérico que dispõe sobre

“não cumprir ou não fazer cumprir as leis, a regulamentação da ANTAQ, o contrato de concessão, o convênio de delegação, o contrato de arrendamento, o contrato de adesão, o regulamento do porto organizado, normas de segurança do Código ISPS e as determinações da ANTAQ, da Autoridade Portuária, da CONPORTOS e do poder concedente, exceto quando a conduta infracional se enquadrar em tipo específico contemplado nesta Norma.”

Provavelmente essa infração foi a mais recorrente por se tratar de matéria ampla, e assim, por não haver na Norma dispositivos legais que abarquem todos os atos infracionais incorridos pelos regulados, as infrações acabaram sendo enquadradas neste dispositivo da Resolução. Sobre este ponto, informa-se que a SFC está elaborando estudo sobre os motivadores de tais autuações com vistas a identificar possíveis falhas no enquadramento da infração detectada bem como sugerir, se cabível, a inclusão de novos incisos na norma que não possuem dispositivo específico, mas são detectadas com frequência durante as fiscalizações, o que motivaria a alteração na Norma.

Em relação à segunda infração mais recorrente (Res. 3274/14, 32, XXI), percebe-se que diversos regulados não têm cumprido com a obrigação de

“obter e manter atualizados as licenças e alvarás expedidos pelas autoridades competentes que atestem a segurança contra incêndio e acidentes nos equipamentos e instalações portuárias”.

Também está sendo avaliado em quais instalações portuárias foram detectadas tais infrações como o objetivo de encontrar um padrão e, caso possível, solução visando a redução dos casos.

Será apresentado, a seguir, as infrações “top 5” por segmento de fiscalização (interior, marítima e porto) no ano de 2016.

9 – Infrações mais recorrentes nos AI no ano de 2016 – Navegação Interior

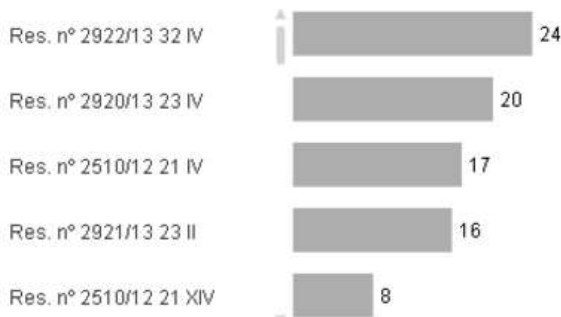
Irregularidades em 2016

Tipo de Irregularidade encontrada por Autos de Infração

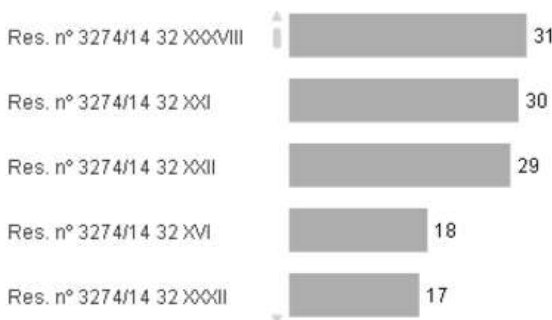


10 – Infrações mais recorrentes nos AI no ano de 2016 – Navegação Marítima**Irregularidades em 2016**

Tipo de Irregularidade encontrada por Autos de Infração

**11 – Infrações mais recorrentes nos AI no ano de 2016 – Portos****Irregularidades em 2016**

Tipo de Irregularidade encontrada por Autos de Infração



Como depreende-se dos gráficos acima, as infrações mais costumeiras do ano em análise foram:

1. Navegação Interior: “deixar de emitir bilhete de passagem ou agir em desacordo com o estabelecido no art. 14, inciso X” (Art. 20, XIX, Res. 912/07). Em contraposição ao ano anterior, a infração mais recorrente foi a do art. 20, XXX, da mesma Resolução, que considera como infração: “executar os serviços em desacordo com as condições operacionais estabelecidas no Termo de Autorização”. Verifica-se, assim, que a primeira não consta no rol de infrações notificáveis, em oposição à segunda, que é notificável e possui um prazo de 30 dias para sua correção. Como decorrência dessa constatação (a não emissão de bilhetes), é importante destacar que a SFC emitiu os Ofícios nº 12 e 16/2017/GFN/SFC-ANTAQ, dirigidos ao Secretário da Fazenda do Pará e ao Secretário Municipal de Fazenda de Porto Velho, respectivamente, informando aqueles órgãos acerca de tal descumprimento.

2. Navegação Marítima: “não encaminhar à ANTAQ, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do registro ou da autorização do afretamento/subafretamento, cópia autenticada do contrato de afretamento ou Tradução Juramentada” (Art. 32, IV, Res. 2.922/13). Importante destacar que, como forma de reduzir o nº de autuações neste item para o ano de 2017, foi proposta pela SFC a possibilidade de emissão de Notificação para esse dispositivo, possibilitando as

empresas que incorrem em falhas formais em seu cumprimento a chance de regularização de inconformidade detectada pela fiscalização previamente à lavratura de Auto de Infração. No ano anterior, o dispositivo mais recorrente foi o art. 21, I, da Res. 2510, que diz respeito a não cumprir a determinação estabelecida nos incisos do artigo 9º da presente Norma, que, antes de ser revogado pela Resolução Normativa nº 05/2016, de 23/02/2016, dispunha que a empresa brasileira de navegação, no prazo de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, deveria informar, entre outros fatos relevantes: a) a paralisação da prestação do serviço, b) as alterações de denominação social, as mudanças de endereços, substituições de administradores, alterações de controle societário, c) as alterações patrimoniais relevantes oriundas de aumento ou redução de capital, passivo a descoberto e redução do patrimônio líquido a valores inferiores ao exigido pela Norma; d) alterações de qualquer tipo na frota em operação, como por exemplo, a inclusão de embarcação, a entrada ou retirada de operação, a alteração ou perda de classe, a docagem, a alienação, bem como todo e qualquer sinistro que se verificar com a embarcação.

No ano de 2015, a infração com maior recorrência em 2016 (Res. 2922/13, art. 32, IV), esteve no 5º lugar no ranking das infrações (12 infrações no total). Isto é dizer que: dentre um período de um ano houve um aumento de 100% nos AI baseados neste dispositivo normativo.

3. Portos: “não cumprir ou não fazer cumprir as leis, a regulamentação da ANTAQ, o contrato de concessão, o convênio de delegação, o contrato de arrendamento, o contrato de adesão, o regulamento do porto organizado, normas de segurança do Código ISPS e as determinações da ANTAQ, da Autoridade Portuária, da CONPORTOS e do poder concedente, exceto quando a conduta infracional se enquadrar em tipo específico contemplado nesta Norma” (Art. 32, XXXVIII, Res. 3.274/14). Vale lembrar que no ano anterior este dispositivo também foi o mais recorrente, todavia apresentou redução foi de 40% no último ano.

As infrações mais recorrentes em notificações no decorrer de 2016, podem ser observadas no Gráfico 7, a seguir:

12 – Infrações mais recorrentes em notificações – 2016



Verifica-se que a Norma mais assídua nas Notificações em 2016 foi a Resolução 3274/14, que trata do setor portuário. Dentre os dispositivos normativos acima, identifica-se que aqueles que mais tiveram AI também foram os que tiveram maior número de Notificações, como

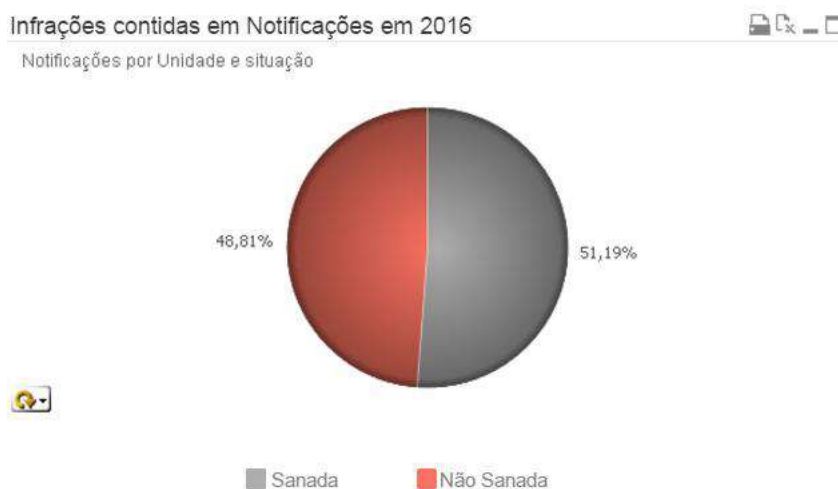
ocorreu com o art. 32, XXI e XXXVIII, ambos da Res. 3274/14. Pode-se assim concluir que talvez as Notificações não estejam surtindo o efeito desejado de solução de infrações.

Em 2016, de um total de 463 infrações contidas em Notificações, 237 (49%) foram sanadas, enquanto 226 (51%) não o foram, conforme apresentado nos gráficos a seguir.

13 – Infrações contidas em notificações – 2016



14 – Infrações sanadas e não sanadas de notificações – 2016



Em um comparativo com 2015, verifica-se que o percentual de saneamento foi bem similar ao do ano em análise.

Verificou-se que entre os anos de 2015 a 2016 houve uma redução considerável no número de infrações contidas em notificações: de 674 para 463, isto é, uma redução de 31% no número de infrações.

15 – Infrações contidas em notificações – 2015

Infrações contidas em Notificações em 2015

Notificações por Unidade e situação



16 – Infrações sanadas e não sanadas de notificações – 2015

Infrações contidas em Notificações em 2015

Notificações por Unidade e situação

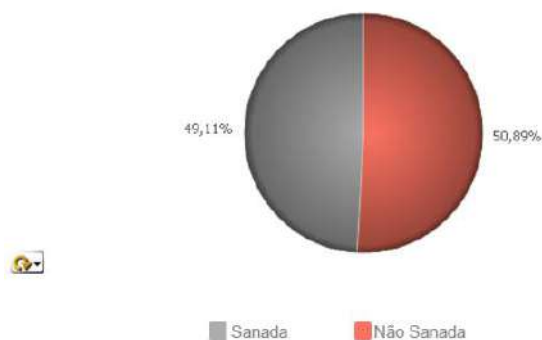


Gráfico 12, a seguir, apresenta o Índice de Atendimento à Notificação – IAN no ano de 2016.

17 – Índice de Atendimento à Notificação – 2016

Índice de Atendimento a Notificação - IAN em 2016



➤ **Análise da efetividade das notificações e seus reflexos nos quantitativos de autos de infração**

Conforme já exposto, observou-se grande salto no nº de notificações emitidas entre os anos de 2014 e 2015, fruto da entrada em vigor da primeira Ordem de Serviço que tratou do assunto (ODSE nº 004-2015-SFC, de 10 de março de 2015). Após a edição desse expediente, o nº de infrações notificáveis saltou de 2 para 126, resultado da abertura de um maior leque de oportunidades para que o regulado pudesse corrigir a infração antes da lavratura do auto de infração.

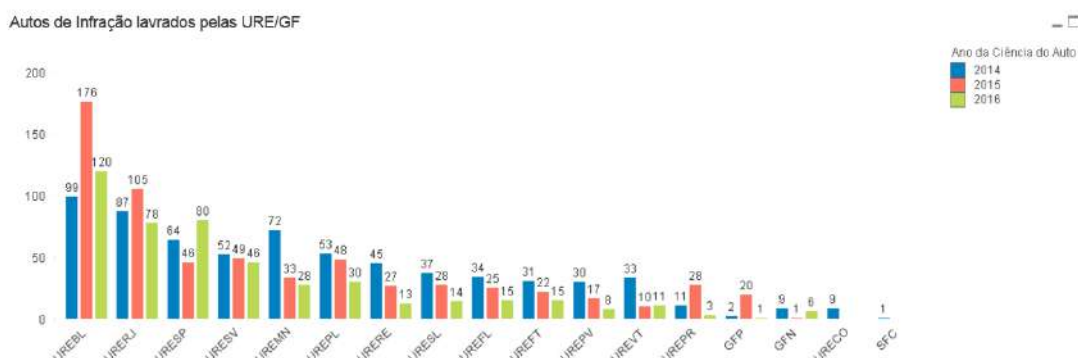
Um dos principais objetivos da notificação foi de aumentar a efetividade da fiscalização, permitindo que o regulado corrija determinada situação inadequada ou melhore a prestação de serviço sem a criação de um processo sancionador, que incorrem em maiores custos e dispêndio de tempo, tanto para a Administração quanto para o regulado. Busca-se, em suma, a melhoria da prestação do serviço por parte do regulado, sem que haja sanções, o que beneficia toda a sociedade.

Nesse sentido, foram elaboradas novas ODSE em 2016 (Ordem de Serviço nº 3/2016/SFC e Ordem de Serviço nº 9/2016/SFC) com o intuito de aperfeiçoar esse mecanismo e, conseqüentemente, reduzir o nº de autos lavrados. O resultado do processo de aperfeiçoamento desse instrumento será demonstrado a seguir.

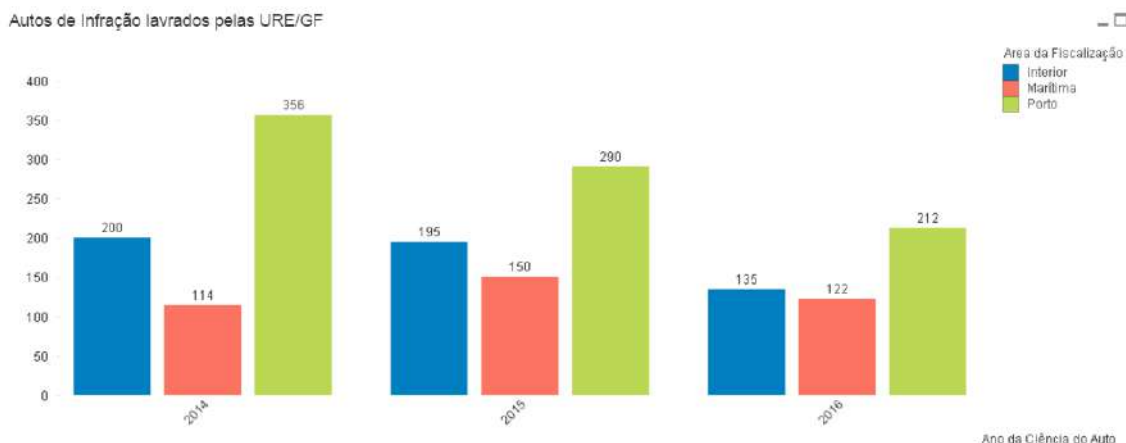
➤ **Reflexos nos autos de infração**

Com a ampliação do rol de infrações notificáveis, esperava-se uma conseqüente redução no nº de autos lavrados, cuja constatação já foi citada, em linhas gerais, no item 2.3 deste Relatório. Conforme exposto, a quantidade de autos de infração lavrados sofreu redução de cerca de 26% em relação ao ano anterior (de 635 para 468), enquanto que de 2014 para 2015 a redução havia sido de apenas 5% (de 669 para 635). Calcula-se, portanto, que as práticas adotadas pela SFC concernentes às notificações conseguiram reduzir o universo de autuação direta de 30,04% (de 669 para 468) em dois anos. Tal redução pode ser observada nos Gráficos 14 e 15, a seguir, que apresentam, respectivamente, o comparativo de nº de autos em 2014, 2015 e 2016 lavrados pelas URE e Gerências de Fiscalização (GF) e por área de fiscalização.

18 – Autos lavrados pelas URE e Gerências de Fiscalização – 2014 a 2016



19 – Autos lavrados em 2014 e 2015 por área de fiscalização (Interior/Marítima/Porto)

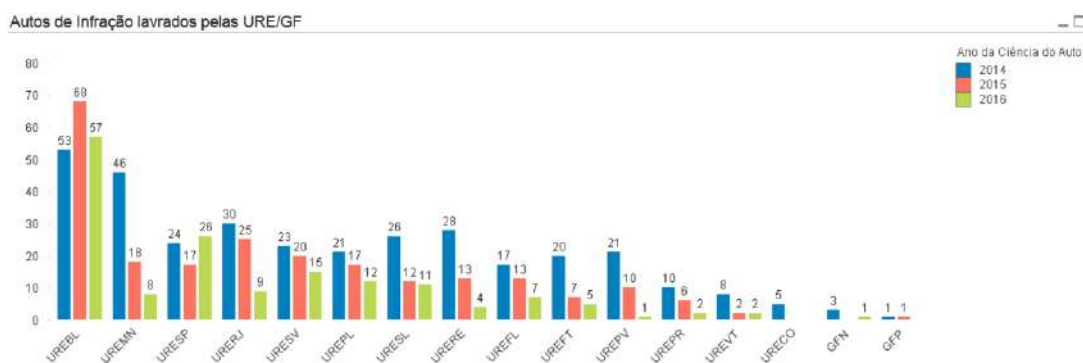


Para uma análise mais acurada da real efetividade das NOCI, foram extirpados fatores externos que não devem ser considerados na análise. São eles:

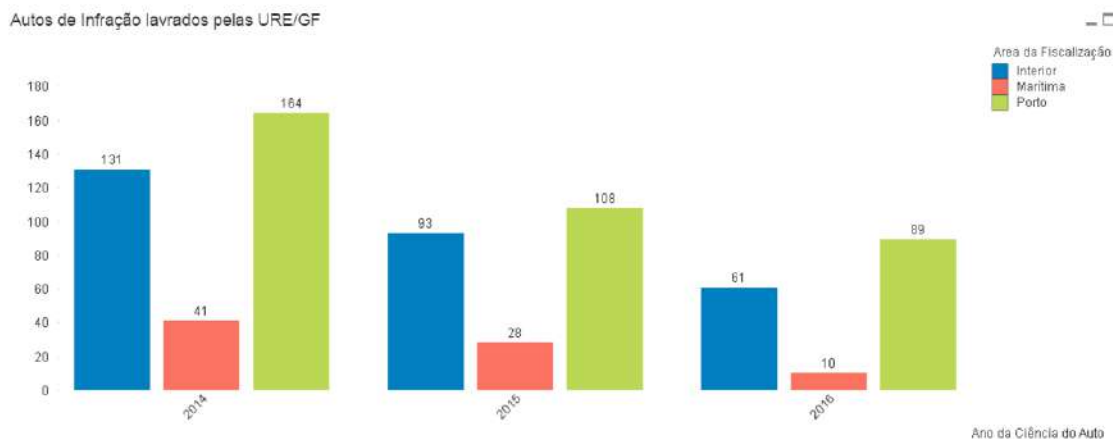
- a) Temporalidade: a ODSE só começou a surtir efeitos no 2º trimestre de 2015. Dessa forma, iremos comparar somente os 2º/3º/4º trimestres dos dois anos onde vigoraram as ODSE de notificação;
- b) Autos lavrados em desfavor de terminais privados que não lograram êxito na readaptação contratual exigida pelo novo marco legal.
- c) Autos lavrados contendo infrações da Navegação Marítima, cujas normas não foram contempladas pela ODSE em 2015, mas foram contempladas em 2016.

Feito isso, são obtidos novos valores de autos de infração, livres dessas externalidades, que são apresentados nos gráficos 16 e 17, a seguir:

20 – Autos lavrados pelas URE e Gerências de Fiscalização – 2014 a 2016 (2º a 4º trimestres)



21 – Autos lavrados em 2014, 2015 e 2016 por área de fiscalização (Interior/Porto) – 2º a 4º trimestres



Conforme exposto, a quantidade de autos de infração lavrados sofreu redução de cerca de 30% em relação ao ano anterior (de 229 para 160), enquanto que de 2014 para 2015 a redução havia sido de 32% (de 336 para 229).

Calcula-se, portanto, que as práticas adotadas pela SFC concernentes às notificações conseguiram reduzir o nº de autos lavrados na ordem de 52% (mais da metade do universo analisado) em dois anos.

2.6.3. Atividade de regulação

Descrição

O macroprocesso de Regulação responde pela orientação da elaboração e da revisão das normas inerentes aos procedimentos de outorga, fiscalização e estudos, com vistas a assegurar, à sociedade, a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e a exploração da infraestrutura portuária, harmonizando os interesses público e privado.

O macroprocesso de Regulação é conduzido na ANTAQ pela Superintendência de Regulação (SRG) e é composto por atividades agrupadas nos segmentos PORTUÁRIO, NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E INTERIOR INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, cabendo destacar:

- 1) Elaborar e revisar normas e padrões técnicos relativos à exploração e fiscalização dos serviços portuários e de transporte aquaviário nas navegações interior interestadual e internacional e marítima de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo e de apoio portuário;
- 2) Promover todos os procedimentos necessários para a elaboração da Agenda Regulatória da ANTAQ, utilizando, sempre que couber, metodologia de Análise de Impacto Regulatório (AIR);
- 3) Propor os procedimentos para assegurar a defesa dos direitos dos usuários dos serviços prestados pelos operadores de serviços de transportes aquaviários; e
- 4) Estabelecer critérios e parâmetros para avaliar e acompanhar a qualidade do serviço prestado e o desempenho operacional e econômico-financeiro dos operadores de serviços de transportes aquaviários;

- 5) Analisar preços e tarifas praticados no âmbito dos portos organizados, arrendamentos portuários, terminais de uso privado, estações de transbordo de carga, instalações públicas de pequeno porte e instalações portuárias de turismo;
- 6) Analisar e instruir processos de revisão e de reajuste das tarifas dos portos organizados.

Destaques 2016

A atividade de regulação tem como foco o aperfeiçoamento dos atos normativos da Agência e passou a contar, em 2016, com uma Agenda Regulatória, instrumento que indica ao setor regulado e à sociedade em geral os temas regulatórios prioritários da ANTAQ em um período bienal.

Quadro 8 – Agenda Regulatória da Antaq biênio 2016-2017

	Eixo	Tema
1.1	Navegação Interior	Definição de conceitos e indicadores de prestação de serviço adequado no transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal
1.2		Implementação da metodologia de cálculo de preço para o serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia
1.3		Implementação da metodologia de cálculo de preço na prestação de serviço de transporte aquaviário de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal
1.4		Revisão da norma de afretamento de embarcação para operar na Navegação Interior
1.5		Regulamentação do transporte de produtos perigosos na Navegação Interior
2.1	Navegação Marítima	Regulamentação das atividades enquadradas como obras de engenharia na Navegação de Apoio Marítimo
2.2		Análise do diagnóstico da satisfação dos usuários e definição de indicadores de prestação de serviço adequado na Navegação Marítima e de Apoio
2.3		Afretamento de embarcações de apoio marítimo por empresas que não sejam autorizadas na forma de Empresas Brasileiras de Navegação (EBN)
2.4		Elaboração de normativo que discipline o conteúdo e a obrigatoriedade de envio de informações ao Sistema de Desempenho da Navegação (SDN) por parte das empresas de navegação de apoio marítimo e portuário
2.5		Análise do papel dos agentes intermediários da relação prestador/tomador de serviços de transporte marítimo e eventual regulamentação
2.6		Aprimoramento da identificação e obtenção sistemática de dados e informações sobre as linhas regulares brasileiras existentes nas navegações de longo curso e cabotagem
2.7		Estudo sobre o serviço de Praticagem, com foco na prestação adequada do serviço e eventual regulação econômica da atividade
3.1		Definição de conceitos e indicadores de prestação de serviço adequado nos Portos Organizados e Instalações Portuárias

3.2	Instalações Portuárias	Aperfeiçoamento do controle dos bens da União sob a guarda das autoridades portuárias e dos arrendatários de instalações portuárias, incluindo a implementação de sistemas informatizados e contemplando a atualização constante do Inventário de Bens
3.3		Padronização das tabelas tarifárias de Portos Organizados, definição de diretrizes acerca dos procedimentos de reajuste e revisão tarifária e criação do Manual de Contabilidade Regulatória do Setor Portuário (MCRSP) e dos Procedimentos de Regulação Tarifária de Portos (PRORET), incluindo estrutura comum para demonstrações contábeis, além de Plano de Contas padrão para autoridades portuárias públicas, arrendatários e concessionários
3.4		Padronização das rubricas dos serviços básicos prestados pelos terminais de contêineres e definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares
3.5		Regulamentação de Condomínios Portuários Privados
3.6		Regulação dos Órgãos de Gestão de Mão de Obra do trabalho portuário avulso
3.7		Regulamentação da forma de cobrança das Tarifas Portuárias por usuários que não atracam em Portos Públicos
Eixo		Tema
4.1	Temas Gerais	Regulamentação de procedimento administrativo para harmonizar conflitos de interesses entre os agentes que atuam nos setores regulados pela ANTAQ, prevendo soluções diligentes
4.2		Aperfeiçoamento das análises concorrenciais dos mercados regulados
4.3		Desenvolvimento de sistema de outorga eletrônica, com análise da simplificação de procedimentos e obrigações do processo de autorização para operar na navegação de apoio marítimo e apoio portuário e para prestação de serviço de transporte na navegação interior
4.4		Regulação econômica dos preços públicos (tarifas) e privados (preços) do setor regulado pela ANTAQ

Dentre os destaques do ano passado cabe registrar a edição da Resolução Normativa nº 5-ANTAQ, de 25 de fevereiro de 2016, que promoveu uma revisão da norma para outorga de autorização à pessoa jurídica que tenha por objeto o transporte aquaviário, constituída nos termos da legislação brasileira e com sede e administração no país, para realizar o transporte nas navegações de cabotagem e longo curso, ou operar nas navegações de apoio marítimo e apoio portuário (Revisão da Resolução nº 2510-ANTAQ). O normativo tem como principal pretensão atualizar as autorizações existentes e coibir a expedição de novas autorizações de empresas que possam causar ou estejam causando distorções no mercado de transporte marítimo e de apoio pela prática de “venda de bandeira” ou pela atuação como “empresas de papel”.

Com a finalidade de regulamentar as atividades enquadradas como obras de engenharia na Navegação de Apoio Marítimo, foi elaborado o Formulário de Proposição de Ato Normativo, no qual se verificou que a melhor opção regulatória para tratar da questão seria a edição de uma Instrução Normativa estabelecendo os procedimentos internos da ANTAQ para a análise dos casos que poderiam gerar dúvidas. A GRM elaborou uma minuta da Instrução Normativa para fins de apreciação superior.

As discussões sobre a possibilidade de empresas não-EBN afretarem embarcações de apoio marítimo têm origem nos pleitos de diversos setores desde 2008. Com a crise no setor de apoio marítimo advinda da diminuição dos investimentos do principal tomador do serviço, o assunto ganhou maior urgência e relevância, entrando como tema da Agenda Regulatória. Em 2016, foi elaborada uma minuta de Resolução que altera a Resolução Normativa-ANTAQ nº 01/2015. Essa minuta foi circularizada com as demais áreas afetas e após os devidos ajustes seguirá para apreciação superior.

O trabalho de análise do papel dos agentes intermediários da relação prestador/tomador de serviços de transporte marítimo, iniciou-se nas discussões advindas da Audiência Pública 03/2015, que visava obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta de ato normativo aprovada pela Resolução nº 4.271-ANTAQ, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas. Na audiência presencial verificou-se a necessidade de incluir os agentes intermediários naquela norma. Ocorreram reuniões setoriais com diversas entidades e órgãos de grande representatividade e presença no setor, além de extensa pesquisa bibliográfica, resultando na inclusão desses agentes na Resolução-ANTAQ nº 5.032 cuja Audiência Pública encerrou-se no final de 2016.

Com a finalidade de aprofundar os estudos em torno do serviço de Praticagem, visando uma eventual regulação econômica da atividade, a ANTAQ enviou representantes para participar ativamente das reuniões do Conselho Nacional para Assuntos de Praticagem (CNAP). Foi realizado em abril de 2016, na sede da Agência, o Seminário sobre Contabilidade Regulatória, com a participação dos membros do CNAP e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o objetivo de instrumentalizar a regulação econômica da praticagem.

Ao longo do ano passado, a Superintendência de Regulação providenciou o detalhamento de normativo para regulamentar a gratuidade ao jovem de baixa renda no transporte interestadual de passageiros na navegação interior. Os trabalhos resultaram na Resolução Normativa nº 16, editada em fevereiro de 2017, na qual foram estabelecidos os critérios para implementação do benefício da gratuidade ao jovem de baixa renda no transporte interestadual de passageiros na navegação interior. A norma segue o disposto no Dec. nº 8.537, de 15 de outubro de 2015.

Teve início em 2016 a revisão da Resolução nº 912/2007, que estabelece os critérios de autorização para prestação de serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional. A revisão normativa tem como objetivos principais: compatibilizar os procedimentos de alteração do esquema operacional à dinâmica do setor sem prejuízos à regulação; diminuir a subjetividade nos conceitos relacionados ao serviço adequado; simplificar o normativo sem prejuízos regulatórios; harmonização das obrigações e responsabilidades ao longo do texto normativo; adequar a Resolução Normativa à legislação vigente; e reduzir o transporte irregular de menores nas embarcações. A conclusão da revisão e edição de novo normativo acontecerá em 2017.

Com o intuito de subsidiar a definição de conceitos e indicadores de prestação de serviço adequado nos Portos Organizados e Instalações Portuárias, um Grupo de Trabalho que conta com a participação de representantes das diversas setoriais técnicas da ANTAQ, produziu a minuta de Instrução Normativa que padroniza procedimentos internos e informa as métricas de acompanhamento, de avaliação e de monitoramento do desempenho portuário voltadas ao serviço adequado, prescrevendo critérios, medidas e indicadores padronizados, a serem utilizados pela Agência.

Em 2016 foi elaborada a minuta da Resolução Normativa que aprova a proposta de "Norma de Controle Patrimonial dos Portos Organizados", estabelecendo critérios e condutas relacionadas aos bens reversíveis aplicados nos portos organizados, contendo ainda procedimentos a serem adotados quando da incorporação e da desincorporação de bens da União sob a guarda e responsabilidade das administrações portuárias e dos arrendatários de áreas e instalações portuárias. Tal normativo revogará a Resolução nº 443-ANTAQ, de 07 de junho de 2015, e a Resolução ANTAQ nº 3.087, de 30 de setembro de 2013.

Para dar seguimento ao item 3.3 da Agenda Regulatória (tabelas tarifárias dos Portos Organizados), a ANTAQ editou a Portaria nº 202/2016, instituindo o Sistema de Contabilidade Regulatória Aplicável ao Setor Portuário (SICRASP), que gerou – dentre outros produtos - a Resolução Normativa nº 15, de 23 de dezembro de 2016, que aprova a Norma que dispõe sobre o Manual de Contas das Autoridades Portuárias.

Importante registrar que a SRG intensificou em 2016 iniciativas que visam sedimentar e institucionalizar o processo de elaboração de normas mediante aprovação de junto à Diretoria Colegiada de modelos, documentos e do próprio fluxo do processo. E também para dar prosseguimento no desenvolvimento de ferramental (dados e sistemas) para melhoria da regulação econômica, de maneira a facilitar a implementação da AIR (nível 2).

2.6.4. *Atividade de estatística, estudos&pesquisas e sustentabilidade ambiental*

Descrição

O macroprocesso de Estatística, Estudos e Sustentabilidade Ambiental está diretamente relacionado com quatro Objetivos Estratégicos da ANTAQ:

- 1) Promover o desenvolvimento do setor regulado com sustentabilidade
- 2) Ser referência na produção e divulgação de informações
- 3) Reestruturar a atuação na área ambiental
- 4) Aumentar o conhecimento sobre o mercado regulado

A Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade (SDS) coordena o macroprocesso, desenvolvendo como atividades principais:

- 1) Contratar estudos de interesse das áreas finalísticas da Agência;
- 2) Elaborar o Anuário Estatístico Aquaviário e coordenar as demais publicações Técnicas relacionadas ao setor regulado;
- 3) Gerenciar e manter atualizados os sistemas informatizados de captação e gestão de informações dos prestadores de serviços que atuam no âmbito do modal aquaviário;
- 4) Coordenar o processo de elaboração de indicadores para subsidiar a fixação de padrões de prestação de serviço adequado, de desempenho operacional e econômico-financeiro e a avaliação da gestão ambiental de todos os operadores do modal aquaviário.

Destaques 2016

As atividades relativas ao macroprocesso de Estatística, Estudos&Pesquisa e Sustentabilidade Ambiental são exercidas por intermédio da Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade (SDS). E estão distribuídas em três áreas de especialização: ESTATÍSTICAS AQUAVIÁRIAS, ESTUDOS&PESQUISAS E MEIO AMBIENTE.

➤ ESTATÍSTICAS AQUAVIÁRIAS

O ANUÁRIO ESTATÍSTICO AQUAVIÁRIO, principal referência do modal para todos os agentes envolvidos ou interessados nos segmentos regulados pela ANTAQ, é elaborado a partir da utilização de modernas ferramentas de extração e transformação de dados.

Dada a importância de tal ferramenta, esse projeto está em constante aprimoramento, visando a identificação de evoluções no modo de visualização de seus dados, na adição de novas

funcionalidades, bem como na agregação dos chamados indicadores do setor. Isso porque as informações geradas são essenciais para o processo de decisão de diversos agentes públicos e privados. Deve ser, portanto, confiável, tempestiva, relevante e acessível.

De acordo com a edição 2016 do ANUÁRIO ESTATÍSTICO AQUAVIÁRIO – divulgada em fevereiro de 2017 -, os portos e demais instalações portuárias brasileiras movimentaram 998 milhões de toneladas brutas de janeiro a dezembro de 2016. Isso representa redução de 1% quando se compara ao ano de 2015.

22 – Evolução da movimentação de cargas no Brasil – janeiro a dezembro de 2016

Perfil da Carga	2015	2016	Variação (%)
Carga Containerizada (t)	100.605.905	100.084.033	-0,52%
Carga Geral (t)	47.882.834	51.321.881	7,18%
Granel Líquido e Gasoso (t)	226.625.517	217.972.199	-3,82%
Granel Sólido (t)	633.275.330	628.690.679	-0,72%
Total Carga Bruta (t)	1.008.389.586	998.068.793	-1,02%

Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário ANTAQ 2016, acesso em 20/02/2017

A movimentação de carga nos portos organizados em 2016 caiu 2,5%, totalizando 343 milhões de toneladas. Já os terminais de uso privado (TUPs) apresentaram queda de 0,25%, perfazendo movimentação de 655 milhões de toneladas.

23 – Evolução da movimentação de cargas nos portos organizados – janeiro a dezembro de 2016

Perfil da Carga	2015	2016	Variação (%)
Carga Containerizada (t)	73.910.316	70.062.913	-5,21%
Carga Geral (t)	15.554.844	16.761.746	7,76%
Granel Líquido e Gasoso (t)	53.367.374	54.562.157	2,24%
Granel Sólido (t)	208.711.555	201.462.718	-3,47%
Total Carga Bruta (t)	351.544.089	342.849.534	-2,47%

Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário ANTAQ 2016, acesso em 20/02/2017

24 – Evolução da movimentação de cargas nos TUPs – janeiro a dezembro de 2016

Perfil da Carga	2015	2016	Variação (%)
Carga Containerizada (t)	26.695.589	30.021.120	12,46%
Carga Geral (t)	32.327.990	34.560.135	6,90%
Granel Líquido e Gasoso (t)	173.258.143	163.410.043	-5,68%
Granel Sólido (t)	424.563.775	427.227.961	0,63%
Total Carga Bruta (t)	656.845.497	655.219.259	-0,25%

Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário ANTAQ 2016, acesso em 20/02/2017

Em relação à movimentação de contêineres nos portos e nos TUPs, Santos (SP) liderou em 2016, com 32 milhões de toneladas (queda de 5,4%). A Portonave (SC) ficou em segundo lugar, com 9,7 milhões de toneladas (aumento de 27,2%). A terceira maior movimentação de contêineres coube ao Porto de Paranaguá (PR), que movimentou 8,2 milhões de toneladas (queda de 5,4%).

Em relação às mercadorias, destaque para os minérios, com 418 milhões de toneladas movimentadas, aumento de 2,7% na comparação com 2015. AS principais cargas com aumento na movimentação foram açúcar (10%), adubos (19,3%) e celulose (31,3%). O ponto negativo, um dos

principais motivos para a queda de 1% no total movimentado, foi o grupo de cereais (inclusive o milho), com queda de 30,6%.

A Tabela, a seguir, corresponde à distribuição das movimentações de carga, por Região, em todo o setor portuário durante o ano de 2016.

Quadro 9 – Movimentação portuária por região brasileira

Região	Total de Carga Movimentada (milhões de t)
Sudeste	496,0
Nordeste	270,0
Sul	142,4
Norte	86,0
Centro-Oeste	3,7

Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário ANTAQ 2016, acesso em 20/02/2017

Pela ótica do transporte, a movimentação de carga via Navegação de Longo Curso respondeu, em 2016, por 74% do total, seguida pela Cabotagem (21%) e Vias Interiores (4%). Apoio Marítimo e Apoio Portuário respondem, juntos, pelos 11% restantes. Em termos de performance relativamente ao ano anterior, a Navegação de Longo Curso recuou 1,7% - fruto da recessão econômica -, mas a Cabotagem conseguiu um crescimento discreto (0,8%), assim como também a Navegação Interior (1,3%).

25 – Evolução da movimentação de cargas nas navegações – janeiro a dezembro de 2016

Tipo Navegação	2015	2016	Varição (%)
Apoio Marítimo	2.498.521	1.586.924	-36,49%
Apoio Portuário	2.284.643	3.250.669	42,28%
Cabotagem	210.747.470	212.393.208	0,78%
Interior	38.772.478	39.280.751	1,31%
Longo Curso	754.086.474	741.557.240	-1,66%

Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário ANTAQ 2016, acesso em 20/02/2017

A frota brasileira totalizava 2.593 embarcações ao final de 2016, 7,6% maior quando comparado ao ano de 2015. A Região Hidrográfica Amazônica concentra 84% da frota nacional, operando majoritariamente no serviço de transporte longitudinal de carga.

Além da produção das estatísticas aquaviárias e publicação do Anuário e outras publicações, a SDS envidou esforços em várias direções com o objetivo de aperfeiçoar a produção de informação do modal regulado, cabendo destacar:

- **FRONTEIRA DE EFICIÊNCIA DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS** – Trata-se do desenvolvimento de metodologia que permita medir a eficiência técnica da prestação de serviços portuários pelos terminais portuários brasileiros especializados, bem como estabelecer níveis mínimos de eficiência, representados por quantidades observáveis, a serem exigidos desses terminais.
- **CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PREÇOS PORTUÁRIOS (módulos APP)** – O novo sistema permitirá que a ANTAQ monitore os preços praticados pelos operadores portuários nas áreas dos Portos Organizados, bem como por autorizatários em Terminais de Uso Privado, aperfeiçoando a atuação regulatória da Agência.
- **REALIZAÇÃO DO 25º ENCONTRO DOS PORTOS ORGANIZADOS SOBRE O DESEMPENHO DO SISTEMA PORTUÁRIO** – Realizado em setembro de

2016, o evento permitiu que a ANTAQ apresentasse os indicadores aquaviários propostos pela Agência e o Sistema Mercante e dados do CE-Mercante na base do Sistema de Desempenho Portuário (SDP).

- **INTEGRAÇÃO DO SISTEMA MERCANTE AO BANCO DE DADOS DA ANTAQ E INTEGRAÇÃO DE PAINÉIS** – A integração do sistema Mercante – que permite a obtenção de diversas informações estratégicas, tais como fretes, taxas portuárias e identificação de supressão de escala – possibilitará o cruzamento das informações presentes nos Sistemas de Afretamentos e Movimentações Portuárias com as oriundas do Mercante. Tal integração proporcionará o aperfeiçoamento das atividades de fiscalização, regulação, estudos e estatísticas da Agência.
- **REESTRUTURAÇÃO DO BANCO DE DADOS DO MODAL AQUAVIÁRIO** – Trata-se de matéria correspondente ao Planejamento Estratégico 2016-2020 da ANTAQ, por intermédio do projeto estratégico P28, cujo objeto será a identificação, documentação e formulação de propostas para a evolução das bases de dados da Agência.

➤ ESTUDOS&PESQUISAS

Ao longo do ano de 2016 a ANTAQ deu continuidade aos estudos, análises e levantamentos eleitos como prioritários e a seguir detalhados:

Produção de Transporte Aquaviário no Brasil - TKU

- Realizado pela equipe técnica da ANTAQ; e
- Finalizado em dezembro de 2016, em apreciação pela SDS.
- Benefícios para a sociedade:
 - ✓ Divulgação de análises de produção de transporte para trechos hidroviários e para o transporte de cabotagem, longo curso e navegação interior;
 - ✓ Análises que podem subsidiar políticas públicas por parte do Estado; e
 - ✓ Informações importantes para a academia.

Análise e Definição de Complexos Portuários

- Realizado pela equipe técnica da ANTAQ (Gerências de Estatísticas e Avaliação de Desempenho/GEA e Gerência de Desenvolvimento e Estudos/GDE);
- Finalizado em fevereiro de 2017, após ajustes com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC);
- Permite facilitação no acesso de dados de movimentação portuária e justifica políticas públicas com consideração de elementos econômicos, como compartilhamento de infraestrutura e poder de mercado; e
- Facilita a padronização de dados publicados pela Secretaria de Portos do MTPAC e ANTAQ.

Metodologia de Cálculo de Preço para o Transporte Misto

- Desenvolvimento, em cooperação técnica institucional, de estudos que envolvam o levantamento dos elementos que compõem os custos e receitas da prestação de serviços de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto verificados na Região Hidrográfica da Amazônia, bem como a concepção de metodologia de cálculo de preços de equilíbrio econômico financeiro;
- Situação atual:

- ✓ Termo de Cooperação – TERM-SAF-ANTAQ/Nº 01/2014 celebrado entre esta Agência e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em 28 de agosto de 2014;
- ✓ Valor: R\$ 1.455.330,00;
- ✓ Vigência: 18 meses;
- ✓ Finalizado em agosto de 2016;
- ✓ Todos produtos previstos foram entregues e aprovados pela GDE; e
- ✓ Todos os repasses previstos já realizados.

Acompanhamento da Oferta e Demanda de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Região Amazônica

- Trata de elaboração de “Estudo para acompanhamento da Oferta e Demanda de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Região Amazônica”.
- Situação atual:
 - ✓ Termo de Execução Descentralizada – TERM-SAF-ANTAQ/Nº 02/2014 celebrado entre esta Agência e a Universidade Federal do Pará - UFPA em 18 de setembro de 2014;
 - ✓ Valor: R\$ 1.298.896,50;
 - ✓ Vigência: estendida de 24 para 37 meses;
 - ✓ 1 Produto, dos 6 previstos, entregue e aprovado pela GDE;
 - ✓ 2 dos 6 repasses previstos já realizados, o que corresponde a 70% dos valores previstos, conforme última versão do Plano de Trabalho.

Prática regulatória, vantagens competitivas e oferta e demanda de carga na Hidrovia Paraguai-Paraná

- Elaboração de estudo a respeito das práticas regulatórias, vantagens competitivas e oferta e demanda de carga que se verificam no âmbito do transporte longitudinal de cargas na Hidrovia Paraguai – Paraná entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.
- Situação atual:
 - ✓ Termo de Execução Descentralizada – TERM-SAF-ANTAQ/Nº 01/2015 celebrado entre esta Agência e a Universidade Federal do Paraná – UFPR, em 11 de fevereiro de 2015;
 - ✓ Valor: R\$ 1.762.398,00;
 - ✓ Prazo de Vigência: estendido de 14 meses para 28 meses;
 - ✓ Prorrogado até 11/05/2017;
 - ✓ 1 repasse, dos 3 previstos, parcialmente realizado;
 - ✓ 38% dos recursos previstos já foram repassados; e
 - ✓ 5 produtos previstos. O produto 2 foi entregue e aprovado. O primeiro e o Terceiro produtos estão sob análise.

Programa para o Rastreamento de Embarcações que operam nas Navegações Reguladas pela ANTAQ - PRENAV

- Trata de desenvolvimento de uma Solução para o Rastreamento e Monitoramento de Embarcações utilizadas nas operações de transportes que ocorrem nas Navegações reguladas pela ANTAQ.
- Situação atual:
 - ✓ Termo de Execução Descentralizada – TERM-SAF-ANTAQ/Nº 05/2015 celebrado entre esta Agência e a Marinha do Brasil, em 24 de novembro de 2015;

- ✓ Valor: R\$ 1.900.000,00;
- ✓ Prazo de Vigência Estimado: 24 meses; e
- ✓ Primeiro produto em elaboração pela Marinha do Brasil.

Sistema de Desenvolvimento da Navegação - SDN

- Pretende-se criar metodologia, rotinas e procedimentos que permitam à ANTAQ ter maior volume, fidedignidade e regularidade nas informações que obtém do setor regulado;
- Situação atual:
 - ✓ O Módulo Travessia finalizou em 2016 e o módulo encontra-se em operação;
 - ✓ O Módulo de Apoio Portuário teve seus Casos de Uso revisados e iniciado o desenvolvimento (Sprint 1) e o de Apoio Marítimo está na fase de revisão dos casos de uso; e
 - ✓ O Módulo de Transporte de Passageiros e Misto está na fase de revisão dos requisitos.

Atualização da Base Geográfica do SIGTAQ

- Atualização da geometria e dos atributos pertinentes à base de dados geográficos do SIGTAQ. O foco do trabalho são as informações pertinentes aos elementos regulados pela ANTAQ, a saber: portos, travessias e trechos hidroviários.
- Situação atual:
 - ✓ Com a obtenção de novas bases do IBGE, com maiores níveis de detalhe, deu-se prosseguimento à atualização da base de dados do SIGTAQ como um todo. Contudo, considerando a dimensão do trabalho e a mão-de-obra disponível este processo não tem prazo detalhado para finalização;
 - ✓ A camada de Instalações Portuárias é constantemente atualizada. Foram confeccionadas planilhas comparativas dos dados contidos no SIGTAQ com os dados da lista consolidada de Instalações Portuárias autorizadas pela ANTAQ visando a atualização futura dos dados no SIGTAQ, previsto para ocorrer no primeiro semestre de 2017. Além disto, em novembro de 2016, foram demandadas ao DNIT informações do par de coordenadas geográficas e da Situação (operacional, em obras ou planejado) dos terminais IP4 para prosseguir com a atualização desses dados no SIGTAQ. A previsão para inserção das informações no SIGTAQ é no primeiro semestre de 2017;
 - ✓ A atualização da camada de hidrovias teve progresso, mas ainda necessita de mais atualizações. A base utilizada para atualização é a BC250 do IBGE. As camadas de referências são Massa D' Água e Transporte Hidroviário. Nos primeiros procedimentos de atualização verificou-se uma grande aderência da base do SIGTAQ às bases do IBGE citadas. Contudo, em alguns trechos, na base da ANTAQ existiam generalizações, ou seja, trechos com menor nível de detalhes, fruto da construção da base; e
 - ✓ A camada de travessias foi totalmente atualizada, utilizando as bases BC250 do IBGE de Massa D' Água, Transporte Hidroviário e pontos de travessias. As inserções das novas informações no SIGTAQ ocorreram no primeiro trimestre de 2016.

Desenvolvimento do Observatório dos Transportes Aquaviários

- Trata-se de uma plataforma virtual que promoverá a troca de experiências e conteúdo, assim como o acesso a informações e conhecimento de interesse do setor aquaviário.
 - ✓ A proposta está sincronizada com um modelo moderno de gestão independente de conteúdo, com a desburocratização do acesso às informações

do setor aquaviário, com o planejamento estratégico da ANTAQ e, não obstante, com a demanda externa do Tribunal de Contas da União (TCU) de que a ANTAQ deve prover transparência e acessibilidade às informações produzidas e relacionadas as suas atividades fins (presente no Relatório TCU nº 031.996/2013-2); e

- ✓ Página do Observatório dos Transportes Aquaviários encontra-se acessível no seguinte endereço: <http://observatorioantaq.info/>
- ✓ Três grandes áreas de informações foram desenhadas: Biblioteca Digital da ANTAQ, Informações geográficas da ANTAQ e Estatísticas do Setor Aquaviário, conforme figura a seguir:



- Situação atual:
 - ✓ O leiaute da página foi aperfeiçoado;
 - ✓ As fichas técnicas padronizadas de 34 portos organizados foram atualizadas a partir de informações da SEP e dos Planos Mestres (Angra dos Reis, Antonina, Aratu, Areia Branca, Belém, Cabedelo, Estrela, Forno, Fortaleza, Ilhéus, Imbituba, Itaguaí, Itajaí, Itaquí, Maceió, Manaus, Natal, Niterói, Paranaguá, Pelotas, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio de Janeiro, Rio Grande, Salvador, Santana, Santarém, São Francisco do Sul, São Sebastião, Suape, Vila do Conde, Vitória, Barra do Riacho); e
 - ✓ As informações geográficas da ANTAQ também foram atualizadas.

Desenvolvimento do Macrotesauro de Transportes Aquaviários

- Elaboração de sistema de glossário e vinculação semântica entre verbetes empregados nas informações sobre transportes aquaviários. Esse sistema também inclui a base de dados que alimenta buscas booleanas e reconhecimento textual por relevância semântica.
- Situação atual:
 - ✓ Após seleção e definição de verbetes prioritários (1500), concluiu-se o mapeamento e ajuste da hierarquia semântica; e
 - ✓ Conclusão da transferência e arquivamento de todos os verbetes do modelo textual para informatizado (online).

ANTAQ Juris

- Objeto:

- ✓ Uma base de jurisprudência composta pelos atos decisórios da ANTAQ (acórdãos, despachos de julgamento, resoluções, normas, vídeos das reuniões de diretoria e termos de autorização);
 - ✓ O ANTAQJuris não é um novo sistema de publicação de atos. É um site que reúne requisitos de jurisprudência, conforme regras e padrões estabelecidos pela Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ);
 - ✓ Redireciona o usuário ao ato original publicado no Diário Oficial sem a necessidade de armazenamento de documentos nos servidores da ANTAQ;
 - ✓ Cada ato é alimentado em um post, sendo a referência legislativa que fundamentou o ato composta pelos normativos que embasaram a decisão;
 - ✓ Possibilitará a pesquisa nos atos por assunto, relator, empresa, processo, referenda, entre outras possibilidades;
 - ✓ Inclui acessos a jurisprudência selecionada (Tribunal Marítimo, Superior Tribunal de Justiça (STJ), Supremo Tribunal Federal (STF), Conselho da Justiça Federal (CJF) e Ministério dos Transportes (MT);
 - ✓ Inclui acesso a legislação federal (Presidência da República, Senado, Câmara); e
 - ✓ Cadastro para recebimento de notificações por e-mail ou redes sociais assim que um ato for publicado
- Situação Atual:
- ✓ Foi concluída a inserção de 8.915 atos da ANTAQ;
 - ✓ Cerca de 80% das Resoluções da ANTAQ já estão na plataforma (totalizando 8.195 Resoluções, distribuídas em 9.612 categorias);
 - ✓ Todos os despachos de julgamento da ANTAQ, de 2007-2016, foram inseridos na plataforma; e
 - ✓ A plataforma apresenta uma média de 573 visitas por dia.



APRESENTAÇÃO ACÓRDÃOS DESPACHOS DE JULGAMENTO RESOLUÇÕES NORMAS VÍDEOS DAS R.O.D TERMOS DE AUTORIZAÇÃO

ÚLTIMOS ATOS

RESOLUÇÃO Nº 5.193, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

Tipos: Resolução

RESOLUÇÃO Nº 5.193-ANTAQ, DE 18 DE JANEIRO DE 2017. O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta ... Continuar lendo →

RESOLUÇÃO Nº 5.192, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

Tipos: Resolução

RESOLUÇÃO Nº 5.192-ANTAQ, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta ... Continuar lendo →

FALE CONOSCO

Não encontrou o que procura? Entre em contato com a equipe da Biblioteca do CITAQ da ANTAQ!

PESQUISA NO ANTAQ JURIS

PESQUISA GOOGLE NA REDE DE INFORMAÇÕES EM TRANSPORTE



REFERÊNCIAS MAIS UTILIZADAS

- Leis
- Decretos
- Resoluções

ACESSO A OUTRAS LEGISLAÇÕES

- Câmara dos Deputados
- Ministério dos Transportes
- Presidência da República
- Senado Federal

Análise de Impacto das Mudanças IMO de Pesagem (MSC 380.94)

- Relatório sobre os impactos logísticos, regulatórios, econômicos e políticos da mudança normativa da IMO sobre pesagem de contêineres.
- Situação atual: Relatório elaborado pela GDE, entregue à SDS e compartilhado com a Diretoria, além de participação em eventuais reuniões sobre o assunto.

Análise das Mudanças de Índice OCDE sobre Serviços

- Análise regulatória e preenchimento de formulário com 90 elementos sobre dados marítimos do Brasil, para cálculo de índices de restritividade comercial de serviços.
- Situação atual: Formulário preenchido e entregue à OCDE. A GDE também fez sugestões de aprimoramento ao modelo e participou de reuniões sobre o estudo em curso para 2016.

Estudo sobre Efeito das Mudanças Climáticas nos Portos

- Desenvolver soluções para impactos climáticos de longo prazo e estimular a redução de custos portuários decorrentes de paralizações por motivos de força maior.
- Situação atual:
 - ✓ Elaboração do TR e disponibilização para universidades com potencial de execução ou participação parcial;
 - ✓ Por falta de recursos financeiros da Agência e após seminários e reuniões com representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), optou-se por financiar o projeto através de parcerias;
 - ✓ Reuniões com BID e IBAM sobre possível parceria e financiamento do projeto ainda em curso, sob a análise dos representantes do BID em Washington; e
 - ✓ Em 2017, reunião com a CNI sobre uma possível parceria e financiamento pelo Fundo Clima. Tratativas ainda em curso.

Projeto do Novo Portal da ANTAQ

- Em dezembro de 2016 foi criado o Comitê Gestor do Portal da ANTAQ, com o intuito de aprimorar a comunicação e a divulgação de informações entre a agência, o mercado regulado e os usuários de serviços de transportes aquaviários; e
- A coordenação deste comitê gestor é realizada pelo Centro de Informação de Transporte Aquaviário (CITAQ), juntamente a Assessoria de Comunicação da ANTAQ.
- Situação atual:
 - ✓ O CITAQ participa ativamente do desenvolvimento da nova página da ANTAQ, que se apresenta como uma importante atividade da SDS; e
 - ✓ A nova página do portal da ANTAQ será lançada no dia 14 de março de 2017.

Projeto de capacitação em Wordpress

- Capacitar técnicos da ANTAQ a trabalhar com o Wordpress, sistema de gestão de conteúdo utilizado para administrar o novo portal da ANTAQ, para que possam atuar como gestores de conteúdo no novo portal da ANTAQ. Desenvolver manual do Wordpress.
- Situação atual:
 - ✓ O manual de treinamento em Wordpress foi produzido; e

- ✓ Previsão de que o treinamento dos técnicos ocorra em março de 2017.

➤ MEIO AMBIENTE

As ações da SDS na área ambiental estão consolidadas na Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária, cabendo ressaltar as iniciativas estratégicas de maior impacto:

- a) **O Índice de Desempenho Ambiental (IDA).** O IDA é um indicador que avalia a eficiência e a qualidade da gestão ambiental portuária, já sendo hoje uma referência no setor portuário. Durante o ano de 2016 avançou-se com melhorias no sistema de informatização e divulgação dos dados do Índice, permitindo:
 - A análise dos portos segundo zonas de atendimento à gestão ambiental;
 - A ampliação do Sistema IDA para os Terminais de Uso Privado – TUP, com a aplicação de 2 questionários, ainda em caráter piloto; e
 - Desenvolvimento do painel de visualização do IDA, com publicação prevista para 2017.
- b) **O Prêmio ANTAQ 2016.** Diante da importância do IDA para o setor portuário, criou-se, a partir de 2016, uma premiação que reconhecesse o esforço dos Portos Públicos em aperfeiçoar a gestão ambiental. Assim, em 2016, receberam o Prêmio ANTAQ, categoria Sustentabilidade Ambiental, os Portos de São Sebastião (SP), Itajaí (SC) e Paranaguá (PR).
- c) **Articulações com instituições sobre meio ambiente e segurança.** A ANTAQ deu continuidade no último exercício às diversas articulações que mantém com órgãos e entidades ambientais, visando contribuir para os debates e também para manter o modal aquaviário permanente atualizado em relação às diretrizes gerais do governo federal e, eventualmente, até mesmo ajustando seus normativos. Destacaram-se trabalhos e iniciativas conjuntas com a Agência Nacional de Águas (ANA), com o IBAMA, com a Cia. Docas do Pará (CDP), Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1. Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

Dos 18 objetivos estratégicos, constantes do MAPA ESTRATÉGICO do I Ciclo, resultaram 27 Projetos Estratégicos.

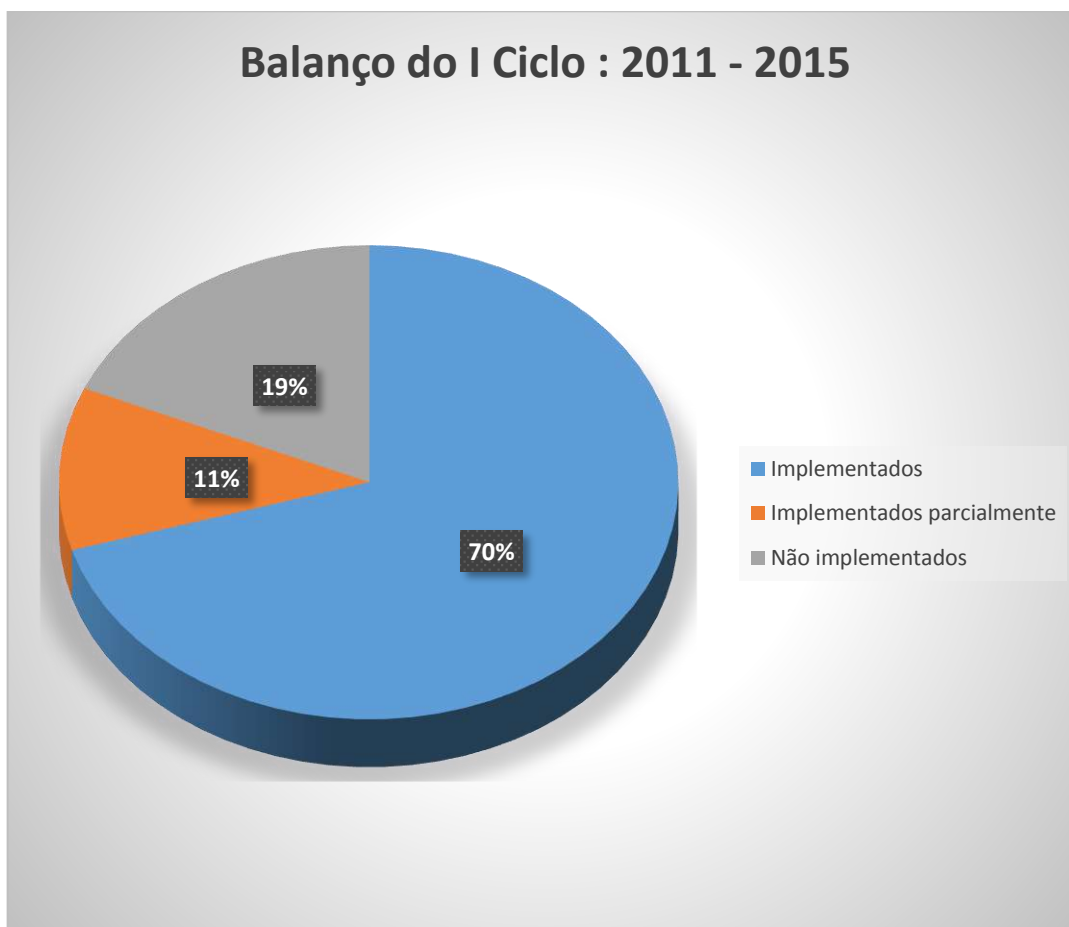
Quadro 10 – Projetos finalizados e com implementação parcial ou integral
P1 – Programa de Incentivo à Regularização dos Prestadores de Serviço
P2 – Conceitos e Indicadores de Prestação de Serviço Adequado
P4 – Política de Comunicação da ANTAQ (Carta de Serviços implantada e Prêmio ANTAQ estruturado)
P5 – Sistema Ouvidor
P7 – AIR e Agenda Regulatória
P9 – Manual de Fiscalização
P10 – Indicadores da Efetividade da Fiscalização
P11 – Agenda Ambiental Aquaviária
P12 – Banco de Jurisprudência e Produções
P13 – Reestruturação organizacional
P14 – Sistema PROCESSUS (substituído em janeiro de 2016 pelo SEI – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – implementado pelo Projeto Estratégico P29)
P15 – Política de Segurança da Informação e Comunicações
P16 – Política de Controle de Frequência
P17 – Política de Gestão de Pessoas
P18 – Gestão por Competências (consultoria contratada)
P20 – Adequação do Plano Anual de Capacitação ao Planejamento Estratégico
P21 – Programa de Clima e Qualidade de Vida – PQVT
P22 – Plano de Comunicação Interna
P24 – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI
P25 – Adequação do Planejamento Orçamentário ao Planejamento Estratégico
P26 – Novas Fontes de Financiamento da ANTAQ (proposta enviada à Casa Civil)
P27 – Sistema SAMA

Quadro 11 – Projetos não finalizados, não implementados ou interrompidos
P3 – Diagnóstico do Modal Aquaviário e Ações de Fomento
P6 – Diagnóstico de Periódicos e Estudos
P8 – Revisão e Adequação das Normas
P19 – Adequação da Avaliação de Desempenho ao Planejamento
P23 – Metodologia de Captação de Informações

Quadro 12 – Situação geral dos projetos I Ciclo 2011-2015

I Ciclo: 2011 - 2015	
Implementados	19
Implementados parcialmente	3
Atrasados	5
Total de Projetos	27

26 – Balanço do I Ciclo de Planejamento Estratégico – 2011 a 2015



Encerrado em 2015 o I Ciclo do Planejamento Estratégico, o Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão (NPMG) deu prioridade à elaboração do conteúdo do II Ciclo do Planejamento ANTAQ, abrangendo o período 2016-2020.

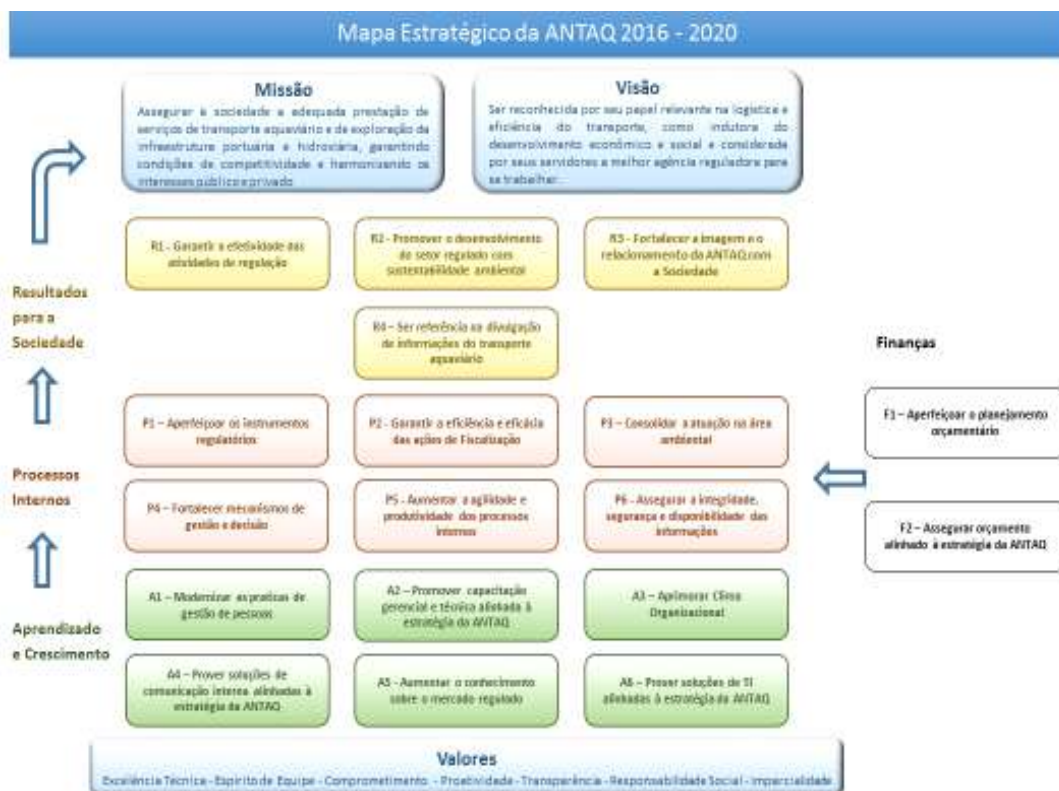
Alguns dos principais produtos do I Ciclo permanecerão presentes no atual quinquênio, tendo em vista que já fazem parte da rotina operacional da Agência, cabendo destacar: a Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), a Agenda Regulatória, a Carta de Serviços.

Outros produtos derivados de projetos estratégicos igualmente foram incorporados às unidades organizacionais pertinentes, como o aperfeiçoamento da ferramenta de Avaliação do Impacto Regulatório (SRG), a implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicações (GAB), a implementação da Política de Gestão de Pessoas (SAF-GRH), a implementação da Política de Comunicação (ASC), a gestão do Banco de Jurisprudência (ANTAQJuris/SDS), a implementação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho (SAF-GRH), a gestão eletrônica de processos e documentos (STI) e a adoção da Política de Gestão Por Competências (SAF-GRH), sendo que neste último caso a consultoria encontra-se em andamento desde o final de 2016.

O conteúdo final do Planejamento 2016-2020 foi aprovado na 408ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 4 de agosto de 2016, e institucionalizado na Portaria N° 162/ANTAQ, de 24 de agosto de 2016. Foram realizados seis workshops, com a participação de 39 servidores da Agência. Das discussões surgiu o novo MAPA ESTRATÉGICO DA ANTAQ:

3.1.1. Estágio de implementação do planejamento estratégico

27 – Mapa Estratégico da Antaq – 2016 a 2020



O Planejamento atual incluiu no seu escopo 44 Iniciativas Estratégicas, que foram distribuídas pelas diversas Unidades Organizacionais da ANTAQ, seguindo a lógica da vocação institucional e das atribuições regimentais. Uma Iniciativa Estratégica difere de um Projeto Estratégico por ser de menor complexidade e de menor duração no tempo, mas o que não significa não ser relevante. Exemplo importante é o PDTI – atribuído à STI -, que demanda a maior verba para investimento na Agência e é uma iniciativa estruturante para todas as unidades organizacionais.

Das 44 Iniciativas propostas pelo Núcleo de Planejamento e aprovadas pela Diretoria, 27 (61%) referem-se a temas relacionados às áreas de gestão (pessoas, finanças, TI, processos de trabalho e processos decisórios), demonstrando que ainda há um caminho importante para o aperfeiçoamento das áreas-meio. Exemplos de iniciativas relacionada às áreas de suporte são a implantação da gestão por competências, o aperfeiçoamento da dinâmica das reuniões dos colegiados corporativos da Agência, a realização de nova pesquisa de clima organizacional, a implementação do Plano Plurianual de Gestão de Pessoas e a descentralização da alocação dos recursos orçamentários.

Das 17 Iniciativas relacionadas com a atividade finalística da Agência, quatro estão vinculadas ao conhecimento sobre o mercado regulado, quatro com o relacionamento com a sociedade, três à regulação, três com a divulgação de informações do modal aquaviário, duas com a fiscalização e uma com a sustentabilidade ambiental.

A SAF, a SPL e a SDS concentraram a responsabilidade por aproximadamente 61% do total das Iniciativas Estratégicas. As Iniciativas Estratégicas serão monitoradas pela SPL, a partir de 2017, seguindo uma Agenda Estratégica que a área de planejamento está organizando para interagir com cada uma das unidades organizacionais da ANTAQ.

Como resultado das reflexões da equipe estratégica, o planejamento da ANTAQ conta ainda com um portfólio de seis projetos estratégicos:

- 1) P28 – Reestruturar o Banco de Dados do Modal Aquaviário;
- 2) P30 – Elaborar proposta para implantar a Gestão do Conhecimento na ANTAQ;
- 3) P31 – Elaborar proposta para implantar a Gestão de Risco na ANTAQ;
- 4) P34 – Dimensionar a Força de Trabalho da ANTAQ por unidade organizacional;
- 5) P35 – Promover a adequação do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores de forma a alinhar ao Planejamento Estratégico da Agência;
- 6) P36 – Definir Conceitos de Prestação de Serviço Adequado e Bases de Aferição do Nível de Satisfação do Usuário.

O P36 é uma continuidade do projeto P2 do I Ciclo do Planejamento Estratégico da Agência.

Estão em fase de detalhamento 39 indicadores de desempenho, criados para monitorar, a partir de 2017, o cumprimento dos 18 objetivos estratégicos da ANTAQ.

3.2. *Informações sobre a gestão*

As informações sobre a Gestão da ANTAQ estão distribuídas nos itens MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS, RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO, GESTÃO DE PESSOAS, GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA, GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.

3.3. *Planejamento organizacional*

As informações sobre o Planejamento Organizacional estão distribuídas nos itens MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS, RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO, GESTÃO DE PESSOAS e GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

3.4. *Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos*

As informações sobre as formas e instrumento de monitoramento da execução e resultado dos planos da ANTAQ estão distribuídas nos itens MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS, RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO, GESTÃO DE PESSOAS, GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA, GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.

3.5. Desempenho orçamentário

3.5.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 (publicada no DOU de 15/01/16, Seção 1, página 1) – Lei Orçamentária Anual de 2016 – consignou a esta Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ o montante de R\$ 111.656.083 (cento e onze milhões seiscentos e cinquenta e seis mil e oitenta e três reais), sendo que destes R\$ 77.421.554 (setenta e sete milhões quatrocentos e vinte e um mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais) para despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 31.925.638 (trinta e um milhões novecentos e vinte e cinco mil seiscentos e trinta e oito reais) para despesas correntes e R\$ 2.308.891 (dois milhões trezentos e oito mil e oitocentos e noventa e um reais) para despesas de investimento.

Entre o valor encaminhado pelo Poder Executivo a título de Projeto de Lei 2016 e o valor aprovado pela LOA identificamos uma redução, de 13%, sendo significativa a redução na dotação para administração da unidade de 52%, se considerarmos o valor executado em 2015 nestas despesas temos uma redução de 42%.

Tabela 28 - Síntese – PLOA / LOA – 2016

Órgão: Secretaria de Portos

Unidade: 68201 Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Código / Especificação	Exec. 2014	LOA 2015	PLOA 2016	LOA 2016
Total	120.111.989	111.944.933	129.030.161	111.656.083
Programa				
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	2.412.441	2.600.000	3.120.000	3.120.000
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0	65.724	0	0
0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	0	20.000	20.000	20.000
2101 Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	117.699.548	109.259.20	125.890.161	108.516.083
Subfunção				
121 Planejamento e Orçamento	2.799.184	4.500.000	7.492.000	11.857.716
122 Administração Geral	110.477.815	99.441.365	111.811.357	92.031.563
125 Normatização e Fiscalização	1.120.000	850.000	2.000.000	920.000
130 Administração de Concessões	1.120.000	1.120.000	2.000.000	1.120.000
131 Comunicação Social	50000	0	0	0
272 Previdência do Regime Estatutário	2.412.441	2.600.000	3.120.000	3.120.000
301 Atenção Básica	664.791	1.064.172	960.000	960.000
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.467.757	2.283.672	1.626.804	1.626.804
846 Outros Encargos Especiais	0	85.724	20.000	20.000
Grupo de Despesa				
1 Pessoal e Encargos Sociais	73.621.742	73.149.476	78.623.357	77.421.554
3 Outras Despesas Correntes	39.140.247	35.795.457	45.906.804	31.925.638
4 Investimentos	7.350.000	3.000.000	4.500.000	2.308.891

Na tabela abaixo é apresentada a Lei Orçamentária 2016, acrescida de créditos adicionais com vistas a dar cobertura aos compromissos já assumidos e contratados pela ANTAQ para o exercício, com aumento na rubrica de Outras Despesas Correntes, no montante de R\$ 12.242.388,00.

Tabela 29 – Lei Orçamentária 2016 + Créditos

AÇÃO GOVERNO		DOTACAO FINAL
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	21.204,00
00OL	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	20.000,00
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	4.265.653,00
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	15.248.712,00
2000	Administração da Unidade	32.945.642,00
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.040.080,00
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	338.894,00
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	93.600,00
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.368.464,00
2088	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	1.120.000,00
2090	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	920.000,00
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	83.714.600,00
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	7.357.716,00
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	251.317,00
Total		149.705.882,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 13 – Execução Orçamentária 2016 por Grupo de Despesa

Valores em R\$1,00

Grupo Despesa		Dotação Final (a)	Despesa Empenhada (b)	% Execução (c=b/a)
1	Pessoal e Encargos Sociais	103.228.965,00	101.796.987,62	99%
3	Outras Despesas Correntes	44.168.026,00	36.901.658,98	84%
	Benefícios	3.862.242,00	3.779.141,18	98%
	Demais Despesas Correntes	40.305.784,00	33.122.517,80	82%
4	Investimentos	2.308.891,00	2.308.891,00	100%
Total		149.705.882,00	141.007.537,60	94%

Fonte: Tesouro Gerencial/GOF-ANTAQ

Quadro 14 – Dotação Final x Limite de Empenho Disponibilizado - 2016

Valores em R\$ 1,00

Grupo Despesa		Dotação Final (a)	Limite de Empenho Disponibilizado (b)	% Disponibilidade (c=b/a)	% Contingenciamento (d=1-c)
3	Outras Despesas Correntes	44.168.026,00	36.964.759,80	84%	16%
	Benefícios	3.862.242,00	3.842.242,00	99%	1%
	Demais Despesas Correntes	40.305.784,00	33.122.517,80	82%	18%
4	Investimentos	2.308.891,00	2.308.891,00	100%	0%
Total		46.476.917,00	39.273.650,80	85%	15%

Fonte: Tesouro Gerencial/GOF-ANTAQ

3.5.1.1. Execução das Ações da Lei Orçamentária Anual

3.5.1.1.1. Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade

A ação tem como objetivo custear as despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor, bem como com o pagamento de auxílio-natalidade devido à servidora, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho (Arts. 196 e 226 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980; arts. 2º e 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001).

Em 2016, o valor dos recursos orçamentários liberados para esta ação foi da ordem de R\$ 21.204,00, com execução de 73% deste valor.

Quadro 15 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade

Identificação da Ação						
Código da Ação/Subtítulo	00M1.0001			Tipo: Operações Especiais		
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código: 68201		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.204,00	21.204,00	15.405,09	15.405,09	15.405,09	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-		

Fonte: SIOP

3.5.1.1.2. Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica

Quadro 16 - Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Int. sem Exigência de Programação Específica

Identificação da Ação	
Código da Ação/Subtítulo	00OL.0001 Tipo: Operações Especiais
Título	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo Código:

Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		Código: 0901	Tipo: Op. Especiais	
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários		Código: 68201		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual - 2016					
Execução Orçamentária e Financeira					
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados Não Processados
20.000,00	20.000,00	8.286,51	8.286,51	8.286,51	0,00 0,00
Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
Não se aplica		-	Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica		-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-	-	-

Fonte: SIOP

A ANTAQ é Qualifying Member da Associação Mundial de Infraestrutura de Transportes Aquaviários – **PIANC**, desde o ano de 2007, aprovada na 195ª Reunião Ordinária da Diretoria desta Agência.

Realizamos o pagamento de uma taxa anual, no valor de £ 1.900,00 (um mil e novecentos euros).

A Associação Mundial de Infraestrutura de Transportes Aquaviários – **PIANC** fornece orientações para a infraestrutura de transporte marítimo sustentável em portos e hidrovias e se destaca pela troca de informações técnicas e especializada. A participação do Brasil como membro desta associação mantém a comunidade portuária conectada ao desenvolvimento das ações marítimas e aquaviárias mundiais, bem como estimula o relacionamento interno e externo no que diz respeito ao planejamento necessário para o seu crescimento. Além disso, vale salientar que o Brasil possui o direito a voto na Assembleia Geral Anual da Associação, o que permite sua participação ativa nas discussões gerais acerca da Instituição.

3.5.1.1.3. Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Quadro 17 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civil

Identificação da Ação							
Código da Ação/Subtítulo	0181.0001			Tipo: Operações Especiais			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:			
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código: 0089	Tipo: Op. Especiais		
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código: 68201			
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
3.120.000,00	4.265.653,00	3.801.102,72	3.801.102,72	3.793.435,02	7.667,70	0,00	

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica		-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
10.000,00	0,00	10.000,00	-	-	

Fonte: SIOF

A ação tem como objetivo o pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.

A dotação autorizada na LOA-2016 mostrou-se insuficiente para arcar com as despesas, havendo uma suplementação no valor de R\$ 1.145.653,00, com percentual de realização de 89%, havendo a inscrição de restos a pagar processados no total de R\$ 7.667,70.

3.5.1.1.4. Administração da Unidade

Esta Ação contou com dotação autorizada final no montante de R\$ 32.149.642,00, com percentual de realização de 98%. Do montante empenhado, R\$ 3.473.145,28 foram inscritos em Restos a Pagar, o que equivale a 11% do total empenhado.

Do limite de empenho, disponibilizado no exercício, para despesas de custeio e investimento, no valor total de R\$ 35.431.408,80, 91% foi utilizado nesta ação.

Quadro 18 - Administração da Unidade

Identificação da Ação						
Código da Ação/Subtítulo	2000.0001			Tipo: Atividade		
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código: 68201		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.478.692,00	32.945.642,00	32.149.379,95	28.872.519,77	28.676.234,67	196.285,10	3.276.860,18
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Não se aplica		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.804.071,82	3.113.996,10	675.298,41	-	-		

Fonte: SIOF

3.5.1.1.5. *Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais*

A ação tem por objetivo assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

No exercício de 2016 os recursos orçamentários consignados na LOA para esta ação, acrescidos de suplementação, no valor de R\$ 3.948.423,00, totalizando R\$ 15.248.712,00, dos quais R\$ 14.890.788,18 foram executados, o que representou a realização de 98%.

Não houve inscrições em restos a pagar, nem tão pouco havia restos a pagar de exercícios anteriores.

Quadro 19 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o CPSS

Identificação da Ação						
Código da Ação/Subtítulo	09HB.0001			Tipo: Operações Especiais		
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código: 68201		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.300.289,00	15.248.712,00	14.890.788,18	14.890.788,18	14.890.788,18	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Não se aplica		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte: SIOP

3.5.1.1.6. *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes*

Quadro 20 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Identificação da Ação	
Código da Ação/Subtítulo	2004.0001 Tipo: Atividade
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
Iniciativa	Ação sem iniciativa

Objetivo	Ação sem objetivo				Código:	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República				Código: 2101	Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários				Código: 68201	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
960.000,00	1.040.080,00	1.040.080,00	1.018.288,78	1.018.288,78	0,00	21.791,22
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		Unidade/mês	833	-	854	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
305.045,12	282.922,45	22.122,67	-	-		

Fonte: SIOP/GRH-ANTAQ

A ação tem como objetivo proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9/12/93).

A ANTAQ oferece plano de assistência médica e odontológica a seus servidores e dependentes. Os planos são de abrangência nacional e são custeados em parte pelo servidor e parte pela ANTAQ de acordo com o estabelecido na Portaria MP nº 625, de 21 de dezembro de 2012.

Em 2016, o valor dos recursos orçamentários liberados, para esta ação, foi da ordem de R\$ 1.040.080,00 com uma execução de 100%.

No que tange à meta física, foram concedidos uma média de 854/mês de benefícios de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores desta Agência e seus dependentes.

3.5.1.1.7. *Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares*

Quadro 21 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Serv. Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação	
Código da Ação/Subtítulo	2010.0001 Tipo: Atividade
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Código: 2101 Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários Código: 68201
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária Anual - 2016	
Execução Orçamentária e Financeira	

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
72.000,00	338.894,00	317.131,95	317.131,95	317.131,95	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Criança atendida		Unidade	63	-	80	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-		

Fonte: SIOP

A ação tem como objetivo oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9/12/93), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

Em 2016 o valor dos recursos orçamentários liberados, para esta Ação, foi da ordem de R\$ 338.894,00 com execução de R\$ 317.131,95, representando 94% da meta prevista.

No tocante à meta física, foram concedidos 80 benefícios de assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados.

3.5.1.1.8. Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Quadro 22 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código da Ação/Subtítulo	2011.0001			Tipo: Atividade		
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código: 68201		
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
93.600,00	93.600,00	59.236,13	59.236,13	59.236,13	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		Unidade	52	-	21	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-		

Fonte: SIOP

A ação tem como objetivo propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia aos servidores e empregados da ANTAQ, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Em 2016, o valor dos recursos orçamentários liberados, para esta ação, foi da ordem de R\$ 93.600,00 com execução de R\$ 59.236,13, o que representou 63% de execução.

Não houve inscrições em restos a pagar, nem tão pouco havia restos a pagar de exercícios anteriores.

3.5.1.1.9. *Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares*

Quadro 23 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código da Ação/Subtítulo	2012.0001			Tipo: Atividade		
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código: 68201		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.440.000,00	2.368.464,00	2.347.288,01	2.347.288,01	2.347.288,01	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		Unidade /mês	322	-	419	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00			-	

Fonte: SIOP

A ação tem por objetivo proporcionar aos servidores e empregados da ANTAQ, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9/12/93), o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados.

Em 2016, 419 servidores desta Agência, foram beneficiados com auxílio-alimentação, o que representou um aumento de 30% da meta informada visto que o valor financeiro não previa a posse de novos servidores. Para atingir esta meta foram utilizados recursos da ordem de R\$ 2.347.288,01, o que representou um percentual de execução de 99% do orçamentário autorizado.

3.5.1.1.10. Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário

Quadro 24 - Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário

Identificação da Ação						
Código da Ação/Subtítulo	2088.0001			Tipo: Atividade		
Título	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101		Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código: 68201		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.120.000,00	1.120.000,00	1.103.488,23	1.062.408,62	1.037.431,05	24.977,57	41.079,61
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Outorga concedida		Unidade		364	-	103
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
133.376,13	97.311,69	36.064,44	-		-	

Fonte: SIOP

Ação finalística da ANTAQ desenvolvida em sua estrutura organizacional envolvendo as Superintendências de Outorgas – SOG, de Regulação – SRG e Desempenho e Desenvolvimento e Sustentabilidade – SDS.

Tem a finalidade principal de aferir o cumprimento dos termos das outorgas, normatizações e a de assegurar também o cumprimento dos princípios que orientam a exploração econômica dos serviços públicos, tais como: acessibilidade, regularidade, segurança e modicidade tarifária; garantir a isonomia no acesso e uso dos serviços de transporte e na exploração da infraestrutura aquaviária e portuária, assegurando os direitos dos usuários e fomentando a competição entre operadores.

Da meta física prevista para execução de 364 outorgas concedidas foram realizadas 103 concessões, o que representa 28% de execução, cabendo lembrar tratar-se de variável que embora prevista pela Agência é demandada diretamente pelo mercado.

Esta Ação contou com dotação autorizada no montante de R\$ 1.120.000,00, sendo que R\$ 1.103.488,23, foram executadas no exercício, ou seja, 99% de realização e R\$ 66.057,18 foram inscritas em Restos a Pagar, o que equivale a 6% do total empenhado.

3.5.1.1.11. Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário

Quadro 25 - Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transp. Aquaviário

Identificação da Ação						
Código da Ação/Subtítulo	2090.0001			Tipo: Atividade		
Título	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101 Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código: 68201		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
920.000,00	920.000,00	904.935,44	900.788,36	900.788,36	0,00	4.147,08
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Empresa Fiscalizada	Unidade	1018		-	1197	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
148.324,53	78.693,09	69.631,44	-		-	

Fonte: SIOP/SFC-ANTAQ

Esta ação tem como finalidade garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto e regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas, na prestação de serviços de transporte fluvial, lacustre, de travessia, de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem e longo curso, bem assim nos serviços de exploração da infraestrutura portuária.

A despesa executada refere-se a gastos com diárias, passagens e locomoção de acordo com a programação de Plano de Fiscalização Anual - PAF. É importante lembrar que a execução financeira não está diretamente ligada ao físico previsto na LOA, tendo em vista que grande parte das fiscalizações é efetuada por servidores que estão nas Unidades Regionais, o que normalmente não gera custos com passagens áreas à Agência.

Em termos físicos foram realizados 118% do previsto no Programa de Fiscalização Anual – PAF.

Esta Ação contou com dotação autorizada no montante de R\$ 920.000,00, sendo que R\$ 904.935,44 foram executadas no exercício, com percentual de execução de 98%, e R\$ 4.147,08 foram inscritas em Restos a Pagar, o que equivale a 0,5% do total empenhado.

3.5.1.1.12. Pagamento de Pessoal Ativo da União

Quadro 26 - Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação						
Código da Ação/Subtítulo	20TP.0001			Tipo:	Atividade	
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código:	2101	Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código:	68201	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
63.001.265,00	83.714.600,00	83.105.096,72	82.129.398,61	81.506.495,59	622.903,02	975.699,11
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Não se aplica	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.125.091,00	832.286,93	0,00			-	-

Fonte: SIOF

A ação tem por objetivo garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.

A dotação autorizada no montante de R\$ 83.714.600,00 teve um percentual de realização de 99% da meta orçamentária prevista. Dos valores empenhados no exercício R\$ 1.598.602,13 foram inscritos em restos a pagar, o que equivale a 2% do total empenhado.

Houve a necessidade de suplementar a dotação inicial o que foi realizado no montante de R\$ 20.713.335,00, visto que o valor aprovado na LOA-2016 não contemplava o ingresso de 143 (cento e quarenta e três) novos servidores aprovados em Concurso Público.

3.5.1.1.13. Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Quadro 27 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Identificação da Ação						
Código da Ação/Subtítulo	216H.0001			Tipo:	Atividade	
Título	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código:	2101	Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código:	68201	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2016						

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
251.317,00	251.317,00	225.590,00	225.590,00	225.590,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Agente Público beneficiado			Unidade /Mês	7	-	7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-		

Fonte: SIOP

A finalidade desta ação é conceder, em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos, com amparo legal no Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.

Em 2016, a dotação autorizada, no montante de R\$ 251.317,00, teve percentual de realização de 90%.

3.5.1.1.14. Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Quadro 28 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Identificação da Ação						
Código da Ação/Subtítulo	20UC.0001			Tipo: Atividade		
Título	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código: 68201		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.857.716,00	7.357.716,00	1.039.728,25	1.039.728,25	1.039.728,25	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Estudo realizado		Unidade	24	6	4	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
694.816,03	169.200,00	495.391,18	Estudo realizado	Unidade	1	

Fonte: SIOP

A LOA 2016 consignou a esta ação dotação inicial de R\$ 11.857.716,00, contudo, ao longo do exercício foi necessário o remanejamento de R\$ 4.500.000,00 para a ação de administração da unidade, junte-se a isso o contingenciamento orçamentário e financeiro imposto a esta Agência, o que consequentemente demandou a revisão dos cronogramas dos estudos contratados. O remanejamento ocorreu tendo em vista que a dotação orçamentária disponibilizada para a ação de administração da ANTAQ foi insuficiente numa proporção que comprometeria as obrigações institucionais da Agência.

Temos que os seguintes estudos cujo termo de execução descentralizada teve início ou foram executados no exercício de 2016:

- TERM-SAF-ANTAQ/Nº 01/2014- Elaboração de estudo sobre o transporte aquaviário longitudinal de passageiros e misto.

Celebrado entre esta Agência e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, possui como objeto a realização de estudos que envolvam o levantamento dos elementos que compõem os custos e receitas da prestação de serviços de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto verificados na Região Hidrográfica da Amazônica, bem como a concepção de metodologia de cálculo de preços de equilíbrio econômico financeiro. O Estudo foi concluído e o Relatório Executivo entregue pela Universidade e aprovado pela equipe técnica da Agência, está em fase final de diagramação para publicação.

- PREGÃO Nº 17/14 - Pesquisa de satisfação dos usuários do sistema portuário brasileiro

O Contrato de Prestação de Serviços para a PSU do Sistema Portuário brasileiro, CONT-SAF-ANTAQ/Nº 30/2014, celebrado entre esta Agência e a MK PESQUISA E PLANEJAMENTO LTDA, previa a execução de uma pesquisa de satisfação entre os usuários de 21 portos organizados do país, em três anos. Para o primeiro ano, foram entregues os oito produtos previstos, sendo 6 aprovados pelo Grupo de Trabalho (GT) que acompanha o desenvolvimento da pesquisa. O relatório contendo o Produto 7, que complementaria o trabalho de campo da pesquisa no ano de 2015 foi recebido pela ANTAQ em 06/08/2015. Juntamente com esse relatório foi disponibilizada pela Contratada a base de dados de toda a pesquisa. Ao analisar esse último relatório (Produto 7) e, principalmente, o banco de dados que o acompanhava, a ANTAQ constatou uma série de problemas que, apesar da insistência da Agência, não foram sanados pela Contratada, levando o posicionamento da área técnica pela rejeição do Produto 7, pela aplicação de penalidade à empresa contratada e pela determinação da correção das inconsistências. Dado que a Contratada não atendeu às solicitações da equipe técnica, o contrato foi cancelado, as penalidades aplicadas e o processo administrativo está em fase de instauração. Atualmente o planejamento amostral está sendo revisto pela gerência visando a redução do escopo e a aplicação da pesquisa pelos servidores da Agência.

- TERM-SAF-ANTAQ/Nº 02/2014 - Elaboração de estudo para acompanhamento da oferta e demanda de transporte aquaviário longitudinal de passageiros e misto na região amazônica.

Celebrado com a Universidade Federal do Pará – UFPA, possui como objeto pesquisa relacionada ao “Acompanhamento da Oferta e Demanda de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Região Amazônica”. O estudo contempla pesquisas de campo para levantamento da oferta e demanda por transporte de passageiros. O ritmo do trabalho sofreu uma redução em virtude da falta de repasses provocada pela indisponibilidade financeira enfrentada pela ANTAQ. A segunda fase de coleta de dados em campo está prevista para a segunda quinzena de janeiro/17. Até a presente data cerca de 35% dos trabalhos já foram realizados.

- TERM-SAF-ANTAQ nº 01/2015 - Elaboração de estudo a respeito das Práticas Regulatórias.

Celebrado com a Universidade Federal do Paraná – UFPR, possui como objeto a elaboração de estudo a respeito das práticas regulatórias, vantagens competitivas e oferta e demanda de carga que se verificam no âmbito do transporte longitudinal de cargas na Hidrovia Paraguai – Paraná entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. A UFPR enviou parte do material previsto para os três primeiros Produtos, de um total de cinco produtos, totalizando 50% do trabalho previsto. O Terceiro produto está em fase de análise pela equipe técnica. O ritmo do trabalho sofreu uma redução em virtude da falta de repasses provocada pela indisponibilidade financeira enfrentada pela ANTAQ.

- TED nº 05/2015 - Programa de rastreamento de embarcações de navegação interior para o transporte de passageiros e misto (PRENAVI).

Celebrado com a Marinha do Brasil, possuem como objeto o desenvolvimento de uma Solução para o Rastreamento e Monitoramento de Embarcações utilizadas nas operações de transportes que ocorrem nas Navegações reguladas pela ANTAQ. O Produto 1, referente ao Conceito operacional do Sistema, foi entregue à ANTAQ e está em fase de revisão e complementação pela Marinha. O ritmo do trabalho sofreu uma redução em virtude da falta de repasses provocada pela indisponibilidade financeira enfrentada pela ANTAQ.

- TED nº 04/2015- Dimensão Econômica-Regulatória da Navegação Marítima no Brasil - FUB.

O estudo referente ao TERM-SAF-ANTAQ/Nº 04/2015, celebrado entre esta Agência e a Fundação universidade de Brasília – FUB, possui como objeto a realização de estudo sobre a Navegação Marítima focando em um Diagnóstico e Benchmark; na Percepção dos Usuários; em Indicadores de Desempenho, em consonância com o Planejamento Estratégico da Agência; além de Proposições Regulatórias, visando melhorias nos atos e ações da Agência perante este tipo de transporte aquaviário. O estudo iniciou-se, efetivamente, em outubro de 2015 e o primeiro e o segundo relatório, de um total de quatorze, já foi entregue e analisado pelo Grupo de Trabalho responsável, correspondendo a 14% dos trabalhos. O ritmo do trabalho sofreu uma redução em virtude da falta de repasses provocada pela indisponibilidade financeira enfrentada pela ANTAQ.

3.5.2. *Fatores intervenientes no desempenho orçamentário*

As novas competências atribuídas à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, pelo novo marco regulatório disciplinado pela Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, resultou em aumento considerável nos trabalhos desenvolvidos pela Agência. O quantitativo de regulados, objeto de fiscalização e monitoramento, cresce anualmente, implicando significativo aumento de suas despesas.

O novo papel da ANTAQ demanda novos patamares orçamentários para que se cumpra as determinações da Lei nº 12.815, de 2013, o que não ocorreu no exercício, como comprova o quadro logo abaixo.

O maior desafio foi recompor a LOA 2016 de forma a possibilitar o pagamento dos contratos já firmados, visto que a redução de 52% em relação ao valor do Projeto de Lei, inviabilizava o funcionamento administrativo da Agência.

30 – PLOA X LOA - 2016

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Execução 2015	PLOA 2016 A	LOA 2016 (*) B	Diferença C=B-A	% Crescimento D=(B/A-1)*100
68201 - ANTAQ	<u>122.768.546</u>	<u>129.030.161</u>	<u>111.656.083</u>	<u>-17.374.078</u>	<u>-13%</u>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	85.878.467	78.623.357	77.421.554	-1.201.803	-2%
BENEFÍCIOS	2.469.944	2.586.804	2.586.804	0	0%
DEMAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	34.420.135	47.820.000	31.647.725	-16.172.275	-34%
Administração da Unidade-Nacional	30.307.612	36.056.683	17.478.692	-18.577.991	-52%
Custeio	28.207.612	31.556.683	15.169.801	-16.386.882	-52%
Investimento	2.100.000	4.500.000	2.308.891	-2.191.109	-49%
Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	850.000	2.000.000	920.000	-1.080.000	-54%
Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	1.120.000	2.000.000	1.120.000	-880.000	-44%
Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	2.135.250	7.492.000	11.857.716	4.365.716	58%
Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior	7.273	20.000	20.000	0	0%
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-moradia a Agentes Públicos	0	251.317	251.317	0	0%

(*) Ação de Estudos acrescida de emenda coletiva (R\$ 7.357.716)

Constata-se que, embora a ANTAQ tenha a partir de 2013 suas atividades e obrigações acrescidas em muito pelo novo Marco Regulatório, os recursos orçamentários e econômico-financeiros não estão seguindo o mesmo curso. Tal situação não deve prosperar sob pena da Agência não conseguir dar seguimento as suas Competências Institucionais. Neste período foram criados 12 Postos Avançados de Fiscalização em área portuária pública, para vivenciar em tempo real a realidade da atividade das Autoridades Portuárias, arrendatários e operadores portuários.

Os postos avançados foram criados nos portos de Salvador e Aratu (BA), Santarém (PA), Macapá (AP), Suape (PE), Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba (SC), Rio Grande (RS), Itaguaí (RJ), Santos (SP) e o posto avançado do Rio de Janeiro (RJ). Os locais foram definidos por critérios de importância no cenário nacional, principalmente pela quantidade de carga movimentada.

3.5.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Todas as obrigações foram assumidas tendo em vista o planejamento antecipado, inclusive as de ordem emergencial, aquelas não aprovadas no orçamento foram adiadas para o exercício seguinte.

3.5.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 29 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016	
	(a)	(b)	(c)	(d) = (a-b-c)	
2015	4.184.002,41	4.184.002,41	-	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro/2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/16
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e-g-h)
2014	1.301.527,74			1.301.527,74	0,00
2015	4.633.884,78	4.131.246,92	4.131.246,92	487.860,55	14.777,31

Fonte: GOF/ANTAQ e Tesouro Gerencial

As inscrições foram realizadas considerando o teor constante da Macrofunção 020318, decorrente da Portaria/STN N 833, de 16 de dezembro de 2011, que revogou a IN/STN N° 05, de 06 de novembro de 1996, (Manual SIAFI), bem como as Normas decorrentes do Encerramento do Exercício.

Os valores reinscritos em Restos a Pagar foram analisados junto aos setores solicitantes desta Agência. Foram verificados os empenhos que até o final do exercício de 2016, ainda careciam da devida comprovação da execução dos serviços ou da entrega dos bens, não sendo verificadas tais comprovações os mesmos foram submetidos ao cancelamento manual por meio do SIAFI.

3.5.5. Informações sobre a realização das receitas

Quadro 30 - Receitas Arrecadadas

Valores em R\$ 1,00

Fonte Recursos Detalhada	Natureza Receita		TOTAL
129	13320311	Deleg.p/expl.infraest.transp.aquaviario-princ	418.116.333,18
174	19100110	Multas Previstas em Legislação Específica	3.603.240,87
250	19100110	Multas Previstas em Legislação Específica	101.508,49
	19230311	Reversao de garantias-principal	4.677,71
Total Geral			421.825.760,25

(*) Receita 1910.0110 = 1910.0111 + 1910.0112

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 31 - Receitas Arrecadadas – Média

Valores em R\$ 1,00

Fonte	Natureza da Receita		Ano	LOA	Arrecadado	Média Arrecadação
174	1910.0110	Multas Previstas em Legislação Específica	2015	1.709.505,00	3.413.386,16	284.448,85
			2016	4.604.054,00	3.603.240,87	300.270,07

(*) Receita 1910.0110 = 1910.0111 + 1910.0112

Fonte: Tesouro Gerencial

3.5.6. Informações sobre a execução das despesas

3.5.6.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Total

Quadro 32 - Despesa por Modalidade de Contratação – Total

Unidade Orçamentária: Modalidade de Contratação	Código UO:68201		UGO:682010	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	17.364.200,07	17.122.812,99	17.250.648,99	16.069.437,92
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	17.364.200,07	17.122.812,99	17.250.648,99	16.069.437,92
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Dif. de Cont. Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	12.068.347,56	9.849.592,36	11.965.655,40	9.750.700,43
h) Dispensa	11.012.959,02	8.831.558,21	10.924.924,07	8.734.792,20
i) Inexigibilidade	1.055.388,54	1.018.034,15	1.040.731,33	1.015.908,23
3. Regime de Execução Especial	44.125,85	25.414,05	44.125,85	25.414,05
j) Suprimento de Fundos	26.776,73	25.414,05	26.776,73	25.414,05
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	101.105.389,44	85.478.702,43	100.474.818,72	85.433.837,83
k) Pagamento em Folha	100.821.289,51	85.052.789,35	100.190.718,79	85.007.924,75
l) Diárias	284.099,93	425.913,08	284.099,93	425.913,08
5. Outros	5.054.170,23	3.420.985,91	5.049.150,80	3.420.981,79
6. Total (1+2+3+4+5)	135.636.233,15	115.897.507,74	134.784.399,76	114.700.372,02

Fonte: Tesouro Gerencial

3.5.6.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Total

Quadro 33 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Total

Unidade Orçamentária: ANTAQ				Código UO: 68201		UGO: 682010		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Pessoal								
<i>11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil</i>	77.202.972,34	65.199.003,00	77.202.972,34	65.199.003,00			76.880.310,44	65.192.855,34
<i>13 - Obrigações patronais</i>	15.389.853,37	13.006.923,34	15.389.853,37	13.006.923,34			15.389.853,37	12.968.206,40
<i>96 - Ressarc. de despesas de pessoal requisitado</i>	4.204.546,06	4.041.000,00	3.228.847,95	3.286.025,33	975.698,11	754.974,67	2.928.606,83	3.286.025,33
<i>Demais elementos do grupo</i>	4.999.615,85	3.631.540,36	4.999.615,85	3.621.540,36		10.000,00	4.991.948,15	3.621.540,36
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
<i>39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ</i>	29.863.378,82	25.868.969,00	27.119.988,03	23.361.009,00	2.743.390,79	2.507.960,00	26.942.903,78	22.212.237,88
<i>46 - Auxílio-Alimentação</i>	2.336.726,01	1.639.488,51	2.336.726,01	1.639.488,51			2.336.726,01	1.639.488,51
<i>37 - Locação de Mão-de-Obra</i>	1.375.011,49	2.002.363,48	1.313.323,78	1.882.171,51	61.687,71	120.191,97	1.283.627,38	1.882.171,51
<i>Demais elementos do grupo</i>	3.326.542,66	5.279.257,81	3.146.274,39	4.746.054,29	180.268,27	533.203,52	3.131.792,37	4.742.554,29
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
<i>52 - Equipamento e material permanente</i>	1.193.898,14	61.030,00	1.149.958,88	61.030,00	43.939,26		1.149.958,88	61.030,00
<i>39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ</i>	1.114.992,86	2.038.970,00	800.400,80	1.123.415,53	314.592,06	915.554,47	800.400,80	1.123.415,53
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Tesouro Gerencial



3.5.7. Desempenho Operacional

3.5.7.1. Programação da Despesa

Quadro 34 - Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO: 68201		UGO: 682010	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		77.421.554,00	-	31.925.638,00	
CRÉDITOS	Suplementares	25.807.411,00	-	16.742.388,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Créditos Cancelados		0,00	-	-4.500.000,00
Outras Operações		-	-	-	
Dotação final 2016 (A)		103.228.965,00	-	44.168.026,00	
Dotação final 2015 (B)		88.748.027,00	-	36.695.457,00	
Varição (A/B-1)*100		16,32	-	20,36	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		2.308.891,00	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Créditos Cancelados		0,00	-	-
Outras Operações		-	-	-	-
Dotação final 2016 (A)		2.308.891,00	-	-	-
Dotação final 2015(B)		2.100.000,00	-	-	-
Varição (A/B-1)*100		9,95	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

- **Pessoal e Encargos Sociais**

Ao longo do exercício de 2016 a dotação inicialmente autorizada para as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 77.421.554,00, mostrou-se insuficiente, tendo sido dotada de crédito suplementar da ordem de R\$ 25.807.411,00, tendo em vista que o valor inicial não contemplava os 143 (cento e quarenta e três) servidores aprovados no Concurso Público/2014.

O valor total empenhado no exercício, de R\$ 101.796.988, representa uma execução de 99% da dotação final. Comparando-se os valores finais da LOA dos exercícios 2015 e 2016 a variação percentual é de 16,32% de acréscimo.

As suplementações foram alocadas conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 35 - Alterações Orçamentárias – Pessoal e Encargos Sociais

Em R\$ 1,00

Projeto/Atividade	Dotação Inicial	Dotação Suplementar	Dotação Cancelada Remanejada	Dotação Atualizada
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	3.120.000,00	1.145.653,00		4.265.653,00
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	11.300.289,00	3.948.423,00		15.248.712,00
20TP Pagamento de Pessoal Ativo da União	63.001.265,00	20.713.335,00	0,00	83.714.600,00
Total	77.421.554,00	25.807.411,00	0,00	103.228.965,00

Fonte: Tesouro Gerencial

- **Outras Despesas Correntes e Investimento**

A dotação orçamentária autorizada para outras despesas correntes na LOA-2016 se mostrou insuficiente considerando as novas atribuições da Agência com a promulgação da Lei nº 12.815/13, conhecida como Nova Lei dos Portos.

Tendo em vista que o valor aprovado na LOA 2016 não era suficiente para as necessidades mínimas da Agência era imprescindível suplementar o valor da ação de administração da unidade, o que foi feito com crédito suplementar no montante de R\$ 10.966.950,00, e o remanejamento de R\$ 4.500.000,00 da ação de Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes.

Quadro 36 - Alterações Orçamentárias – Outras Despesas Correntes

Em R\$ 1,00

Projeto/Atividade	Dotação Inicial	Dotação Suplementar	Dotação Cancelada Remanejada	Dotação Atualizada
00M1 Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	21.204,00			21.204,00
00OL Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	20.000,00			20.000,00
2000 Administração da Unidade	15.169.801,00	15.466.950,00		30.636.751,00
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	960.000,00	80.080,00		1.040.080,00
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	72.000,00	266.894,00		338.894,00
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	93.600,00			93.600,00
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	1.440.000,00	928.464,00		2.368.464,00
2088 Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	1.120.000,00			1.120.000,00
2090 Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	920.000,00			920.000,00
20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	11.857.716,00		(4.500.000,00)	7.357.716,00
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	251.317,00			251.317,00
Total	31.925.638,00	16.742.388,00	(4.500.000,00)	44.168.026,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 37 - Alterações Orçamentárias – Investimento

Em R\$ 1,00

Projeto/Atividade	Dotação Inicial	Dotação Suplementar	Dotação Cancelada Remanejada	Dotação Atualizada
2000 Administração da Unidade	2.308.891,00		0,00	2.308.891,00

Fonte: Tesouro Gerencial

3.5.7.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

A ANTAQ possui apenas uma Unidade Gestora Executora, código 682010, portanto, não realiza movimentação de créditos interna, apenas externa. A movimentação externa é processada para as Instituições de Ensino Federal que são contratadas por meio de Termo de Descentralização de Crédito – TED, conforme quadro abaixo.

Quadro 38 – Movimentação Orçamentária Externa – Despesas Correntes

R\$ 1,00

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	682010	772001	26121210120UC0001	-	-	360.000,00
		153163	26121210120UC0001	-	-	349.280,00
		153063	26121210120UC0001	-	-	330.448,25
			26122210120000001	-	-	51.432,10
Total				0,00	-	1.091.160,35

Fonte: Tesouro Gerencial

3.5.7.3. Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 39 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes em 2016

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Agência Nacional de Transportes Aquaviários							
CNPJ: 04.903.587/0001-08				UG/GESTÃO: 682010/68201			
Informações sobre as Transferências							
Mod.	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados	Valores Repassados		Vigência	
			Global	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim
TED	01/2014	Univ. Federal de Santa Catarina - UFSC	1.455.330,00	349.280,00	1.106.050,00	28/08/14	28/08/16
TED	02/2014	Univ. Federal do Pará	1.298.896,50	330.448,25	578.779,30	18/09/14	18/11/17
TED	01/2015	Univ. Federal do Paraná	1.762.398,78	0,00	673.791,00	11/02/15	11/05/17
TED	02/2015	Univ. Federal do Pará	228.936,40	51.432,10	42.000,00	25/06/15	25/11/17
TED	04/2015	Fund.Univ.de Brasília-FUB	2.530.940,00	0,00	200.000,00	23/10/15	27/07/18
TED	05/2015	Marinha do Brasil	1.900.000,00	360.000,00	0,00	24/11/15	24/01/18

Fonte: SIAFI - Posição em 31.12.2016

Quadro 40 - Resumo dos instrumentos celebrados pela ANTAQ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Agência Nacional de Transportes Aquaviários					UG/GESTÃO: 682010/68201	
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-	-	-			41.722,24
Contrato de Repasse	-	-	-			
Termo de Execução Descentralizada	0	4	3	1.091.160,35	1.917.471,00	1.406.426,42
Termo de Compromisso						
Totais	0	4	3	1.091.160,35	1.917.471,00	1.448.148,66

Fonte: SIAFI/SICONV

3.5.7.4. *Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal*

Quadro 41 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos - 2015

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
682010	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	339030	03	690,66
			04	1.534,75
			07	132,00
			16	362,60
			17	497,42
			21	473,00
			24	4.337,13
			25	1.551,30
			26	4.419,49
			28	46,00
			30	70,00
			44	450,00
			50	672,00
		339033	09	196,00
		339039	05	115,00
			16	1.130,00
			17	4.300,00
20	1.358,00			
46	361,70			
59	357,00			
	63	1.350,00		
	79	1.010,00		
Total				25.414,05

Fonte: Tesouro Gerencial

3.6. Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

3.6.1. Controles da Atividade de Arrecadação das Multas Aplicadas

A Secretaria - Geral é responsável pelo controle e acompanhamento dos processos, inclusive os de multas aplicadas. Uma vez constituído o crédito a Gerência de Orçamento e Finanças – GOF passa a ser responsável pelo controle da arrecadação, sendo que, a partir de dezembro de 2014, ficou responsável pela comunicação da constituição do crédito e encaminhamento da Guia de Recolhimento da União – GRU ao devedor.

No novo modelo de comunicação da constituição do crédito, o devedor é comunicado da possibilidade de parcelamento do débito e do prazo para inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN. Com isso deixamos de realizar a notificação extrajudicial e tivemos um aumento na quantidade de multas parceladas de 51% em apenas um mês, no exercício de implementação. A Gerência de Orçamento e Finanças controla o prazo previsto no art. 2º, § 2º da Lei nº 10.522/2002 para inscrição do devedor no CADIN. Decorrido este prazo a Coordenadoria de Orçamento realiza a inscrição.

Após a inscrição do devedor no CADIN o processo segue para Procuradoria Federal junto à ANTAQ para as providências quanto à execução judicial e acompanhamento do processo.

3.6.2. Procedimento de controle da arrecadação

A verificação de arrecadação é realizada no Sistema SISGRU diariamente. A Coordenação de Finanças - CFI é responsável por acompanhar as receitas arrecadadas e pela contabilização das mesmas, com validação dos procedimentos realizados por outro servidor.

Visando a obtenção de maior eficiência e celeridade tanto no controle de prazos de inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal- CADIN quanto na expedição das notificações extrajudiciais dos inadimplentes das multas aplicadas, a comunicação às empresas que receberam multas pecuniárias passou, no 4º bimestre de 2013, para o controle da Gerência de Orçamento e Finanças.

Em 2014 a GOF propôs um novo normativo com vistas a facilitar o parcelamento dos débitos, que veio a se tornar a Resolução Administrativa nº 4, aprovada em 04/08/2015

Mesmo antes do Acórdão 1215 TCU-Plenário, havia estudos no âmbito do Planejamento Estratégico visando a sistematização do processo de arrecadação de multas aplicadas por esta Agência.

Neste sentido, já estava em curso o desenvolvimento de uma solução que contemplava o processo desde sua fiscalização até o controle da arrecadação.

A demanda foi modularizada em 4 (quatro) pacotes a saber:

- Pacote 1 – Workflow de publicação no D.O.U.
- Pacote 2 - Emissão de GRU
- Pacote 3 – Controles
- Pacote 4 - Parcelamento

CONCEITOS RELACIONADOS AOS ESTÁGIOS DAS MULTAS APLICADAS:

Aplicadas - multas com base em autos de infração emitidos, devidamente ajustadas pelas eventuais majorações ou reduções. Não devem ser consideradas as que deram origem a Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) objeto de contraprestação em bens ou serviços;

Exigível - multas definitivamente constituídas, não pagas e que não tiveram sua exigibilidade suspensa por decisão judicial ou garantia apresentada em processo judicial;

Definitivamente constituídas - sanção contra a qual não cabe mais recurso na esfera administrativa;

Arrecadadas - multas efetivamente recebidas no exercício por período de competência, livres de descontos;

Pendentes de inscrição no Cadin - quantidade de devedores pendentes de inscrição no Cadin por ano de competência;

Prescrição da pretensão executória - espécie de prescrição quinquenal que atinge a ação de execução dos créditos decorrentes de multa de poder de polícia, cujo prazo se inicia com o trânsito em julgado administrativo das multas, conforme art. 1^a-A da Lei nº 9.873/99. Salvo normativo interno ao contrário, deve-se ter como referência a data limite de 3 anos após o trânsito em julgado administrativo das multas;

Canceladas por decisão administrativa - não devem ser consideradas as multas prescritas e as excluídas por erro operacional;

Suspensa administrativamente - sanção com exigibilidade suspensa por decisão administrativa.

Quadro 42 - Arrecadação Efetiva (R\$)

Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados	
	Exercícios	
	2016	2015
2016	2.302.984,15	-
2015	639.506,76	3.178.647,55
Total	2.942.490,91	3.178.647,55

Fonte: GOF-ANTAQ

Quadro 43 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Quantidade

Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Adm.		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)								Validação			
						Suspensas Adm.		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras				Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas	
Período de Competência	Quantidade	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Multas Aplicadas por Período de Competência	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
2016	215	73	-	1	-	-	-	-	-	-	-	135	-	6	-	215	-
2015	331	24	135		1							171	195			331	331
Total	546	97	135	1	1	0	0	0	0	0	0	306	195	6	0	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		546	331														

Quadro 44 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Valores (R\$ 1,00)

Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Adm.		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação	
								Suspensas Adm.		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações			
Período de Competência	Valores	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Multas Aplicadas por Período de Competência	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
2016	8.205.016	0	-	2.302.984	-	24.750	-	-	-	5.594.803	-	282.478	-	8.205.016	-
2015	8.662.628	0	0	639.506,	3.178.647		2.362			4.842.111	4.999.140	0	482.477	8.662.628	8.662.628
Total	16.867.645	0	0	2.942.490	3.178.647	24.750	2.362	0	0	10.436.915	4.999.140	282.478	482.477	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				16.867.645	8.662.628										

3.6.3. Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras

Quadro 45 - Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário

Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2016	2015
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	306	195
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	306	195
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	1	1
	Qtde	Aplicadas	b	546	331
	%	Físico	a/b x 100	0,18%	0,30%
	R\$	Canceladas	c	24.750,00	2.362,50
	R\$	Aplicadas	d	16.867.645,21	8.662.628,36
%	Financeiro	c/d x 100	0,15%	0,03%	
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	0	0
	Qtde	Aplicadas	b	546	331
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
	R\$	Suspensas	c	0,00	0,00
	R\$	Aplicadas	d	16.867.645,21	8.662.628,36
%	Financeiro	c/d x 100	0,00%	0,00%	
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	97	135
	Qtde	Aplicadas	b	546	331
	%	Físico	a/b x 100	17,77%	40,79%
	R\$	Arrecadadas	c	2.942.490,91	3.178.647,55
	R\$	Aplicadas	d	16.867.645,21	8.662.628,36
%	Financeiro	c/d x 100	17,44%	36,69%	

3.7. *Renúncia de receitas*

Não houve renúncia de receitas.

3.8. *Apresentação e análise de indicadores de desempenho*

3.8.1. *Indicadores Estratégicos*

Os indicadores de desempenho de 2016 da ANTAQ relativos ao Planejamento Estratégico permaneceram relacionados à eficiência e eficácia das ações de fiscalização, à promoção de capacitação gerencial e técnica dos servidores e à melhoria do planejamento e execução orçamentária (investimentos e global).

- ❖ **Execução do Plano Anual de Fiscalização.** Conforme já informado no item relativo ao Macroprocesso Processo de Fiscalização, o PAF teve uma execução de 95% em 2016, tendo o segmento de Navegação Marítima e de Apoio alcançado 97% da programação; o segmento de Navegação Interior, 96%; e as Instalações Portuárias, 93%.

❖ **Indicadores de Execução Orçamentária**

- Execução do Orçamento de Capacitação
- Execução do Orçamento de Investimento (Despesas De Capital)
- Execução do Orçamento Global

Quadro 46 - Execução Orçamentária

Valores em R\$1,00

Indicadores	Meta (%)	LOA + Créditos	Executado	Execução (%)
Capacitação	100	307.707	244.766	80
Investimento	100	2.308.891	2.308.891	100
Orçamento Global	100	149.705.882	141.007.538	94

Fonte: GRH-ANTAQ/Tesouro Gerencial

Cabe destacar que o percentual de execução orçamentária foi da ordem de 100%, considerando o limite de empenho disponibilizado para despesas de custeio e investimento, no valor de R\$ 35.431.408,80.

3.8.2. *Informações e indicadores sobre o desempenho operacional*

❖ **Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos**

Neste tópico, estão consubstanciados os indicadores praticados pela Gestão de Pessoas, durante o exercício de 2016, explicitando os padrões utilizados, os objetivos mensurados, os objetivos e metas fixados, e, por fim, as conclusões quantitativas e qualitativas decorrentes.

Esses indicadores norteiam o trabalho para o desenvolvimento das competências dos servidores ao longo dos anos, visando também atender o Planejamento Estratégico.

ROTATIVIDADE (TURNOVER)

Os indicadores consolidados pela Gerência de Recursos Humanos - GRH, unidade responsável por administrar os dados relativos à movimentação de pessoal na Agência, servem para mensurar o índice de *turnover* (relação entre admissões e exonerações/vacâncias) dos servidores, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 47 - Índice TURNOVER – servidores com e sem vínculo

Situação apurada em 31/12/2016			Índice <i>Turnover</i>
ENTRADA	SAÍDA	Ativos em 31/12/15	(Entrada + Saída) /2/Ativos*100
16	17	458	3,6%

Fonte: SIAPE / GRH/ANTAQ

Durante o ano de 2016 ocorreram 2 (duas) aposentadorias do quadro de servidores da ANTAQ. Quanto ao número de vacâncias de servidores efetivos, estas totalizaram 9 (nove), somando-se as outras exonerações de cargos o resultando foi uma redução de 16 (dezesesseis) servidores no quadro de pessoal da Agência. No entanto, como houve concurso público e nomeação para reposição da força de trabalho, verifica-se que a defasagem que existia anteriormente reduziu significativamente. Desta forma, fica evidenciada a necessidade de realização de concurso público a fim de recompor-se a força de trabalho. Importante ressaltar que a ANTAQ não teve em seu quadro de pessoal, no exercício de 2016, nenhum servidor na condição de contrato temporário.

Em relação ao absenteísmo, a ANTAQ realiza um controle de frequência por meio do sistema eletrônico Sistema de Administração de Recursos Humanos - SARH, controlado pela Coordenadoria de Cadastro e Pagamento – CCP/GRH. Além disso, por meio da Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada – CBL/GRH, é realizado controle de registro de licenças (por motivo de saúde do servidor, por motivo de doença em pessoa da família, licença à gestante e acidente em serviço junto às Unidades - Sistema Integrado de Atenção à Saúde - SIASS, que controla o registro das ausências no SIAPE-Saúde e no SARH. As ausências que precisam de Perícia/Junta médica são feitas pelas unidades – Sistema Integrado de Atenção à Saúde - SIASS.

A utilização do sistema SIAPE-Saúde proporciona a CBL/GRH uma importante ferramenta para contagem de dias das licenças para tratamento da saúde do servidor e de seus dependentes, pois essas informações sistematizadas proporcionam uma visão ampla do ponto de vista epidemiológico e de saúde ocupacional, servindo de base para ações de qualidade de vida no trabalho.

Para calcular o absenteísmo do ano de 2016 utilizou-se como referência o número de dias de ausência para tratamento da própria saúde, por motivo de doença em pessoa da família e por faltas injustificadas ao serviço. A fonte utilizada foi o SIAPE e as planilhas de controle mantidas pela Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada - CBL, da Gerência de Recursos Humanos.

A fórmula considera o nº de dias de afastamento no exercício, o número total de servidores em exercício na ANTAQ e o nº de dias em 2016, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Quadro 48 - Índice de Absenteísmo

Nº de dias úteis de afastamento			Índice de Absenteísmo	
LTPS	LMDPF	Faltas injustificadas	Ativos*dias úteis = R1	LTPS+LMDPF/R1*100
4812	330	0	469 * 366	3,0%

Fonte: GRH/ANTAQ

Onde:

LTPS: Licença para Tratamento da Própria Saúde

LMDPF: Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Ativos: Total de servidores em exercício na ANTAQ (servidores de carreira do órgão, requisitados, exercício descentralizado, exercício provisório e sem vínculo = 469 servidores).

R1: Resultado da multiplicação do nº total de servidores em exercício no órgão pelo nº de dias em 2016 (366 dias).

3.9. Resultados da execução física e financeira das ações planejadas para o exercício

Constata-se que mesmo com as dificuldades de ordem orçamentária e econômico-financeiras ocorridas no exercício de 2016, a ANTAQ teve um bom resultado com realização de 94% da despesa empenhada para o exercício. Na rubrica de Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transporte apresentou uma baixa realização de 14,13% provocada pela falta de limite de empenho no exercício.

Quadro 49 - Resultados da execução financeira das Ações – OFSS

Valores em R\$ 1,00

Ação Governo		Dotação Final	Despesa Empenhada	% Execução
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	21.204,00	15.405,09	72,65
00OL	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	20.000,00	8.286,51	41,43
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	4.265.653,00	3.801.102,72	89,11
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	15.248.712,00	14.890.788,18	97,65
2000	Administração da Unidade	32.945.642,00	32.149.379,95	97,58
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.040.080,00	1.040.080,00	100,00
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	338.894,00	317.131,95	93,58
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	93.600,00	59.236,13	63,29
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.368.464,00	2.347.288,01	99,11
2088	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	1.120.000,00	1.103.488,23	98,53
2090	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	920.000,00	904.935,44	98,36
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	83.714.600,00	83.105.096,72	99,27
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	7.357.716,00	1.039.728,25	14,13
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	251.317,00	225.590,42	89,76
Total		149.705.882,00	141.007.537,60	94,19

Fonte: Tesouro Gerencial / GOF/ANTAQ

Quadro 50 - Distribuição LOA + Créditos – 2016

Valores em R\$1,00

Despesas	LOA + Créditos	% Distribuição
Despesas Correntes	147.396.991	98,46%
Pessoal e Encargos Sociais	103.228.965	68,95%
Outros Despesas Correntes	40.305.784	26,92%
Diárias	284.385	0,19%
Passagens	317.929	0,21%
Capacitação	307.707	0,21%
Estudos	7.357.716	4,91%
Demais despesas	32.038.048	21,40%
Benefícios	3.862.242	2,58%
Despesas de Capital	2.308.891	1,54%
Tecnologia da Informação	2.172.403	1,45%
Outras Despesas	136.488	0,09%
Total	149.705.882	100%

Fonte: Tesouro Gerencial / GOF/ANTAQ

3.10. Informações sobre os indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão

As informações sobre indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão estão distribuídas nos itens MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS, RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO e APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

3.11. Principais resultados relacionados ao ambiente de gestão

Os principais resultados relacionados ao ambiente de gestão estão distribuídos nos itens MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS, RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO, DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA, INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS, GESTÃO DE PESSOAS, GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA, GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.

3.12. Principais resultados relacionados ao ambiente de negócio

Os principais resultados relacionados ao ambiente de negócios estão distribuídos nos itens AMBIENTE DE ATUAÇÃO, MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS e RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. Descrição das estruturas de governança

A Diretoria da ANTAQ é constituída por um Colegiado composto por um Diretor-Geral e dois Diretores, nomeados na forma do disposto no art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001.

O processo decisório está normatizado nos artigos 12 a 19 do Regimento Interno da Agência.

A ANTAQ conta ainda com seis colegiados na sua estrutura de governança. Os colegiados prestam apoio à Diretoria Colegiada e às demais Unidades Organizacionais para assuntos de âmbito corporativo e funcionam em caráter permanente, com reuniões periódicas.

4.1.1.1. Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão – NPMG

Criado pela Portaria 249/2010-DG e alterado pela Portaria 284/2014-DG, o NPMG tem por finalidades elaborar o Planejamento Estratégico da ANTAQ e coordenar a sua implementação (projetos, ações, iniciativas, políticas, programas, etc).

É composto pela Diretoria, Superintendentes, Chefe de Gabinete, Procurador-Geral, Corregedor, Ouvidor, Auditor, Secretário-Geral, Secretário de TI, Secretário de Planejamento, Assessor de Comunicação Social, Assessor de Relações Internacionais e Cerimonial, Assessor de Relações Institucionais e Gerente de Recursos Humanos. A Presidência é do Diretor-Geral. A coordenação é da Secretaria de Planejamento e Coordenação Interna.

O NPMG elaborou o conteúdo do II Ciclo de Planejamento da ANTAQ, abrangendo o período 2016-2020.

4.1.1.2. Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI

Criado pela Portaria 188/2011-DG e alterada pela Portaria 265/2014-DG, o CGTI cumpre as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e tem por finalidades: i) manter alinhadas as ações de TI ao planejamento estratégico da ANTAQ; ii) estabelecer diretrizes ao Plano Estratégico da Informação; iii) definir políticas, diretrizes, normas, orientações e prioridades das ações constantes do PDTI; iv) aprimorar os serviços relacionados à TI; v) acompanhar o cumprimento das ações e metas definidas no PDTI.

É composto pela Diretoria, Superintendentes, Secretário de TI, Secretário-Geral e Secretário de Planejamento e Coordenação Interna. O Diretor-Geral é o presidente e o titular da STI o Secretário-Executivo.

O PDTI é elaborado a cada dois anos e revisado periodicamente. No momento está em curso o ciclo 2016-2017.

4.1.1.3. Comitê Gestor de Segurança da Informação – CSGI

Criado pela Portaria 206/2011-DG, o CSGI cumpre as orientações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e tem por finalidades: i) propor a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da ANTAQ; ii) definir políticas, diretrizes, normas, orientações e prioridades das ações previstas na POSIC; iii) analisar e propor medidas para efetiva aplicação, disseminação e aprimoramento da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC). É composto pela Diretoria, Chefe de Gabinete, Ouvidor,

Corregedor, Superintendentes, Secretário de TI, Secretário-Geral e Secretário de Planejamento e Coordenação Interna. O Diretor-Geral é o presidente e o Chefe de Gabinete é o Gestor da Segurança da Informação e Comunicações da ANTAQ e coordenador do CGSI.

4.1.1.4. *Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho – CQVT*

Criado pela Portaria 228/2012-DG, o CQVT tem por finalidades: coordenar e monitorar a implementação das ações previstas no Programa de Qualidade de Vida na ANTAQ (PQVT), fruto de um dos projetos estratégicos do Planejamento 2011-2015. É composto pelo Superintendente de Administração e Finanças, pelo Superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais, pela Gerente de Recursos Humanos, pelo Secretário de Planejamento e Coordenação Interna e por um representante da Associação dos Servidores da ANTAQ. A coordenação do Comitê é da Secretaria de Planejamento. A execução do Plano de Qualidade de Vida no Trabalho é atribuição da Superintendência de Administração e Finanças.

4.1.1.5. *Comissão de Ética da Antaq – CEA*

Criada pela Portaria 012/2003-DG, a CEA cumpre as determinações do Decreto N° 1.171, de 22 de junho de 1994 e tem por finalidades: i) orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público; ii) atuar como instância consultiva do Diretor-Geral e dos servidores. É composta por três membros titulares e respectivos suplentes, todos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo do quadro permanente da Agência, designados por ato do Diretor-Geral.

4.2. *Atuação da unidade de auditoria interna*

A Auditoria Interna da ANTAQ é unidade vinculada à Diretoria de acordo com o Artigo 6° do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n° 3.585-ANTAQ, de 18/08/2014, no qual é definido a Estrutura Organizacional da Agência. Ainda de acordo com o Regimento Interno, compete à Unidade de Auditoria Interna segundo o Artigo 41:

- I - fiscalizar as gestões orçamentária, financeira, administrativa, contábil, patrimonial, finalística e demais sistemas administrativos e operacionais, de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria aprovado pela Diretoria;
- II - elaborar e encaminhar à Diretoria relatório das auditorias realizadas, propondo medidas preventivas e corretivas;
- III - responder pela sistematização das informações requeridas pelos órgãos de controle do Governo Federal e Tribunal de Contas da União – TCU;
- IV - elaborar e encaminhar os relatórios trimestral e anual de gestão relativos à sua esfera de atuação; e
- V - instruir respostas a consultas inerentes à sua esfera de atuação.

4.2.1.1. *Estrutura da auditoria interna*

Atualmente, a Auditoria Interna conta com o seguinte quadro de profissionais:

Quadro 51 – Quadro de profissionais lotados na Auditoria da Antaq

	NOME	FORMAÇÃO	CARGO
1	Luiz da Rocha Vianna Neto	Administração e Matemática	Auditor Chefe
2	Aurilene Sousa Vogado	Administração	Requisitada Valec
3	Daniel Simões de Almeida	Administração	Analista Administrativo
4	João de Carvalho Barbosa	Ciências Contábeis	Analista Adm. C. Contábeis
5	Mariana Zanon Rossato	Administração	Especialista em Regulação de Serv. de Transp. Aquaviários
6	Renata Cristina Santos Souza	Secretariado Executivo	Secretária Executiva

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Em atendimento ao Inciso I, do artigo 15 da IN 24/CGU

Inicialmente, cabe destacar que as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna da ANTAQ estão basicamente inseridas em 3 grupos de trabalhos, sendo eles: o planejamento das atividades de Auditoria Interna, a execução das atividades descritas no PAINT e o atendimento das demandas de órgãos de controle externo.

Durante o ano, foram realizados pela equipe de auditoria, além da execução do PAINT 2016, a elaboração do RAIN 2015 e do PAINT 2017, assim como atendimentos de demandas de órgãos de controle externo e assessoramento às próprias Unidades Organizacionais da ANTAQ.

O Plano de Auditoria Interna para o exercício 2016 foi elaborado por esta Unidade de Auditoria e aprovado pela Diretoria Colegiada da Agência, através da Portaria DG 56/2016 de 10 de março de 2016. Ressalte-se que os trabalhos de auditoria seguiram a orientação dos órgãos técnicos e se revestiram de um caráter de assessoramento às unidades internas da ANTAQ.

Para a realização das auditorias foram efetuados os procedimentos e técnicas aplicáveis a cada uma delas tais como verificação in loco, análise processual, entrevistas, levantamentos, verificação da legislação aplicável, verificação dos controles existentes, entre outros. Utilizou-se, ainda, o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE, Sistema de Administração de Serviços Gerais – SIASG, Sistema de Fiscalização e QlickView, Sistema de Controle de Diárias e Passagens – SCDP, Sistema Eletrônico de informações – SEI, bem como outros sistemas de controle pertencentes a esta Agência.

Foram previstas no PAINT/2016 a execução de 18 auditorias, além da elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN referente ao ano de 2015.

O quadro exibe as auditorias estabelecidas no PAINT e a sua execução:

Quadro 52 – Auditorias PAINT

Nº da Ação no PAINT	Descrição Sumária	Período de Execução - Planejado		Período de Execução - Realizado		Nº do Relatório
		Dias	H/H	Dias	H/H	
1	Relatório de Atividades de Auditoria	11 a 29/01/16	01/120	01/02 a 29/02/16	-	Sem Número
2	Acompanhamento Permanente dos Gastos - Gestão em Almoxarifado e Patrimônio e ainda a gestão dos Bens de Uso Especial de propriedade da União ou locado de terceiros	04 a 29/01/16	02/320	06/01 a 19/02/2016	01/244	Relatório de Auditoria Final 01
3*	Acompanhamento Permanente dos Gastos - Exame Contábil de	01 a 29/02/16	02/288	01/02 a 31/03/2016	3/624	Relatório de Auditoria Final 02

Nº da Ação no PAINT	Descrição Sumária	Período de Execução - Planejado		Período de Execução - Realizado		Nº do Relatório de Auditoria Final
		Dias	H/H	Dias	H/H	
	Processos / Cartão de pagamento do Governo Federal					
4	Acompanhamento da gestão de TI	01 a 29/02/16	02/288	24/02 a 10/06/2016	01/288	Relatório de Auditoria Final 03
5*	Prestação de Contas	01 a 30/03/16	02/336	01/02 a 31/03/2016	3/624	Relatório de Auditoria Final 02
6	Área Operacional - Estudos, Desempenho e Sustentabilidade	02/03 a 15/04/16	02/512	27/04 a 02/06/2016	01/192	Relatório de Auditoria Final 05
7	Outorga e Afretamento da Navegação e Outorgas de Instalações Portuárias	04/04 a 20/05/16	02/544	20/04 a 10/06/2016	02/576	Relatório de Auditoria Final 04
8**	Área Operacional - Unidade Regional Belém	18/4 a 13/05/16	02/304	01/09/2016 a 03/02/2017	01/1192	Relatório de Auditoria Final 10
9	Área Operacional - Arrendamento de áreas portuárias	16/05 a 24/06/16	02/464	27/05 a 16/09/2016	02/1256	Relatório de Auditoria Final 06
10	Acompanhamento Permanente dos Gastos - Gestão de Folha de Pagamento, Benefícios, Capacitação e Declarações de Bens e Rendas	23/05 a 24/06/16	02/384	04/09 a 31/01/2016	01/440	Relatório de Auditoria Final 09
11	Acompanhamento Permanente dos Gastos-Gestão de Serviços Gerais	27/06 a 29/07/16	02/400	16/09 a 21/12/2016	02/720	Relatório de Auditoria Final 07
12**	Área Operacional - Unidade Recife	01 a 19/08/16	02/240	01/09/2016 a 03/02/2017	01/1192	Relatório de Auditoria Final 10
13	Área Operacional - Regulação Portuária, Marítima e Interior	01/08 a 16/09/16	02/544	14/12 a 27/01/2016	02/392	Relatório de Auditoria Final 08
14**	Área Operacional - Fiscalização	22/08 a 07/10/16	02/544	01/09/2016 a 03/02/2017	01/1192	Relatório de Auditoria Final 10
15**	Área Operacional - Unidade Regional Porto Alegre	19/09 a 07/10/16	02/240	01/09/2016 a 03/02/2017	01/1192	Relatório de Auditoria Final 10
16	Acompanhamento Permanente dos Gastos - Acordos e Convênios	10 a 31/10/16	01/120	Não realizada, visto que, durante o ano de 2016 não havia convênio vigente e os TEDs foram analisados no Relatório Final 05.		
17**	Área Operacional - Unidade Regional São Luiz	10 a 31/10/16	02/240	01/09/2016 a 03/02/2017	01/1192	Relatório de Auditoria Final 10
18**	Área Operacional - Unidade Regional Fortaleza	07/11 a 28/11/16	02/240	01/09/2016 a 03/02/2017	01/1192	Relatório de Auditoria Final 10

* Por questões operacionais, as ações 3 e 5 foram realizadas em conjunto.

** Por questões operacionais, as ações 8, 12, 14, 15, 17 e 18 foram realizadas conjuntamente.

A Unidade de Auditoria procurou seguir o Cronograma de Execução constante do PAINT/2016 da melhor forma possível. Ocorreram algumas alterações com relação ao início e término de algumas auditorias e com as auditorias previstas nas ações nos 3 e 5 e nas de nos 8, 12, 14, 15, 17 e 18 do PAINT/2016 que, por questões operacionais, foram realizadas conjuntamente e resultaram no Relatório de Auditoria Final nº 02 e no Relatório de Auditoria Final nº 10, respectivamente.

A primeira ação realizada pela auditoria interna em 2016 foi a elaboração do RAINT referente ao exercício 2015, que deu origem ao processo SEI nº 50300.002571/2016-48. Embora a IN 24/2015 já estivesse em vigor, devido ao período de transição e por não haver óbices quanto à elaboração do RAINT de acordo com a norma anterior, as diretrizes seguidas para elaboração foram as da IN 01/2007, porém a data da apresentação observou a IN 24/2015. Assim, por meio do Ofício nº 01/2016-AUD, foi encaminhado à Secretaria de Controle Interno/CISSET o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAINT, em 29/02/2016.

A segunda ação foi a realização da auditoria na atividade - Acompanhamento Permanente de Gastos - Gestão em Almoxarifado e Patrimônio e dos Bens de Uso Especial. Essa auditoria deu origem ao processo nº 50300.000148/2016-11 e resultou no Relatório de Auditoria Final 01. Os objetivos estabelecidos para esta auditoria foram os de verificar os registros contábeis e os estoques, dando ênfase a confiabilidade dos registros e a verificação das condições físicas do material estocado e do imobilizado, testar os inventários físicos em 31/12/2015 e, por último, avaliar a gestão dos bens de uso especial de propriedade da União ou locado de terceiros. A realização desta auditoria foi comunicada à SAF através Memorando 001/2016-AUD de 06 de janeiro de 2016, quando foi informado sobre o escopo dos trabalhos. Para o desenvolvimento das atividades de auditoria, foram utilizados os sistemas SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), SIAF (Sistema de Informações Administrativas e Financeiras), os Relatórios das Comissões Inventariantes designadas pelas Ordens de Serviço da SAF, bem como o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

O Relatório de Auditoria Final 02 é resultado da fusão entre as ações 3 e 5 do PAINT/2016 e originou o processo 50300.001228/2016-86. Programadas para serem realizadas separadamente, no desenvolvimento dos trabalhos decidiu-se por incorporar a auditoria sobre o Acompanhamento Permanente dos Gastos – Exame Contábil de Processos/Cartão de Pagamento do Governo Federal aos trabalhos de auditoria sobre exame da Prestação de Contas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, referente ao exercício de 2015, visto que a auditoria de exame contábil assegura a opinião da auditoria sobre a prestação de contas do órgão, estando diretamente associadas. Foi verificado o cumprimento das normas vigentes, tendo como suporte as auditorias realizadas nas várias unidades durante o exercício de 2015, as demonstrações financeiras apresentadas pela Coordenadoria de Contabilidade e o demonstrativo da execução orçamentária apresentada pela Coordenadoria de Orçamento. Predominantemente foram realizados procedimentos nas Coordenadorias Contabilidade – CCT, Coordenadoria de Orçamento - COR e Coordenadoria de Finanças - CFI, unidade pertencente à Gerência de Orçamento e Finanças – GOF e na Secretaria de Planejamento – SPL. Os objetivos estabelecidos por esta auditoria são os de atender ao art. 70 da Constituição Federal, ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e Decisão Normativa - TCU 146 e 147 de 2015, do respectivo exercício, no que tange à verificação da composição do processo de prestação de contas anual e comprovar se os processos de despesas foram pagos e contabilizados corretamente, inclusive em relação à retenção e recolhimento dos impostos.

A ação número 4 resultou no Relatório de Auditoria Final 03. Realizada na atividade Acompanhamento da Gestão de TI, deu origem ao processo 50300.003243/2016-69. Os objetivos estabelecidos para a auditoria foram os de avaliar o sistema de gestão de tecnologia e de segurança da informação adotado na Agência, buscando analisar a sua contribuição para o alcance da missão institucional. A realização desta auditoria foi informada por meio do Memorando nº 3/2016/AUD ao Secretário de Tecnologia da Informação, quando foi solicitado o relatório de atividades da unidade do ano de 2015, destacando, em especial, as atividades previstas no PDTI. O desenvolvimento dos

trabalhos foram realizados com base no relatório de atividades da STI de 2015, confrontando as atividades ali elencadas com as competências previstas no Regimento Interno, além da avaliação do controle interno instituído para a Secretaria no âmbito da Agência, em vigor no período da execução da auditoria, contemplando ainda os seguintes objetivos específicos: confirmação da existência de competências e atribuições definidas e formalizadas; verificação da existência de Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação, alinhado às necessidades da Agência e ao cumprimento de sua missão institucional; avaliação da gestão de TI, no que diz respeito à Política de Segurança da Informação (POSIC); avaliação da estrutura de pessoal de TI, identificando o perfil dos recursos humanos envolvidos, tanto de servidores quanto terceirizados; verificação da existência e adequação de metodologia de desenvolvimento de sistemas utilizada na unidade de TI, bem como a existência de avaliações de rotina para verificação de compatibilidade entre os recursos de TI e a real necessidade da Agência; verificação das contratações e gestão de bens de TI em consonância com o PDTI e normas legais e de acordo com as necessidades da Agência; verificação dos indicadores utilizados na unidade.

O Relatório de Auditoria Final 04 foi emitido em razão do atendimento à ação 7 do PAINT. A auditoria na atividade Outorga e Afretamento da Navegação e Outorga de Instalações Portuárias consta do processo 50300.003719/2016-61. Os objetivos estabelecidos no respectivo Programa de Auditoria foram os de comprovar que as Gerências estejam cumprindo as diretrizes determinadas pela Diretoria e pela Superintendência, com enfoque no controle das autorizações de instalações portuárias, outorgas da navegação e afretamento. A realização desta auditoria foi comunicada à SOG por meio do Memorando nº 05/2016/AUD, no qual foi solicitado a disponibilização dos relatórios de atividades aos gestores da GAN, GAP e GAF com o intuito de comprovar se as Gerências estão cumprindo as competências previstas no Regimento Interno da ANTAQ. Foi solicitado também que fossem colocados à disposição os documentos e processos pertinentes.

Por sua vez, o Relatório de Auditoria Final 05 faz referência à ação 6 do planejamento 2016. Realizada na atividade - Área Operacional – Estudos, Desempenho e Sustentabilidade, teve como objetivo comprovar que as Gerências estejam cumprindo os objetivos determinados pela Diretoria e pela Superintendência, com enfoque na gestão de informações dos prestadores de serviço e verificação da realização de estudos. A realização desta auditoria consta do processo 50300.004784/2016-12 e foi comunicada à SDS através do Memorando nº 6/2016/AUD, de 27 de abril de 2016, quando foram solicitados os relatórios de atividades aos gestores da GEA, GMS, GDE e da SDS, com o intuito de comprovar a execução das competências previstas no Regimento Interno da ANTAQ. Foi solicitado também que fossem colocados à disposição os documentos e processos pertinentes registrados no SEI e o planejamento das atividades do ano de 2016. Para realização desta auditoria foram analisados os relatórios de atividade das Gerências, bem como os processos disponibilizados por elas. Encaminhamos para as mesmas a solicitação da indicação de atividades que cumprissem as competências, o qual foi respondido por e-mail e/ou entrevistas. Salienta-se que nesta auditoria foram identificados sob a gestão da GDE cinco Termos de Execução Descentralizada - TED do total de seis que estavam vigentes durante o ano de 2016. A auditoria analisou os procedimentos de escolha dos órgãos contidos nos TEDs, identificando falhas nos procedimentos de controle, já observado pelo TCU. Nesta mesma auditoria foi ampliado o escopo para permitir a análise da escolha do TED para realizar o Mapeamento de Competências, sob a gestão da Gerência de Recursos Humanos, que justificou preterida Universidade do Pará pela indicação do fórum de RG, que atestou a qualidade dos serviços deste órgão.

Em atendimento à ação de número 9, foi realizada auditoria na atividade Área Operacional – Arrendamento de Áreas Portuárias, que resultou na emissão do Relatório de Auditoria 06, constante do processo 50300.005797/2016-09. Os objetivos dessa auditoria foram os de comprovar que a Gerência esteja cumprindo as diretrizes determinadas pela Diretoria e pela Superintendência, com enfoque na verificação da situação dos processos de licitação dos arrendamentos portuários, bem como a verificação das demais atribuições discriminadas no

Regimento Interno. A realização desta auditoria foi comunicada à SOG por meio do Memorando nº 07/2016/AUD, no qual solicitamos a disponibilidade dos documentos e processos concernentes ao assunto. Devido à complexidade na análise dos processos de leilão foi necessário a utilização de horas além do previsto no PAINT. Também houve no período a participação de uma servidora no Encerramento da Oficina COSO 2013 no dia 01/06/2016 e nos dias 15 e 16/09/2016 no Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos - 3ª edição.

A ação de número 10, auditoria na atividade Acompanhamento Permanente dos Gastos - Gestão de Folha de Pagamento, Benefícios, Capacitação, deu origem ao Relatório Final de Auditoria nº 09. Ressalte-se que o desenvolvimento dos trabalhos para a realização desta auditoria sofreu atraso em virtude da transição do cargo de Chefe da Auditoria ocorrida no segundo semestre de 2016, bem como a mudança da metodologia para elaboração do PAINT 2017, em atendimento ao disposto na IN 24/CGU, que impactou significativamente no alcance das metas e cumprimento dos prazos. Os objetivos estabelecidos no Programa de Auditoria foram os de verificar o atendimento ao disposto no item VI, art. 7º, da IN 01/2007, da Controladoria Geral da União, no que tange a verificação da consistência da folha de pagamento de pessoal, confirmar a entrega das declarações de renda dos servidores ou a autorização para seu acesso, verificar os valores do plano de saúde, verificar a execução do plano de capacitação e por último, verificar os controles adotados no pagamento do benefício “auxílio moradia”. Através do Memorando nº 09/2016/AUD, de 04 de setembro de 2016, inserido no processo SEI nº 50300.008337/2016-24, a SAF foi informada sobre a realização da auditoria que teve como objetivo avaliar os controles adotados pela Gerência e suas Coordenadorias para desenvolvimento das atividades relacionadas à área de Recursos Humanos, verificando ainda a aderência à legislação vigente levando-se em conta à legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência.

Com relação à ação 11, foi realizada auditoria na atividade Acompanhamento Permanente de Gastos - Gestão de Serviços Gerais que resultou no Relatório de Auditoria Final 07 constante do processo 50300.009940/2016-23. Os objetivos da auditoria foram de comprovar se as concessões de Diárias e Passagens estão de acordo com a legislação, com foco nas iniciadas em fins de semana ou em véspera de feriado e as realizadas para o exterior, bem como analisar o controle dos gastos com a utilização de telefones fixos e celulares, objetivando a verificação do custo/benefício desse gasto em cada área, principalmente nas despesas dos telefones celulares. Foram verificados, também, o controle e gastos relacionados à utilização de veículos. Por meio do Memorando nº 12/2016/AUD foram solicitados à Superintendência de Administração e Finanças - SAF os documentos necessários à realização da mencionada auditoria. Devido à marcação de férias de um membro da equipe, e que esta servidora foi requisitada para compor a equipe de elaboração do PAINT/2017, houve uma extensão no prazo da análise desta auditoria, situação que independente da vontade, mas que altera o desempenho dos trabalhos no que diz respeito ao prazo previsto anteriormente. Para realização desta auditoria, além da documentação enviada pela GRL/CSG, foi verificado o Sistema de Diárias e Passagens – SCDP, SIAFI, e toda a legislação a seguir pertinente ao assunto tratado.

O Relatório de Auditoria Final 08 é resultado do atendimento ao previsto na ação 13 do PAINT/2016, que previu a realização de auditoria na atividade Área Operacional - Regulação Portuária, Marítima e Interior e faz parte do processo 50300.012842/2016-73. Os objetivos da auditoria foram de comprovar o cumprimento pelas Gerências dos objetivos determinados pela Diretoria e pela Superintendência, com foco na elaboração e revisão de normas, na avaliação de preços, tarifas, dados e informações relativas à infraestrutura, operação, movimentação, estatística e ao desempenho operacional. A realização desta auditoria foi informada por meio do Memorando nº 017/2016/AUD para a Superintendência de Regulação, no qual foi solicitado o encaminhamento dos relatórios de atividades desenvolvidas pelas Gerências, concernente ao ano de 2016, assim como que fossem disponibilizados os documentos necessários referentes aos meses de janeiro a novembro de 2016. Os trabalhos realizados tomaram por base os Relatórios de Atividades elaborados pelas Gerências, análise de processos finalísticos citados nos relatórios de atividades e também fornecidos

por meio de listas enviadas pelas gerências e questionamentos, que buscaram verificar a confirmação da realização das atividades ali mencionadas, confrontando também com o previsto no Regimento Interno. Informamos que devido à marcação de férias dos membros da equipe, do recesso de final de ano e que uma servidora foi requisitada para compor a equipe de elaboração do PAINT/2017, houve alteração da data prevista no PAINT/2016 assim como das horas trabalhadas para realização desta auditoria, situação que alterou o desempenho dos trabalhos desenvolvidos e consequente conclusão somente neste início de 2017.

Por fim, foi realizada auditoria na atividade “Fiscalização” abrangendo as ações 8, 12, 14, 15, 17 e 18 do PAINT/2016. Os macroprocessos geridos predominantemente pela SFC e respectivas gerências e unidades regionais deram origem ao Relatório de Auditoria Final 10 constante do processo 50300.009384/2016-95. Os trabalhos foram desenvolvidos de acordo com os procedimentos e normas de auditoria, usualmente aceitos na atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização, conforme diretrizes da Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº1, de 10 de maio de 2016. Foi adotada a aglutinação de seis auditorias no macroprocesso Fiscalização e utilizados como amostra os processos de fiscalizações originados nas unidades regionais de Belém, Recife, Porto Alegre, São Luís e Fortaleza, cujas auditorias estavam previstas no PAINT/2016. No Planejamento Anual da Auditoria Interna – PAINT estavam previstas seis auditorias a serem realizadas por departamento, porém na transição do normativo que rege nossos procedimentos passamos a realizar a auditoria no macroprocesso Fiscalização e mantivemos os testes de controle interno nas cinco unidades regionais e nas três gerências da SFC. Os objetivos estabelecidos no respectivo Programa de Auditoria foram os de avaliar o sistema de controle interno adotado na Unidade, verificando se os seus trabalhos encontram-se em aderência às normas, aos objetivos determinados pela Diretoria e pela Superintendência da ANTAQ, enfocando principalmente a execução do Plano Anual de Auditoria - PAF. A realização desta auditoria foi comunicada à SFC por meio do Memorando nº 10/2016/AUD, no qual foi solicitado a disponibilidade dos documentos e processos concernentes ao assunto. Para realização desta auditoria foram analisados os relatórios de atividade das Gerências, bem como os processos disponibilizados por elas e pelas unidades regionais. Encaminhamos para as mesmas a solicitação da indicação de atividades que cumprissem as competências, o qual foi respondido por e-mail e/ou entrevistas.

QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO

Em atendimento ao Inciso VII, do artigo 15 da IN 24/CGU.

Durante o exercício de 2016, foram emitidos 10 relatórios de Auditoria dos quais 7 deles resultaram em 35 recomendações. Os Relatórios Finais de Auditoria de nos 06, 08 e 09 não motivaram recomendações às áreas auditadas. O quadro abaixo apresenta a situação dos relatórios:

Quadro 53 – Situação dos relatórios de auditoria

Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
Relatório Final de Auditoria 01	D.2.1 a D.2.4	Despacho (nº SEI 0030535)
Unidade destinatária da recomendação		
CAP e STI		
Descrição da recomendação		
D.2.1 Que a CAP adote providências para reincorporar ao sistema de controle patrimonial da ANTAQ, bem como no balanço patrimonial, todos os itens que foram doados e não entregues, visando regularizar a situação dos bens na Agência.		

- D.2.2** Que a CAP adote providências com vista à doação ou descarte desses aparelhos telefônicos defeituosos.
- D.2.3** Que a STI encaminhe à CAP relação atualizada com a localização dos equipamentos de informática que estão sobre a responsabilidade da Coordenadoria de Infraestrutura – CIN e da própria STI.
- D.2.4** Que a CAP passe a registrar os ativos adquiridos por esta Agência nos controles patrimoniais no momento do seu recebimento, em atenção ao princípio da competência e em atendimento ao previsto no MCASP.

Manifestação da Área Examinada

- D.2.1** Através do despacho, inserido ao processo sob o nº SEI 34931, a CAP informou que será providenciada a inclusão, no patrimônio da ANTAQ, os itens baixados que estão, ainda, passíveis de uso na Agência.
- D.2.2** Através do despacho, inserido ao processo sob o nº SEI 34931, a CAP informou que a Gerência de Recursos Logísticos – GRL, juntamente com a Coordenadoria de Serviços Gerais – CSG e Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - CAP, imbuída em adotar medidas administrativas com o fito de reduzir os gastos públicos, como bem enfatizados nos Decretos nº 8.540/2015, de 09/10/2016 e 8.541/2015, de 13/10/2015, realizou o conserto de 54 (cinquenta e quatro) telefones mediante a aquisição de peças e reaproveitamento de partes de outros telefones que já estavam em almoxarifado, sem viabilidade de reparo. Esta ação foi comunicada à Superintendência de Administração e Finanças – SAF, no dia 10/10/2015.
- Em complementação, o chefe da CAP comunicou, através de e-mail, que os telefones que não estiverem em condições de uso ou por falta de peças ou por desgaste natural, serão descartados e baixados, com as devidas providências legais que as normas de patrimônio exigem.
- D.2.3** Através de e-mail enviado em 11 de março/2016, o Secretário de TI informou que o levantamento já está sendo realizado. Informou ainda que trata-se de um levantamento manual, e por isso ainda não foi finalizado.
- D.2.4** Através do despacho, inserido ao processo sob o nº SEI 34931, a CAP informou que serão adotados os procedimentos elencados pela Auditoria.

Análise da AUD quanto à recomendação

- D.2.1** Esta Auditoria considera a recomendação acatada.
- D.2.2** Esta Auditoria considera a recomendação acatada.
- D.2.3** Esta Auditoria considera a recomendação acatada.
- D.2.4** Esta Auditoria considera a recomendação atendida.

Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
Relatório Final de Auditoria 02	D.2.1 a D.2.6 e D.3.1	Despacho (nº SEI 0056493)
Unidade destinatária da recomendação		
GOF, SAF, GRL, CCT, SPL		
Descrição da recomendação		
<p>D.2.1 Que a GOF em conjunto com a SAF verifique a possibilidade de assinar manualmente ao menos os empenhos que não estão respaldados por contratos formais e posteriormente digitalizá-los.</p> <p>D.2.2 Ratificando a recomendação do relatório de auditoria do ano anterior, nº 02/2015, recomendo a SAF que implante a rotina de registro das multas no SIAFI, utilizando o critério estabelecido no MCASP, respeitando o regime de competência.</p> <p>D.2.3 Que a SAF, junto com a GOF e a GRL encontre uma solução para aprimorar o controle contábil sobre os bens móveis da ANTAQ, viabilizando a contabilização dos bens, da depreciação e da amortização correspondentes.</p> <p>D.2.4 Que a Coordenadoria de Contabilidade priorize a análise das contas contábeis antes de encerrar o prazo para ajustes do exercício, que geralmente é na primeira quinzena de janeiro do exercício subsequente ao analisado.</p> <p>D.2.5 Que a GOF adote frequentemente o registro de todas as despesas seguindo o princípio da competência independentemente do fluxo de caixa.</p> <p>D.2.6 Que a SAF e a SPL analisem a possibilidade de reestruturar a distribuição de competências na GOF, entre as Coordenadorias de Orçamento, de Contabilidade e Financeira, segregando a rotina de análise contábil, conformidade contábil e encerramento dos demonstrativos financeiros (Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração da Variação Patrimonial-DVP, Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC e Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido) das demais rotinas exercidas pela GOF.</p>		

D.3.1 Que a SAF suspenda a decisão informal de não realizar a retenção do ISS e realize uma consulta formal a Procuradoria da ANTAQ para firmar entendimento quanto à matéria, visto que tanto o parecer citado pela STN como a instrução da STN não são determinantes para esta decisão.

Manifestação da Área Examinada

D.2.1 Hoje, a Nota de Empenho é emitida no SIASG/SIAFI e impressa em formato PDF, em seguida, é anexada ao processo que deu origem a despesa, sendo assinada digitalmente pelo servidor que a emitiu, de forma a comprovar a autenticidade do documento com o que consta no sistema SIAFI. Cabendo lembrar que a metodologia do sistema SIAFI não permite a exclusão da nota de empenho emitida, apenas o seu cancelamento, portanto, o registro da NE não se perde, podendo ser consultada a qualquer época.

O ordenador de despesa e o ordenador financeiro assinam, eletronicamente e conjuntamente, o despacho de atesto em que citam o número do empenho, seu valor e sua destinação.

Assim, entendemos que o método utilizado é confiável, visto que sua autenticidade é validada por três servidores diretamente no sistema SEI. Já no método sugerido, apenas uma validação seria realizada, ou seja, pelo servidor que faria a juntada do documento digitalizado.

Ademais, o assunto foi colocado recentemente no grupo de colaboradores do sistema SEI e todos que se manifestaram, adotam a mesma metodologia desta GOF.

D.2.2 Estamos levantando junto à STN a forma correta de proceder ao registro dos créditos oriundos de multas pecuniárias aplicadas pela ANTAQ, visto que toda a literatura do MCASP é direcionada a crédito tributário o que não é o caso das nossas receitas. Ademais, cabe acrescentar que a receita é da União cuja fonte está vinculada à ANTAQ. Veja que a própria STN em resposta à ANTAQ fala em criar um código de GRU para arrecadação em fonte própria, o que vai de encontro ao ementário das receitas públicas.

"Para registrar a Variação Patrimonial Aumentativa e o Crédito por competência é necessário solicitar, através do e-mail geare.cofin.df.stn@tesouro.gov.br, alteração no código de GRU 10078-1 e criar um código de GRU para arrecadação em fonte própria, para que ambos baixe diretamente o ativo 1138x.07.00."

Diante do exposto, pretendemos, ainda neste exercício de 2016, implementar os procedimentos adequados ao registro das receitas geradas pela ANTAQ.

D.2.3 Tendo em vista dar solução ao problema apontado, estamos em fase final de contratação do serviço de manutenção do sistema de patrimônio da ANTAQ (50300.002552/2015-31), o qual já constam as funcionalidades de depreciação e amortização de bens.

D.2.4 Para o encerramento do exercício de 2016 a Coordenadoria de Contabilidade irá seguir a orientação da Auditoria, procedendo à análise dos saldos de adiantamentos de férias e salários na primeira quinzena de janeiro de 2017, para que os eventuais ajustes possam ser realizados, de forma retroativa (o SIAFI permite até a data limite do fechamento contábil), dentro do exercício de 2016 e assim por diante.

D.2.5 Em um mês específico somente, ocorreu o acúmulo de processos de pagamentos relacionados aos compromissos a pagar da ANTAQ, decorrente da ausência exclusiva de disponibilidades financeiras e não mais reincidiu o fato. A Coordenadoria de Contabilidade - CCT vem contabilizando as obrigações a pagar da ANTAQ, após o seu envio normal e tempestivo.

D.2.6 Entendemos não haver necessidade de redistribuição de competências na GOF, uma vez que novos servidores foram alocados na Coordenadoria de Contabilidade - CCT, formando um contingente plenamente capaz de dar vazão ao trabalho diário do setor. Ao nosso ver, uma redistribuição das competências, hoje exercidas pelo CCT, às demais coordenadorias provocaria uma ociosidade ao setor e excesso de trabalho nas demais.

Cabe ressaltar que com o aumento de servidores, a conformidade contábil passou a ser exercida exclusivamente pelo Coordenador da CCT, ou sua substituta no caso de ausência, que quando imbuídos de tal competência não realizam os procedimentos pertinentes à liquidação.

D.3.1 A CCT suspendeu o procedimento de não mais reter o Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza - ISS, e tempestivamente providenciou as retenções não efetivadas anteriormente, bem como os devidos recolhimentos do referido tributo aos municípios favorecidos.

Cabe salientar que por meio da mensagem SIAFI nº 2016/0749364, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN informou que a PGFN revogou o teor dos pareceres que desobrigavam os entes públicos de exercerem o papel de substitutos tributários, voltando a unidade gestora do governo federal a ser obrigada a efetuar a retenção do ISSQN quando for devida tal retenção.

Análise da AUD quanto à recomendação

D.2.1 O não atendimento foi justificado pela evolução das rotinas, que é cumprida em meio digital, no Sistema SEI e no SIAFI, tornando esta recomendação inadequada aos atuais meios utilizados na gestão documental.

D.2.2 Os registros das multas ainda ocorrem em controles auxiliares e só no momento da arrecadação, ou seja, na entrada no caixa é que o SIAFI reconhece o direito, entretanto foi considerada acatada a recomendação da auditoria e

os gestores da GOF se reuniram com o SERPRO e a STN, em 16/02/2017, para formatarem um sistema de arrecadação estruturante integrado com o SIAFI, contemplando o registro da receita por competência.

D.2.3 Os registros da contabilização dos bens, da depreciação e da amortização correspondentes foram regularizados, após a implantação do sistema de gestão de patrimônio, que gera os dados correspondentes a rotina de forma integrada ao SIAFI. A recomendação foi atendida.

D.2.4 Foi considerada acatada a recomendação da auditoria. Os dados referentes às contas que registram os Créditos da ANTAQ junto aos servidores foram encaminhados pela CCT a CCP em 02/01/2017 que não respondeu em tempo hábil, conforme consulta a CCT em 14/02/2017.

D.2.5 Foi considerada acatada a recomendação da auditoria.

D.2.6 Foi considerada justificada a manutenção das competências da CCT e atendida a segregação de função na rotina de conformidade contábil realizada dentro da coordenadoria mas por pessoas diferentes, entretanto a CCT continua com suas rotinas predominantemente de análise documental/liquidação de despesa/contas a pagar.

D.3.1 A SAF atendeu imediatamente a recomendação da auditoria, que foi posteriormente ratificada pela própria Secretaria do Tesouro Nacional.

Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
Relatório Final de Auditoria 03	D.2.1 (itens a, b e c) e D.6.1	Despacho (nº SEI 0114988)
Unidade destinatária da recomendação		
SAF, STI e SPL		
Descrição da recomendação		
<p>D.2.1</p> <p>a. Que a SAF adote providências acerca da nomeação de comissão composta por pelo menos 03 servidores com o objetivo de convalidar o recebimento da sala-cofre realizada pelo gestor do contrato, em atendimento ao disposto no art. 15, Parágrafo 8º, da Lei 8.666.</p> <p>b. Que a STI insira no processo o Termo de Referência para a contratação da sala cofre em sua versão final.</p> <p>c. Que a STI solicite ao gestor do contrato que promova a adequada instrução processual, inserindo a documentação relativa à comprovação de entrega e aceite do objeto da contratação, bem como os comprovantes de pagamento de todas as fases previstas no cronograma de desembolso.</p> <p>D.6.1 Que a SPL, dê fluxo processual aos autos que tratam da aprovação da norma da POSIC, tendo em vista o longo decurso de tempo desde a última manifestação sobre o tema.</p>		
Manifestação da Área Examinada		
<p>D.2.1 Em relação à recomendação apontada no item "a", a Gerencia de Recursos Logísticos informou através do despacho nº 0120581 que a Comissão de Recebimento de Material - CRM, instituída pela Ordem de Serviço nº 01/2014-SAF, de 11/03/2014, recebeu sala cofre conforme consta do Termo de Recebimento Definitivo nº 0036902, acostado no processo nº 50300.002916/2016-63. Informou ainda que diante das especificidades do equipamento, foi necessário posicionamento da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI, a qual, por meio do despacho 0119593, acostado no processo nº 50300.002479/2014-16), ratificou o recebimento do bem.</p> <p>Em se tratando da recomendação item "b", a Secretaria de TI informou que acatou e atendeu as recomendações que podem ser evidenciadas no processo 50300.002479/2014-16, no qual foi incluído o a versão final do Termo de Referência, (SEI 0059491);</p> <p>Por fim, no item "c", a STI informou que inseriu no processo a documentação relativa à comprovação de entrega e aceite do objeto da contratação, bem como os comprovantes de pagamento de todas as fases previstas no cronograma de desembolso.</p> <p>D.6.1 Em relação à recomendação apontada no item D.6.1, a SPL informou através do despacho nº 0123963 que a Diretoria Colegiada aprovou o Planejamento Estratégico 2016-2020 da ANTAQ na 408a. Reunião Ordinária de Diretoria, realizada no dia 04/08/16, referente ao Processo SEI 50300.005698/2016-19.</p> <p>A continuação da implantação da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) foi considerada no Planejamento uma Iniciativa Estratégica (I23, às fls 33 do RELATÓRIO - documento SEI 0077595) de responsabilidade do GAB.</p>		

Informou ainda que a SPL aguarda a publicação da Portaria que detalhará os procedimentos de implementação do PE 2016-2020 para, juntamente com o GAB, dar continuidade à POSIC, visando o cumprimento do Objetivo Estratégico P6 - ASSEGURAR A INTEGRIDADE, SEGURANÇA e DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES.

Análise da AUD quanto à recomendação

D.2.1

- a. Esta Auditoria considera que a recomendação foi atendida conforme Despacho nº SEI 0120581.
 - b. Esta Auditoria considera que a recomendação não foi atendida conforme consta nos Despachos de nº SEI 0150072 e 0151041.
 - c. Esta Auditoria considera que a recomendação foi atendida conforme Processo 50300.002479/2014-16.
- D.6.1** Esta Auditoria considera que a recomendação foi atendida conforme Processo 50300.002029/2014-23.

Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
Relatório Final de Auditoria 04	D.3.1 e D.4.1	Despacho (nº SEI 0099008)

Unidade destinatária da recomendação

GAF, GAN e GRI

Descrição da recomendação

- D.3.1** Que a GAN, ao detectar qualquer irregularidade como as aqui constatadas, comunique tal fato à SFC.
- D.4.1** Que a GAF justifique a aceitação de documentos sem a devida tradução juramentada exigida pela norma.

Manifestação da Área Examinada

D.3.1 Relativamente às recomendações feitas no Relatório de Auditoria Preliminar AUD (0097683) sobre a atuação da GAN no Processo nº. 50300.001146/2016-31 e no Processo 50300.000204/2016-18, tem-se a comentar:

Quanto à recomendação feita para que a GAN, ao detectar qualquer irregularidade que possam configurar infração às normas vigentes comunique tal fato à SFC, informamos que este compartilhamento de informações já é praticado; quando da elaboração do Plano de Fiscalização Anual, a Superintendência de Fiscalização solicita subsídios à SOG sobre a situação das EBNs. No caso em comento, das alterações de endereço, por decisão da SGE e da Diretoria, não mais geram aditivos aos termos de autorização, apenas atualização no Sistema Corporativo, assim que informado pelas empresas autorizadas.

D.4.1 Esclarecimentos sobre o processo 50300.002242/2016-05 em que foi solicitado a justificativa para aceitação de documentos sem a devida tradução juramentada.

Para o cadastramento de embarcação estrangeira de navegação interior no Sistema Mercante o artigo 3º da Resolução Antaq nº 3.631/2014 menciona apresentação da tradução juramentada de toda documentação elencada nos incisos do mencionado artigo.

Nota-se que tal dispositivo não é refletido nas normas referentes à navegação marítima, tráfego em que o volume de embarcações é muito superior à navegação interior.

Quanto à exigência de tradução juramentada dos documentos constantes nos incisos do artigo supracitado, há que se considerar que ali estão elencados documentos que são de porte obrigatório nas embarcações. Pouco razoável seria impor à empresa de navegação que imobilizasse sua embarcação para que seus documentos fossem levados à tradução.

Adiciona-se que por se tratar de transporte por vias interiores, nem sempre serviços de tradução estão disponíveis nas pequenas localidades em que ocorrem os embarques.

Dessa forma, a exigência da tradução juramentada certamente onera o transporte fluvial e por vezes o inviabiliza quando os trâmites procedimentais não são alcançados no prazo necessário para o desenrolar da operação de transporte.

Por derradeiro, acrescenta-se que as ponderações acima serão compartilhadas com o setor competente pela regulação da navegação interior para conhecimento.

Análise da AUD quanto à recomendação

D.3.1 Dessa forma, pelo exposto pela GAN, esta Unidade de Auditoria acata a justificativa apresentada, lembrando, entretanto, da necessidade de que quando a unidade tiver conhecimento de alterações de endereço e/ou qualquer outra no contrato social da outorgada, que tal fato além do registro no processo de outorga seja dado conhecimento à SFC.

D.4.1 Embora entendamos a preocupação quanto ao aspecto de que a exigência possa onerar o transporte fluvial ou mesmo acarretar atraso nos trâmites procedimentais, há que se considerar tratar-se de uma exigência normativa que deverá, no nosso entender, ser cumprida. Assim, a solução a nosso ver será alterar a norma, pelo que sugerimos que seja analisada essa possibilidade junto a Superintendência de Regulação. Por meio do Despacho de nº SEI 0185251 a Superintendência de Regulação informou que oportunamente irá incluir em seu planejamento procedimento para adequação da norma.

Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
Relatório Final de Auditoria 05	D.1.1 e D.3.2	Despacho (nº SEI 0090133)
Unidade destinatária da recomendação		
SPL, SDS e SAF		
Descrição da recomendação		
<p>D.1.1 Que a SPL juntamente com a SDS analisem a possibilidade de criar uma estrutura orgânica para o CITAq (Biblioteca e Editora), com linha hierárquica definida e visibilidade no organograma da ANTAQ, em razão da complexidade atribuída pela resolução que o instituiu.</p> <p>D.3.2 Que a SAF/GLC exerça sua competência prevista no Regimento Interno no sentido de analisar efetivamente todos os componentes constantes dos processos de aquisição/contratação, inclusive a composição da planilha de custos dos serviços a serem contratados.</p>		
Manifestação da Área Examinada		
<p>D.1.1 SPL - Informe que o entendimento desta Secretaria - de comum acordo com o Superintendente da SDS - é de, em um primeiro momento, apenas formalizar o CITAq como uma Coordenaria subordinada à Gerência de Desenvolvimento e Estudos, aguardando eventual alteração mais significativa para quando a ANTAQ tiver finalizado o Projeto Estratégico P34 - DIMENSIONAR A FORÇA DE TRABALHO DA ANTAQ POR UNIDADE ORGANIZACIONAL -, previsto no II Ciclo do Planejamento Estratégico da Agência, ora em avaliação pela Diretoria Colegiada.</p> <p>SDS - Neste quesito, estamos de acordo com a recomendação de institucionalizar o CITAq, aqui entendido como o conjunto da biblioteca virtual e física, da editora, do ANTAQJuris, do Thesaurus e do Observatório do Transporte Aquaviário, inclusive por meio da compatibilização do novo Regimento Interno com a Resolução nº 2.680/2012, e da definição do quadro de pessoal necessário para cumprir as atribuições do CITAq.</p> <p>D.3.2 Primeiramente cabe ressaltar que esta Gerência de Licitações e Contratos - GLC, não só tem conhecimento de todas suas competências elencadas no Regimento Interno desta Agência Reguladora, como também participou efetivamente da elaboração do novo Regimento aprovado em 18 de agosto de 2014, não se furtando em nenhum momento em exercê-las.</p> <p>No caso em questão, Termo de Execução Descentralizado celebrado entre ANTAQ e UFPR, todos esses requisitos foram observados pela GLC.</p> <p>O processo foi enviado para esta GLC para análise e posteriormente para a PFA, a qual recomendou a apresentação de orçamento detalhado para o estudo. A área técnica se pronunciou da seguinte forma:</p> <p>Considerando que o presente caso não se trata de uma contratação, a qual possui natureza contraprestacional e de bilateralidade e cuja licitação é o caminho necessário para sua prévia formalização, mas sim de um Termo de Execução Descentralizada na qual a coletividade é o norte do ajuste;</p> <p>Considerando o papel desta GLC de verificar a regular instrução processual, mas sem a expertise da área técnica de analisar e opinar acerca do orçamento proposto para a consecução do objeto, tendo em vista tratar-se de um estudo complexo, incomum e cujo dimensionamento depende da área técnica, a qual auxilia nesta descrição por meio do Termo de Referência;</p> <p>Considerando que a Planilha apresentada no Plano de Trabalho foi considerada suficiente pela área técnica;</p> <p>Entendemos que a área técnica é também a área adequada para verificação dos componentes constantes da Planilha apresentada pela Unidade Descentralizada, principalmente no que se referem a contratação de estudos que demandam um conhecimento maior quanto aos produtos que serão entregues. Porém, visando a melhoria do trabalho desenvolvido pela ANTAQ, aliado ao disposto na Diretriz nº 02/2014 aprovada pela Comissão Gestora do SICONV e ainda o fato de que os quantitativos e valores apresentados no Plano de Trabalho não devem ser aleatórios, de modo a assegurar o regular acompanhamento e fiscalização pela Unidade Descentralizadora, esta Gerência se propõe a auxiliar a área técnica na análise das planilhas orçamentárias.</p>		

Análise da AUD quanto à recomendação		
D1.1 – Foi acatada pela SPL e pela SDS.		
D3.2 – Foi acatada pela GLC que está providenciando a reestruturação da rotina de controle dos TEDs.		
Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
Relatório Final de Auditoria 07	D.3.1, D.4.2, D.4.3 (itens 1 e 2), D.4.4 (itens 1 e 2) e D.4.5	Despacho (nº SEI 0194582)
Unidade destinatária da recomendação		
SAF, CSG e SFC		
Descrição da recomendação		
<p>D.3.1 Apesar de reconhecer o esforço nos anos anteriores da CSG para solução e quitação dos débitos, reforçamos a necessidade de que a SAF envie nova cobrança aos devedores e que sejam tomadas as providências cabíveis no caso.</p> <p>D.4.2 Que a CSG oriente ao proposto ou responsável, quando houver situação que deva ser justificada, que o motivo seja inscrito no item “justificativa” no espelho do SCDP, para não gerar dúvidas numa possível consulta.</p> <p>D.4.3</p> <p>1) Que a CSG tome providências com vista à reabertura das SCPDs para acerto dos valores a serem pagos ou ressarcidos.</p> <p>2) Que a CSG oriente os responsáveis pela emissão das PCDPs observem de maneira mais precisa o preenchimento do adicional de deslocamento, para que não ocorra a necessidade de ressarcimentos.</p> <p>D.4.4</p> <p>1) Que a SFC solicite aos servidores das PCDPs 350 e 351/16 a apresentação da prestação de contas para a devida conclusão da viagem, se ainda não o fez; e</p> <p>2) Reiteramos que a CSG procure orientar o proposto e, quando possível, acompanhar o relatório de prestação de contas pendentes do sistema SCDP, objetivando o cumprimento dos prazos legais para a prestação de contas.</p> <p>D.4.5 Que a CSG veja a possibilidade de orientar as diversas unidades no sentido de alertar sobre o problema e solicitando que haja um melhor planejamento das viagens com vista a reduzir o índice de cancelamento de passagens.</p>		
Manifestação da Área Examinada		
<p>D.3.1 Seguem as ações que já foram adotadas pela Gerência de Recursos Logísticos – GRL e Superintendência de Administração e Finanças – SAF para a baixa no sistema CTCL:</p>		

REF.	CPF	TIPO	DÉBITO	POSICIONAMENTO DA CSG
07/2016	913.227.825-04	Servidor	17,19	Quitado – Foi retirado o débito no CTEL
02/2014	107.229.406-02	Colaborador	105,28	Débito não foi pago - aberto o processo nº 50300.002299/2014-3
03/2014	107.229.406-02	Colaborador	69,60	
07/2016	005.664.047-10	Servidor	25,87	Quitado – Foi retirado o débito no CTEL
09/2016	744.176.492-00	Servidor	26,85	Verificar com a GOF o pagamento. Boleto dia 20/12
02/2016	053.503.241-28	Colaborador	67,38	Será providenciada a comunicação junto ao usuário para o efetivo pagamento.
04/2009	297.134.981-00	Servidor	459,76	Aberto o processo nº 50300.002383/2013-77 para a cobrança do dé Encaminhamento de Ofício nº 107/2014-SAF à procuradora sollicita pagamento.
05/2009	297.134.981-00	Servidor	162,48	
06/2009	297.134.981-00	Servidor	130,11	
06/2016	002.909.147-01	Servidor	16,32	Será retirado o valor do CTEL, tendo em vista que o débito apresente se trata de serviços em função do trabalho.
05/2016	701.397.921-04	Servidor	23,72	Será providenciada a comunicação junto ao usuário para o efetivo pagamento.

D.4.2 Em atenção ao recomendado na CONSTATAÇÃO D.4.2, informa-se que foi encaminhada mensagem (0198014) para todos os servidores/terceirizados da sede e Unidades Regionais recomendando que seja inserida justificativa no item “justificativa” constante no espelho da SCDP, quando de viagens aos sábados, domingos e feriados, bem como, viagens com prazo menor de 10 (dez) dias.

D.4.3

1) Em atenção ao item 1, informa-se que serão reabertas as PCDPs 51/16, 91/16, 221/16, 248/16, 249/16, 582/16, 533/16, 536/16 e 548/16 para os devidos ajustes nas prestações e contas.

2) Em atenção ao item 2, informa-se que serão reiteradas as orientações quanto ao preenchimento correto do adicional de deslocamento, a fim de minimizar as intercorrências detectadas pela Auditoria.

D.4.4

1) Que a SFC solicite aos servidores das PCDPs 350 e 351/16 a apresentação da prestação de contas para a devida conclusão da viagem, se ainda não o fez; e,

2) Em atenção ao recomendado na CONSTATAÇÃO D.4.4, informa-se que serão reiterados aos usuários do SCDP na ANTAQ a necessidade de prestação de contas no prazo de 5 dias após a conclusão da viagem, conforme delineado na Portaria nº 205 de 22/04/2010 MP, bem como será realizado acompanhamento das prestações pendentes.

D.4.5 Em atenção ao recomendado na CONSTATAÇÃO D.4.5, informa-se que será orientado junto aos usuários do SCDP da ANTAQ quanto ao planejamento das viagens com o fito de reduzir o índice de cancelamento de passagens.

Análise da AUD quanto à recomendação

D.3.1 A recomendação foi considerada acatada e atendida.

D.4.2 Foi considerada atendida a recomendação.

D.4.3

1) A recomendação foi atendida.

2) A recomendação foi acatada.

D.4.4

1) A recomendação foi atendida.

2) A recomendação foi considerada acatada.

D.4.5 Essa recomendação foi considerada acatada.

Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
Relatório Final de Auditoria 10	D.1.2.1 a D.1.2.4, D.2.1 e D.2.3	Despacho (nº SEI 216610, 00216625, 0216635, 0216661, 0216675, 0216742, 0217197)
Unidade destinatária da recomendação		
SFC, SPL, SAF, UREBL, GAN, SGE		
Descrição da recomendação		
<p>D.1.2.1 Que a Secretaria de Planejamento e Coordenação Interna – SPL analise a possibilidade de adotar um cronograma de elaboração e apreciação do PPF formalizado no normativo da ANTAQ.</p> <p>Que a STI analise a possibilidade de viabilizar a automatização da elaboração do PPF, evitando que após a aprovação do PPF pela diretoria sua execução demande inserção manual no Sistema de Fiscalização.</p> <p>D.1.2.2 Que a Superintendência de Administração e Finanças estude a possibilidade de priorização da demanda da SFC para realizar o treinamento dos servidores que desenvolvem rotinas de fiscalização, objetivando aperfeiçoar os conhecimentos e instrumentos imprescindíveis à realização eficiente das competências atribuídas pelo Regimento Interno da ANTAQ.</p> <p>D.1.2.3 Que o chefe da UREBL aprimore os controles sobre os prazos de realização das fiscalizações, conforme a respectiva Ordem de Serviço e instrua os servidores para que o pedido de prorrogação do prazo estabelecido na OS seja solicitado antes do vencimento da OS vigente.</p> <p>D.1.2.4</p> <p>a) Que a SGE analise a viabilidade de criar a rotina de encaminhar para GAN todas as renúncias de autorização de EBN para manter o cadastro de embarcações atualizado.</p> <p>b) Que a GAN analise a possibilidade de realizar circularizações periódicas para atualizar o banco de dados do sistema corporativo referente à frota de embarcações.</p> <p>D.2.1 Que a SAF veja a possibilidade de priorizar as ações para atendimento da demanda da SFC quanto à disponibilidade de veículo para viabilizar as fiscalizações rotineiras de competência dos servidores lotados nos postos avançados, conforme programação registrada pelos chefes das respectivas unidades regionais.</p> <p>D.2.3 Que a SFC analise a possibilidade de utilizar a mão de obra dos servidores das unidades regionais num mutirão para atualizar os trabalhos de análise processual sob a gestão da GFP, respeitada a segregação de função, e posteriormente realizar um redimensionamento da força de trabalho disponível para evitar tal ocorrência.</p>		
Manifestação da Área Examinada		
<p>D.1.2.1 Para tanto esta SPL está programando reuniões setoriais com todas as áreas da ANTAQ para a discussão de uma agenda estratégica, que inclui a proposta acima e também a discussão das iniciativas de responsabilidade setorial, projetos estratégicos e indicadores e metas de desempenho. Assim procedendo estaremos inserindo a recomendação da AUD no contexto mais amplo da modernização da gestão da Agência, o que facilitará o seu entendimento e aceitação. Caso seja acatada a proposta desta SPL, deveremos submeter de forma conjunta (SAF, SFC, SRG, SDS, SOG, STI e SPL) à apreciação do Diretor-Geral e, em caso de aprovação preliminar, encaminhar minuta de Portaria para deliberação na Diretoria Colegiada.</p> <p>Em princípio está previsto que o trâmite acima esteja finalizado apenas no final do mês de abril, tendo em vista a conciliação das agendas setoriais e outras prioridades sobre as quais está debruçada esta SPL, de que são exemplos o Relatório de Gestão e o monitoramento de iniciativas surgidas das reuniões do Diretor-Geral com as Superintendências.</p> <p>D.1.2.2 Informo que o Programa de Capacitação dos Fiscais da ANTAQ, sugerido pela SFC, foi incluído no Plano Anual de Capacitação de 2017 com objetivo de realizar a 2ª turma de capacitação dos fiscais.</p> <p>D.1.2.3 Foi designado o servidor Jeiel Loyola de Ferry Junior para realizar o acompanhamento quinzenal do Painel de Fiscalização visando verificar o cumprimento do prazo determinado nas ODSF.</p> <p>D.1.2.4 Foram adotados os procedimentos:</p> <p>A SGE: informo que deliberada à renúncia pelo Colegiado da Agência e publicada a respectiva decisão, essa Secretaria procede à expedição de ofício à interessada e o envio dos autos à GAN para conhecimento e adoção das providências pertinentes, já existindo, portanto, a rotina recomendada.</p>		

a) foi solicitado ao servidor responsável pela inserção de dados no corporativo o levantamento de todas as Renúncias aprovadas desde o início da ANTAQ. E, constatamos que as embarcações dessas empresas continuavam homologadas. De imediato foi solicitado que fosse feito um levantamento das situações apontadas e a desabilitação daquelas embarcações.

b) está sendo solicitado à área técnica, a circularização por meio de e-mail, à todas as EBN AUTORIZADAS junto a ANTAQ, para que essas se manifestem a respeito das embarcações constantes de sua listagem no SISTEMA CORPORATIVO da ANTAQ, e informem se existem divergência ou não sobre a sua frota. As empresas terão prazo de 15 dias para encaminhar as informações constantes do item b.

D.2.1 O contrato de transporte de passageiros com a empresa Coopertran encerrará em outubro de 2017. Com o intuito de atender os Postos Avançados, bem como, reduzir o custo do contrato em vigor, será realizada nova licitação para a contratação de transporte de passageiros. Com a nova contratação, as Unidades Regionais serão incluídas no contrato, o que atenderá principalmente o PA-STM que não pode utilizar o veículo da UREBL, tendo em vista que a distância entre a Regional e o Posto Avançado é de aproximadamente 1.370 km (mil trezentos e setenta quilômetros).

D.2.3 Que a SFC já vem utilizando a mão de obra dos servidores das URE de forma a agilizar a análise dos processos, bem como reduzir a carga de trabalho dos servidores lotados naquela GFP.

Sobre a realização de redimensionamento da força de trabalho disponível, informo não ser possível o atendimento à recomendação face à impossibilidade de remanejamento interno entre as Gerências. Explico: a SFC é composta por 3 gerências, GPF, GFN e GFP. As duas primeiras, GFN e a GPF, possuem igualmente apenas 2 (dois) especialistas e 1 (um) técnico em regulação (mais um gerente e o substituto, que não podem ser contabilizados para efeitos de redistribuição). Ou seja, a retirada de um único servidor dessas duas gerências iria impactar fortemente na quantidade de servidores disponíveis para a realização das atividades cotidianas dessas unidades. Dessa forma, creio que o atendimento à recomendação só seria possível com a vinda de servidores de outras superintendências, o que foge do poder de decisão desta superintendência.

Análise da AUD quanto à recomendação

D.1.2.1 Foi considerada acatada.

D.1.2.2 Foi considerada acatada com a aceitação da recomendação e informação da previsão do curso no plano Anual de Capacitação.

D.1.2.3 Considerada atendida.

D.1.2.4

a) Considerada justificada pela SGE e atendida pela GAN.

b) Considerada atendida.

D.2.1 Consideramos acatada a recomendação, visto que a SAF, afirma o compromisso de atender as demandas de disponibilização de veículos dos Postos de Avançados após o encerramento do contrato atual, outubro/2017.

D.2.3 Foi considerada justificada.

ANÁLISE ACERCA DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Em atendimento ao Inciso II, do artigo 15 da IN 24/CGU

Os trabalhos da AUD demonstrados neste RAINT transcritos dos Relatórios de Auditoria e papeis de trabalho identificaram melhorias sugeridas e providenciadas pelas áreas auditadas, conforme abaixo:

Relatório 01

D.2.2 Ratificando a recomendação do relatório de auditoria do ano anterior, nº 02/2015, recomendo a SAF que implante a rotina de registro das multas no SIAFI, utilizando o critério estabelecido no MCASP, respeitando o regime de competência.

Ações:

Estamos levantando junto à STN a forma correta de proceder ao registro dos créditos oriundos de multas pecuniárias aplicadas pela ANTAQ, visto que toda a literatura do MCASP é direcionada a crédito tributário o que não é o caso das nossas receitas. Ademais, cabe acrescentar que a receita é da União cuja fonte está vinculada à ANTAQ. Veja que a própria STN em resposta à ANTAQ fala em

criar um código de GRU para arrecadação em fonte própria, o que vai de encontro ao ementário das receitas públicas.

"Para registrar a Variação Patrimonial Aumentativa e o Crédito por competência é necessário solicitar, através do e-mail geare.cofin.df.stn@tesouro.gov.br, alteração no código de GRU 10078-1 e criar um código de GRU para arrecadação em fonte própria, para que ambos baixem diretamente o ativo 1138x.07.00."

Diante do exposto, pretendemos, ainda neste exercício de 2016, implementar os procedimentos adequados ao registro das receitas geradas pela ANTAQ.

Conforme última posição a ANTAQ, o STN e o SERPRO estão trabalhando em 2017 para tornar um sistema de gestão de arrecadação estruturante, com integração ao SIAFI atendendo aos critérios estabelecidos no MCASP.

Relatório 2

D.2.3 Que a SAF, junto com a GOF e a GRL encontre uma solução para aprimorar o controle contábil sobre os bens móveis da ANTAQ, viabilizando a contabilização dos bens, da depreciação e da amortização correspondentes.

Ações:

Tendo em vista dar solução ao problema apontado, estamos em fase final de contratação do serviço de manutenção do sistema de patrimônio da ANTAQ (50300.002552/2015-31), o qual já constam as funcionalidades de depreciação e amortização de bens. Conforme posição de janeiro de 2007 o sistema já está instalado e os dados foram analisados pela Coordenadoria de Contabilidade.

D.3.1 Que a SAF suspenda a decisão informal de não realizar a retenção do ISS e realize uma consulta formal a Procuradoria da ANTAQ para firmar entendimento quanto à matéria, visto que tanto o parecer citado pela STN como a instrução da STN não são determinantes para esta decisão.

Ações:

A CCT suspendeu o procedimento de não mais reter o Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza - ISS, e tempestivamente providenciou as retenções não efetivadas anteriormente, bem como os devidos recolhimentos do referido tributo aos municípios favorecidos.

Cabe salientar que por meio da mensagem SIAFI nº 2016/0749364, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN informou que a PGFN revogou o teor dos pareceres que desobrigavam os entes públicos de exercerem o papel de substitutos tributários, voltando a unidade gestora do governo federal a ser obrigada a efetuar a retenção do ISSQN quando for devida tal retenção.

Relatório 3

D.6.1 Que a SPL, dê fluxo processual aos autos que tratam da aprovação da norma da POSIC, tendo em vista o longo decurso de tempo desde a última manifestação sobre o tema.

Ações:

D.6.1 Em relação à recomendação apontada no item D.6.1, a SPL informou através do despacho nº 0123963 que a Diretoria Colegiada aprovou o Planejamento Estratégico 2016-2020 da ANTAQ na 408a. Reunião Ordinária de Diretoria, realizada no dia 04/08/16, referente ao Processo SEI 50300.005698/2016-19.

A continuação da implantação da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) foi considerada no Planejamento uma Iniciativa Estratégica (I23, às fls 33 do RELATÓRIO - documento SEI 0077595) de responsabilidade do GAB.

Informou ainda que a SPL aguarda a publicação da Portaria que detalhará os procedimentos de implementação do PE 2016-2020 para, juntamente com o GAB, dar continuidade à POSIC, visando o cumprimento do Objetivo Estratégico P6 - ASSEGURAR A INTEGRIDADE, SEGURANÇA e DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES.

Relatório 4

D.4.1 Que a GAF justifique a aceitação de documentos sem a devida tradução juramentada exigida pela norma.

Ação:

Esclarecimentos sobre o processo 50300.002242/2016-05 em que foi solicitado a justificativa para aceitação de documentos sem a devida tradução juramentada.

Para o cadastramento de embarcação estrangeira de navegação interior no Sistema Mercante o artigo 3º da Resolução Antaq nº 3.631/2014 menciona apresentação da tradução juramentada de toda documentação elencada nos incisos do mencionado artigo.

Nota-se que tal dispositivo não é refletido nas normas referentes à navegação marítima, tráfego em que o volume de embarcações é muito superior à navegação interior.

Quanto à exigência de tradução juramentada dos documentos constantes nos incisos do artigo supracitado, há que se considerar que ali estão elencados documentos que são de porte obrigatório nas embarcações. Pouco razoável seria impor à empresa de navegação que imobilizasse sua embarcação para que seus documentos fossem levados à tradução.

Adiciona-se que por se tratar de transporte por vias interiores, nem sempre serviços de tradução estão disponíveis nas pequenas localidades em que ocorrem os embarques.

Dessa forma, a exigência da tradução juramentada certamente onera o transporte fluvial e por vezes o inviabiliza quando os trâmites procedimentais não são alcançados no prazo necessário para o desenrolar da operação de transporte.

Por derradeiro, acrescenta-se que as ponderações acima serão compartilhadas com o setor competente pela regulação da navegação interior para conhecimento.

Relatório 7

D.3.1 Apesar de reconhecer o esforço nos anos anteriores da CSG para solução e quitação dos débitos, reforçamos a necessidade de que a SAF envie nova cobrança aos devedores e que sejam tomadas as providências cabíveis no caso.

Ações:

Seguem as ações que já foram adotadas pela Gerência de Recursos Logísticos – GRL e Superintendência de Administração e Finanças – SAF para a baixa no sistema CTCL:

Quadro 54 – Quadro de baixas no sistema CTEL

REF.	CPF	TIPO	DÉBITO	POSICIONAMENTO DA CSG
07/2016	913.227.825-04	Servidor	17,19	Quitado – Foi retirado o débito no CTEL
02/2014	107.229.406-02	Colaborador	105,28	Débito não foi pago - aberto o processo nº 50300.002299/2014-34.
03/2014	107.229.406-02	Colaborador	69,60	
07/2016	005.664.047-10	Servidor	25,87	Quitado – Foi retirado o débito no CTEL
09/2016	744.176.492-00	Servidor	26,85	Verificar com a GOF o pagamento. Boleto dia 20/12
02/2016	053.503.241-28	Colaborador	67,38	Será providenciada a comunicação junto ao usuário para o efetivo pagamento.
04/2009	297.134.981-00	Servidor	459,76	Aberto o processo nº 50300.002383/2013-77 para a cobrança do débito. Encaminhamento de Ofício nº 107/2014-SAF à procuradora solicitando o pagamento.
05/2009	297.134.981-00	Servidor	162,48	
06/2009	297.134.981-00	Servidor	130,11	
06/2016	002.909.147-01	Servidor	16,32	Será retirado o valor do CTEL, tendo em vista que o débito apresentado se trata de serviços em função do trabalho.
05/2016	701.397.921-04	Servidor	23,72	Será providenciada a comunicação junto ao usuário para o efetivo pagamento.

Relatório 10

D.1.2.4

b) Que a GAN analise a possibilidade de realizar circularizações periódicas para atualizar o banco de dados do sistema corporativo referente à frota de embarcações.

Ações:

a) foi solicitado ao servidor responsável pela inserção de dados no corporativo o levantamento de todas as Renúncias aprovadas desde o início da ANTAQ. E, constatamos que as embarcações dessas empresas continuavam homologadas. De imediato foi solicitado que fosse feito um levantamento das situações apontadas e a desabilitação daquelas embarcações.

b) está sendo solicitado à área técnica, a circularização por meio de e-mail, a todas as EBN AUTORIZADAS junto a ANTAQ, para que essas se manifestem a respeito das embarcações constantes de sua listagem no SISTEMA CORPORATIVO da ANTAQ, e informem se existem divergência ou não sobre a sua frota. As empresas terão prazo de 15 dias para encaminhar as informações constantes do item b.

D.2.1 Que a SAF veja a possibilidade de priorizar as ações para atendimento da demanda da SFC quanto à disponibilidade de veículo para viabilizar as fiscalizações rotineiras de competência dos servidores lotados nos postos avançados, conforme programação registrada pelos chefes das respectivas unidades regionais.

Ações:

O contrato de transporte de passageiros com a empresa Coopertran encerrará em outubro de 2017. Com o intuito de atender os Postos Avançados, bem como, reduzir o custo do contrato em vigor, será realizada nova licitação para a contratação de transporte de passageiros. Com a nova contratação, as Unidades Regionais serão incluídas no contrato, o que atenderá principalmente o PA-STM que não

pode utilizar o veículo da UREBL, tendo em vista que a distância entre a Regional e o Posto Avançado é de aproximadamente 1.370 km (mil trezentos e setenta quilômetros).

DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E NA REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS

Em atendimento ao Inciso V, do artigo 15 da IN 24/CGU

Na execução das auditorias programadas no PAINTE para 2016, ressaltam-se alguns eventos ocorridos no segundo semestre de 2016 que impactaram diretamente no desenvolvimento dos trabalhos.

Em setembro de 2016, o chefe da Auditoria Interna pediu exoneração do cargo e as atribuições que estavam sendo desenvolvidas por ele, tais como o atendimento das demandas de órgãos de controle externo e a elaboração do PAINTE/2017, foram redistribuídas para equipe de auditoria responsável pela realização das auditorias constantes no PAINTE/2016. Haja vista que o novo chefe da Auditoria só assumiu o cargo em 04 de dezembro de 2016 devido ao trâmite regular para a indicação e aprovação do novo nome para assumir a função.

A equipe de auditoria dedicou-se à elaboração do PAINTE/2017, objetivando o cumprimento dos prazos estabelecidos na IN 24/CGU, que trouxeram algumas inovações, como a exigência de definição dos macroprocessos auditáveis e a criação da matriz de risco para as atividades desempenhadas pela Agência.

Ainda em referência à elaboração do PAINTE 2017, vale lembrar que a IN 24/CGU trouxe uma série de inovações relacionadas ao gerenciamento de riscos corporativos associados aos processos que possam afetar o atingimento dos objetivos da Agência.

Em cumprimento ao programa constante do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINTE/2016 realizamos auditorias nas atividades da ANTAQ, abrangendo quando possível, os macroprocessos existentes no órgão.

Os trabalhos foram desenvolvidos de acordo com os procedimentos e normas de auditoria, usualmente aceitos na atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização, conforme diretrizes da Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº1, de 10 de maio de 2016.

A atividade de auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

No ano de 2016 teve início o período de vigência da IN nº 24/CGU de 17/11/2015, que traz os procedimentos a serem adotados pelas unidades de auditoria interna, auxiliando na escolha das auditorias a serem realizadas, com base em análise de riscos. Por conseguinte, fizemos algumas adaptações para atender as diretrizes da norma, no que tange a identificação dos macroprocessos. Embora este normativo preveja que o planejamento anual de auditoria contemple a análise de risco para escolha dos macroprocessos auditáveis, neste exercício não pudemos atender integralmente a este requisito, devido ao PAINTE 2016 ter sido aprovado antes da data de publicação desta norma.

Em decorrência do contingenciamento orçamentário, que inviabilizou a emissão de passagens e pagamento de diárias e da mudança de procedimentos emanados pela IN nº24/2015, adotamos a aglutinação de seis auditorias no macroprocesso Fiscalização. Utilizamos como amostra os processos (SEI) de fiscalizações originados nas unidades regionais de Belém, Recife, Porto Alegre, São Luis e Fortaleza, cujas auditorias estavam previstas no PAINTE/2016. No Planejamento Anual da Auditoria Interna – PAINTE estavam previstas seis auditorias na área de Fiscalização, que seriam realizadas por departamento, porém na transição do normativo que rege nossos procedimentos passamos a realizar a auditoria no macroprocesso Fiscalização e mantivemos os testes dos controles

internos nas cinco unidades regionais e nas três gerências da SFC. Esta sistematização proporcionou a análise comparativa entre as unidades, quanto à estrutura disponível, como pessoal e matéria de trabalho. Também observamos os procedimentos utilizados pelas cinco unidades e o fluxo de informação para instâncias de recursos das infrações, o que nos permitiu identificar a retenção de processos nas gerências de Fiscalização Portuária e de Fiscalização da Navegação Marítima, conforme recomendação D.2.3 do relatório de auditoria nº10.

DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA AO LONGO DO EXERCÍCIO

Em atendimento ao Inciso VIII, do artigo 15 da IN 24/CGU.

A ANTAQ implantou a metodologia de controle dos bens permanentes, avaliado junto com a depreciação ou amortização, conforme o MCASP. A contabilidade registra provisões e apropriações de direitos e deveres, ativos e passivos, conforme orientação da STN. Em decorrência dos controles estabelecidos foi recomendada a utilização de software de gestão patrimonial, de baixo custo, contribuindo para automação da apuração da depreciação dos bens tangíveis e amortização dos bens intangíveis. O registro dos bens intangíveis também foi consequência do atendimento das recomendações encaminhadas pela auditoria.

A divulgação de indicadores de desempenho da autoridade portuária foi reforçada pela recomendação da auditoria, ferramenta que estava subutilizada internamente na ANTAQ, mas que hoje serve de parâmetro para aperfeiçoamento da gestão portuária.

A ANTAQ implantou 12 Postos Avançados instalados nos Portos Organizados para otimizar a fiscalização rotineira sobre os regulados e durante os trabalhos de auditoria foi identificado risco de captura dos servidores que desempenhavam estas rotinas. Após recomendação encaminhada nos relatórios de auditoria, os gestores implantaram alguns controles como o registro de agendamento de reuniões, planejamento de fiscalizações de rotinas e emissão de relatórios quinzenais para comprovar a rotina nos postos avançados. Estes controles foram adotados para mitigar os riscos identificados pelos trabalhos de auditoria, que posteriormente foram auditados, comprovando a efetividades dos controles estabelecidos. Os controles implantados tornaram possíveis de detecção às dificuldades enfrentadas pelos servidores no deslocamento para fazer as fiscalizações rotineiras de competência dos Postos Avançados. O pedido de providências a SAF pela SFC quanto à necessidade de disponibilização de veículos nos postos avançados foi reforçado pelo diagnóstico da auditoria, que está monitorando o atendimento da demanda.

A auditoria interna passou a ser um instrumento de amplo controle para os administradores, através de suas atividades de trabalho serve à administração como meio de identificação de que todos os processos internos e políticas definido pela companhia, assim como sistemas contábeis e de controle interno, estão sendo efetivamente seguidos e que as transações realizadas estão refletidas nos relatórios de gestão e financeiros em concordância com os critérios previamente definidos. A auditoria interna é uma das mais importantes ferramentas para o controle administrativo. A ausência de controles adequados para empresas de estrutura complexa a expõe a inúmeros riscos, frequentes erros e desperdícios.

A necessidade das entidades em aprimorar seus controles, reduzir custos, tornando mais viáveis a prestação de serviço à sociedade de forma transparente e efetiva faz com que os instrumentos de accountability sejam adotados em toda as instâncias da organização.

Criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, as agências reguladoras, além de controlar a qualidade na prestação do serviço, estabelecem regras para o setor. Neste processo a Auditoria Interna busca garantir a autonomia da agência e dar mais transparência aos seus atos, ajudando a estabelecer medidas para o cumprimento de sua missão institucional.

Finalizando, cabe assinalar que esta Unidade de Auditoria contou com o valioso apoio da Diretoria desta Agência e a colaboração das Unidades envolvidas, com a orientação e cooperação da Secretaria de Controle Interno - Ciset/PR e da CGU, bem como do Tribunal de Contas da União.

4.3. *Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos*

As atividades correicionais no âmbito da ANTAQ são exercidas pela Corregedoria, conforme disposto no Art. 39 do Regimento Interno, sendo competência do Corregedor (Art. 40 do mesmo regimento) o juízo de admissibilidade sobre eventuais apurações e a instauração de procedimentos disciplinares em relação a fatos ocorridos na Agência, com exceção dos atos da Diretoria ou de seus membros, cuja competência de correição é do ministério setorial supervisor (Parágrafo Único, do Art. 56 da Lei n.º 10.233, de 05/06/2001, e Art. 39 do Regimento Interno). O julgamento das penalidades compete à Diretoria-Colegiada.

Os procedimentos disciplinares seguem a Lei n.º 8.112, de 11/12/1990, e os normativos e orientações da Controladoria Geral da União, em especial os expedidos pela Corregedoria Geral da União - Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Durante as atividades correicionais realizadas em 2016, a Unidade não recebeu denúncia/representação sobre irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos que fossem capazes de impactar o desempenho da ANTAQ.

Em virtude de restrições orçamentárias para diárias, passagens e locomoção foi possível realizar visitas Correicionais a apenas 2 (duas) Unidades Regionais (São Luiz e Rio de Janeiro).

Diante da dificuldade para se instaurar comissões em 2014 e 2015, a Corregedoria com o apoio da Diretoria-Colegiada e das Superintendências da Agência, operacionalizou a criação de um banco de banco de servidores para compor as comissões disciplinares, o que proporcionou a equalização dos processos pendentes de instauração.

Em 2016 foram instaurados 1 (um) Processo Administrativo Disciplinar, 1 (uma) Sindicância Investigativa e 1 (uma) Investigação Preliminar. Foram concluídos 4 (quatro) Processos Administrativos Disciplinares (1 aplicação de penalidade de suspensão por 9 dias, 1 arquivado, 1 com penalidade prescrita, 1 celebração de Termo de Ajustamento de Conduta) e 1 investigação preliminar (arquivada).

Destaque-se, ainda, que todos os procedimentos disciplinares constam no sistema CGU-PAD, nos termos dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU.

4.4. *Gestão de riscos e controles internos*

O Planejamento Estratégico 2016-2020 criou um projeto estratégico específico para tratar da Gestão de Risco na ANTAQ. Trata-se do projeto denominado P31, cujos primeiros resultados serão viabilizados ainda em 2017. Portanto nesse momento ainda não se pode afirmar que a ANTAQ possui uma política de gestão de risco, mas está atenta ao tema e às recomendações do governo federal, em especial no que se refere à Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 001, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. Gestão de pessoas

5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1.1. Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

Quadro 55 - Força de Trabalho da ANTAQ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	470	454	12	16
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	470	454	12	16
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	470	415	4	9
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	12	5	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	4	2	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	23	1	6
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há	15	4	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	470	469	16	17

Fonte: SIAPE Situação apurada em 31/12/2016

Nota: a composição da lotação autorizada item (1.2.1) refere-se ao quantitativo de vagas autorizadas pela Lei 10.871, de 20 de maio de 2004, para nomeação de servidores por concurso público. A lotação autorizada itens (1.2.2), (1.2.3), (1.2.4) e (3) não há autorização prévia para nomeação. Quanto a lotação autorizada item (2.) a ANTAQ não tem autorização para nomear servidores com vínculo de contrato temporário.

Quadro 56 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	151	303
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	151	303
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	123	292
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	12	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	4	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	11
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	9	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	160	309

Fonte: SIAPE Situação apurada em 31/12/2016

Quadro 57 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	44	41	6	8
1.1. Cargos Natureza Especial	3	3	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	41	38	5	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	23	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	2	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	1	0	3
1.2.4. Sem Vínculo	não há	10	1	3
1.2.5. Aposentados	não há	2	2	0
2. Funções Gratificadas	98	98	7	6
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	79	3	4
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	7	3	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	12	1	2
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	142	139	13	14

Fonte: SIAPE Situação apurada em 31/12/2016

➤ **Qualificação e capacitação da Força de Trabalho**

Com relação à capacitação, destacamos os Programas de Incentivo Educacional. A de Incentivo a Graduação que contemplou 05 servidores. Ainda relativamente às Bolsas de Incentivo, foram concedidas 28 bolsas de Idioma Estrangeiro e 03 bolsas de Pós-Graduação.

O Plano Anual de Capacitação - PAC, foi elaborado pela CDA/GRH e aprovado pela Diretoria. Este plano é previsto no Regulamento de Capacitação dos Servidores em exercício na ANTAQ, e estabelece as ações de capacitação, a serem desenvolvidas nas diversas unidades da ANTAQ, no exercício de 2016.

Nos últimos anos o orçamento de capacitação foi em torno de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), no entanto, em 2016 o valor destinado para capacitação foi R\$ 307.000,00 (trezentos e sete mil reais), onde foram executados R\$ 244.765,60 que corresponde 79,54% do montante previsto. O orçamento não foi totalmente executado tendo em vista que sua liberação não ocorreu em tempo hábil. Apesar do valor restrito em 2016 o orçamento de capacitação contemplou ações, conforme dados a seguir:

Programas de incentivo educacional (idioma, graduação e pós-graduação);

Projeto de mapeamento de competências;

Inscrições no evento IX PIANC - COPEDEC 2016;

Diversos cursos de aperfeiçoamento.

O recurso de capacitação no exercício de 2016 sofreu forte contingenciamento e cortes orçamentários, com redução de seu Orçamento Total em 52%, o que acarretou em ajuste de seu planejamento orçamentário aos significativos cortes realizados.

Destaca-se ainda o Projeto de Gestão por Competências: Foi firmado Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Pará – UFPA para realização do mapeamento de competências das unidades organizacionais da Agência de modo a viabilizar a implantação do modelo de gestão por competências.

Durante o processo será realizado mapeamento, onde serão identificadas as competências que a organização necessita e aquelas já existentes entre seus servidores. Desse modo, o Plano anual de capacitação será elaborado com base nas reais necessidades da organização, de acordo com seus objetivos estratégicos, possibilitando a instituição tomar decisões referentes à capacitação de forma mais racional e detalhada.

O modelo de Gestão por competências pode ainda ser empregado em outras esferas de Gestão de Pessoas. O mapeamento ajudará, por exemplo, a orientar o processo de abertura de concursos públicos, oferecendo um maior grau de detalhamento do perfil do servidor necessário à agência e além de fornecer subsídios para o dimensionamento da força de trabalho.

➤ **Situação do Cumprimento das Obrigações de entregar a DBR**

Quadro 58 - Demonstrativo do cumprimento da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	13	14	139
	Entregaram a DBR	13	14	139
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CCP/GRH

A incumbência de gerenciar a recepção das DBR é da Coordenadoria de Cadastro e Pagamento - CCP subordinada a Gerência de Recursos Humanos. A recepção é realizada por meio do formulário de autorização de acesso à declaração de Imposto de Renda, em formato impresso, que são arquivados em pastas específicas em arquivo deslizante com chave sob guarda da Coordenadoria de Cadastro e Pagamento. Não há sistema informatizado para o gerenciamento. Não é realizado análise crítica das DBR com intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

5.1.2. *Demonstrativo das despesas com pessoal*

Quadro 59 - Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016										0,00
	2015										0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	68.538.984,80	-	5.580.809,24	-	2.593.312,52	1.325.485,75	214.040,74	426.997,23	24.186,32	78.703.816,60
	2015	57.543.030,04	-	4.627.332,58	-	1.634.205,17	716.187,52	253.100,86	3.425,34	23.373,84	64.800.655,35
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	543.588,22		41.290,81		3.832,27	2.544,82	52.220,37	1.078,21	-	644.554,70
	2015	761.591,98	-	52.390,92	-	4.849,00	2.128,70	33.183,65	-	-	854.144,25
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	2.049.372,40	-	149.175,27	-	69.383,52	14.229,65	4.846,16	-	-	2.287.007,00
	2015	1.814.495,49	-	128.073,05	-	54.607,90	7.046,50	-	-	-	2.004.222,94
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	3.549.490,08	-	258.811,61	-	106.562,00	87.083,07	-	-	-	4.001.946,76
	2015	2.531.337,83	-	251.280,68	-	65.531,00	20.352,02	1.788,74	-	-	2.870.290,27
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016										0,00
	2015										0,00

Fonte: SIAPE Situação apurada em 31/12/2016

Nota: Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas: Custos associados à manutenção dos recursos humanos.

5.1.3. *Gestão de riscos relacionados ao pessoal*

Em 2015 foi publicada a Portaria nº 177/2015, da ANTAQ, objetivando dar maior controle ao processo da folha de pagamento, estabelecendo normativo interno regulamentando procedimentos administrativos que tratem da sistemática de monitoramento e processamento da folha de pagamento – Manual da Folha de Pagamento. A mencionada Portaria determina que o controle referente aos procedimentos da folha de pagamento, seja realizado respeitando-se a segregação entre as funções de cadastro e pagamento e ainda que deverá ser realizado rodízio entre os servidores responsáveis pela folha de pagamento e observada a análise crítica sobre todo o processo de execução garantindo o monitoramento, conferência e controle interno dos procedimentos.

As atividades e procedimentos relacionados à área de pessoal são realizados com base nas demandas apresentadas por meio de abertura de processo no sistema eletrônico de informações - SEI, com número de autuação próprio e acompanhamento por meio do sistema eletrônico.

Os lançamentos na folha de pagamento são realizados quando acompanhados de documento formal respectivo e com a autorização da autoridade competente, existindo rotinas para tal situação, como elaboração de formulários, abertura de processos administrativos, etc.

O Processamento e a homologação da folha de pagamento são feitos por um servidor e conferidos por outro servidor, evitando possíveis falhas e fraudes. Os controles de folha de pagamento e cadastro são realizados pelo sistema SIAPE, com críticas, estando vinculado ao acompanhamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo sistema de Trilhas de Auditoria. Além disso, é feita a análise por outros setores fora da área de recursos humanos como a Contabilidade e a Auditoria Interna.

Contamos com um Sistema interno informatizado da Administração de Recursos Humanos – SARH, que possui um módulo para cálculo de pagamento de substituição, desenvolvido após recomendação da Auditoria Interna e ainda módulos para realização da Avaliação de Desempenho para concessão da Gratificação e para progressão/promoção e controle de frequência.

Relação dos sistemas internos informatizados, utilizados na área de gestão de pessoas na ANTAQ, que visam maior controle e transparência:

- PAS – Plano de Saúde - tem como objetivo o cadastro e controle dos planos de saúde e odontológico utilizados pelos servidores da ANTAQ.
- SARH – Sistema de Administração de Recursos Humanos - é um sistema utilizado para coletar, registrar, armazenar, analisar e recuperar dados sobre os recursos humanos da ANTAQ. Possui alguns controles como horários de servidores, férias e frequência. O SARH também apoia outros sistemas internos.
- SAG – Sistema de Avaliação de Desempenho - é um sistema utilizado para a realização da avaliação de desempenho do servidor para efeito de concessão da GDAR/GADATR e GDPCAR e também para progressão e promoção nas carreiras do quadro efetivo da agência.

5.1.4. *Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas*

Quadro 60 - Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo			
Competência	Quant. de participantes	Total da Folha – Normal	Total da Folha – 13º Terceiro Salário
Dez/2015	65	R\$ 249.197,54	0
Jan/2016	73	R\$ 221.795,99	0
Fev/2016	75	R\$ 238.357,01	0
Mar/2016	75	R\$ 235.189,41	0
Abr/2016	74	R\$ 234.421,71	0
Mai/2016	76	R\$ 228.704,45	0
Jun/2016	75	R\$ 228.136,74	0
Jul/2016	77	R\$ 229.509,08	0
Ago/2016	77	R\$ 273.612,66	0
Set/2016	80	R\$ 353.659,10	0
Out/2016	82	R\$ 362.314,08	0
Nov/2016	84	R\$ 382.500,37	R\$ 384.607,96
Total		R\$ 3.237.398,14	R\$ 384.607,96

Fonte: SIAPE/GRH-ANTAQ

Obs.: A ANTAQ desde o ano de 2015, passou a ser entidade patrocinadora da FUNPRESP-EXE. O quadro acima demonstra a quantidade de participantes e o valor revertido a FUNPRESP no exercício de 2016.

5.1.5. *Contratação de pessoal de apoio e de estagiários*

Quadro 61 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante						
Nome: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ			UG/Gestão: 682010/68201		CNPJ: 04.903.587/0001-08	
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Transporte	00.691.905/0001-55	22/10/2012	22/10/2017	Fundamental Completo/Médio Completo	P
2013	Copeiragem	12.978.051/0001-71	05/09/2013	05/09/2018	Fundamental Completo/Médio Completo	P
2015	Copeiragem	10.565.981/0001-78	07/12/2015	07/12/2020	Fundamental Completo	P
2014	Copeiragem	68.565.530/0001-10	02/01/2014	02/01/2019	Médio Completo	P
2012	Recepção	05.333.566/0001-59	09/07/2012	09/07/2017	Médio Completo	P
2015	Recepção	11.446.485/0001-68	12/05/2015	12/05/2020	Médio Completo	P
2013	Manutenção de Bens Imóveis	06.926.324/0001-31	27/12/2013	27/12/2018	Médio Completo	P
2012	Brigadista	08.414.767/0001-79	01/02/2012	01/02/2017	Médio Completo	P
Utilizar as Descrições Área: Segurança; Transportes; Informática; Copeiragem; Recepção; Reprografia; Telecomunicações; Manutenção de bens móveis; Manutenção de bens imóveis; Brigadistas; Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes					Nível de Escolaridade: Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Superior. Situação do Contrato: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)	

Fonte: CSG/GRL

➤ Contratação de estagiários

Na ANTAQ não existe norma interna sobre a política de contratação de estagiários. A seleção dos estudantes é feita mediante recrutamento com base no banco de currículos fornecido pelo Agente de Integração de Estágio contratado pela Agência o Centro de Integração Empresa - Escola (CIEE) (até dezembro de 2016 e a Agência de Integração Empresa Escola – AGIEL (a partir de dezembro de 2016). A seleção ocorre por meio do uso de técnicas variadas conforme cada caso, incluindo entrevistas e provas, com uma seleção prévia de currículos efetuada pela própria agente de integração com base nos pré-requisitos e atividades de estágio previstas na solicitação de abertura da vaga. Cada unidade organizacional da ANTAQ é responsável pela seleção do estagiário (a) solicitado, por isso a graduação do estagiário, bem como seu perfil estará correlacionado com as atividades da Agência.

Os impedimentos para contratação do estudante considerados pela ANTAQ são a proibição de contratação do estagiário que tenha parentesco com servidores ocupantes de cargos comissionados e os cursos de graduação cujo conselho exija supervisores de estágio com curso superior igual ao do estudante caso de psicologia, assistência social dentre outros.

Em relação à quantidade de estagiários nas áreas meio e fim, às despesas, bem como sua evolução segue abaixo os quadros que representam estes conceitos para os anos de 2015 e 2016.

Percebe-se pelo quadro de evolução que houve uma redução despesa com estagiário no valor de R\$ 187.621,19. Essa redução ocorreu devido ao cenário de redução de despesas promovida pelo Governo Federal no exercício de 2016.

Quadro 62 - Estagiários – 2016

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	44	39	31	21	209.805,44
1.1 Área Fim	26	23	17	11	117.583,27
1.2 Área Meio	18	16	14	10	92.222,17
2. Nível Médio	7	7	6	4	21.851,59
2.1 Área Fim	2	3	2	1	7.283,86
2.2 Área Meio	5	4	4	3	14.567,73
3. Total (1+2)	51	46	37	25	231.657,03

Fonte: GRH/ANTAQ

Quadro 63 - Estagiários – 2015

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	50	53	44	48	366.066,19
1.1 Área Fim	26	27	23	27	194.753,14
1.2 Área Meio	24	28	21	21	171.313,05
2. Nível Médio	9	13	14	16	53.212,03
2.1 Área Fim	5	8	9	9	29.888,60
2.2 Área Meio	4	5	5	7	23.323,43
3. Total (1+2)	59	66	58	64	419.278,22

Fonte: GRH/ANTAQ

Quadro 64 - Estagiários – Evolução das despesas

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	-6	-16	-13	-27	-156.260,75
1.1 Área Fim	0	-4	-6	-16	-77.169,87
1.2 Área Meio	-6	-12	-7	-11	-79.090,88
2. Nível Médio	-2	-6	-8	-12	-31.360,44
2.1 Área Fim	-3	-5	-7	-8	-22.604,74
2.2 Área Meio	1	-1	-1	-4	-8.755,70
3. Total (1+2)	-8	-22	-21	-39	-187.621,19

Fonte: GRH/ANTAQ

5.1.6. *Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais*

Não houve contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

5.1.7. *Contratação de mão de obra temporária*

Não houve contratações de mão de obra temporária.

5.2. *Gestão do patrimônio e da infraestrutura*

5.2.1. *Gestão da frota de veículos*

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ não possui veículos automotores próprios. Todo o serviço de transporte é realizado por meio de veículos contratados de terceiros. A Gestão da Frota de Veículos Automotores de terceiros é realizada pela ANTAQ, em todas as suas Unidades Regionais, exceto na Unidade Regional de Corumbá – URECO, unidade que apresenta apenas o atendimento de veículo eventual, e apresentam as seguintes configurações, a saber:

- ✚ A ANTAQ descentraliza suas atividades em Brasília (Sede) e 14 (quatorze) Unidades Regionais – URE´s – localizadas em todo o território nacional (Rio de Janeiro, Manaus, Porto Velho, Paranaguá, Porto Alegre, São Luís, Corumbá, Fortaleza, Vitória, São Paulo, Salvador, Florianópolis, Belém e Recife).
- O objetivo fim da Agência, portanto, o que demanda maior utilização de transporte terrestre, é a realização de fiscalização nos portos e terminais portuários do país, em sua preponderância efetuadas pelas URE´s.
- ✚ Os veículos oficiais à disposição da área finalística exigem maior manutenção, uma vez que rotineiramente transitam por terrenos acidentados e por estradas e rodovias em más condições de rodagem.
- ✚ A Agência detém demanda por veículos oficiais para atendimento administrativo e fiscalizatório. Somam-se 23 (vinte e três) veículos para atendimento em todo território nacional, sendo 05 (cinco) nos modelos institucionais (04 veículos em Brasília e 01

veículo no Rio de Janeiro) e 18 (dezoito) veículos de uso comum (03 na ANTAQ/SEDE e 15 nas URE's), porém com especificações diversas para adequação à realidade fiscalizatória.

Com o novo marco regulatório do transporte aquaviário (Lei 12.815/2013) as áreas de regulação e fiscalização demandaram com maior intensidade o apoio administrativo dos serviços de transporte a fim de atender às novas exigências.

A ANTAQ adota o regime de cooperativa de transporte que fornece tanto o veículo quanto o motorista para atender as demandas da Agência.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A legislação que regula e fundamenta a forma de contratação e utilização dos veículos são, respectivamente, as Instruções Normativas nº 02 e 03/2008 - MPOG. A forma de utilização da frota de veículos consta presente do Termo de Referência constante do processo nº 50300.001424/2012-27 e é administrada e fiscalizada em cada Unidade Regional por meio de fiscais de contratos.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

A contratação dos serviços de transporte proporciona aos servidores e aos colaboradores da ANTAQ as devidas condições de trabalho para desempenho das atividades administrativas e finalísticas executadas, em atendimento ao Programa Anual de Fiscalização – PAF, meta institucional da Agência junto ao Governo Federal.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Vide quadros abaixo intitulados “Discriminação da Frota de Veículos – Unidades Regionais” e “Discriminação da Frota de Veículos – Sede”.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Vide quadros abaixo intitulados “Discriminação da Frota de Veículos – Unidades Regionais” e “Discriminação da Frota de Veículos – Sede”.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Vide quadros abaixo intitulados “Discriminação da Frota de Veículos – Unidades Regionais” e “Discriminação da Frota de Veículos – Sede”.

f) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Os custos com manutenção estão inclusos no valor contratual.

g) Plano de substituição da frota;

Conforme consta no Termo de Referência, quando do início da contratação, os veículos devem ser novos – “zero quilômetro”. Os veículos para a execução de serviços contínuos serão próprios, ou adquiridos por meio de sistema de arrendamento mercantil (leasing) em nome da contratada, identificados conforme determinado no Artigo 27 da Instrução Normativa Nº 01 do MPOG. Deverão ser mantidos sempre em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança, obedecidas todas as normas correlatas do fabricante e do poder público. A cada 05 (cinco) anos de uso ou até a cada 100.000 (cem mil) km rodados, dependendo do que vencer

primeiro, o veículo deverá ser substituído

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

O modelo de contratação é por locação de veículo com motorista.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A Coordenadoria de Serviços Gerais – CSG adota as seguintes medidas para o controle dos veículos oficiais:

- Quantos aos veículos institucionais: diariamente, o motorista anota em registro próprio a quilometragem inicial e final dos veículos por viagem semanal, o controle do motorista é condensado e encaminhado às autoridades que utilizam os veículos para conferência dos dados lançados e posterior atesto dos serviços prestados.
- Quanto aos veículos de uso comum: o colaborador que necessitar da prestação dos serviços preenche a Ficha de Requisição de Veículos com os seguintes dados: unidade, destino, data e objetivo do deslocamento. Ao final do percurso, o colaborador confere a quilometragem rodada, atesta a viagem e registra a nota para o atendimento. As Fichas de Requisição de Veículos são condensadas mensalmente para fins de consulta e controle.
- Todos os controles são analisados pelo FISCAL DO CONTRATO de cada Unidade, para fins de conferência e pagamento do valor mensal pactuado.
- Em 2016 houve um 3º Termo de Apostilamento (período a partir de 22/10/2016) e 5º Termo de Aditamento (período de 22/10/2016 a 22/10/2017).

Quadro 65 - Empresa contratada para a prestação do serviço de transporte

Contratos								
Empresa	CNPJ	Tipo de licitação	Pregão	Nº Contrato	Vigência	Valor Anual de Vigência do Contrato	Valor efetivamente executado desde a celebração do Contrato	Localização
Coopertran	00.691.905/0001-55	Menor preço	Nº19/2012	28/2012	22/10/2012 a 22/10/2017	R\$ 2.041.280,32 (5º Termo de Aditamento – período 22/10/16 a 22/10/2017) R\$ 2.208.335,88 (3º Termo de Apostilamento – período a partir de 22/10/16)	R\$ 6.566.324,90	Brasília, Rio de Janeiro, Manaus, Porto Velho, Paranaguá, Porto Alegre, Corumbá, São Luiz, Fortaleza, Vitória, São Paulo, Salvador, Recife, Belém, Florianópolis.
Observação: A Unidade Regional de Corumbá só utiliza veículo eventual								

Fonte: GRL-ANTAQ

Quadro 66 - Discriminação da Frota de Veículos –SEDE

Controle – Veículo Sede Brasília - Período: 22/10/2016 a 22/10/2017								
Qtd	Especificação dos Veículos	Local do Serviço	KM mensal assegura da por veículo	Valor Mensal por Km Rodado (R\$)	Valor Mensal dos veículos (R\$)	Valor Anual dos veículos (R\$)	Idade dos Veículos	Média Km efetivamente rodado
3	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.8 com potência mínima de 136 cv, tipo flex.	Brasília	6000	4,00	24.016,33	288.195,96	4,0	1.124
1	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.6 com potência mínima de 110 cv tipo flex.	Brasília	1500	4,45	6.668,30	80.019,60	4,0	674
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Brasília	3000	4,65	13.953,23	167.438,76	4,0/2,6	1.133
1	Veículo a ser contratado por quilômetro rodado, modelo básico, cor branca, potência mínima de 1.0, com ar condicionado, tipo flex.	Brasília	1500	3,77	5.659,53	67.914,36	4,0	1.038
Valor Total Anual						603.568,68		

Fonte: GRL-ANTAQ

Quadro 67 - Discriminação da Frota de Veículos –SEDE

Controle – Veículo Sede Brasília – Valores Repactuados (localidade: Brasília) - a partir de janeiro de 2016								
Qtd	Especificação dos Veículos	Local do Serviço	KM mensal assegurada	Valor Mensal por Km Rodado (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	Idade dos Veículos	Média Km efetivamente rodado
3	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.8 com potência mínima de 136 cv, tipo flex.	Brasília	6000	4,28	25.661,74	307.940,88	4,0	1.124
1	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.6 com potência mínima de 110 cv tipo flex.	Brasília	1500	4,78	7.171,26	86.055,12	4,0	674
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Brasília	3000	5,00	14.991,25	179.895,00	4,0/2,3	1.133
1	Veículo a ser contratado por quilômetro rodado, modelo básico, cor branca, potência mínima de 1.0, com ar condicionado, tipo flex.	Brasília	1500	4,07	6.107,13	73.285,56	4,0	1.038
Valor Total Anual						647.176,56		

Fonte: GRL-ANTAQ

Quadro 68 - Discriminação da Frota de Veículos – UNIDADES REGIONAIS

Período: 22/10/2016 a 22/10/2017								
Qtd	Especificação dos Veículos	Local do Serviço	KM mensal assegurada	Valor Mensal por Km Rodado (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	Idade do Veículo (ano)	Média Km efetivamente rodado
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Rio de Janeiro	3000	4,58	20.587,99	247.055,88	4,0	2.055
1	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.6, com potência mínima de 110 cv, tipo flex.	Rio de Janeiro	1500	4,58			4,0	1.177

1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Belém	1500	4,50	6.754,44	81.053,28	4,0	911
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Fortaleza	1500	4,47	6.701,10	80.413,20	4,0	802
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Manaus	1500	4,70	7.051,99	84.623,88	4,0	1.188
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Porto Velho	1500	4,42	6.623,02	79.476,24	4,0	1.775
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Salvador	1500	4,39	6.585,52	79.026,24	4,0	1.084
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Porto Alegre	1500	4,73	7.090,56	85.086,72	4,0	1.056
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	São Paulo	3000	4,90	14.688,10	176.257,20	4,0/2,6	2.588
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Paranaguá	1500	4,52	6.776,92	81.323,04	4,0	745
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	São Luís	1500	4,47	6.708,28	80.499,36	4,0	1.026
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Vitória	1500	4,87	7.298,15	87.577,80	4,0	382

1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Recife	1500	4,87	7.300,63	87.607,56	4,0	2.091
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Florianópolis	1500	4,63	6.940,28	83.283,36	4,0	1.065
Valor Total Anual						1.333.283,76		

Fonte: GRL-ANTAQ

Quadro 69 - Discriminações da Frota de Veículos – Unidades Regionais

- Valores Repactuados (localidades: Belém e Porto Alegre – a partir de janeiro de 2016).
- Valores Repactuados (localidades: Fortaleza, Porto Velho, Salvador, São Paulo, São Luís, Florianópolis e Vitória - a partir de maio de 2016)
- Valores Repactuados (localidades: Rio de Janeiro e Manaus - a partir de junho de 2016).

Qtd	Especificação dos Veículos	Local do Serviço	KM mensal assegurada	Valor Mensal por Km Rodado (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	Idade do Veículo (ano)	Média Km efetivamente rodado Mensal
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Rio de Janeiro	3000	4,84	21.770,32	261.243,84	4,0/4,0	2.055
1	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.6, com potência mínima de 110 cv, tipo flex.	Rio de Janeiro	1500	4,84				1.177
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Belém	1500	4,80	7.203,80	86.445,60	4,0	911
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Fortaleza	1500	5,36	8.035,34	96.424,08	4,0	802
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Manaus	1500	4,92	7.381,61	88.579,32	4,0	1.188

1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Porto Velho	1500	4,80	7.203,65	86.443,80	4,0	1.775
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Salvador	1500	4,65	6.971,28	83.655,36	4,0	1.084
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Porto Alegre	1500	5,11	7.666,46	91.997,52	4,0	1.056
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	São Paulo	3000	5,09	15.226,54	183.198,48	40	2.588
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Paranaguá	1500	5,04	7.562,61	90.751,32	4,00	745
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	São Luís	1500	4,65	6.970,67	83.648,04	4,0	1.026
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Vitória	1500	5,55	8.326,43	99.917	4,0	382
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Recife	1500	5,10	7.656,23	91.874,76	4,0	2.091
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Florianópolis	1500	5,11	7.660,21	91.922,52	4,0	1.065
Valor Total Anual						1.436.101,80		

Fonte: GRL-ANTAQ

Quadro 70 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Veículos Eventuais - valores reajustados a partir de 22 de outubro de 2016 até 22 de outubro de 2017		
Especificação dos Veículos	Diárias Estimadas /Mês	Valor total Mensal Estimado
Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.8 com potência mínima de 136 cv, tipo flex.	4	R\$ 2.680,16
Veículo tipo caminhonete de uso misto, Statio Wagon, modelo básico, cor branca, 5 portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com motorista.	1	R\$ 550,92
Veículo modelo básico, cor branca, potência mínima 1.0, com ar condicionado.	5	R\$ 2.151,10
Veículo utilitário, tipo caminhonete/pick-up, cabine dupla, com capota, quatro rodas, tração 4x4, modelo básico, potência mínima 130cv, cor branca, com ar condicionado, capacidade para 5 passageiros.	3	R\$ 2.537,30
Veículos transporte coletivo – micro ônibus com capacidade para até 22 passageiros, além do motorista equipado com ar condicionado.	1	R\$ 734,40
Veículo de transporte coletivo – Ônibus, com capacidade mínima para 40 passageiros, além do motorista, equipado com ar condicionado.	1	R\$ 926,50
Valor Total Mensal		R\$ 9.580,38

Fonte: GRL-ANTAQ

Quadro 71 - Discriminação da Frota de Veículos –EVENTUAIS

Veículos Eventuais – valores repactuados a partir de 22 de outubro de 2016		
Especificação dos Veículos	Diárias Estimadas /Mês	Valor total Mensal Estimado
Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.8 com potência mínima de 136 cv, tipo flex.	4	R\$ 2.915,48
Veículo tipo caminhonete de uso misto, Statio Wagon, modelo básico, cor branca, 5 portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com motorista.	1	R\$ 599,29
Veículo modelo básico, cor branca, potência mínima 1.0, com ar condicionado.	5	R\$ 2.339,97
Veículo utilitário, tipo caminhonete/pick-up, cabine dupla, com capota, quatro rodas, tração 4x4, modelo básico, potência mínima 130cv, cor branca, com ar condicionado, capacidade para 5 passageiros.	3	R\$ 2.760,07
Veículos transporte coletivo – micro ônibus com capacidade para até 22 passageiros, além do motorista equipado com ar condicionado.	1	R\$ 798,88
Veículo de transporte coletivo – Ônibus, com capacidade mínima para 40 passageiros, além do motorista, equipado com ar condicionado.	1	R\$ 1.007,84
Valor Total Mensal		R\$ 10.421,54

Fonte: GRL-ANTAQ

5.2.2. Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ não possui veículos automotores próprios. Todo o serviço de transporte é realizado por meio de veículos contratados de terceiros.

5.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

Consta do Inciso VI, do Art. 68 do Regimento Interno da ANTAQ (Resolução nº 3.585-ANTAQ, de 18 agosto de 2014) que é competência da Gerência de Recursos Logísticos – GRL realizar o acompanhamento da situação dos imóveis utilizados, em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU. Atualmente, a Coordenadoria de Almojarifado e Patrimônio – CAP é a gestora do sistema SPIUNET e adota os procedimentos necessários para atualizar os cadastros dos imóveis locados e cedidos à ANTAQ

5.2.4. Demonstração da situação dos imóveis da União

Atualmente a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ conta com a cessão de 01 (um) imóvel da União, cedido pela Secretaria de Patrimônio da União do Rio de Janeiro – SPURJ, cedido em novembro de 2015, onde está instalada a Unidade Regional do Rio de Janeiro – URERJ. Além da preservação do estabelecimento, a Agência fica responsável pelo pagamento do condomínio, seguro, e demais taxas e contribuições presentes no imóvel. O imóvel está localizado na Av. Rio Branco, nº 135, 14º Pavimento, Salas 1401 a 1414, Edifício Guinle, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.040-912.

Quando do recebimento do imóvel, foram necessárias realizar aquisições e reparos no interior do imóvel, conforme apontado nos seguintes processos:

- Processo SEI 50300.002379/2016-51
 - Instalações elétricas estabilizadas
 - Cabeamento estruturado de rede de voz (telefonía), dados e vídeo;
 - Sistema de segurança eletrônica.
 - Custo: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
- Processo nº SEI 50300.0512/2016-35
 - Fornecimento e instalação de ar condicionado
 - Custo: R\$ 71.498,00 (setenta e um mil, quatrocentos e noventa e oito reais)

Os riscos relacionados à gestão de imóveis podem ser pontuados da seguinte forma:

- Risco Operacional
 - Falta de servidor para inclusão de registros no sistema SPIUNET;
 - Falha no sistema SPIUNET.
- Risco de Informação
 - Falta de informação sobre o imóvel;
 - Falta de informação quanto aos gastos na manutenção e reparos no imóvel.

- Controle Operacional
 - Realização de concurso público para contratação de servidor para a área gestora do sistema SPIUNET;
 - Indicação de 02 (dois) servidores para realizar a gestão do sistema SPIUNET;
 - Solicitação à Secretaria de Tecnologia da informação para o fornecimento de link de dados apropriado para a execução do sistema SPIUNET;
- Controle da Informação
 - Solicitação ao fiscal de contrato do imóvel cedido de informações sobre o imóvel;
 - Solicitação à Gerência de Licitações e Contratos – GLC sobre alterações contratuais ou contratações que envolvam o imóvel cedido.

Quadro 72 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	Rio de Janeiro/RJ	1	1

Fonte: CAP/GRL

5.2.5. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Quadro 73 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	BRASÍLIA		
	DISTRITO FEDERAL	1	1
	RIO DE JANEIRO		
	RIO DE JANEIRO	1	0
	PARÁ		
	BELÉM	1	1
	PERNAMBUCO		
	RECIFE	1	1
	RONDÔNIA		
	PORTO VELHO	1	1
	AMAZONAS		
	MANAUS	1	1
	SÃO PAULO		
	SÃO PAULO	1	1
	MARANHÃO		
	SÃO LUÍS	1	1
	PARANÁ		
PARANGUÁ	1	1	
CEARÁ			

	FORTALEZA	1	1
	MATO GROSSO DO SUL		
	CORUMBÁ	1	1
	ESPÍRITO SANTO		
	VITÓRIA	1	1
	BAHIA		
	SALVADOR	1	1
	RIO GRANDE DO SUL		
	PORTO ALEGRE	1	1
	SANTA CATARINA		
	FLORIANÓPOLIS	1	1
	Subtotal Brasil	15	14
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	15	14

Fonte: GRL/CAP

Observação: O quantitativo de imóveis se refere ao número de imóveis alugados de terceiros.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ atua em Brasília/DF, como Sede da Agência, bem como em 14 (quatorze) estados Brasileiros, por meio de Unidade Regionais (Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC, Paranaguá/PR, Corumbá/MS, Porto Velho/RO, Manaus/AM, Belém/PA, São Luís/MA, Fortaleza/CE, Recife/PE, Salvador/BA, Vitória/ES, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ). Exceto na Unidade Regional do Rio de Janeiro – URERJ, na qual o imóvel é cedido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU/RJ, em todas as outras Unidades Regionais e na ANTAQ/Sede os imóveis são locados.

Quadro 74 - Quantitativo e valores locatícios dos imóveis alugados da ANTAQ

URE	Endereço	RIP	Valor do Aluguel (R\$)
Unidade Regional de Manaus – UREMN	Avenida EDUARDO RIBEIRO, 520 15º ANDAR, salas 1504, 1505, 1506 e 1507, CENTRO CEP 69010-000, Manaus - AM	0255.00891.500-8	2.900,00
Unidade Regional de Salvador - URESV	Rua DOUTOR JOSE PEROBA, 397 LOTE 34, salas 101 a 104, 109/110, STIEP CEP 41770-235, Salvador - BA	3849.00770.500-0	8.364,36
Unidade Regional de Fortaleza - UREFT	Avenida SANTOS DUMONT, 2122 Ed. Manhattan Center - Salas 1007 a 1010, ALDEOTA CEP 60150-161, Fortaleza - CE	1389.01310.500-7	7.357,52
ANTAQ-SEDE	Bloco SEPN 514 BLOCO E, 514 CONJ E, ASA NORTE CEP 70760-545, Brasília - DF	9701.28722.500-5	520.770,96
Unidade Regional de Vitória – UREVT	Avenida JOAO BAPTISTA PARRA, 673 12º ANDAR, SALAS 1201 e 1202, ENSEADA DO SUA CEP 29050-375, Vitória - ES	5705.00424.500-0	11.798,59
Unidade Regional de São Luís - URESL	Avenida CORONEL COLARES MOREIRA, 2868 Ed. Business Center Renascença - Sala 802 - 811, JARDIM RENASCENCA CEP 65075-441, São Luís - MA	0921.00875.500-0	7.228,20
Unidade Regional de Corumbá - MS	Rua AMERICA, 1654 DOM BOSCO CEP 79331-110, Corumbá - MS	9063.00462.500-2	3.888,15

Unidade Regional de Belém - UREBL	Travessa DOM ROMUALDO DE SEIXAS, 1560 ESPAÇO CORPORATIVO N° 02 e 03, sala 1706, NAZARE CEP 66055-028, Belém - PA	0427.00931.500-1	16.477,40
Unidade Regional de Recife - URERE	Avenida GOVERNADOR AGAMENON MAGALHAES, 4575 Edifício Empresarial Nassau, salas 101, 102 e 103, BOA VISTA CEP 50070-160, Recife - PE	2531.01002.500-9	15.250,00
Unidade Regional de Paranaguá - UREPR	Avenida GABRIEL DE LARA, 716 JOAO GUALBERTO CEP 83203-550, Paranaguá - PR	7745.00208.500-6	4.232,70
Unidade Regional de Porto Velho - UREPV	Rua Carlos Gomes, 513 Ed. Caiari, Térreo. CEP 78900-030, Porto Velho - RO	0003.00673.500-7	6.000,00
Unidade Regional de Porto Alegre - UREPL	Travessa FRANCISCO DE LEONARDO TRUDA, 40 9º andar - cjs. 92 a 94 - edifício FORMAC, CENTRO HISTORICO CEP 90010-050, Porto Alegre - RS	8801.00708.500-4	13.292,09
Unidade Regional de Florianópolis - UREFL	Rua ESTEVES JUNIOR, 50 Edifício Top Tower Executive Center, salas 1001 a 1008, CENTRO CEP 88015-130, Florianópolis - SC	8105.00510.500-6	13.578,50
Unidade Regional de São Paulo - URESP	Rua SAMPAIO VIANA, 277 Ed. Albatroz, 4º andar, salas 41, 42, 43 e 44, PARAISO CEP 04004-000, São Paulo - SP	7107.01034.500-2	13.511,54

Fonte: GRL-ANTAQ

Com a edição da lei 10.233, de 05/06/2001, foi criada a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, de regime autárquico especial, independência administrativa, autonomia financeira e funcional, para atuar em âmbito nacional nas questões que envolvam a regulação e fiscalização portuária brasileira. Para tanto, foi delineado no § 1º do Art. 21, do respectivo regimento, que a sede e foro da ANTAQ seria no Distrito Federal, podendo instalar Unidades Administrativas Regionais.

O Art. 7º do Regimento Interno da ANTAQ informa que as Coordenadorias e as Unidades Regionais serão criadas e extintas por decisão da Diretoria e o parágrafo único do respectivo artigo informa que o ato de criar Unidade Regional definirá sua localização.

Por meio da Resolução nº 1173-ANTAQ de 1º de outubro de 2008, alterada pela Resolução nº 3246-ANTAQ, de 21 de janeiro de 2013 foram criadas as Unidades Regionais com a finalidade de fiscalização da prestação de serviços de transporte aquaviário, de apoio marítimo e de apoio portuário e da exploração da infraestrutura aquaviária e portuária.

Para dotar as UREs de espaço físico para a execução dos trabalhos administrativos, regulatórios e finalísticos de cada unidade, se fez necessário providenciar imóvel por meio de processo administrativo de locação ou cessão. Atualmente, dos 15 (quinze) imóveis registrados na ANTAQ, 14 (quatorze) são imóveis alugados e 01 (um) foi cedido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU. Este último alberga a Unidade Regional do Rio de Janeiro – URERJ.

Apenas o imóvel da ANTAQ-SEDE, em Brasília/DF, possui contrato de manutenção predial com as seguintes características:

- CONTRATO: CONT-SAF-ANTAQ N° 29/2013
- PROCESSO: 50300.002203/2012-76
- EMPRESA CONTRATADA: ADTEL TECNOLOGIA LTDA-ME
- DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013
- VIGÊNCIA: 27/12/2017

- **OBJETO:** Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais, dos equipamentos, dos sistemas e instalações de para-raios, do sistema de prevenção e combate contra incêndio, bem como para realização de serviços eventuais adequação e ampliação, tais como: reparos, manutenção de obras civis, pintura, marcenaria, pequenos consertos em mobiliários, serralheria, sondagem, esquadrias, divisórias, vidraçaria e gesso, outros componentes acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento do complexo predial, com fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, inclusive EPIs e insumos estritamente necessários para a execução dos serviços, conforme normas técnicas aplicáveis, sem fornecimento de materiais de consumo ou peças de reposição, para atender às necessidades da ANTAQ.
- **VALOR MENSAL E ANUAL:**
 - Valor mensal: R\$ 28.288,05
 - Valor Anual: R\$ 339.456,60

Reparos no interior das Unidades Regionais são efetivados por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF. São considerados reparos: troca de torneiras, assentos sanitários, fiação elétrica, etc. No edifício sede da ANTAQ, em Brasília, além do serviço de manutenção o proprietário do imóvel vem adotando medidas para melhorias no interior do prédio, sem custo para ANTAQ. Pintura de garagens, detecção e consertos de vazamentos de água, etc.

5.2.6. *Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade*

Quadro 75 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	Rio de Janeiro/RJ	1	0
	Porto Velho/RO	0	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: CAP/GRL

Em 27/11/2015 houve a Cessão Definitiva de Uso Gratuito do imóvel situado na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Outorgante Cedente: União e Outorgado Cessionário:

ANTAQ. Processo Administrativo nº 04967.203887/2015-13 - SPURJ, constante do processo nº 50300.002563/2015-11. RIP nº 6001.02326.500-1.O imóvel cedido albergará a Unidade Regional do Rio de Janeiro.

5.2.7. *Informações sobre a infraestrutura física*

Relativamente à infraestrutura dos imóveis de terceiro, informa-se que os estabelecimentos vêm atendendo as demandas das Unidades Regionais e ANTAQ-SEDE. Existem, contudo, pedidos de mudança para outros estabelecimentos tendo em vista a necessidade de minorar os custos administrativos dos imóveis, em especial o valor locatício.

5.3. *Gestão de tecnologia da informação*

A ANTAQ executa o terceiro ciclo bianual do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2016-2017), ferramenta fundamental para que a Agência cumpra sua missão institucional. No bojo do PDTI, constam os projetos de modernização do parque tecnológico, o aperfeiçoamento da modelo de desenvolvimento de software e a capacitação dos servidores possibilitam ganhos de produtividade e prestação de serviços públicos de forma cada vez mais eficiente.

O Plano segue as orientações estratégicas da Agência e seus direcionamentos para o período de 2016-2017, como também as orientações do Tribunal de Contas da União – TCU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP e demais regulamentações que definem as contratações e políticas de TI no Governo Federal.

Foram identificadas e priorizadas 47 necessidades de todas as áreas da Agência, que ao final foram consolidadas em um Plano de Metas e de Ações. O Plano define marcos mensuráveis, controláveis e quantificáveis para a satisfação de cada necessidade identificada.

Os quadros a seguir apresentam, para cada necessidade, quais as metas a serem alcançadas e quais ações serão realizadas para viabilizar o cumprimento das metas. As metas são compostas por indicadores, valores e prazos estimados.

Quadro 76 – Metas de TI

PRIORIDADE	NECESSIDADE	META	INDICADOR	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	AÇÕES	VALOR ESTIMADO (ano)
1	Renovação de Solução de Segurança de borda (firewall)	Contratar a solução	1- Solução contratada; 2- Solução implantada.	nov/16	1- Marcar reunião com fornecedor (OK); 2- Enviar ofício ao fornecedor para que manifeste interesse na renovação 3- Realizar o planejamento da Contratação; 4- Submeter o processo para a GLC;	R\$ 130.000,00
1	APP – permitir receber XML	1- Validar necessidades com a área solicitante. 2- Detalhar requisitos 3- Definir estratégia de Projeto.	Solução implantada	dez/17	1- Levantar requisitos 2- Implantar solução.	R\$ 150.000,00
1	Sistema de Cadastro e Auditoria Patrimonial: registro, classificação, acompanhamento da evolução patrimonial (incorporação e desincorporação) e reversibilidade dos bens da União sob guarda dos portos organizados e arrendatários-	Finalizar Estudo do Grupo de cooperação para definição de requisitos.	1- Categorização de itens contábeis; 2- Definição de formato XSD/XML.	dez/17	1- Acompanhar o GT.	R\$ 100.000,00
1	Expansão de armazenamento Corporativo	1- Realizar Contratação; 2- Realizar implantação.	Solução implantada	fev/17	1- Elaborar Planejamento da Contratação; 2- Submeter processo para aprovação.	R\$ 1.080.000,00

PRIORIDADE	NECESSIDADE	META	INDICADOR	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	AÇÕES	VALOR ESTIMADO (ano)
1	Novo Portal Antaq	1- Realizar estudo de soluções (OK) 2- Criar ambiente de testes e piloto (OK) 3- Definir equipe de implantação e prazos.	Solução implantada	jun/17	1- Visitas a outros órgãos para conhecer experiências. 2- Realizar testes com a solução. 3- Disponibilizar ambiente.	R\$ 0,00.00
1	Contratação - Suporte Sala Cofre	1- Elaborar Planejamento da Contratação 2- Submeter processo.	Solução contratada.	out/16	1- Elaborar Planejamento da Contratação; 2- Submeter processo para aprovação.	R\$ 400.000,00
1	SSA – permitir gestão das senhas pelo responsável legal do outorgado	1- Levantar requisitos 2- Definir estratégia de implantação	Solução implantada	jun/17	1- Envolver interessados. 2- Executar estratégia definida.	R\$ 50.000,00
1	Sistema de Outorga Eletrônica integrado com os sistemas da ANTAQ (SEI/ Corporativo/ SSA/ SCP/ SDN/ SAMA/ SIGTAQ etc.)	1- Criar GT 2- Levantar requisitos 3- Definir estratégia de implantação	Solução implantada	ago/17	1- Envolver interessados. 2- Executar estratégia definida.	R\$ 150.000,00
1	Cadastros TUP's – recepcionar dados e integrar com o novo SCP	1- Criar GT 2- Levantar requisitos 3- Definir estratégia de implantação	Solução implantada	ago/17	1- Envolver interessados. 2- Executar estratégia definida.	R\$ 100.000,00
1	Aquisição de modelagem conceitual e sistematização de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA.	1- Validar necessidades com a área solicitante. 2- Definir estratégia de Projeto.	Solução implantada	ago/17	1- Envolver interessados. 2- Executar estratégia definida.	R\$ 3.000.000,00

PRIORIDADE	NECESSIDADE	META	INDICADOR	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	AÇÕES	VALOR ESTIMADO (ano)
2	Gestão patrimonial.	1- Realizar estudo de soluções (OK) 2- Criar ambiente de testes e piloto (OK) 3- Definir equipe de implantação e prazos.	Solução implantada	fev/17	1- Elaborar Planejamento da Contratação (OK); 2- Submeter processo para aprovação (OK).	R\$ 300.000,00
2	Gestão de almoxarifado	1- Realizar estudo de soluções (OK) 2- Criar ambiente de testes e piloto (OK) 3- Definir equipe de implantação e prazos.	Solução implantada	fev/17	1- Elaborar Planejamento da Contratação (OK); 2- Submeter processo para aprovação (OK).	R\$ 150.000,00
2	Implementação de um Sistema Integrado de Gestão de Crédito.	1- Ajustar Sistema de Fiscalização 2- Disponibilizar em produção módulo GRU. 3- Disponibilizar em produção módulo Parcelamento.	Solução implantada	ago/16	1- Conhecer soluções de outros órgãos (ok). 2- Realizar estudo técnica da Solução da ANAC. 3- Detalhar requisitos. 4- Definir estratégia de Implantação.	R\$ 65.000,00
2	Contratação - Suporte Storage	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Submeter processo.	Suporte contratado.	dez/16	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Submeter processo.	R\$ 80.000,00
2	Renovação de Contrato - Solução de Segurança (anti-vírus)	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Submeter processo.	Suporte contratado.	jul/16	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Submeter processo.	R\$ 240.000,00
2	Ajustes no Sistema de Avaliação de desempenho (6)	1- Levantar requisitos 2- Implantar solução.	Solução implantada.	jun/16	1- Levantar requisitos 2- Implantar solução.	R\$ 60.000,00

PRIORIDADE	NECESSIDADE	META	INDICADOR	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	AÇÕES	VALOR ESTIMADO (ano)
2	Adequação do Sistema Corporativo	1- Levantar requisitos 2- Implantar solução.	Solução implantada	out/06	1- Levantar requisitos 2- Implantar solução.	R\$ 50.000,00
2	SCP – Desenvolver novo sistema incluindo todos os tipos de instalação portuária, incluído dados de informações ambientais e TUP's	1- Levantar requisitos 2- Implantar solução.	Solução implantada	out/06	1- Levantar requisitos 2- Implantar solução.	R\$ 75.000,00
2	Contratação GARTNER	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Submeter processo.	Solução contratada.	jun/17	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Submeter processo.	R\$ 120.000,00
2	Melhoria de processos e formalização de serviços de TI	1- Realizar estudos de oportunidades de melhoria 2- Realizar sensibilização 3- Implantar os processos definidos.	Processos definidos implantados.	dez/16	1- Realizar estudos de oportunidades de melhoria 2- Realizar sensibilização 3- Implantar os processos definidos.	R\$ 0.00,00
3	Renovação Contratual - Suporte Infraestrutura	1- Levantar documentação requerida 2- Enviar ofício de manifestação de interesse a contratada 3- Elaborar processo	Contrato renovado	abr/16	1- Levantar documentação requerida 2- Enviar ofício de manifestação de interesse a contratada 3- Elaborar processo	R\$ 1.300.000,00
3	Implementar um Sistema de Orçamento	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	ago/17	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 200.000,00
3	Indicadores de Eficiência Portuária.	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada		1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 5.000,00

PRIORIDADE	NECESSIDADE	META	INDICADOR	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	AÇÕES	VALOR ESTIMADO (ano)
3	IDA – conclusão do novo sistema	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	dez/16	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 5.000,00
3	Expansão de ativos de rede LAN	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Submeter processo.	Solução contratada.	jul/17	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Submeter processo.	R\$ 850.000,00
3	Renovação Contratual - Fábrica de Software	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Oficiar a empresa de manifestação de interesse. 3- Submeter processo.	Contrato renovado	abr/16	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Submeter processo.	R\$ 2.500.000,00
3	SIG – atualização do sistema	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	dez/17	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 0,00.00
3	Registro de embarcações da Marinha do Brasil com frota nacional e estrangeira	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	dez/17	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 0,00.00
3	Expansão de solução de backup.	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Submeter processo.	Todas as funcionalidades da solução implantada.	abr/17	1- Realizar Planejamento da Contratação. 2- Submeter processo.	R\$ 500.000,00
3	Gestão de compras e contratos	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	ago/17	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 300.000,00
3	Renovação Contratual - Outsourcing de impressão	1- Elaborar Planejamento da Contratação 2- Submeter processo.	Contrato renovado	jun/16	1- Elaborar Planejamento da Contratação 2- Submeter processo.	R\$ 180.000,00

PRIORIDADE	NECESSIDADE	META	INDICADOR	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	AÇÕES	VALOR ESTIMADO (ano)
3	Controle de pedidos de demandas de serviços.	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	dez/16	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 0.00,00
3	Ajustes no módulo do sistema de controle de frequência	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	dez/16	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 25.000,00
3	Controle de terceirizados	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	dez/16	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 5.000,00
3	PRENAV/SISTRAM recepcionar dados	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	jun/17	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 75.000,00
4	Controle e registro de pessoas e veículos que entram na ANTAQ.	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	ago/17	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 20.000,00
4	Correção de inconsistências e incremento de eficiência do Sistema de Audiências Públicas - SISAP	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	jul/16	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 25.000,00
4	Implantação do Sistema de Desempenho da Navegação - SDN Módulo Navegação Marítima de Apoio	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	jan/17	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 150.000,00
4	SDN Passageiros	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	mar/17	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 150.000,00

PRIORIDADE	NECESSIDADE	META	INDICADOR	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	AÇÕES	VALOR ESTIMADO (ano)
4	Sistema de Cadastro das Demonstrações Contábeis:	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	out/17	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 150.000,00
4	QlickView – treinamento básico e avançado / suporte para painéis/demandas específicas/ adquirir licenças	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de contratação 4- 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	nov/16	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 500.000,00
4	Georeferenciamento – propor e desenvolver plataforma para disponibilização de informações georeferenciadas na WEB	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	dez/17	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 200.000,00
4	Ferramentas GIS para Otimização de Análise de Rede de Transportes	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	dez/17	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 200.000,00
4	Sistemas SEP (PSP e SIGSEP) – recepcionar dados e eventualmente o próprio sistema	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	out/17	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 100.000,00
4	Mercante - recepcionar dados com origem nos procedimentos da RFB, incluindo base histórica	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	mai/16	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 100.000,00
4	Remodelagem do SARH	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar Protótipo	Solução implantada	ago/17	1- Entender a necessidade. 2- Elaborar estudo 3- Definir estratégia de Implantação	R\$ 100.000,00
4	Implantação Módulo Ouvidor SEI	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	fev/16	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 10.000,00

PRIORIDADE	NECESSIDADE	META	INDICADOR	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	AÇÕES	VALOR ESTIMADO (ano)
4	Implementação do Sistema de controle de telefonia móvel e fixa.	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	dez/16	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 50.000,00
4	Solução para digitalização de plantas do acervo de processos digitalizados para o SEI e processos arquivados	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	jul/17	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 30.000,00
4	Utilização do sistema SOPHIA como repositório de legislação, com renovação do respectivo contrato, contemplada a atual versão	1- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	jun/16	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 20.000,00
4	Implementação do sistema de banco de permutas	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	mai/17	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 100.000,00
4	Aquisição do 2º monitor, para cada servidor, de 21 polegadas, com conexão displayport, com o recurso de rotação da tela. Como, por exemplo, o HP EliteDisplay E221.	1- Levantar necessidade 2- Elaborar Planejamento da Contratação	Solução implantada	out/17	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 120.000,00

PRIORIDADE	NECESSIDADE	META	INDICADOR	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	AÇÕES	VALOR ESTIMADO (ano)
4	Aquisição de um software (ou outra solução mais adequada do ponto de vista tecnológico e financeiro) de GESTÃO ESTRATÉGICA.	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	fev/17	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 0,00,00
4	Desenvolvimento de Sistema eletrônico de Afretamento de embarcações na Navegação Interior	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	Solução implantada	out/17	1- Entender a necessidade. 2- Definir estratégia de Implantação	R\$ 100.000,00

Para consolidar o plano de investimento e custeio deste PDTI, foram analisadas as ações planejadas e estimados os gastos necessários para realização de cada uma dessas ações, apresentando a classificação orçamentária e identificando as despesas com investimento e custeio. Os valores mencionados podem ser alterados durante a vigência do PDTI.

Quadro 77 – Gastos estimados de TI por ação

Nº NEC.	NECESSIDADE	TIPO	VALOR ESTIMADO (ano)	FONTE DE RECURSOS
1	Renovação de Solução de Segurança de borda (firewall)	INFRAESTRUTURA – AQUISIÇÃO (HARDWARE DE REDES, SERVIDORES, STORAGE...)	R\$ 130.000,00	CUSTEIO
2	APP – permitir receber XML	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 150.000,00	INVESTIMENTO
3	Sistema de Cadastro e Auditoria Patrimonial: registro, classificação, acompanhamento da evolução patrimonial (incorporação e desincorporação) e reversibilidade dos bens da União sob guarda dos portos organizados e arrendatários-	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 100.000,00	INVESTIMENTO
4	Expansão de armazenamento Corporativo	INFRAESTRUTURA – AQUISIÇÃO (HARDWARE DE REDES, SERVIDORES, STORAGE...)	R\$ 1.056.000,00	INVESTIMENTO
5	Novo Portal Antaq	SOLUÇÃO DE TI – IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES (Joomla, Sei...)	R\$ 0,00,00	N/A
6	Contratação - Suporte Sala Cofre	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (CONECTIVIDADE, SUPORTE...)	R\$ 400.000,00	CUSTEIO
7	SSA – permitir gestão das senhas pelo responsável legal do outorgado	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 50.000,00	CUSTEIO

8	Sistema de Outorga Eletrônica integrado com os sistemas da ANTAQ (SEI/ Corporativo/ SSA/ SCP/ SDN/ SAMA/ SIGTAQ etc.)	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 150.000,00	INVESTIMENTO
9	Cadastros TUP's – receptionar dados e integrar com o novo SCP	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 100.000,00	INVESTIMENTO
10	Aquisição de modelagem conceitual e sistematização de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA.	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 3.000.000,00	INVESTIMENTO
11	Gestão patrimonial. (3)	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (CONECTIVIDADE, SUPORTE...)	R\$ 300.000,00	INVESTIMENTO
12	Gestão de almoxarifado	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (CONECTIVIDADE, SUPORTE...)	R\$ 150.000,00	CUSTEIO
13	Implementação de um Sistema Integrado de Gestão de Crédito.	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 65.000,00	INVESTIMENTO
14	Contratação - Suporte Storage	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (CONECTIVIDADE, SUPORTE...)	R\$ 80.000,00	CUSTEIO
15	Renovação de Contrato - Solução de Segurança (anti-vírus)	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (CONECTIVIDADE, SUPORTE...)	R\$ 50.000,00	CUSTEIO
16	Ajustes no Sistema de Avaliação de desempenho	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 60.000,00	CUSTEIO
17	Adequação do Sistema Corporativo	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 50.000,00	CUSTEIO
18	SCP – Desenvolver novo sistema incluindo todos os tipos de instalação portuária, incluído dados de informações ambientais e TUP's	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 75.000,00	INVESTIMENTO
19	Contratação GARTNER	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (CONECTIVIDADE, SUPORTE...)	R\$ 120.000,00	CUSTEIO
20	Melhoria de processos e formalização de serviços de TI	NORMATIZAÇÃO	R\$ 0.000,00	N/A
21	Renovação Contratual - Suporte Infraestrutura	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (CONECTIVIDADE, SUPORTE...)	R\$ 1.300.000,00	CUSTEIO
22	Implementar um Sistema de Orçamento	SOLUÇÃO DE TI – IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES (JOOMLA, SEI...)	R\$ 200.000,00	INVESTIMENTO
23	Indicadores de Eficiência Portuária	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 5.000,00	INVESTIMENTO

24	IDA – conclusão do novo sistema	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 5.000,00	INVESTIMENTO
25	Expansão de ativos de rede LAN	INFRAESTRUTURA – AQUISIÇÃO (HARDWARE DE REDES, SERVIDORES, STORAGE...)	R\$ 850.000,00	INVESTIMENTO
26	Renovação Contratual - Fábrica de Software	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (CONECTIVIDADE, SUPORTE...)	R\$ 2.500.000,00	INVESTIMENTO
27	SIG – atualização do sistema	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 25.000,00	N/A
28	Registro de embarcações da Marinha do Brasil com frota nacional e estrangeira	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 25.000,00	N/A
29	Expansão de solução de backup.	INFRAESTRUTURA – AQUISIÇÃO (HARDWARE DE REDES, SERVIDORES, STORAGE...)	R\$ 500.000,00	INVESTIMENTO
30	Gestão de compras e contratos (4)	SOLUÇÃO DE TI – IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES (Joomla, SEI...)	R\$ 300.000,00	INVESTIMENTO
31	Renovação Contratual - Outsourcing de impressão	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (CONECTIVIDADE, SUPORTE...)	R\$ 200.000,00	CUSTEIO
32	Controle de pedidos de demandas de serviços. (1)	SOLUÇÃO DE TI – IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES (Joomla, SEI...)	R\$ 0.000,00	N/A
33	Ajustes no módulo do sistema de controle de frequência (5)	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 25.000,00	CUSTEIO
34	Controle de terceirizados	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 5.000,00	CUSTEIO
35	PRENAV/SISTRAM – receptionar dados	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 75.000,00	INVESTIMENTO
36	Controle e registro de pessoas e veículos que entram na ANTAQ.	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE PACOTES	R\$ 20.000,00	INVESTIMENTO
37	Correção de inconsistências e incremento de eficiência do Sistema de Audiências Públicas - SISAP	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 25.000,00	CUSTEIO
38	Implantação do Sistema de Desempenho da Navegação - SDN Módulo Navegação Marítima de Apoio	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 150.000,00	INVESTIMENTO
39	SDN Passageiros	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 150.000,00	INVESTIMENTO

40	Sistema de Cadastro das Demonstrações Contábeis:	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 150.000,00	INVESTIMENTO
41	QuickView – treinamento básico e avançado / suporte para painéis/demandas específicas/ adquirir licenças	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (CONECTIVIDADE, SUPORTE...)	R\$ 500.000,00	INVESTIMENTO
42	Georeferenciamento – propor e desenvolver plataforma para disponibilização de informações georeferenciadas na WEB	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE PACOTES	R\$ 200.000,00	INVESTIMENTO
43	Ferramentas GIS para Otimização de Análise de Rede de Transportes	SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE PACOTES	R\$ 200.000,00	INVESTIMENTO
44	Sistemas SEP (PSP e SIGSEP) – recepcionar dados e eventualmente o próprio sistema	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 100.000,00	INVESTIMENTO
45	Mercante - recepcionar dados com origem nos procedimentos da RFB, incluindo base histórica	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 100.000,00	INVESTIMENTO
46	Remodelagem do SARH	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 100.000,00	CUSTEIO
47	Implantação Módulo Ouvidor SEI		R\$ 10.000,00	CUSTEIO
48	Implementação do Sistema de controle de telefonia móvel e fixa.	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 50.000,00	INVESTIMENTO
49	Solução para digitalização de plantas do acervo de processos digitalizados para o SEI e processos arquivados	INFRAESTRUTURA – AQUISIÇÃO (HARDWARE DE REDES, SERVIDORES, STORAGE...)	R\$ 30.000,00	INVESTIMENTO
50	Utilização do sistema SOPHIA como repositório de legislação, com renovação do respectivo contrato, contemplada a atual versão	SOLUÇÃO DE TI – IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES (JOOMLA, SEI...)	R\$ 20.000,00	INVESTIMENTO
51	Implementação do sistema de banco de permutas	SOLUÇÃO DE TI – IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES (JOOMLA, SEI...)	R\$ 100.000,00	INVESTIMENTO
52	Aquisição do 2º monitor, para cada servidor, de 21 polegadas, com conexão displayport, com o recurso de rotação da tela. Como, por exemplo, o HP EliteDisplay E221.	INFRAESTRUTURA – AQUISIÇÃO - COMPUTAÇÃO PESSOAL	R\$ 120.000,00	INVESTIMENTO
53	Aquisição de um software (ou outra solução mais adequada do ponto de vista tecnológico e financeiro) de GESTÃO ESTRATÉGICA.	SOLUÇÃO DE TI – IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES (JOOMLA, SEI...)	R\$ 0.000,00	CUSTEIO
54	Desenvolvimento Sistema eletrônico de Afretamento de embarcações na Navegação Interior	SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 100.000,00	CUSTEIO

O PDTI 2016-2017 incluiu um plano de gestão de riscos, que identifica, para as ações planejadas, os principais riscos que podem resultar na inexecução total ou parcial dessas ações, impactando no alcance das metas e na realização do que foi previsto.

O quadro a seguir apresenta os riscos para as ações identificadas com probabilidade e impacto de alto grau de exposição e que necessitam de maior controle por parte da área de TI do próprio Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação, pois seus efeitos são elevados e podem afetar o custo, prazo ou qualidade do projeto.

Quadro 78 – Quadro de riscos de TI e ações de contingência

Nº NEC.	NECESSIDADE	RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	EXPOSIÇÃO	RESPOSTA	CONTINGÊNCIA
1	Renovação de Solução de Segurança de borda (firewall)	1- Fornecedor não demonstrar interesse na renovação	1	5	5	Realizar reunião com o fornecedor e formalizar ofício demonstrando interesse em renovar.	Realizar Nova licitação
2	APP – permitir receber XML	1- Dificuldades em levantar requisitos com a área solicitante; 2- Dificuldade em se realizar piloto.	3	5	15	Validar a estratégia de implantação com a área solicitante antes do início do projeto.	Evoluir a solução atual para recebimento por formulários eletrônicos.
3	Sistema de Cadastro e Auditoria	1- Indefinição do padrão de dados a ser recebido.	3	4	12	Acompanhar e sugerir ações no GT.	N/A
4	Expansão de armazenamento Corporativo	1- Falta de disponibilida de orçamentária	4	5	20	2 - Realizar remanejamento de verba de outras ações que podem ser postergadas.	Realizar ações de gestão do espaço de armazenamento no storage.
5	Novo Portal Antaq	1- Falta de engajamento da equipe responsável.	3	5	15	2- Envolver e sensibilizar e formalizar o projeto.	N/A
6	Contratação - Suporte Sala Cofre	1- Falta de orçamento	4	5	20	1- Buscar verba orçamentária.	N/A

7	SSA – permitir gestão das senhas pelo responsável legal do outorgado	Atrasos em razão da indefinição de arquitetura.	3	4	12	Buscar envolvimento dos interessados para mitigar possíveis problemas.	N/A
8	Sistema de Outorga Eletrônica integrado com os sistemas da ANTAQ	1- Dificuldade de consenso entre as áreas.	3	3	9	1- Realizar reuniões periódicas utilizando a metodologia Scrum.	1- Envolver outras instâncias.
9	Cadastros TUP's – recepcionar dados e integrar com o novo SCP	Dificuldade de se levantar o requisito com as áreas.	3	4	12	1- Realizar reuniões periódicas utilizando a metodologia Scrum.	1- Envolver outras instâncias.
10	Aquisição de modelagem conceitual e sistematização de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA.	1- Falta de orçamento	5	4	20	1- Buscar orçamento.	1- Desenvolver com fábrica de software.
11	Gestão patrimonial.	1- Falta de orçamento	4	5	20	1- Buscar verba orçamentária.	N/A
12	Gestão de almoxarifado	1- Falta de orçamento	4	5	20	1- Buscar verba orçamentária.	N/A
13	Implementação de um Sistema Integrado de Gestão de Crédito.	1- Dificuldade de participação efetiva da área no levantamento de requisitos.	4	5	20	1- Buscar envolvimento e apresentar entregas intermediárias.	1- Envolver outras instâncias.
14	Contratação - Suporte Storage	1- Ficar sem suporte do equipamento	3	4	12	1- Contratação avulsa de suporte.	1- Expandir a solução e garantia.
15	Renovação de Contrato - Solução de Segurança (anti-vírus)	1- Ficar sem suporte e atualização do produto.	2	5	10	1- Antecipar o projeto de contratação.	N/A

16	Ajustes no Sistema de Avaliação de desempenho (6)	1- Atraso na execução dentro do prazo definido.	2	5	10	1- Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do projeto.	1- Alocar mais recursos.
17	Adequação do Sistema Corporativo	Dificuldade de definição de macro processos.	4	5	20	1- Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do projeto envolver interessados.	Buscar soluções em outros órgãos.
18	SCP – Desenvolver novo sistema incluindo todos os tipos de instalação portuária, incluído dados de informações ambientais e TUP's	Dificuldade de definição dos requisitos pelo requisitante.	3	4	12	1- Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do projeto envolver interessados.	N/A
19	Contratação GARTNER	1- Falta de orçamento	4	1	4	1- Sensibilizar da importância da contratação para o desenvolvimento da governança corporativa e buscar orçamento.	N/A
20	Melhoria de processos e formalização de serviços de TI	1- Falta de pessoal para elaborar os procedimentos.	3	3	9	1- Buscar realizar o projeto com um tempo maior de execução.	Delegar o que for possível para execução de terceirizados.
21	Renovação Contratual - Suporte Infraestrutura	1- Atraso da renovação dentro do prazo definido.	4	5	20	1- Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do projeto e envolver instâncias superiores	Buscar orçamento.

22	Implementar um Sistema de Orçamento	Dificuldade de envolver a área requisitante.	4	5	20	1- Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do projeto e envolver instâncias superiores	Buscar soluções em outros órgãos.
23	Indicadores de Eficiência Portuária	Dificuldade de envolver a área requisitante.	3	3	9	Buscar envolver interessados.	N/A
24	IDA – conclusão do novo sistema	Constante alteração de escopo causando atrasos.	3	4	12	Apresentar para o requisitante o impacto das mudanças para sensibilizá-lo.	N/A
25	Expansão de ativos de rede LAN	Falta de orçamento	4	5	20	Buscar justificar e elevar o valor orçamentário.	N/A
26	Renovação Contratual - Fábrica de Sofwate	Falta de orçamento	4	5	20	1- Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do projeto e envolver instâncias superiores	Buscar orçamento.
27	SIG – atualização do sistema	Falta de clareza e objetivo de requisitos	3	3	9	Buscar detalhar os requisitos.	Realizar entregras menores.
28	Registro de embarcações da Marinha do Brasil com frota nacional e estrangeira	Indefinição de necessidade e escopo.	3	3	9	Buscar detalhar os requisitos.	N/A
29	Expansão de solução de backup.	Falta de orçamento	4	5	20	1- Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do projeto e envolver instâncias superiores	Buscar orçamento.

30	Gestão de compras e contratos	Dificuldade de envolver a área requisitante.	4	5	20	1- Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do projeto e envolver instâncias superiores	Buscar soluções em outros órgãos.
31	Renovação Contratual - Outsourcing de impressão	Atraso na renovação do contrato.	4	5	20	1- Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do projeto e envolver instâncias superiores	
32	Controle de pedidos de demandas de serviços. (1)	Dificuldade de alocação de mão de obra especializada por parte do fornecedor.	4	5	20	Buscar acordar previamente a alocação.	1- Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do projeto e envolver instâncias superiores
33	Ajustes no módulo do sistema de controle de frequência	Problemas de performance da aplicação.	4	5	20	Realizar testes exaustivos antes da entrada em produção buscando levantar pontos de melhoria.	Buscar soluções alternativas.
34	Controle de terceirizados	Atraso de outro projeto pode impactar esta entrega	3	2	6	Buscar envolvimento dos interessados para mitigar possíveis problemas.	Realizar publicação de forma manual.
35	PRENAV/SISTRAM – recepcionar dados	Dificuldade em definir interlocutores.	4	3	12	Buscar definição formal de interlocutor.	Suspender o projeto
36	Controle e registro de pessoas e veículos que entram na ANTAQ.	Dificuldade de envolver a área requisitante.	4	5	20	1- Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do projeto e envolver instâncias superiores	Buscar soluções em outros órgãos.

37	Correção de inconsistências e incremento de eficiência do Sistema de Audiências Públicas - SISAP	Problemas de arquitetura.	3	4	12	Buscar realizar manutenções evolutivas pontuais.	Desenvolver melhorias na versão 2.0
38	Implantação do Sistema de Desempenho da Navegação - SDN Módulo Navegação Marítima de Apoio	Dificuldade em envolver os interessados.	3	3	9	Buscar realizar reuniões periódicas	N/A
39	SDN Passageiros	Dificuldade em envolver os interessados.	3	3	9	Buscar realizar reuniões periódicas	N/A
40	Sistema de Cadastro das Demonstrações Contábeis:	Escopo complexo com desconhecimento por parte do requisitante	3	3	9	Buscar desenvolver a solução com entregas intermediárias.	N/A
41	ClickView – treinamento básico e avançado / suporte para painéis/demandas específicas/ adquirir licenças	Falta de orçamento	4	5	20	Contingenciar com orçamento de outros projetos.	Realizar parte do escopo.
42	Georeferenciamento – propor e desenvolver plataforma para disponibilização de informações georeferenciadas na WEB	Falta de orçamento	4	5	20	Contingenciar com orçamento de outros projetos.	Realizar parte do escopo.
43	Ferramentas GIS para Otimização de Análise de Rede de Transportes	Falta de orçamento	4	5	20	Contingenciar com orçamento de outros projetos.	Realizar parte do escopo.

44	Sistemas SEP (PSP e SIGSEP) – recepcionar dados e eventualmente o próprio sistema	Indefinição de necessidade e escopo.	4	5	20	Buscar identificar com a área solicitante a clareza de entendimento e envolvê-los como solicitante junto a SEP.	Suspender o projeto
45	Mercante - recepcionar dados com origem nos procedimentos da RFB, incluindo base histórica	Indefinição de necessidade e escopo.	3	3	9	Realizar entregas intermediárias.	N/A
46	Remodelagem do SARH	Indefinição de necessidade e escopo.	3	4	12	Buscar entendimento das necessidades e realizar entregas intermediárias.	Suspender o projeto
47	Implantação Módulo Ouvidor SEI	Não envolvimento da área.	3	3	9		Suspender o projeto
48	Implementação do Sistema de controle de telefonia móvel e fixa.	Mudança de layout do arquivo	3	3	9	Verificar a possibilidade de ajuste na evolutivo na aplicação.	Suspender o projeto
49	Solução para digitalização de plantas do acervo de processos digitalizados para o SEI e processos arquivados	Falta de orçamento	3	2	6	Adiar o projeto ou realizar digitalização como serviço.	Realizar a digitalização como serviço.
50	Utilização do sistema SOPHIA como repositório de legislação, com renovação do respectivo contrato, contemplada a atual versão	A área não realizar os cadastros pertinentes.	2	2	4	N/a	Adiar o projeto.

51	Implementação do sistema de banco de permutas	Adiamento constante em razão da concorrência com outras demandas.	2	2	4	Buscar realizar a implementação de forma incremental	Suspender o projeto
52	Aquisição do 2º monitor, para cada servidor, de 21 polegadas, com conexão displayport, com o recurso de rotação da tela. Como, por exemplo, o HP EliteDisplay E221.	Falta de orçamento	4	2	8	Adiar o projeto.	Suspender o projeto
53	Aquisição de um software (ou outra solução mais adequada do ponto de vista tecnológico e financeiro) de GESTÃO ESTRATÉGICA.	Falta de pessoal para gestão da solução e metodologia de gestão.	4	2	8	Envolver a área solicitante.	Suspender o projeto
54	Desenvolvimento Sistema eletrônico de Afretamento de embarcações na Navegação Interior	Falta de patrocinador.	4	2	8	Buscar envolvimento com a real necessidade do projeto	Suspender o projeto

Por fim, ressalte-se que a implementação das ações previstas neste PDTI viabilizarão a otimização dos processos de trabalho das áreas de negócios e a disponibilização de novas funcionalidades e serviços de TI, como também o provimento de soluções de TI com maior celeridade, confiabilidade e segurança.

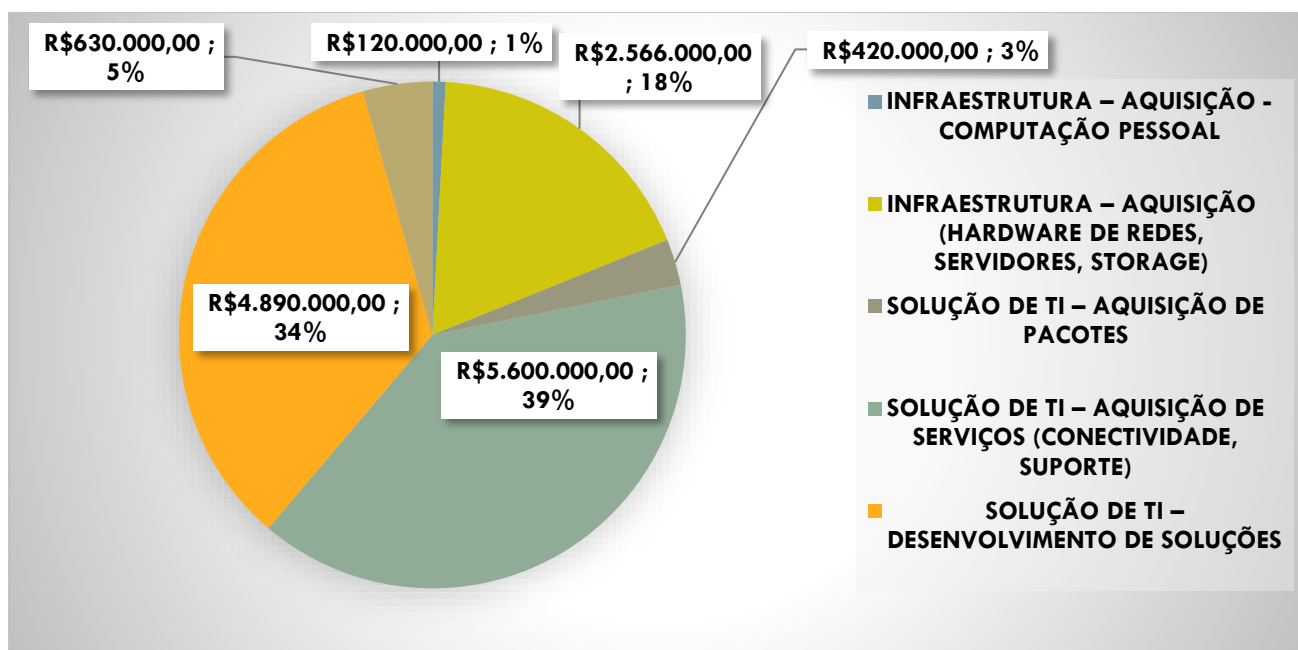
Quadro 79 – Orçamento por ano e por tipo de verba

Tipo de gasto	Investimento	Custeio	Total
2016	R\$ 3.320.000,00	R\$ 2.335.000,00	R\$ 5.655.000,00
2017	R\$ 8.001.000,00	R\$ 3.320.000,00	R\$ 8.571.000,00
Total Geral	R\$ 11.321.000,00	R\$ 2.905.000,00	R\$ 14.226.000,00

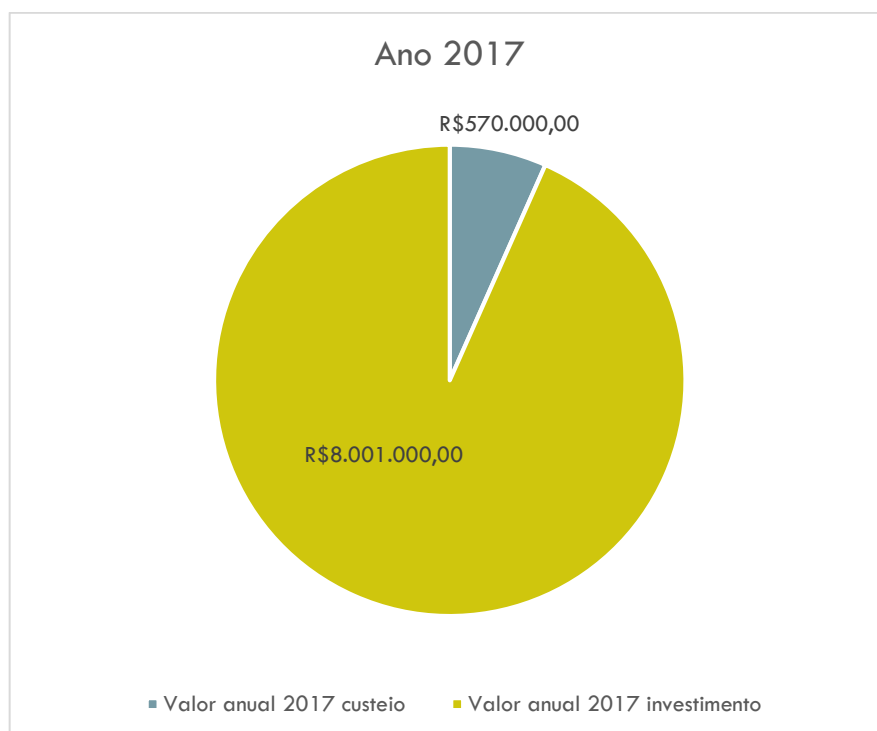
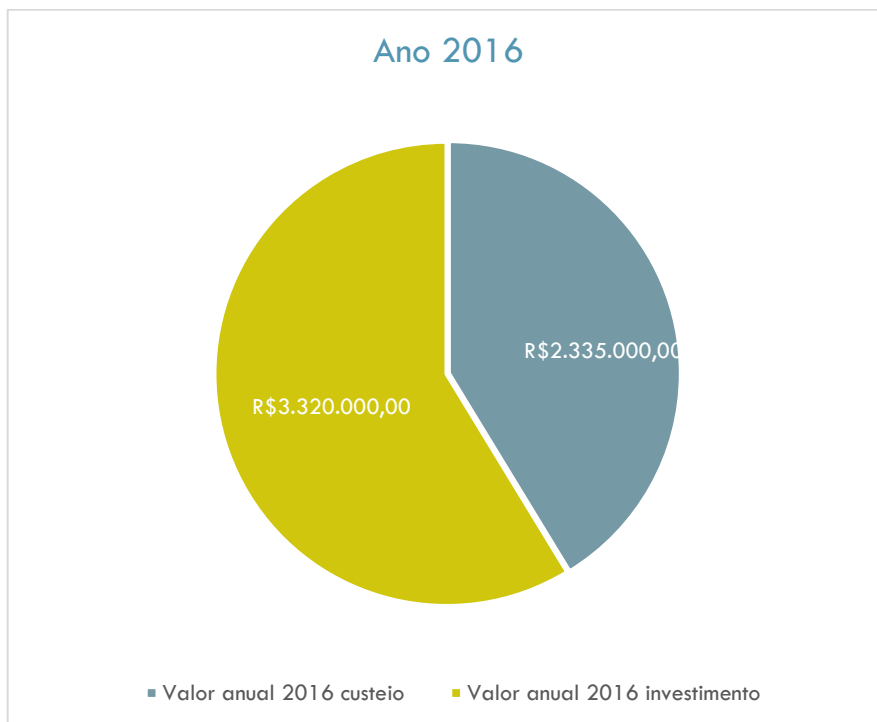
Quadro 80 – Orçamento por categoria de gastos

Descrição do Investimento por categoria	Valores
INFRAESTRUTURA – AQUISIÇÃO - COMPUTAÇÃO PESSOAL	R\$ 120.000,00
INFRAESTRUTURA – AQUISIÇÃO (HARDWARE DE REDES, SERVIDORES, STORAGE...)	R\$ 2.566.000,00
SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE PACOTES	R\$ 420.000,00
SOLUÇÃO DE TI – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (CONECTIVIDADE, SUPORTE...)	R\$ 5.600.000,00
SOLUÇÃO DE TI – DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES	R\$ 4.890.000,00
SOLUÇÃO DE TI – IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES (JOOMLA, SEI...)	R\$ 630.000,00

31 – Gastos de TI por categoria



32 – Custeio x Investimento em TI – 2016 e 2017



Por fim, ressalte-se que a implementação das ações previstas no PDTI viabilizaram a otimização dos processos de trabalho das áreas de negócios e a disponibilização de novas funcionalidades e serviços de TI, como também o provimento de soluções de TI com maior celeridade, confiabilidade e segurança.

5.3.1. Principais sistemas de informações

SISTEMA	ÁREA	DESCRIÇÃO
APP	FIM	O Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários - APP, é um módulo dentro do Sistema de Desempenho Portuário (SDP) que utiliza de metodologia para captura de preços praticados dentro da área de um porto.
ASSP	MEIO	O Sistema da Assessoria Parlamentar - ASSP, é um sistema que efetua o acompanhamento, entre outros, de proposições legislativas na Câmara dos Deputados, Senado ou Congresso Nacional e que possam afetar direta ou indiretamente o negócio da ANTAQ.
AUD	MEIO	O Sistema de Auditoria Interna - AUD, é utilizado pelos usuários da Auditoria da ANTAQ e tem como objetivo o controle de proventos e descontos de valores recebidos pelos servidores da Agência.
Agenda	MEIO	O Sistema Agenda possui como objetivo o cadastramento e controle de compromissos das autoridades da Agência. Atua também como agente de transparência no portal LAI (Lei de Acesso à Informação) da ANTAQ, pois serve como produtor de informações na disponibilização externa dos compromissos da diretoria colegiada.
Arrecadacao	MEIO	O sistema de Arrecadação de multas obtém informações a partir das fiscalizações cadastradas no sistema SFIS e efetua, além da geração do boleto de pagamento a partir dessas informações, todo o controle necessário para o acompanhamento da arrecadação.
Arrendamentov2	FIM	O Sistema de Outorgas Portuárias – ArrendamentoV2 é administrado pela GPO - Gerência de Portos Organizados e tem por finalidade o cadastro dos instrumentos contratuais de exploração de áreas e instalações portuárias, bem como a visualização de relatórios gerenciais.
Auditoria	MEIO	O Sistema de Auditoria de Aplicações - Auditoria, é um sistema interno da STI e possui como objetivo informar sobre LOG de transações (Inclusões/Alterações e Exclusões) de alguns sistemas da Agência.
Avaliacao	MEIO	O Sistema de Avaliação é utilizado pelas chefias para efetuar a avaliação periódica de estágio probatório dos servidores do quadro efetivo da ANTAQ, conforme norma vigente.
CTEL	MEIO	O Sistema de Controle Telefônico - CTEL, é um sistema utilizado para efetuar o controle das ligações telefônicas efetuadas a partir dos telefones fixos e móveis utilizados nos diversos setores da ANTAQ.
CTELV2	MEIO	O Sistema de Controle de Ligações Telefônicas (versão 2) - CTELv2, é um sistema utilizado para efetuar o controle das ligações telefônicas efetuadas a partir dos telefones fixos e móveis utilizados nos diversos setores da ANTAQ.
Corporativo	FIM	O Sistema Corporativo é um dos principais sistemas da Agência. Nele são feitos os cadastros de empresas, embarcações, portos, TUPs além do cadastro e controle de outorgas e autorizações. O banco de dados mantido por esse sistema serve de suporte para os demais sistemas da ANTAQ.

EVTE	FIM	O Sistema de Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica - EVTE, é um sistema administrado pela GPO - Gerência de Portos Organizados e tem por finalidade o cadastro de dados (cargas, custos, investimentos, despesas e receitas) relativos a projetos de arrendamento para futuros estudos referentes à concessão ou não do contrato de arrendamento.
Fiscalizacao	FIM	O Sistema de Fiscalização - SFIS, é gerido pela GPF - Gerência de Planejamento e Inteligência da Fiscalização e é utilizado, principalmente, pelas UAR's, no cadastramento das fiscalizações efetuadas até a fase em que ocorrem ou não as penalidades. Esses cadastros, além de proporcionarem a geração de relatórios, servem como insumo de dados que são exibidos no Painel de Fiscalização.
IDA	FIM	O IDA é um sistema disponibilizado para os regulados, que avalia, por meio de indicadores, a eficiência e a qualidade da gestão ambiental portuária a partir do preenchimento de um questionário.
Ouvidor	MEIO	O Sistema da Ouvidoria - Ouvidor, é uma aplicação que atua no recebimento, encaminhamento e resposta de manifestações (denúncias, críticas, agradecimentos, reclamações, elogios etc.) do público interno e externo (cidadãos). Atualmente encontra-se desativado e suas funções foram incorporadas pelo sistema OuvidorV2.
OuvidorV2	MEIO	O Sistema da Ouvidoria (Versão 2) é uma aplicação que atua no recebimento, encaminhamento e resposta de manifestações (denúncias, críticas, agradecimentos, reclamações, elogios etc.) do público interno e externo (cidadãos).
PAS	MEIO	O Sistema de Planos de Assistência à Saúde - PAS, é um sistema controlado pelo RH e tem como objetivo o cadastro e controle dos planos de saúde e odontológico utilizados pelos servidores da ANTAQ.
Processus	MEIO	O sistema PROCESSUS é um sistema utilizado para cadastro e controle do tramite de processos e documentos no âmbito da ANTAQ. O processus prevê, também, a possibilidade de visualização e movimentação do processo em formato digital.
Publicacao	MEIO	O Sistema de Publicações - CPUB, é um sistema utilizado principalmente pela SGE para o cadastro e disponibilização de Atos e Normas da ANTAQ na Intranet e Internet. Também é utilizado pela ASC no cadastro de notícias disponibilizadas na Intranet. Atualmente, muitas de suas funções, principalmente as utilizadas pela SGE, foram substituídas pelo novo sistema Sophia.
SAG	MEIO	O Sistema de Avaliação de Desempenho - SAG, é um sistema cuja gestão é de responsabilidade da área de Recursos e possui duas finalidades. Uma delas é a avaliação de desempenho do servidor para efeito de recebimento da GDAR. Outra, é o controle da progressão e promoção nas carreiras do quadro efetivo da agência.
SAMA	FIM	O Sistema de Afretamento da Navegação Marítima e de Apoio - SAMA, é utilizado pela Superintendência de Outorgas - SOG e tem por função efetuar o controle dos registros dos afretamentos feitos nas navegações de Longo Curso, Cabotagem e Apoio (Marítimo e Portuário).

SAP	MEIO	O Sistema de Audiência Pública é um sistema que tem como objetivo disponibilizar para o público externo da ANTAQ as propostas de normas de competência da Agência para fins de obtenção de contribuição desse público.
SARH	MEIO	O Sistema de Recursos Humanos - SARH, é um sistema utilizado para coletar, registrar, armazenar, analisar e recuperar dados sobre os recursos humanos da ANTAQ. Possui alguns controles como horários de servidores, férias e frequência. O SARH também apoia outros sistemas tais como Avaliação de Desempenho (SAG) e o sistema de Avaliação de Estágio Probatório.
SASI	MEIO	O Sistema de Gestão da Assessoria Internacional - SASI, possui módulos que tem por finalidade o cadastro e controle de viagens internacionais, reuniões, acordos bilaterais, eventos e seminários de autoridades da Agência.
SCP	FIM	O Sistema de Cadastro Portuário - SCP, é um sistema para o cadastro e controle da especialização portuária nas suas diversas extensões: Porto Organizado, TUP (Terminal de Uso Privativo), IP4 (Instalação Portuária de Pequeno Porte) e ETC (Estação de Transbordo de Carga).
SDAC	MEIO	O Sistema de Divulgação de Aquisições e Contratação - SDAC, é um sistema no qual são registrados, para posterior visualização no portal da ANTAQ, os editais, convites e pregões que serão objetos de contratação da agência. Possui a gestão da GLC.
SDN	FIM	O Sistema de Desempenho da Navegação - SDN, é utilizado para envio e consolidação das informações operacionais por parte das Empresas Brasileiras de Navegação (EBN's) que atuam na navegação interior e marítima. O acesso é restrito às EBN's e aos servidores da ANTAQ.
SDPV2	FIM	O Sistema de Desempenho Portuário - SDP, é um dos principais sistemas da ANTAQ. Possui a gestão de seu uso disciplinado pela GEA - Gerência de Estatística e Avaliação de Desempenho e é utilizado para captar informações sobre movimentações e transporte de carga em Portos Organizados e Terminais de Uso Privativo.
SICPORT	FIM	O Sistema de Preços Portuários é um sistema que efetua simulações de preços de obras/serviços/equipamentos de infraestrutura portuária afim de fazer comparações com estudos de viabilidade EVTEA
SIG	FIM	O Sistema de Informação Gerencial - SIG, é um sistema que fornece as informações produzidas pelas diversas áreas da ANTAQ. O SIG gera produtos de informação que apoiam muitas necessidades de tomada de decisão na agência. Entre os sistemas que produzem informações para o SIG está o SDP, o qual fornece dados para a confecção do Anuário Estatístico. O SIG também pode ser acessado por meio de um perfil público no portal da Internet da Agência.
SIGAv2	FIM	O Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA, é um sistema utilizado pela GMS - Gerência de Meio Ambiente e Sustentabilidade e contém questionários para coleta de dados de meio ambiente relacionados à área de atuação da ANTAQ junto à área portuária. Esses questionários possibilitam posterior geração de relatórios gerenciais relacionados a Gestão Ambiental nos portos brasileiros.

SISAP	MEIO	O SISAP é um sistema no qual são cadastradas as normas passíveis de obtenção de contribuições do público em geral. Há dois módulos, um interno (Intranet) e outro externo (Internet). No primeiro a ANTAQ cadastra a norma, no segundo o público faz a contribuição.
SISDOC	MEIO	O Sistema Integrado de Documentação - SISDOC, é um sistema de uso interno da STI e é utilizado para documentação de artefatos de banco de dados.
SOS	MEIO	O Sistema de Ordens de Serviço - SOS, é um sistema controlado pela STI e tem como objetivo o cadastro de todas as demandas de manutenção e construção de sistemas solicitados pelas diversas áreas da ANTAQ para posterior envio à fábrica de software. É possível todo o controle e execução das demandas de desenvolvimento e manutenção de sistemas desenvolvidos na Antaq.
SSA	MEIO	O Sistema de Segurança e Administração - SSA, é um sistema interno da STI que provê meios para o gerenciamento de perfis e fornecimento de acessos aos sistemas para os usuários da Agência.
SSAV2	MEIO	O Sistema de Segurança de Acessos (versão 2) - SSAv2, é um sistema interno da STI que provê meios para o gerenciamento de perfis e fornecimento de acessos para os usuários aos diversos sistemas da ANTAQ.
Sophia	MEIO	O sistema Sophia é a nova plataforma de pesquisa de atos e normativos. Esse novo sistema de buscas substituiu o CPUB, que vinha sendo utilizado pela agência, e que deixará de ser atualizado.
Sorteio	MEIO	O Sistema de Sorteio de Processos - Sorteio, é um sistema que automatiza a distribuição de processos da diretoria colegiada e também da PFA. Em gestões passadas automatizou também os procedimentos realizados no Gabinete da Agência por meio de funcionalidades de controle de documentos e processos distribuídos para o colegiado (época esse sistema chamava-se sistema GAB). Essas rotinas de gabinete foram desativadas com o advento do SEI, e o sistema passou-se chamar Sorteio.

5.4. *Gestão Ambiental e Sustentabilidade*

5.4.1. *Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras*

Todos os termos de referência do exercício de 2016 que trata sobre aquisições e contratações de serviços terceirizados, possuem item sobre Critério de Sustentabilidade.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ vem adotando medidas que introduzam a sustentabilidade ambiental nas rotinas administrativas da agência. No exercício de 2016, os processos licitatórios constaram em seus termos de referência o item – CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE, de acordo com a IN nº 01/2010. Além disso, a ANTAQ está em fase final de conclusão do Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS.

Importante ressaltar que, embora a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ esteja com seu Plano de Logística Sustentável – PLS na fase final de elaboração, nesta Agência se cultiva hábitos sustentáveis, como o cumprimento ao Decreto nº 5.940 de outubro de 2006

– Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

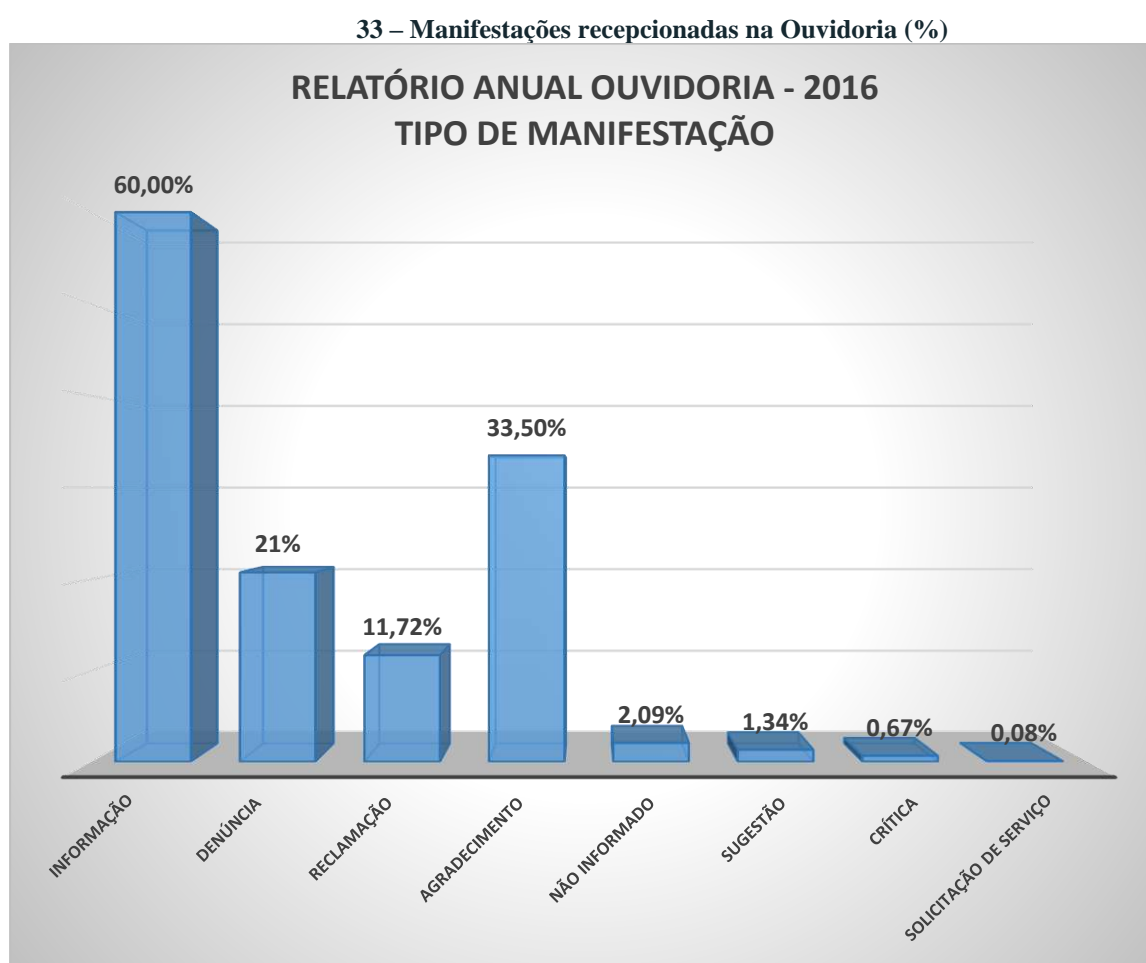
Aderimos, ainda, ao projeto Esplanada Sustentável que tem por objetivo incentivar órgãos e instituições públicas federais a adotarem modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos financeiros e naturais, promovendo a sustentabilidade.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. Canais de Acesso ao cidadão

6.1.1. Ouvidoria

A Ouvidoria da ANTAQ, no ano de 2016, recebeu 1.195 manifestações, devidamente registradas no seu Sistema Corporativo (SISTEMA OUVIDOR2). Desse total, 60% representam pedidos de informações; 21%, denúncias; 12%, reclamações; o restante, 7%, demais registros. Detalhes no gráfico abaixo:



As demandas, em sua totalidade, foram respondidas dentro do prazo regulamentar estabelecido pela Instrução Normativa nº 01-OGU/GCU/PR e Instrução Normativa 02/ANTAQ, DE 2015. Abaixo, gráfico que consolida o tempo médio utilizado pelas setoriais técnicas da Agência.

34 – Tempo de resposta às demandas da Ouvidoria – por gerência

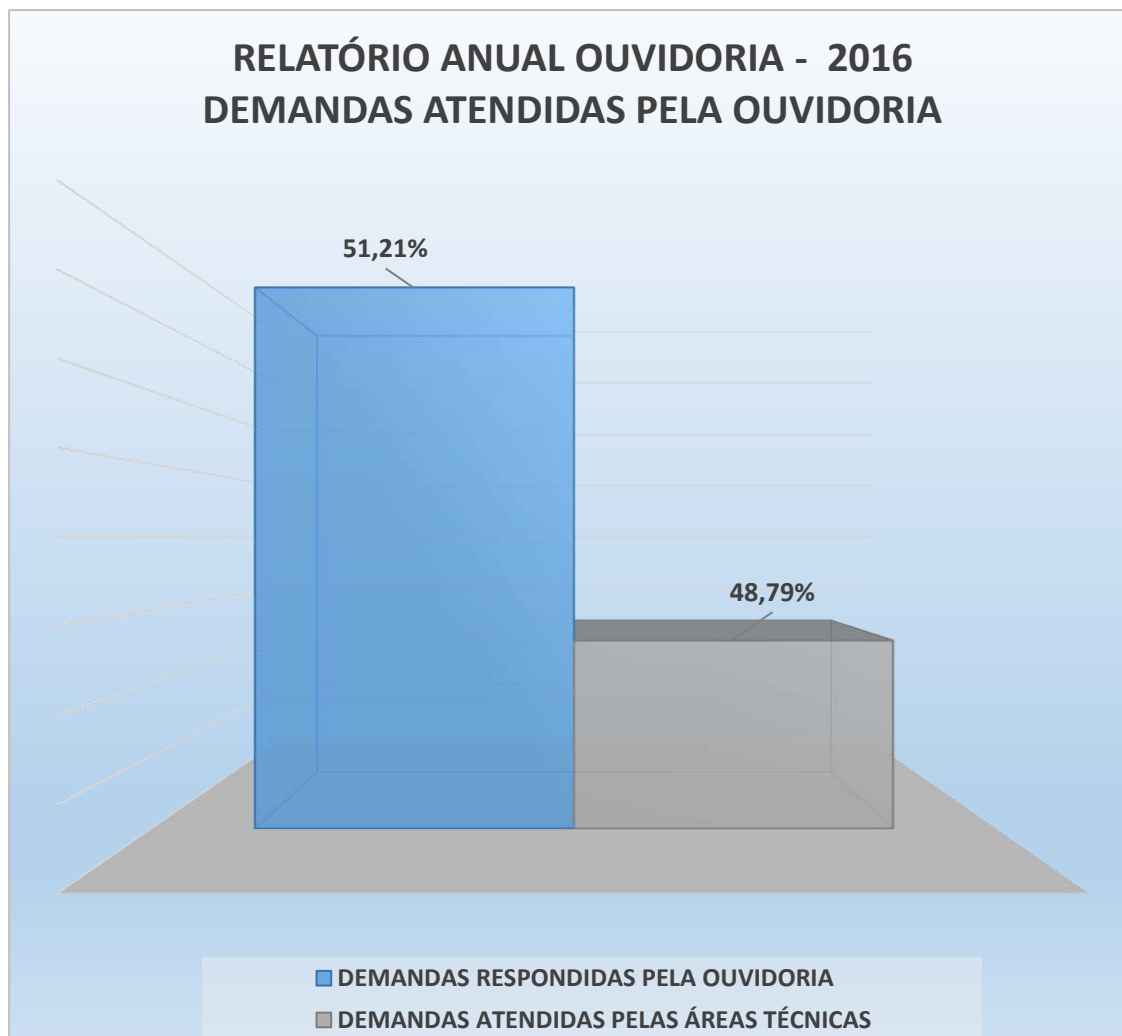


Quanto à forma de acionamento da OUVIDORIA: 70% pela Internet, por meio de Formulário Eletrônico; 28% pelo Serviço 0800, segundo canal mais demandado; 2%, pelos demais canais.

Das denúncias formuladas perante esta Ouvidoria, 310 foram remetidas à Superintendência de Fiscalização e Coordenação – SFC, por sua Gerência de Planejamento Inteligência e da Fiscalização- GPF, que resultaram na instauração de 154 processos administrativos sancionadores.

Abaixo, gráfico contendo informações extraídas do Sistema Ouvidor, que demonstram a evolução das atividades desempenhadas pela Ouvidoria no exercício de 2016.

35 – Percentual de demandas atendidas pela ouvidoria



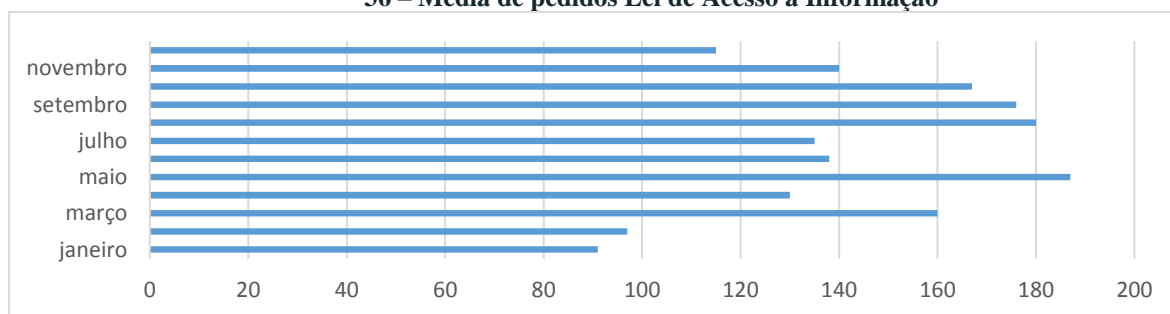
Do universo de demandas registradas no período, 51% foram tratadas exclusivamente no âmbito da Ouvidoria, sem a necessidade de interveniência das setoriais técnicas da Agência. Quer por envolver matéria de natureza repetitiva, quer envolver assunto de domínio do corpo técnico da própria Ouvidoria.

Tal procedimento tem por objetivo não sobrecarregar os gestores, salvo quando a informação está defasada, não disponível ou inexistente. As demandas que necessitaram de encaminhamento, quer para apuração de fatos, averiguação e ou diligências, foram ordinariamente repassadas aos setores competentes da Agência.

6.1.2. *Lei de Acesso à Informação*

Dados relativos à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ revelam que de janeiro a dezembro de 2016, a ANTAQ recebeu 1.716 pedidos de informação pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC, com média de 143 pedidos por mês. A tabela abaixo representa a demanda mensal de pedidos de informação:

36 – Média de pedidos Lei de Acesso à Informação



No quadro abaixo, percebe-se que houve aumento da demanda em 358%, se comparados os anos de 2012 e 2016 e 26%, se comparados os anos de 2015 e 2016.

Quadro 81 – Comparativo de demandas - LAI

Comparativo de demandas 2012 a 2016*								
2012	2013		2014		2015		2016	
Qtd	Qtd	Var	Qtd	Var	Qtd	Var	Qtd	Var
491	981	100%	1.071	9%	1.363	27%	1.716	26%

* A fim de estabelecer essa comparação, o número de demandas dos anos de 2012 e 2016 foi obtido por análise prospectiva, por meio da média mensal de demandas em relação a 12 meses, dado que a Lei entrou em vigor em 16/05/2012.

O tempo médio de resposta da ANTAQ no ano de 2016 foi de 5,25 dias, ou seja, houve incremento de eficiência no tempo de resposta, com redução de 35,42% em relação à média de 2015 (8,13 dias), fazendo da ANTAQ um dos órgãos mais eficientes da Administração Pública Federal no tratamento do SIC. Resaltamos que das 1.716 demandas atendidas, apenas 44 (2,6%) foram objeto de recurso de 1ª instância, os quais foram respondidos dentro dos prazos legais. Esclarecemos que no período em comento, apenas uma demanda foi encaminhada à Controladoria Geral da União (CGU).

6.2. Carta de Serviços ao cidadão

A ANTAQ disponibiliza no sítio eletrônico oficial da Agência a sua Carta de Serviços (<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/Carta-de-servi%C3%A7os-editedi%C3%A7%C3%A3o-2015.pdf>).

Com a Carta de Serviços, o cidadão, o empresário, as entidades de classe representativas do modal aquaviário, os estudantes, a imprensa e todos os demais agentes sociais que tenham interesse nos serviços prestados pela ANTAQ têm acesso a informações atualizadas, com maior facilidade de entender o novo funcionamento da Agência e os produtos que entregamos para a sociedade.

6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A ANTAQ manteve disponível no sítio eletrônico oficial da Agência na internet, durante dois anos, uma pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços prestados pela Agência. No entanto o número de acessos e respostas à pesquisa foi sempre inexpressivo. Consta do Planejamento Estratégico 2016-2020, a Iniciativa Estratégica de nº 07, que prevê, como responsabilidade da

Secretaria de Planejamento e Coordenação Interna e a participação da Assessoria de Relações Institucionais e da Assessoria de Comunicação Social, o aperfeiçoamento da pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços prestados pela ANTAQ, de forma a obtermos um retorno e uma avaliação que possam ser considerados representativos.

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Em 2016 a Agência colocou o Sistema Sophia em produção, conferindo uma maior transparência das ações da Agência, por meio do acesso – via sítio eletrônico oficial - às deliberações da Diretoria Colegiada de maneira mais amigável.

Dentre os inúmeros avanços possibilitados pelo Sophia cabe destacar: i) a possibilidade de divulgação diferenciada, noticiando com mais destaque na página principal os atos mais importantes publicados; ii) a simplificação da navegação, ao permitir que as consultas a atos de natureza diferentes possam ser feitas na mesma página; e iii) a funcionalidade de pesquisa avançada, que permite o uso de diversos critérios diferentes na pesquisa.

A Antaq publicou, no ano passado, 1.109 Atos na plataforma SophiA, sendo os quatro mais representativos as Resoluções (532, ou 48%), Despachos de Penalidade (277, ou 25%), Portarias (123, ou 11%) e Acórdãos (77, ou 7%).

A Agência divulga com antecedência a Pauta das Reuniões de Diretoria e transmite as reuniões pela Internet em tempo real.

Na modalidade Ações de Utilidade Pública foi produzida pela Assessoria de Comunicação Social a cartilha “Direitos e Deveres” dos usuários do transporte fluvial de passageiros, destinada a dar esclarecimentos e orientações à população da Região Amazônica, principalmente das classes C, D e E, sobre seus direitos e deveres quanto ao uso dessa modalidade de transporte. Esta ação acontece em continuidade à Campanha Publicitária de Utilidade Pública iniciada pela ANTAQ em 2012, de caráter permanente, pois o assunto exige constante atualização à luz da atividade regulatória da Agência.

6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Com o fito de informar as ações tomadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ quanto às medidas adotadas para garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, e em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, cabe mencionar que a Agência ao longo de sua existência vem adotando procedimentos que visam a cumprir as exigências legais quanto a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência.

A ANTAQ possui representações em 14 (quatorze) Estados da Federação, por meio de suas Unidades Regionais e 12 (doze) Postos Avançados – PA, além de Brasília, onde está localizada a sua SEDE. Nos estabelecimentos na qual a Agência está instalada houve ações no momento da locação/cessão dos imóveis para adequar os estabelecimentos com acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais. Dentre os quesitos constam os seguintes:

- Atendimento em sua recepção observando no balcão, as alturas necessárias;
- Rampa de acesso externo aos imóveis da ANTAQ (quando necessário);

- Rampa na entrada principal para facilitar a entrada de cadeirante (quando necessário);
- Portas com dimensões apropriadas para propiciar o trânsito e mobilidade em todas as áreas da agência;
- Elevadores que dão acesso aos setores da Unidade e garagem (quando existente), com identificação dos andares em braile;
- Banheiros, masculino e feminino, com a devida identificação, em seu espaço interno, no térreo do edifício da ANTAQ dispo de sanitários e um lavatório que atendam às especificações da ABNT.
- Auditório com rampas internas de modo a facilitar as condições de acesso e circulação e local para cadeirante (quando existente);
- Assinatura, em janeiro de 2011, de Acordo de Cooperação com o INMETRO, Marinha do Brasil, Secretaria de Direitos Humanos, cujo objeto era para atender as determinações do Decreto nº 5.296/2004 nas ações relativas à implementação de programas de avaliação da conformidade quanto à acessibilidade no transporte aquaviário coletivo de passageiros;
- Reservou em seu estacionamento interno de veículos – ANTAQ (SEDE), vaga de garagem para pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção, gestantes e idosos.
- Colocação nas escadas de acesso interno do prédio de fita antiderrapante e com luzes de emergência;
- Capacitação de um servidor e duas secretárias na ANTAQ SEDE em curso de libras na ENAP – Online;
- Nos estabelecimentos das Unidades Regionais e Postos Avançados, as condições de acessibilidade são diferenciadas, pois em sua grande maioria os estabelecimentos são imóveis prediais, os quais necessitam de autorização condominial e/ou municipal.
 - É facilitado nos imóveis o acesso aos portadores de necessidade;
 - Não é identificado barreiras que impeçam a movimentação de cadeirante;
 - Nos imóveis prediais possuem elevadores que comportam cadeirante;
 - Há banheiro adaptado para portadores de necessidades especiais nas casas e nos imóveis prediais;
 - Vagas de garagem para portadores de necessidades especiais não foram identificadas em todos os imóveis, pois há estabelecimento que não possui vagas de garagens.

6.6. Formas de participação cidadã nos processos decisórios

No ano de 2016, a ANTAQ realizou 6 Audiências Públicas, relativas ao aprimoramento dos normativos abaixo elencados, das quais resultaram 1.438 contribuições. Destaque para à Audiência 06/2006, que obteve 966 contribuições validadas.

Quadro 82 – Audiências Públicas 2016 SISAP

Consolidação de Audiências Públicas 2016 - SISAP			
Audiência	Assunto	Vigência	Contribuições Validadas
02/2016	Proposta de Norma que dispõe sobre prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações, em áreas sob a jurisdição de instalações portuárias brasileiras.	07/06/2016 a 22/08/2016	273
04/2016	Proposta de Norma que estabelece critérios para a celebração de acordos operacionais por empresas brasileiras de navegação autorizadas a operar na prestação de serviço de transporte de carga na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional	27/09/2016 a 26/10/2016	17
05/2016	Proposta de Norma que estabelece os novos procedimentos e critérios para a reversibilidade de bens nos Portos Organizados, incluindo a incorporação e desincorporação de bens da União sob a guarda e responsabilidade das administrações portuárias e seus arrendatário	07/11/2016 a 21/11/2016	166
06/2016	Proposta de Norma que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários, dos agentes intermediários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas	24/10/2016 a 30/12/2016	966
07/2016	Proposta de Norma que dispõe sobre reserva de vagas a jovens de baixa renda no âmbito do transporte aquaviário interestadual regular de passageiros.	27/10/2016 a 25/11/2016	15
08/2016	Proposta de alteração à Norma à Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009, a qual estabelece critérios e procedimentos para a autorização de prestação de serviços de transporte de passageiros, veículos e cargas, na navegação interior de travessia interestadual, internacional, em diretriz de rodovia ou ferrovia federal, ou em faixa de fronteira, por empresas brasileiras de navegação.	14/11/2016 a 13/12/2016	1

Ressalta-se que, objetivando conferir maior abrangência e transparência aos procedimentos em comento, foram realizadas audiências presenciais em Brasília (Audiência Pública nº 02/2016, nº 05/2016, nº 07/2016 e nº 08/2016), Rio de Janeiro (Audiência Pública nº 06/2016), São Paulo (Audiência Pública nº 06/2016) e Belém (Audiência Pública nº 04/2016).

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

No exercício sob análise, a ANTAQ realizou 94% de seu orçamento aprovado pela LOA - 2016. Diante dos constantes cortes vivenciados pela Agência, medidas administrativas para contenção de gastos vêm sendo tomadas ao longo dos últimos anos, reduzindo e renegociado contratos de aluguel e de prestação de serviços de terceiros, a fim de se adequar às restrições orçamentárias estabelecidas pelo atual cenário econômico-financeiro por que passa o País.

7.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

- **Ativos**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) encerrou o exercício de 2016 com saldo de Ativo de R\$ 30.579.023 composto por 31,24% de Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional, 32,66% de Imobilizado e 27,29% de Intangível, sendo que Créditos, Estoques e Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) paga antecipadamente representam apenas 8,81% do total do Ativo.

- **Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional**

A conta Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional teve um aumento de 137,48% em 2016. No início do exercício de 2016 o saldo de caução era de R\$ 26.199,34 e no final de R\$ 5.364.804,66, tal variação originou-se devido ao início do registro contábil das cauções recebidas em contrapartida à conta 21881.04.02, portanto, trata-se de ingresso extraorçamentário, ou seja, é um recurso que não pertence ao órgão, ingressa já comprometido com uma obrigação de devolução futura.

Quadro 83 - Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional

Em R\$

1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/16	31/12/15	ACRÉSCIMO	VARIAÇÃO %
1.1.1.1.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA	9.553.874	4.022.984	5.530.890	137,48%

Fonte: SIAFI 2016/CCT-ANTAQ

- **Almoxarifado**

A metodologia de avaliação e mensuração do estoque é feito com base no valor de aquisição, ou no valor de produção ou de construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106, da Lei 4.320/64.

Em 31/12/2016 o saldo do almoxarifado era 10,6% a menor em relação a mesma data do exercício de 2015, porém sem a ocorrência de nenhum fato extraordinário.

Quadro 84 - Estoque do Almojarifado

Em R\$

1.1.5.0.0.00.00	ESTOQUES	31/12/16	31/12/15	REDUÇÃO	VARIAÇÃO %
1.1.5.6.0.00.00	ALMOXARIFADO	58.598	65.547	6.949	-10,60%

Fonte: SIAFI 2016/CCT-ANTAQ

- **VPD pagas antecipadamente**

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro, no curto ou longo prazo.

Houve um aumento significativo na VPD paga antecipadamente em função da aquisição de licenças de software da empresa Brasoftware Informática Ltda. com validade de 1 ano no valor de R\$ 873.000,00 e renovação da garantia de atualização de 750 licenças de antivírus, ambas contabilizadas como VPD a apropriar por competência durante vigência da licença, conforme orientação do item 5.1.5 da Macrofunção 02.11.30 do Manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional.

- **Ativo Imobilizado - Bens móveis**

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Houve aumento de aproximadamente 1,03 milhão no saldo de bens móveis, de acordo sugere a tabela abaixo:

Quadro 85 - Ativo Imobilizado

Em R\$

1.2.3.0.0.00.00	IMOBILIZADO	31/12/2016	31/12/2015	ACRÉSCIMO
1.2.3.1.0.00.00	BENS MÓVEIS	14.463.998	13.428.974	1.035.024

Fonte: SIAFI 2016/CCT-ANTAQ

O acréscimo acima apresentado refere-se às aquisições em 2016 de aproximadamente 1,15 milhão, sendo as duas aquisições mais relevantes as seguintes: Gavetas de Discos para solução Netapp Storage no valor de R\$ 1.057.410,00 e 15 Condicionadores de ar no valor de R\$ 71.498,00.

Ainda, teve doações de bens diversos no valor total de R\$ 114.934,67, sendo R\$ 4.580,87 para a Associação de Assistência às Causas Sociais; R\$ 94.855,80 para a Casa do Ceará e R\$ 15.498,00 para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

- **Depreciação**

Diferente do exercício de 2015, a ANTAQ efetivou a contratação de um sistema de controle patrimonial, celebrado com a empresa LINKDATA Informática e Serviços Ltda. Tal fato reestabeleceu a contabilização mensal dos encargos de depreciação. A metodologia de cálculo da depreciação segue a orientação da Macrofunção STN/MF nº 02.03.30, ou seja, método das quotas constantes, porém o reconhecimento da depreciação é feito até que o valor líquido contábil do ativo seja totalmente depreciado, mantendo seu registro no sistema com o valor de R\$ 0,01 (um centavo).

A taxa aplicada anual para o cálculo é resultado da divisão de 1 (um) inteiro pela quantidade de anos da vida útil de cada bem, porém a depreciação é lançada mensalmente.

O valor depreciável do bem é o valor contábil bruto menos o valor residual, o qual é considerado R\$ 0,01 (um centavo), conforme relatado acima. Logo, valor depreciável = valor bruto (-) 0,01.

Depreciação mensal = valor depreciável do bem (*) taxa aplicada anual (/) meses do ano.

- **Ativo Intangível - Softwares**

Os bens intangíveis são mensurados ou avaliados, com base no valor de aquisição ou de produção.

Durante o exercício de 2016, houve um acréscimo de cerca de 1,7 milhão na rubrica softwares, conforme consta na tabela abaixo:

Quadro 86 - Ativo Intangível - Softwares

Em R\$

1.2.4.0.0.00.00	INTANGÍVEL	31/12/2016	31/12/2015	ACRÉSCIMO
1.2.4.1.0.00.00	SOFTWARES	12.415.284	10.699.328	1.715.955

Fonte: SIAFI 2016/CCT-ANTAQ

A totalidade do acréscimo ocorrido em 2016, acima evidenciado, refere-se aos softwares desenvolvidos ou em desenvolvimento pela empresa contratada CPM BRAXIS S/A.

- **Amortização**

O saldo de amortização acumulada teve um acréscimo de 722,25% em relação ao saldo do ano de 2015, conforme demonstra a tabela abaixo:

Quadro 87 - Amortização

Em R\$

12400.00.00	INTANGÍVEL	31/12/2016	31/12/2015	ACRÉSCIMO	VARIAÇÃO %
12480.00.00	AMORTIZACAO AC.	-4.071.342	-495.148	-3.576.194	722,25%

Fonte: SIAFI 2016/CCT-ANTAQ

O acréscimo ocorrido em 2016 originou-se dos registros contábeis mensais regulares e dos ajustes referentes ao próprio exercício relacionados aos encargos de amortização dos bens intangíveis dos softwares desenvolvidos. Essa condição foi proporcionada pela contratação do sistema de controle patrimonial, celebrado com a empresa LINKDATA Informática e Serviços Ltda.

O cálculo da amortização é baseado no valor bruto do bem, ou seja, considerando valor residual zero, conforme preceitua o MCASP 7ª edição página 195:

Deve-se presumir que o valor residual de ativo intangível com vida útil definida é zero, exceto quando:

- a. haja compromisso de terceiro para comprar o ativo ao final da sua vida útil; ou
- b. exista mercado ativo para ele e:
 - i. o valor residual possa ser determinado em relação a esse mercado; e
 - ii. seja provável que esse mercado continuará a existir ao final da vida útil do ativo.

A vida útil do bem intangível é determinada pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) em conjunto com a empresa terceirizada responsável pela construção do software.

O registro contábil da amortização é realizado mensalmente, em quotas constantes até que o bem intangível tenha valor residual igual a zero.

7.2. *Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade*

Mecanismos internos para controle dos custos foram implementados, como a criação das unidades gestoras de controle, informada na emissão do empenho a quem se destina o recurso, obtendo, assim, o controle sobre os gastos das unidades administrativas regionais e seu custo individualizado.

Cabe ressaltar que o Sistema de Informação de Custos – SIC é disponibilizado para unidades de gestão interna do Poder Público da União, como órgãos setoriais; os quais se tornam responsáveis pelo uso do SIC – Sistema de Informações de Custos.

7.3. *Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas*

As Demonstrações contábeis são apresentadas no Anexo I deste Relatório de Gestão.

NOTAS EXPLICATIVAS

- **Passivos**

Os passivos patrimoniais foram contabilizados conforme o fato gerador, em cumprimento ao princípio da competência e ao conceito de passivo das normas internacionais: Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

A provisão de um terço constitucional de férias, é calculada de acordo com a média remuneratória dos últimos 12 meses dos servidores.

As contas a pagar foram contabilizadas independentes da execução orçamentária, pois o direito do credor começa a existir com a entrega do material ou serviço mesmo quando a despesa orçamentária ainda esteja pendente de liquidação, ou seja, foi adotada a etapa “em liquidação” para marcar o registro contábil.

O passivo é composto de 25,65% de exigibilidade e 74,35% de Patrimônio Líquido (Resultados Acumulados).

Em 2016 o grupo de contas contábeis de maior relevância do passivo é o “Valores Restituíveis” que representa 18,80% do total e ainda teve um acréscimo de 999,40% em relação ao exercício de 2015. Conforme evidencia tabela abaixo:

Quadro 88 - Passivo

Em R\$

21800.00.00	DEMAIS OBRIG A CP	31/12/16	31/12/15	ACRÉSCIMO	VARIAÇÃO %
21880.00.00	VLRS RESTITUIVEIS	5.750.114	523.024	5.227.090	999,40%

Fonte: SIAFI 2016/CCT-ANTAQ

O aumento do passivo teve como destaque mais relevante o registro contábil das cauções recebidas. No início do exercício de 2016, o saldo era de R\$ 26.199,34 e no final resultou em R\$ 5.364.804,66. O registro teve como contrapartida à conta Caixa e Equivalentes, portanto, trata-se de obrigação de devolução de ingressos extraorçamentários.

- Ajustes de exercícios anteriores**

O quadro abaixo demonstra que no patrimônio líquido de 2016 foram registrados ajustes de exercícios anteriores apresentando saldo devedor líquido no total de R\$ 646.581:

Quadro 89 - Ajustes de exercícios anteriores

Em R\$

23000.00.00	PATRIMONIO LIQUIDO	31/12/2016	31/12/2015	DECRÉSCIMO
23711.03.00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-646.581	3.582.969	-4.229.550

Fonte: SIAFI 2016/CCT-ANTAQ

O saldo de R\$ 3.582.969 proveniente do exercício de 2015 foi reclassificado para a conta Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores (237110201).

O lançamento a débito na conta Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 646.581 foi referente aos lançamentos efetivados de Depreciação após a contratação do sistema de controle patrimonial.

- Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)**

A Demonstração das Variações Patrimoniais é composta por dois quadros, sendo o primeiro obrigatório e demonstra as variações quantitativas, onde há o confronto das VPA e VPD e a apuração do Resultado Patrimonial do Período. Já o segundo quadro, segundo o MCASP, é facultativo e demonstra as variações qualitativas, o qual não foi adotado pela União.

Sempre que possível as Variações Patrimoniais Diminutivas foram registradas pelo princípio da competência independentemente da fase de execução da despesa orçamentária.

Porém, as Variações Patrimoniais Aumentativas ainda se encontram em estudo, análise e adaptação da rotina de controle e registro dos atos e fatos que antecedem a arrecadação, portanto, as VPA ainda são registradas pelo princípio de caixa.

Devemos destacar como relevantes as arrecadações referentes às concessões da empresa Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE no valor de R\$ 115.047.000,00 e da empresa Amarelo Investimentos e Participações Ltda. no valor de R\$ 303.069.333,18 e a imediata saída como transferências intragovernamentais. Conforme demonstrado em quadros abaixo:

Quadro 90 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Em R\$

43000.00.00	EXP.E VENDA DE BENS, SERV E DIREIT	31/12/16	31/12/15	ACRÉSCIMO
43300.00.00	EXPL.E VENDA DE BENS, SERV E DIREIT	418.116.333	450	418.115.883

Fonte: SIAFI 2016/CCT-ANTAQ

Quadro 91 - Transferências Intragovernamentais

Em R\$

35000.00.00	TRANSF. E DELEGACOES CONCED	31/12/16	31/12/15	ACRÉSCIMO
35100.00.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	422.835.760	5.711.794	417.123.966

Fonte: SIAFI 2016/CCT-ANTAQ

As transações citadas acima representam mais de 70% do total da VPA e VPD do exercício de 2016 e conseqüentemente acarretaram um aumento de mais de 330% nas VPA e VPD de 2016 em relação 2015.

Quadro 92 - VPA e VPD

Em R\$

	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	31/12/2016	31/12/2015	ACRÉSCIMO	VARIAÇÃO %
40000.00.00	AUMENTATIVAS	566.135.528	129.392.262	436.743.265	337,53%
30000.00.00	DIMINUTIVAS	563.537.891	129.782.025	433.755.866	334,22%

Fonte: SIAFI 2016/CCT-ANTAQ

Para o exercício financeiro a unidade apurou um resultado patrimonial de R\$ 2.597.636,12.

7.4. *Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber*

- **Crédito a receber**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários é integrante da administração federal indireta, submetida ao regime autárquico especial e está entre as suas competências, conforme regimento interno, art. 4º, XXXVII “aplicar penalidades nos casos de não atendimento à legislação, de descumprimento de obrigações ou má prática comercial por parte das empresas de navegação e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária”.

Dentre as penalidades encontra-se a multa, a qual deve ser registrada na contabilidade desde a sua aplicação ao infrator e caso exista uma expectativa de não recebimento a perda estimada deve ser calculada e registrada como retificadora do crédito.

Até o término do exercício de 2016 as multas continuaram a ser registradas somente no momento da arrecadação, ou seja, não houve constituição de crédito por competência e nem de perdas estimadas. Ainda, encontram-se em análise os procedimentos necessários para a execução dos registros e inclusive para o registro da dívida ativa.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

8.1.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício 2016

Quadro 93 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.695/2016-0.	2.514/2016-Plenário	S/N	Ofício nº 0635/2016-TCU/SEINFRA Hidroferrovias	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ Superintendência de Outorgas –SOG				
Descrição da determinação/recomendação				
Apurar denúncia sobre supostas irregularidades associada à outorgas de apoio de navegação de marítima autorizada pela ANTAQ à empresa Hávila Shipping do Brasil LTDA, por meio da Resolução 4495/2015 e Termo de Autorização 1258/2015.				
Providências adotadas				
Processo SEI nº 50300.010591/2016-92. A ANTAQ emitiu o Ofício nº 01/2017-AUD-ANTAQ em 18/01/2017 esclarecendo que, conforme manifestação da SOG, a empresa atendeu aos requisitos técnicos exigidos pela Norma, e que apresentou a embarcação GRAVETTO, tipo lancha motorboat, classificada pela Marinha do Brasil como apta à área de navegação de apoio marítimo, na atividade de transporte de passageiros e cargas, conforme Título de Inscrição de Embarcação constante do Processo nº 50300.000809/2015-11 (SEI nº 0020855 p. 189). Considerou assim que a citada outorga continua válida e em pleno vigor.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
018.874/2016-9.	S/N	Todos	Ofício nº 0524/2016-TCU/SEINFRA Hidroferrovias	26/08/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ Superintendência de Outorgas –SOG e Superintendência de Fiscalização - SFC				
Descrição da determinação/recomendação				
Para fins de subsidiar a análise do processo 018.874/2016-9 , que trata de denúncia de supostas irregularidades a viciar o processo administrativo de prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento 012/2000 (00045.003584/2014-62) celebrado entre o Tecon Salvador S.A. e a Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), solicita que a ANTAQ apresente:				
<ul style="list-style-type: none"> a) os estudos, pareceres, notas técnicas, etc. acerca dos debates e análises do EVTEA efetuados pela Agência no processo de prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento 012/2000 (00045.003584/2014-62) que dizem respeito a avaliação da concorrência no Porto de Salvador para a atividade de movimentação de contêineres e o seu impacto na concentração de mercado com eventual autorização definitiva do referido pedido, considerando, na explanação, a proposta de ampliação da área de arrendamento do Tecon Salvador, que deve duplicar o tamanho do terminal, e a possível inviabilidade de entrada de novo player no local, garantindo a perpetuação da posição dominante na qual a arrendatária atualmente desempenha sua atividade econômica; b) indique, a partir da análise efetuada pela Agência no âmbito do pedido de prorrogação antecipada do Tecon Salvador, eventual previsão de mecanismos regulatórios ou outras medidas porventura adotadas com vistas 				

<p>a proteção dos usuários e/ou para mitigar os riscos associados as imperfeições de mercado identificadas no desempenho da atividade de movimentação de contêineres no Porto de Salvador, especialmente quanto ao regime de monopólio existente;</p> <p>c) informe, a partir da análise efetuada pela Agência no âmbito do pedido de prorrogação antecipada do Tecon Salvador, eventual previsão de mecanismos regulatórios ou outras medidas porventura adotadas com vistas a proteção dos usuários do Tecon Salvador no que diz respeito a garantia da modicidade tarifária;</p> <p>d) indique a existência ou não de exame realizado pela Agência em relação aos preços praticados pelo Tecon Salvador no âmbito do processo de prorrogação antecipada do terminal, mormente quanto a estudos comparativos a outros terminais portuários brasileiros que desempenham a mesma atividade econômica;</p> <p>e) indique a existência de eventual processo de apuração existente no âmbito dessa Agência quanto as supostas irregularidades noticiadas pela denúncia em peça que acompanha esta diligência, abaixo resumidas:</p> <p>e.1) reajuste de tarifas acima do índice contratualmente permitido, a exemplo do fornecimento de energia para contêiner refrigerado, que teve incremento de mais de 9.000% no período em que a inflação apurada pelo 16P-M alcançou 250%;</p> <p>e.2) cobrança por serviços em duplicidade (THC e agendamento);</p> <p>e.3) cobrança indevida dos serviços de THC por meio do transportador marítimo, pois já está previsto no contrato e não é cumprido;</p> <p>e.4) exploração do serviço de depot (estoque de contêineres vazios para os armadores) em horário dissociado do próprio terminal, o que impõe a demora na entrega;</p> <p>e.5) cobrança indevida de hora-extra, pois o porto não funciona 24h;</p> <p>e.6) período de armazenagem (free-time) de exportação insuficiente (7 dias), enquanto o de importação (48 horas) não é cumprido;</p> <p>e.7) cobrança pelo serviço de armazenagem sem observar a franquia;</p> <p>e.8) realize a contagem de tempo a partir da fila da carreta, o que configura fraude econômica segundo art. 32, incisos XXIX e XXX da Resolução-Antaq 3.274/2014;</p> <p>e.9) na condição de arrendatária, comete as seguintes infrações (...) e art. 34, inciso 1, da Resolução-Antaq 3.274/2014 :não divulgar em seu sítio eletrônico e em local visível nos acessos do bem arrendado a tabela com os valores máximos de referência de Preços e Tarifas de Serviço, bem como a descrição detalhada dos serviços passíveis de serem cobrados dos Usuários, dentro do prazo estabelecido no Contrato de Arrendamento, ou, na omissão deste, em até 30 dias a partir da assinatura do Contrato de Arrendamento.</p> <p>f) apresente as considerações que entender pertinentes a partir das análises preliminares constantes da instrução preliminar da SeinfraHidroFerrovia que acompanha esta diligência.</p>
<p>Providências adotadas</p>
<p>Através do Processo SEI nº 50300.009154/2016-26, foi providenciado o envio do Ofício 151/2016/DG/ANTAQ na qual atende os questionamentos apontados no referido ofício TCU.</p>

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
014.566/2016-8.	s/n	S/N	Ofício nº 7893/2016-TCU/Sefip	04/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ Superintendência de Administração e Finanças –SAF e Secretaria de Planejamento - SPL				
Descrição da determinação/recomendação				
Realização de levantamento, coordenado pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip, com o objetivo de avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão de pessoas na Administração Pública Federal (2º ciclo). O referido trabalho será realizado por meio de questionário eletrônico.				
Providências adotadas				
Através do despacho inserido no processo SEI nº 50300.007066/2016-90, a GRH informou que após consolidação das respostas, pela GRH juntamente com a SPL e AUD, o questionário foi concluído, referendado pela Diretoria Geral e encaminhado eletronicamente ao TCU, conforme orientações do Ofício 7893/2016-TCU.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
012.558/2016-8	2.200/2015-Plenário	S/N	Ofício nº 0456/2016-TCU/SEINFRA Hidroferrovias	27/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ Superintendência de Outorgas –SOG				
Descrição da determinação/recomendação				
Encaminhamento, para a apresentação de comentários, da versão preliminar do relatório referente a fiscalização da prorrogação antecipada dos contratos de arrendamentos portuários, que tem como objetivo examinar e avaliar os atos e procedimentos adotados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, pela Agenda Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e pelas Autoridades Portuárias quanto a prorrogação e aferição de seu cumprimento, em consonância com as deliberações do Acórdão 2.200/2015-TCU-Plenário e com os demais normativos aplicáveis.				
Providências adotadas				
De acordo com o Processo SEI nº 50300.008009/2016-28, foi enviado o Ofício nº 136/2016/DG-ANTAQ na qual apresenta os comentários que entende pertinente e que possam levar subsídios à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura para o melhor cumprimento da sua missão fiscalizadora.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
008.127/2016-6	S/N	S/N	Ofício nº 0093/2016-TCU/Sefti	26/04/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ Secretaria de TI - STI				
Descrição da determinação/recomendação				
Levantamento, realizado pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Seth), com o objetivo de acompanhar a situação atual e a evolução da governança de Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal - ciclo 2016. O referido trabalho será realizado por meio de questionário eletrônico.				
Providências adotadas				
De acordo com o Processo SEI nº 50300.004798/2016-28, a STI enviou o questionário eletrônico solicitado pelo TCU e ainda, encaminhou, através do Ofício nº 146/2016/DG-ANTAQ, que apresenta as evidências documentais que suportam as informações fornecidas em resposta ao questionário do Perfil GovTI 2016.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
006.508/2016-2	S/N	S/N	Ofício nº 0541/2016-TCU/SEINFRA Hidroferrovias	29/08/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ Superintendência de Outorgas –SOG				
Descrição da determinação/recomendação				
Apresentar informações complementares, que entender pertinentes, a respeito da licitação para arrendamento de área localizada no Porto do Rio de Janeiro, destinada a implantação de terminal portuário para movimentação de trigo, dando acesso as novas informações aos interessados.				
Providências adotadas				

De acordo com o Processo SEI nº 50300.009239/2016-12, foram produzidas contribuições técnicas sobre parte dos questionamentos realizados pelo TCU acerca do EVTEA referente ao Terminal de Trigo no porto organizado do Rio de Janeiro, as quais foram encaminhadas à SDS para consolidação e posterior envio ao MTPAC.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
028.834/2010-0	1.736/2016-TCU-Plenário	9.1, 9.2 e 9,4	Ofício nº 0436/2016-TCU/SEINFRA Hidroferrovias	25/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ Superintendência de Outorgas –SOG				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Comunica sobre o Acórdão 1.736/2016-TCU-Plenário, de 6/7/2016, em que este Tribunal, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, que trata de representação acerca da legalidade da Resolução 1.780/2010, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que autorizou a Companhia Docas do estado da Bahia (Codeba) a aditar o Contrato 12/2000, firmado com a empresa Tecon Salvador S/A, a fim de incorporar terreno contíguo de 44.47 1,32 m2 da área intitulada Ponta Norte do Porto de Salvador, decidiu:</p> <p>"9.1. conhecer da presente representação, por atender os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno para, no mérito, considerá-la improcedente;</p> <p>9.2. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que, com base na sua competência estabelecida no art. 27, inciso II, da Lei nº 10.233/2001, envie ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, plano de ação detalhado, com cronograma e responsáveis por cada ação, para regulamentação da metodologia de cálculo dos preços máximos que poderão ser cobrados pelas arrendatárias dos usuários;</p> <p>9.4. dar ciência a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que, com fundamento no art. 27, inciso XVII, da Lei nº 10.233/2001 e no que estabelece o art. 2º da Resolução-Antaq nº 692/2006, o art. 22 da Resolução-Antaq nº 2.240/2011 e os arts. 8º, 19 e 21 da Resolução-Antaq nº 3.220/2014, abstenha-se de aprovar quaisquer aditamentos contratuais sem a manifestação conclusiva da Agência sobre os valores e condições que devem constar de tais ajustes, devidamente fundamentada em documentos e estudos elaborados para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.</p>				
Providências adotadas				
<p>De acordo com o Processo SEI nº 50300.008009/2016-28, foi enviado o Ofício nº 137/2016/DG-ANTAQ na qual informa que, sobre a determinação disposta no item 9.2, foi encaminhado ao presidente dessa Egrégia Corte de Contas pedido de reexame.</p> <p>No que concerne ao item 9.4 do Acórdão, dar ciência à ANTAQ de que abstenha de aprovar quaisquer aditamentos contratuais sem a manifestação conclusiva da Agência, esclareço que à época da análise da Antaq que redundou na Resolução nº 1.780-ANTAQ, ainda não vigia a Resolução nº 3.220-ANTAQ, de 8 de janeiro de 2014 (regulamenta as condições do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento), nem tão pouco a Portaria SEP nº 499, de 5 de novembro de 2015, que estabelece regras e procedimentos para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento e regulamenta as atribuições do Poder Concedente e da Antaq acerca o tema.</p> <p>Informa ainda que no âmbito dos processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento, a Portaria SEP nº 499 atribui ao Poder Concedente (atualmente o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil) a análise quanto à admissibilidade do desequilíbrio e a celebração do termo aditivo ao contrato de arrendamento, restando à Antaq a análise do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA e aferir a adimplência da arrendatária perante a esta Agência.</p> <p>Assim, no tocante à análise ao reequilíbrio do contrato de arrendamento do TECON Salvador, envio em anexo o CD que contempla todo o trâmite ocorrido para sua realização, em consonância com a Resolução nº 3220-ANTAQ e Portaria SEP nº 499, que redundou na Resolução nº 4877/2016-ANTAQ, também constante do mesmo.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 008 127/2016-6	S/N	S/N	Ofício Requisição 16-55/2016 TCU	03/10/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação
ANTAQ/ Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Descrição da determinação/recomendação
Ofício Requisição 16-55/2016 TCU que solicita apresentar evidências quanto aos níveis de adoção de práticas de governança e de gestão de TI informados nas respostas ao questionário iGovTI
Providências adotadas
<p>De acordo com o Processo SEI nº 50300.010449/2016-45, foi enviado o Ofício nº 171/2016/DG-ANTAQ na qual apresentou as seguintes considerações:</p> <p><i>Item 1.3e - Apesar de a Antaq ter demonstrado que o relatório de Gestão foi divulgado na internet, não foi evidenciada a existência de documento contendo diretrizes formalmente definidas pela alta administração para comunicação com o público interno e o externo sobre os resultados da gestão e do uso de TI, contemplando o meio de divulgação, o conteúdo, a frequência e o formato das comunicações.</i></p> <p>No Regimento Interno da ANTAQ, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 3.585-ANTAQ, DE 18 DE AGOSTO DE 2014, disponível em: http://www.antaq.gov.br/portal/pdfSistema/Publicacao/0000006716.pdf, Seção IV, Art. 32, XV, é explícito que compete à Secretaria de Tecnologia da Informação elaborar e encaminhar os relatórios trimestral e anual de gestão, relativos à sua esfera de atuação; Justificativa da resposta "adota integralmente": Considerando a prática evidenciada e a explicitação no Regimento Interno supracitado, se entende que há <i>documento contendo diretrizes formalmente definidas pela alta administração para comunicação sobre os resultados da gestão e do uso de TI</i>, razão pela qual solicita-se que seja considerada a resposta apresentada.</p> <p>No que se refere aos itens abaixo relacionados, cabe esclarecer que a ausência de um documento aprovado pela alta administração não afasta o formalismo. Conforme as competências atribuídas à STI (<i>Regimento Interno da ANTAQ, inciso XII, compete a Secretaria de Tecnologia da Informação coordenar a elaboração, a racionalização e a sistematização dos fluxos de atividades e processos de trabalho da ANTAQ</i>), os processos foram devidamente aprovados, instituídos e implantados por meio da ferramenta ITSM e evidenciados por esta Corte, motivo pelo qual foi respondido no questionário eletrônico a alternativa "Adota Parcialmente".</p> <p><i>Item 5.1f – Não foi apresentado documento, aprovado pela instituição, por meio do qual se instituiu o processo de gerenciamento de mudanças. Resposta "adota parcialmente"</i></p> <p><i>Item 5.1h – Não foi apresentado documento, aprovado pela instituição, por meio do qual se instituiu o processo de gerenciamento de configuração de ativos. Resposta "adota parcialmente"</i></p> <p><i>Item 5.1m e 5.1n. – Não foi apresentado documento, aprovado pela instituição, por meio do qual se instituiu o processo de gerenciamento de problemas. Resposta "adota parcialmente"</i></p> <p><i>Item 5.3e – Apesar de a prática de gestão de risco ser adotada, não foi apresentado documento, aprovado pela alta administração, por meio do qual se instituiu o processo de gestão de riscos de TI. Resposta "adota parcialmente"</i></p> <p>Assim sendo, o entendimento é que os processos supracitados estão implantados, aprovados e são de conhecimento da Diretoria da Agência, razão pela qual se solicita que sejam consideradas as respostas apresentadas.</p> <p>Em relação aos demais itens do Anexo I (5.3c, 5.6e, 5.8d e 5.9d), cumpre esclarecer que, apesar da adoção das práticas já evidenciadas, não há documentação formal da gestão dos processos aprovados pela instituição.</p>

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
S/N	S/N	S/N	Ofício 278-256/2016-TCU/SEFIP/Diaup	30/11/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ Gerência de Recursos Humanos – GRH/SAF				
Descrição da determinação/recomendação				
Envio do Ofício 278-256/2016-TCU/SEFIP/Diaup que trata de auditoria na folha de pagamento, por parte do TCU, que identificou irregularidades em março/2016				
Providências adotadas				
Foi solicitado o preenchimento do formulário fornecido pelo TCU e devolução através do email diaup@tcu.gov.br. O ofício TCU foi encaminhado à GRH, para providencias, pelo assessor do DG em 25/11/2016. A Planilha foi preenchida e o ofício foi respondido por email em 13/12/2016 conforme orientações da requisição.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
32.140/2010-0	S/N	A,b,c,d,e,f	Ofício nº 1185/2015-TCU/SEINFRA Hidroferrovias	28/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ SOG/GRP/SRG				
Descrição da determinação/recomendação				
Trata-se de possíveis irregularidades nos contratos de arrendamento, conforme ofício aludido, processo SEI 50300.000861/2016-57.				
Providências adotadas				
<p>Com relação ao item “a” temos as seguintes medidas merecedoras de menção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A edição da Resolução nº 2.253-ANTAQ de 29/09/2011, que aprovou o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 039/97, tendo por objeto a transferência da titularidade em favor da empresa TEAPAR - Terminal Exportador de Açúcar de Paranaguá Ltda; • A publicação, em 06/06/2012, da Resolução nº 2.502-ANTAQ, que teve por objeto a convalidação do Primeiro e Segundo Termos Aditivos ao Contrato de Arrendamento nº 039/1997 e, bem assim, a anulação do Terceiro Termo Aditivo, determinando que fosse realizado novo instrumento contratual tendente a regulamentar a instalação e uso do equipamento correlato; e • Em atendimento à Resolução 2.502-ANTAQ, a APPA editou a Portaria nº 276/2012, de 04/09/2012 (cópia anexa), confirmando a anulação do Terceiro Termo Aditivo e anunciando a edição de ato normativo para regulamentar a modalidade de uso público, que por sua vez foi materializado por meio da Ordem de Serviço - OS nº 051-14/APP A (cópia anexa). <p>Quanto à exigência de obrigatoriedade na obtenção de anuência prévia da ANTAQ para realização de investimentos não previstos no contrato de arrendamento, tal disposição encontra-se em vigor desde o ano de 2002, com a edição da norma aprovada pela Resolução nº 055-ANTAQ, mantida na atual norma aprovada pela Resolução nº 2.240-ANTAQ, no bojo do inciso XVI, do art. 23.</p> <p>Sobre o item b foram devidamente apresentadas as medidas adotadas no corpo do processo aludido.</p> <p>Acerca do item “c”, cumpre informar que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quanto ao tipo de instrumento jurídico, considerando que não há vinculação entre a operação portuária com o <i>shiploader</i> e o arrendamento em sentido estrito e, em razão da anulação do Terceiro Termo Aditivo, a retro citada Ordem de Serviço passou a ser o instrumento jurídico válido e suficiente para regulamentar o tema; • Não há que se falar em prazo máximo de vigência do novo instrumento jurídico, bem como na possibilidade de sua prorrogação e nem na questão envolvendo eventual reversibilidade, já que o equipamento <i>shiploader</i> não se encontra vinculado ao arrendamento em sentido estrito; • Através do art. 4º, da Resolução nº 2.253-ANTAQ, esta Agência não reconheceu os investimentos realizados pela empresa arrendatária, tendentes a lhe gerar direitos de cunho indenizatório; • Sobre as competências da APPA e da ANTAQ para solucionar conflitos entre a operadora e os usuários dos serviços prestados, conforme suas competências de arbitragem de conflitos previstas na alínea "b", do art. 20, da Lei nº 10.233, de 2001, e no art. 21, da norma aprovada pela Resolução nº 2.240-ANTAQ, registre-se que a atribuição principal para dirimir conflitos de interesse envolvendo usuários e arrendatários é da própria Administração do Porto, cabendo à ANTAQ decidir tais conflitos em nível de recurso. <p>Em relação ao item “d”, que solicita informações sobre a edição de normativos pela Agência acerca de normas gerais para se exigir a obrigatoriedade de se obter anuência prévia da ANTAQ, para realização de investimentos não previstos em contratos de arrendamento, e, também, normativos específicos para se exigir tal obrigatoriedade em relação à APPA no citado contrato, registre-se:</p> <p>(a) Decreto nº 8.033, de 2013 - que regulamenta o disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias: Art. 2º Sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação específica, compete ao poder concedente: V - aprovar a realização de investimentos não previstos nos contratos de concessão ou de arrendamento, previamente analisados pela ANTAQ;</p> <p>(b) Art. 3º do mesmo diploma: Sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação específica, compete à ANTAQ: II - analisar as propostas de realização de investimentos não previstos nos contratos de concessão ou de arrendamento;</p>				

(c) Art. 42 do mesmo diploma: A realização de investimentos não previstos nos contratos deverá ser precedida: II - de análise da ANTAQ e de aprovação pelo poder concedente, no caso das concessões e arrendamentos;

(d) Resolução nº 2.240-ANTAQ - que aprova a norma que regula a exploração de áreas e instalações portuárias sob gestão das administrações portuárias no âmbito dos portos organizados: Art. 23 Deverão constar no contrato de arrendamento, além das cláusulas de que trata a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, aquelas relativas: XVI - à submissão prévia do pleito para a realização de investimentos não previstos no contrato de arrendamento, instruído com especificações técnicas e projeto básico de engenharia, juntamente com a manifestação as autoridades envolvidas, quando couber, à análise da Administração do Porto, que o encaminhará para aprovação da ANTAQ;

(e) Resolução nº 2.502-ANTAQ - que convalida o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 039/1997, celebrado entre a APPA e a empresa Marcon Serviços de Despachos em Geral Ltda, e dá outras providências: Art. 6º Determinar que a APPA, em casos futuros que envolvam a instalação de equipamentos dessa natureza, obtenha prévia autorização desta Agência para que sejam avaliados, sob a ótica regulatória, os impactos operacionais correspondentes; e

(f) Resolução nº 3.274-ANTAQ - que aprova a norma que dispõe sobre a fiscalização da prestação dos serviços portuários e estabelece infrações: Art. 33 Constituem infrações administrativas da Autoridade Portuária, sujeitando-se à cominação das respectivas sanções: XIX - deixar de submeter à prévia análise da ANTAQ e aprovação do poder concedente a realização de projetos e investimentos não previstos nos contratos de concessão ou no convênio de delegação: multa de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Faz-se oportuno consignar que, com o advento da novel legislação portuária, a partir da edição da Medida Provisória nº 595, de 06/12/2012, a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, na qualidade de poder concedente, passou a deter a titularidade dos contratos de arrendamento em vigor, não competindo mais às Autoridades Portuárias celebrarem tais instrumentos, inclusive os aditamentos contratuais.

Por fim, importante registrar que até o momento não chegou ao conhecimento desta Agência qualquer reclamação ou denúncia de que eventuais interessados tenham sido preteridos em seus interesses de utilização do equipamento *shiploder* em questão, tampouco o fato de que tenham sido realizados investimentos não previstos no indigitado contrato de arrendamento.

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

8.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno atendidas no exercício

Quadro 94 – Cumprimento das recomendações dos OCI – Plano de Providências Permanente – PPP

Ordem de Serviço	Constatação	Comunicação expedida	Status
2014/0317	02	Através do Sistema SEMAC da Ciset/PR.	Concluída
Fragilidade no processo de implementação e monitoramento de indicadores de gestão na UJ			
Recomendação 01			
Implemente indicadores de desempenho em quantidade e qualidade suficientes e adequadas, de forma a se mensurar o alcance dos objetivos estratégicos a serem redefinidos para a Unidade			
Providências adotadas			
Parte dos indicadores estratégicos selecionados constavam do Projeto Estratégico P10, que tem como escopo CRIAR MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DA EFETIVIDADE DA FISCALIZAÇÃO. O Projeto resultou na criação de cinco indicadores, que foram submetidos à deliberação pela Diretoria Colegiada (processo 50300.00240/2012-43). O processo esteve pautado na 385ª. Reunião Ordinária de Diretoria, de 11/06/15 e na 386ª. ROD, de 25/06/15, mas em ambos os casos houve pedido de vistas por parte do Diretor Adalberto Tokarski, para esclarecimento de dúvidas junto a SPL. O processo foi deliberado na 387ª ROD realizada em 29/07/2015. Os indicadores serão objeto de avaliação para fixação de metas para o II Ciclo do Planejamento da ANTAQ, que abrangerá o período 2016-2020, uma vez que não há mais tempo hábil para fixação de metas para os novos indicadores no ciclo 2011-2015. Os cinco indicadores do Projeto Estratégico P10 serão acrescidos aos já existentes, a saber: 1) EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO (EPF); 2) EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPACITAÇÃO (EOC); 3) EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TI; 4) EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GLOBAL DA ANTAQ (EOG).			

A SPL realizou ao longo dos meses de agosto, setembro e outubro reuniões do Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão (NPMG), que resultaram no conteúdo do II Ciclo do Planejamento Estratégico da ANTAQ 2016-2020. O documento consolidando o conteúdo está em fase de finalização para ser validado pelo NPMG e encaminhado para deliberação da Diretoria Colegiada. Constarão do documento o novo MAPA ESTRATÉGICO e as iniciativas, projetos estratégicos e indicadores estratégicos dele decorrentes. Até o momento já estão detalhados 24 novos indicadores, agregando mais oito objetivos estratégicos ao processo de avaliação de desempenho. Assim, a permanecer o quadro atual, a ANTAQ totalizará 29 indicadores representativos de 12 objetivos estratégicos. Mas ainda falta a negociação com algumas áreas em relação a indicadores adicionais e, ao final, o resultado dependerá de deliberação da Diretoria Colegiada. Em alguns casos, só será possível estabelecer metas para 2017. De qualquer forma o II Ciclo do Planejamento apresentará evolução relevante para o atendimento desta Recomendação.

Vinte e oito Indicadores de Desempenho foram propostos no Planejamento Estratégico 2016-2020 (processo SEI nº 50300.001991/2016-15) e aguardam deliberação da Diretoria para começarmos as discussões das metas do quinquênio. Entende a SPL que com essas providências encerra a pendência referente à recomendação acima.

Recomendação 02

Analisar a viabilidade de se implantar indicadores de gestão nas várias áreas de atuação da Unidade.

Providências adotadas

Foram feitos levantamentos de uma série histórica no período de 2012 até junho 2015, com o intuito de avaliar a objetividade de indicadores que traduzissem o grau de eficiência da área de Licitação e Contratos, principalmente quanto a questão relativa aos processos de prorrogação e contratação que envolvam aprovação da Diretoria Executiva-DE da ANTAQ. Neste levantamento, ficou constatado que: 2012 - Total de processos com aprovação em DE 11, dos quais 09 foram aprovados Ad Referendum com vistas a não ultrapassar o prazo de renovação ou nova contratação, ou seja 18%. 2013 - Total de processos com aprovação em DE 06, dos quais 02 foram aprovados Ad Referendum com vistas a não ultrapassar o prazo de renovação ou nova contratação, ou seja 67%. 2014 - Total de processos com aprovação em DE ? 15, dos quais 04 foram aprovados Ad Referendum com vistas a não ultrapassar o prazo de renovação ou nova contratação, ou seja 73%. 2015 até junho - Total de processos com aprovação em DE 07, dos quais apenas 01 foi aprovado Ad Referendum com vistas a não ultrapassar o prazo de renovação ou nova contratação, ou seja 86%. Cabe informar que a ANTAQ possui anualmente, cerca de 100 contratos que são a cada exercício renovados por prorrogação ou por nova contratação e que deste total apenas 14% são encaminhados para aprovação da Diretoria Executiva, conforme limites fixados nos seus diversos níveis de aprovação. Pelo levantamento feito constata-se que ao longo do período a ANTAQ vem obtendo uma melhora no indicador. Assim, iremos manter as apurações médias mensais obtidas nos últimos 12 (doze) meses encerradas no mês de referência. Processos de Contratações realizados sem Ad. Referendum • = $\text{PCA} = \frac{\text{Número de Processos sem Ad Referendum}}{\text{Número Total de Processos Contratados/Renovados}}$ Maior Eficiência tendendo a 100% Menor Eficiência tendendo a 0% Como resultado deste levantamento se verificou a necessidade de alterar os nossos cronogramas, passando a partir de ABRIL/2014 a encaminhar notificações de vencimento dos contratos às áreas demandantes com 06 (seis) meses do vencimento do contrato, requerendo que suas solicitações venham com 120 dias de antecedência para nova contratação e 90 dias para prorrogação. Com isso pretendeu-se diminuir os casos em que há necessidade de utilização deste instituto, ou seja aprovação por parte da Diretoria Ad Referendum. Assim, acredita-se que com esta nova medida adotada iremos obter um resultado positivo de eficiência para todas as renovações, prorrogações e novas contratações. Na Superintendência de Administração e Finanças já se encontram implantados os seguintes indicadores de gestão: - Recursos Humanos: - EOC - Execução Orçamentária da Capacitação; - Índice de Absenteísmo; - Índice TURNOVER; - Indicador de Pós-Graduação (IPG) e - Indicador de Número de Servidores com Horas de Capacitação suficientes para Progressão e Promoção. - Orçamento e Finanças: - EOG - Execução Orçamentária Global Na área de Recursos Logísticos, foi sugerido a implantação do Indicador de Patrimônio Imobiliário, conforme já justificado anteriormente, entende-se não ser necessária à implementação, visto que não existirá impacto direto nas rotinas administrativas e sim apenas o cumprimento legal de informar à Secretaria de Patrimônio da União - SPU sobre os dados dos imóveis de terceiros alugados pela da Agência. Na área de Licitações e Contratos, foi implantado o PCA = (Número de Processos realizados sem Ad Referendum/Número total de processos de compras abertos no período) Na Superintendência de Administração e Finanças encontram-se implantados os seguintes indicadores de gestão: - Recursos Humanos: - EOC - Execução Orçamentária da Capacitação; - Índice de Absenteísmo; - Índice TURNOVER; - Indicador de Pós-Graduação (IPG) e - Indicador de Número de Servidores com Horas de Capacitação suficientes para Progressão e Promoção. - Orçamento e Finanças: - EOG - Execução Orçamentária Global. Licitações e Contratos - PCA = (Número de Processos realizados sem Ad Referendum/Número total de processos de compras abertos no período)

Ordem de Serviço	Constatação	Comunicação expedida	Status
2014/0317	07	Através do Sistema SEMAC da Ciset/PR.	Concluída
Falta de efetividade no cumprimento de sanções aplicadas, o que causa a redução percentual na arrecadação de multas.			
Recomendação 01			
Que a Diretoria da ANTAQ determine à GOF a realização de diagnóstico sobre as dificuldades encontradas para a efetiva arrecadação das multas e a evolução detalhada da arrecadação. Além disso, determine, com base no diagnóstico, que a GOF apresente estudo para identificar formas de aumentar a arrecadação das multas aplicadas e/ou de convertê-las em outras penalidades mais efetivas			
Providências adotadas			
<p>Foi proposto à Secretaria-Geral, em novembro de 2014, a mudança na tramitação dos processos administrativos, alterando a competência de comunicação do crédito à Gerência de Orçamento e Finanças - GOF, ficando esta de posse dos processos até a efetiva arrecadação ou para providências necessárias quanto à cobrança judicial dentro de sua esfera de atuação e competência institucional. Neste contexto, houve alteração nos modelos de ofícios encaminhados, incluindo-se informativo quanto à possibilidade de parcelamento. O resultado alcançado com esta iniciativa foi um aumento de 51,28% no número de débitos parcelados, em apenas dois meses, passando de 39 para 59. Outra informação acrescida nos ofícios foi a comunicação quanto ao prazo para inscrição no Cadastro de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, conforme prevê o Art. 2º, da Lei nº 10.522/2002, que obriga a notificação do prazo para inscrição. Com isso, retiramos da rotina de procedimentos, a emissão de notificação judicial que anteriormente era utilizada para notificar o prazo para inscrição no CADIN, melhorando a eficiência administrativa. Ainda, neste contexto, foi melhorado os controles e o acompanhamento dos prazos com a criação de planilhas Excel, tendo em vista que não dispomos de sistema informatizado.</p>			
<p>A proposição de nova Resolução para parcelamento das multas aplicadas, constante do Processo ANTAQ nº 50300.002518/2014-85, foi aprovada pela Diretoria Colegiada em sua 379ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2015, dando origem à Resolução nº 4.190-ANTAQ, de 24 de junho de 2015, e sendo submetida à audiência pública, no período de 29 de junho a 14 de julho de 2015, visando o recebimento de contribuições, com audiência presencial em 08 de julho de 2015. Findo o prazo da referida audiência pública e tendo em vista que não foram apresentadas contribuições, o processo deliberado na 387ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada realizada em 29/07/2015, e entrará em vigor após sua publicação. Importante informar que estamos trabalhando para atender, dentro do prazo, ao Acórdão 1215-TCU- Plenário que determina que sejam adotadas, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, as providências necessárias ? incluindo, quando couber, a criação e o aperfeiçoamento de sistemas informatizados ? para viabilizar a apuração das receitas com arrecadação de multas, conforme os conceitos de multas exigíveis e definitivamente constituídas e de multas aplicadas definidos no item 33 do Relatório que integra este Acórdão, associando os valores recebidos com os correspondentes períodos de competência das respectivas multas. Através da Resolução Administrativa nº 04/2015, de 04 de agosto de 2015 entrou em vigor a Norma que permite o parcelamento das multas aplicadas. Quanto ao atendimento do Acórdão 1215-TCU- Plenário já citado, a GOF participou do processo de levantamento das funcionalidades e regras de negócio para desenvolvimento de sistema informatizado, que no momento encontra-se em fase de desenvolvimento. Assim , consideramos atendidas as recomendações, uma vez que foram adotadas as medidas necessárias, no que compete à esta Agência, não deixando de observar que a análise e acompanhamento dos processos e procedimentos de arrecadação das multas definitivamente constituídas é constante.</p>			
<p>A ANTAQ busca dar maior efetividade à cobrança de valores decorrentes das multas imputadas, dentro das suas competências. Neste contexto, o acompanhamento dos prazos legais, seja garantindo o direito de ampla defesa, seja o prazo para inscrição no Cadin, é constante, não havendo previsão legal para convertê-las em outras penalidades a não ser a de cassação das autorizações, o que também deve ser realizado considerando outros critérios. Decorrido o prazo previsto no art. 2º, § 2º da Lei nº 10.522/2002, a Gerência de Orçamento e Finanças é a responsável por realizar a inscrição do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e de encaminhar o processo de débito à Procuradoria Federal junto à ANTAQ para execução fiscal. Importante ressaltar que o processo de execução fiscal, passa por todos os trâmites de um processo judicial que, em geral, é bastante moroso, cabendo portanto à Procuradoria buscar alternativas mais efetivas de cobrança. É sabido que uma das soluções estudadas é a da realização de protesto de títulos em cartório, que também não é de competência desta Agência (Portaria 17 de 11/01/2013 da Procuradoria Geral Federal), sendo que uma das maiores vantagens é a possibilidade de inscrição do inadimplente nos registros de proteção ao crédito, criando embaraços à vida financeira do gestor através da restrição de seu crédito pessoal, impossibilitando-o contrair financiamentos, empréstimos, movimentar cartões de crédito, dentre outras implicações. Sendo uma ferramenta coercitiva. Assim foram adotadas as medidas necessárias, no que compete à esta Agência, buscando a melhoria da eficiência e da eficácia dos processos e procedimentos de arrecadação das multas definitivamente constituídas.</p>			

Quadro 95 – Cumprimento das recomendações dos OCI – Demais Demandas

Caracterização da determinação/recomendação				
Processo	Acórdão	Comunicação expedida	Data da ciência	Status
S/N.	S/N	Ofício nº 456/2016-CGAF/CISSET-PR	27/09/2016	Concluído
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ Gerência de Recursos Humanos - GRH				
Descrição da determinação/recomendação				
Encaminhamento do Ofício 456/2016 da CISSET que trata da Nota Técnica (CK) nº93/2016/CGAF/CISSET/SEGOV/PR onde foram analisadas as justificativas apresentadas pela ANTAQ no Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal concernentes às três últimas rodadas de trilhas (junho/2014, julho/2015 e dezembro/2015) e que considerou que o órgão respondeu a todas as inconsistências identificadas pelo sistema Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle – MTFC. Solicita ainda a manifestação sobre 4º Rodada de Trilhas, que possui prazo final de apresentação das justificativas até o dia 31 de outubro/16.				
Providências adotadas				
Em resposta ao Ofício 456/2016/CGAF-CISSET-SEGOV-PR, informo que a Coordenadoria de Cadastro e Pagamentos – CCP, responsável pelo acompanhamento das Trilhas de Auditoria da CGU, já se manifestou, através do sistema, apresentando as justificativas para a 4ª Rodada de Trilhas. Ressalte-se que as justificativas já foram analisadas pela própria de CGU em 28 de setembro que acatou os argumentos apresentados considerando assim as inconsistências solucionadas.				

8.2.2. *Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício*

Quadro 96 – Recomendações OCI pendentes

Ordem de Serviço	Constatação	Comunicação expedida	Status
2014/0317	01	Através do Sistema SEMAC da CISSET/PR.	Em fase de implementação
Não mensuração do alcance das metas relativas a quatorze dos dezoito (78%) objetivos estratégicos definidos pela UJ			
Recomendação 01			
Estabeleça, formalmente, cronograma para atualização de seu Planejamento Estratégico, o qual deverá redefinir objetivos estratégicos de forma a retratar com razoável alcance e precisão a performance da Unidade, devendo, ainda, serem passíveis de monitoramento por meio de metas e indicadores factíveis e compatíveis com a estrutura da UJ			
Providências adotadas			
A revisão do Planejamento Estratégico da ANTAQ teve início em agosto de 2014, logo após a reestruturação organizacional da Agência. Em reunião realizada no dia 10/11/2014, com a presença dos Diretores da Agência, o Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão evoluiu no processo de REVISÃO DO PLANEJAMENTO, com as seguintes deliberações: 1) Manter o MAPA ESTRATÉGICO atual da ANTAQ, apenas procedendo ao detalhamento dos objetivos para facilitar o entendimento geral acerca das prioridades da Agência; 2) Selecionar até 30/01/15, novos INDICADORES ESTRATÉGICOS a partir de uma relação preliminar, apresentada e discutida na reunião, contemplando todos os OBJETIVOS ESTRATÉGICOS. Os indicadores discutidos atendem aos critérios de COMPLETEZ, COMPARABILIDADE, CONFIABILIDADE, ACESSIBILIDADE e ECONOMICIDADE. Os indicadores discutidos mensuram RESULTADOS ENTREGUES À SOCIEDADE, o ESFORÇO EMPREENDIDO para a entrega dos resultados e o fornecimento dos INSUMOS necessários para viabilizar a performance desejada para a ANTAQ. A seleção final dependerá do detalhamento de todos os indicadores, para que se tenha certeza se é mesmo possível obter informações pelo menos de 2013 e/ou 2014 para subsidiar a proposição das respectivas metas. d. Encerrar, até 13/02/15, a revisão das metas de 2015 dos atuais indicadores e a fixação das metas dos novos indicadores a serem selecionados até o final de janeiro/15. 4) Consolidar todo o escopo da REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (MAPA, INDICADORES e PORTFOLIO DE PROJETOS) em uma minuta de Portaria a ser encaminhada, até 27/02, para formalização pela Diretoria Colegiada.			

O Planejamento Estratégico da ANTAQ 2011-2015 foi atualizado em 2016, com vigência para o quinquênio 2016-2020. O Planejamento Estratégico 2016-2020 consta do documento SEI 0235531, páginas 13 a 54. A Diretoria aprovou o conteúdo na 408ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 4 de agosto de 2016. A Portaria que institucionalizou o II Ciclo do planejamento é o documento SEI 0235551, que data de 20 de agosto de 2016. O processo pelo qual tramitou o planejamento 2016-2020 é o de nº 50300.005698/2016-19.

No II Ciclo do planejamento da ANTAQ foram incluídos 39 indicadores de desempenho, páginas 48 a 55 (documento SEI 0235551). A finalização das respectivas fichas individuais dos indicadores, assim como a fixação das metas até 2020, estarão disponíveis até junho de 2017.

Ordem de Serviço	Constatação	Comunicação expedida	Status
2014/0317	03	Através do Sistema SEMAC da Ciset/PR.	Em fase de implementação
Intempestividade na realização de estudo que possibilite avaliar a adequação da força de trabalho da UJ frente às suas atribuições			
Recomendação 01			
Realizar estudo de forma a determinar o necessário e adequado quantitativo de servidores para a consecução dos objetivos institucionais da UJ			
Providências adotadas			
O Termo de Execução Descentralizada firmado junto à Universidade Federal do Pará- UFPA para realização do mapeamento de competências, teve seu cronograma ajustado, conforme consta do processo SEI nº 50300.000282/2014-42 e está sendo executado e tem previsão de conclusão de suas atividades em maio de 2017. Cumpre destacar que o mapeamento das competências organizacionais e individuais da ANTAQ irá subsidiar e apoiar o estudo do dimensionamento da força de trabalho da Agência.			
No âmbito do Planejamento estratégico foi constituído o Projeto P34, com o objetivo de Dimensionar a Força de Trabalho da ANTAQ por Unidade Organizacional, dessa forma será realizado estudo visando identificar e determinar o necessário e adequado quantitativo de servidores das áreas da Agência.			

Ordem de Serviço	Constatação	Comunicação expedida	Status
2014/0317	04	Através do Sistema SEMAC da Ciset/PR.	Em fase de implementação
Intempestividade na realização de estudo que possibilite avaliar a adequação da força de trabalho da UJ frente às suas atribuições			
Recomendação 02			
Atualizar e ajustar todas as informações dos imóveis sob sua responsabilidade no SPIUnet			
Providências adotadas			
As providências referentes às atualizações no SPIUNET dos imóveis alugados pela ANTAQ foram realizadas, exceto a do imóvel da Unidade Regional do Rio de Janeiro – URERJ, que trata de imóvel da SPU. Este imóvel será vinculado aos registros da ANTAQ no SPIUNET. A relação de todos os imóveis locados de terceiros pela Agência, com suas informações atualizadas, foi enviada à Auditoria para posterior encaminhamento aos órgãos de controle demandantes, e tão logo a SPU do Rio de Janeiro atualize a informação no sistema, será encaminhado a Auditoria da ANTAQ para o devido registro.			

Ordem de Serviço	Constatação	Comunicação expedida	Status
2014/0317	08	Através do Sistema SEMAC da Ciset/PR.	Em fase de implementação
Não avaliação do padrão de qualidade de atendimento da carta de serviços ao cidadão			
Recomendação 01			

Recomenda-se à ASC e APL, quando da revisão da Carta de Serviços, descrever de forma detalhada os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público para cada serviço, bem como inserir o resultado da avaliação desses padrões.

Providências adotadas

A terceira versão da CARTA DE SERVIÇOS está no ar desde o mês de janeiro de 2015, refletindo a nova estrutura organizacional. Quanto ao resultado da avaliação dos padrões dos serviços prestados pela Agência, permanece o problema da falta de representatividade estatística da pesquisa, apesar de receber bastante destaque na página principal do sítio eletrônico oficial da ANTAQ. A CARTA DE SERVIÇOS tem poucos acessos e a pesquisa menos ainda. Acreditamos que seja reflexo do perfil do usuário dos serviços da Agência: grandes empresas, que não precisam de consulta à CARTA; e passageiros da navegação interior na Amazônia, que têm restrições de acesso à internet e acessam a Ouvidoria basicamente para registrar problemas na prestação de serviços pelos regulados. Uma nova versão da Carta de Serviços será elaborada no segundo trimestre de 2016. A SPL está organizando a nova pesquisa de avaliação dos serviços prestados pela Agência juntamente com a Assessoria de Comunicação Social (ASC) e a Assessoria de Relações Institucionais (ASP). A ação integrada da SPL com essas assessorias viabilizará uma abordagem direta com os principais representantes dos entes regulados e também com as entidades de defesa dos interesses dos usuários.

O Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão concordou em considerar o aperfeiçoamento da pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços prestados pela ANTAQ, como uma iniciativa estratégica do II Ciclo de Planejamento Estratégico 2016-2020. Essa iniciativa será coordenada pela SPL e terá a colaboração da Assessoria de Comunicação Social (ASC), da Assessoria de Relações Institucionais (ASP) e da Ouvidoria (OUV). O conteúdo do II Ciclo já foi transformado em processo, recebendo a numeração 50300.001991/2016-15, e deve ser deliberado pela Diretoria ainda no primeiro semestre de 2016.

No II Ciclo do planejamento da ANTAQ foram incluídas 44 Iniciativas Estratégicas (IE), dentre elas a de nº 06 (citada às páginas 31 e 47): “aperfeiçoar a pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços prestados pela ANTAQ”.

A IE 06 foi inserida exatamente com a finalidade de atender à recomendação de “quando da revisão da Carta de Serviços, descrever de forma detalhada os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público para cada serviço, bem como inserir o resultado da avaliação desses padrões”. A Iniciativa é de responsabilidade da SPL, que deverá contar com o apoio da Assessoria de Comunicação Social (ASC) e da Assessoria de Relações Institucionais (ASP). No período não houve necessidade de nenhuma atualização do conteúdo da Carta de Serviços. Tão logo seja identificada a necessidade de atualização, a divulgação da nova versão já incluirá a avaliação dos padrões de atendimento.

Ordem de Serviço	Constatação	Comunicação expedida	Status
2014/0317	09	Através do Sistema SEMAC da Ciset/PR.	Em fase de implementação

Não realização da pesquisa de satisfação dos usuários - PSU

Recomendação 01

Que as Superintendências Finalísticas apresentem no PPP 2013 o andamento do processo de contratação, aplicação e finalização da PSU, conforme cronograma apresentado.

Providências adotadas

A primeira avaliação da satisfação do usuário se deu através de pesquisa de campo, realizada por empresa contratada, sendo publicada em 2015 os resultados da Pesquisa de Satisfação dos Usuários do Serviço de Transporte Longitudinal de Passageiros e Misto (Passageiros e Cargas) na Navegação Interior da Região Amazônica, disponível para consulta no sítio eletrônico da ANTAQ: www.antaq.gov.br/Portal/Estatisticas_NavInterior.asp. A partir do corrente ano serão realizadas as pesquisas de satisfação dos usuários de Portos e instalações portuárias e das empresas de Navegação Marítima e de Apoio.

Ressalte-se ainda que em relação à Pesquisa de Satisfação dos Usuários do Serviço de Transporte Longitudinal de Passageiros e Misto (Passageiros e Cargas) na Navegação Interior da Região Amazônica, a metodologia da pesquisa e análise dos dados foi desenvolvida internamente, enquanto a coleta dos dados em campo foi realizada pela empresa contratada Peskize Serviços de Informações LTDA.

Ordem de Serviço	Constatação	Comunicação expedida	Status
2015/0437	01	Através do Sistema SEMAC da Ciset/PR.	Em fase de implementação

Necessidade de realização de análise acerca das irregularidades nos contratos de arrendamento celebrados pela CODESP, em especial quanto ao Contrato de Arrendamento DP/DC nº 01.2007, celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e a empresa Brasil Terminal Portuário - BTP, em função do julgamento do Processo Administrativo Contencioso-PAC, autuado sob o número 50300.000530/2007-26.
Recomendação 01
Realizar análise sobre a existência de possíveis irregularidades na Contratação de Arrendamento (DP/DC nº 01.2007) celebrada entre a CODESP e a empresa Brasil Terminal Portuário - BTP, no que diz respeito a definição dos níveis de performance de movimentação de carga geral e graneis líquidos;
Providências adotadas
A Gerência de Portos Organizados informou que o reequilíbrio do contrato tem processo aberto no MTPAC que no momento aguarda o relatório Circunstanciado já solicitado à Codesp, em atendimento à Portaria nº 499-2015-SEP. Depois da manifestação de admissibilidade por parte do MTPAC, o processo será encaminhado à ANTAQ para então ser analisado o EVTEA para equilíbrio do contrato. Da análise do EVTEA aliado à manifestação do MTPAC é que serão definidos os níveis de performance de movimentação de carga
Recomendação 02
Realizar análise sobre a existência de possíveis irregularidades na Contratação de Arrendamento (DP/DC nº 01.2007) celebrada entre a CODESP e a empresa Brasil Terminal Portuário - BTP, no que diz respeito a incorporação do contrato de titularidade da empresa Norfolk ao empreendimento da BTP
Providências adotadas
Com referência à incorporação do contrato de titularidade da empresa Norfolk ao empreendimento da BTP, o contrato com a Norfolk ainda não foi rescindido o que não permite a incorporação da área no contrato da BTP.
Recomendação 03
Realizar análise sobre a existência de possíveis irregularidades na Contratação de Arrendamento (DP/DC nº 01.2007) celebrada entre a CODESP e a empresa Brasil Terminal Portuário - BTP, no que diz respeito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sem prejuízo de outras questões que julgar convenientes e oportunas.
Providências adotadas
A Gerência de Portos Organizados informou que o reequilíbrio do contrato tem processo aberto no MTPAC que no momento aguarda o relatório Circunstanciado já solicitado à Codesp, em atendimento à Portaria nº 499-2015-SEP. Depois da manifestação de admissibilidade por parte do MTPAC, o processo será encaminhado à ANTAQ para então ser analisado o EVTEA para equilíbrio do contrato.
Recomendação 04
Realizar análise sobre a existência de possíveis irregularidades na Contratação de Arrendamento (DP/DC nº 01.2007) celebrada entre a CODESP e a empresa Brasil Terminal Portuário - BTP, no que diz respeito a definição da área propriamente dita abrangida pelo terminal portuário;
Providências adotadas
No que diz respeito à área abrangida pelo terminal portuário, a GPO informou que a área total do arrendamento é definida como 529.180,61 m ² conforme consta da Carta DC-203.2012 da Codesp.

8.3. *Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário*

Durante o exercício de 2016 não foi identificado nenhum evento que pudesse ensejar a apuração de responsabilidade por dano ao Erário.

8.4. *Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993*

A ordem cronológica é instituto previsto em Lei e que vincula a Administração Pública a efetuar os pagamentos em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem ao pagamento. Neste contexto, foram atribuídas as liquidações e aos pagamentos os princípios da isonomia, impessoalidade e o da moralidade concernentes ao direito administrativo, considerando, ainda, as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

8.5. *Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento*

Em abril de 2015, tomamos conhecimento da orientação da SLTI publicado no site do COMPRASNET:

*“A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI informa aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG que **foi conhecido o pedido de reexame com efeito suspensivo** em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6).”*

Tendo em vista que permanece o efeito suspensivo quantos aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, não foi dada continuidade na revisão de contratos já firmados por estarmos aguardando uma decisão final de mérito do colegiado do TCU quanto ao assunto.

8.6. *Informações sobre ações de publicidade e propaganda*

Não houve, em 2016, nenhuma ação publicitária, em função das restrições orçamentárias da Agência.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANEXO I

RELATÓRIO DE GESTÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
- EXERCÍCIO DE 2016 -



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ORGAO SUPERIOR 68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO PERÍODO
2016 Anual

EMISSAO PÁGINA
06/03/2017 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO			2016	2015	
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa		12.247.491,41	5.499.907,22	7.843.926,08	5.831.035,74	
Créditos a Curto Prazo		9.593.874,46	4.022.984,17	1.924.908,42	1.569.067,90	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		1.863.055,38	1.408.922,03	166.646,93	3.738.944,28	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	-	-	
Estoques		58.597,95	65.547,28	-	-	
VPDs Pagas Antecipadamente		771.963,62	2.453,74	-	-	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		18.331.531,31	21.115.169,56	5.752.370,73	523.023,56	
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	-	-	
Investimentos		-	-	-	-	
Participações Permanentes		-	-	-	-	
Propriedades para Investimento		-	-	-	-	
Propriedades para Investimento		-	-	-	-	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	-	-	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	-	-	
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	-	-	
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-	-	-	
Demais Investimentos Permanentes		-	-	-	-	
Demais Investimentos Permanentes		-	-	-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	-	-	
Inobilizado		9.987.590,74	10.910.989,47			
Bens Móveis		9.987.590,74	10.910.989,47			
Bens Móveis		14.463.998,65	13.428.974,44			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-4.476.407,91	-2.517.984,97			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-			
Bens Imóveis		-	-			
Bens Imóveis		-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-			
Intangível		8.343.940,57	10.204.180,09			
Softwares		8.343.940,57	10.204.180,09			
Softwares		12.415.283,53	10.699.328,26			
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-4.071.342,96	-495.148,17			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-			
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.735.096,64	20.784.041,04
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.735.096,64	20.784.041,04
PASSIVO						
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-	-	-	
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-	-	-	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-	-	-	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-	-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-	-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-	-	-	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-	-	-	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-	-	-	
Provisões de Longo Prazo		-	-	-	-	
Provisões de Longo Prazo		-	-	-	-	
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-	-	-	
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-	-	-	
Resultado Diferido		-	-	-	-	
Resultado Diferido		-	-	-	-	
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		7.843.926,08	5.831.035,74			
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		7.843.926,08	5.831.035,74			
ESPECIFICAÇÃO						
Patrimônio Social e Capital Social						
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)						
Reservas de Capital						
Ajustes de Avaliação Patrimonial						
Reservas de Lucros						
Demais Reservas						
Resultados Acumulados						
Resultado do Exercício						
Resultados de Exercícios Anteriores						
Ajustes de Exercícios Anteriores						
(+) Ações / Cotas em Tesouraria						
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	692010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ORGAO SUPERIOR	69201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCICIO	2016	PERIODO	ANUAL
EMISSAO	09/03/2017	PAGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ATIVO		2016		2015		2016		2015	
ESPECIFICAÇÃO									
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO		30.579.022,72		26.615.076,78		30.579.022,72		26.615.076,78	

ATIVO		2016		2015		2016		2015	
ESPECIFICAÇÃO									
ATIVO FINANCEIRO		9.561.707,53		4.022.984,17		10.514.929,51		10.148.984,32	
ATIVO PERMANENTE		21.017.315,19		22.592.092,61		1.623.917,98		1.530.350,96	
SALDO PATRIMONIAL						18.440.175,23		14.935.741,50	

Quadro de Compensações

ATIVO		2016		2015		2016		2015	
ESPECIFICAÇÃO									
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		114.084.440,60		2.125.162,16		47.371.093,63		41.445.557,08	
Execução dos Atos Potenciais Ativos		114.084.440,60		2.125.162,16		47.371.093,63		41.445.557,08	
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		114.084.440,60		2.125.162,16		-		-	
Direitos Conventuados e Outros Instrumentos Cong		-		-		5.484.721,02		4.326.601,37	
Direitos Contratuals a Executar		-		-		41.886.372,61		37.118.955,71	
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-		-		-		-	
TOTAL		114.084.440,60		2.125.162,16		47.371.093,63		41.445.557,08	

PASSIVO		2016		2015		2016		2015	
ESPECIFICAÇÃO									
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		47.371.093,63		41.445.557,08		-2.595.390,23		1.642.168,26	
Execução dos Atos Potenciais Passivos		47.371.093,63		41.445.557,08		-2.595.390,23		1.642.168,26	
Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut		-		-		-545,06		-545,06	
Obrigações Conventuadas e Outros Instrum Congên		5.484.721,02		4.326.601,37		1.642.713,31		1.642.713,31	
Obrigações Contratuals a Executar		41.886.372,61		37.118.955,71		-953.221,98		-953.221,98	
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-		-		-		-	
TOTAL		47.371.093,63		41.445.557,08		-2.595.390,23		1.642.168,26	

Carlos Augusto Martins Silva
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.223



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	692010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ORGAO SUPERIOR	69201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCICIO	2016	PERIODO	Annual
EMISSAO	06/03/2017	PAGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		566.135.527,58	129.392.262,24
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		418.116.333,18	450,00
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		418.116.333,18	450,00
Juros e Encargos de Mora		393.014,70	259.088,16
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		144.290.882,88	124.717.165,32
Transferências e Delegações Recebidas		144.290.882,88	121.248.555,02
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		3.335.296,82	4.409.566,77
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.335.296,82	4.409.566,77
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 692010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ORGAO SUPERIOR 69201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCICIO
2016

PERIODO
Anual

EMISSAO
06/03/2017

PAGINA
2

VALORES EM REAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.335.296,82	4.409.565,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	563.537.891,46	129.782.025,05
Remuneração a Pessoal	101.641.831,26	86.106.837,85
Encargos Patronais	77.757.845,37	69.315.374,62
Benefícios a Pessoal	15.669.944,42	13.098.639,15
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.300.625,13	2.445.107,39
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.813.416,34	1.247.716,69
Aposentadorias e Reformas	3.818.321,27	3.148.783,62
Pensões	3.271.613,47	2.603.389,53
Benefícios de Prestação Continuada	544.391,13	545.394,09
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.326,67	-
Uso de Material de Consumo	34.951.789,15	30.455.488,59
Serviços	255.384,40	168.221,39
Depreciação, Amortização e Exaustão	29.808.367,54	29.404.863,89
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.888.037,21	882.403,31
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obitos	10.424,36	20.058,08
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	10.424,36	20.058,08
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	422.968.981,63	9.949.205,13
Transferências Intragovernamentais	422.835.760,45	5.711.794,33
Transferências Intergovernamentais	-	761.527,80
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	8.286,51	7.272,70
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	114.934,67	3.468.610,30
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.390,00	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	3.390,00	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO PERÍODO
2016 Anual

EMISSÃO PAGINA
06/03/2017 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
ORGAO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

VALORES EM UNIDADES DE REAL	
-----------------------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Tributárias			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados			
Custo das Mercadorias Vendidas			
Custos dos Produtos Vendidos			
Custo dos Serviços Prestados			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Premiações			
Resultado Negativo de Participações			
Operações da Autoridade Monetária			
Incentivos			
Subvenções Econômicas			
Participações e Contribuições			
Constituição de Provisões			
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas			
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		2.597.636,12	-389.762,81

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		2016	2015


Carlos Augusto Andrade Silva
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.223



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	692010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ORGAO SUPERIOR	69201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCICIO	2016	PERIODO	Atual
EMISSAO	06/03/2017	PAGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.604.054,00	4.604.054,00	421.844.644,70	417.240.590,70
Recetas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recetas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receta Patrimonial	-	-	418.116.333,18	418.116.333,18
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	418.116.333,18	418.116.333,18
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Recetas Patrimoniais	-	-	-	-
Receta Agropecuária	-	-	-	-
Receta Industrial	-	-	-	-
Recetas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Recetas Correntes	4.604.054,00	4.604.054,00	3.728.311,52	-876.742,48
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	3.704.749,36	-899.304,64
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	4.604.054,00	4.604.054,00	23.562,16	23.562,16
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Recetas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Recetas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
06/03/2017

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 692010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social					
Resultado do Banco Central do Brasil					
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional					
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional					
Demais Receitas de Capital					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DE RECEITAS		4.604.054,00	4.604.054,00	421.844.644,70	417.240.590,70
REFINANCIAMENTO					
Operações de Crédito - Mercado Interno					
Mobilidade					
Contratual					
Operações de Crédito - Mercado Externo					
Mobilidade					
Contratual					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		4.604.054,00	4.604.054,00	421.844.644,70	417.240.590,70
TOTAL		4.604.054,00	4.604.054,00	421.844.644,70	417.240.590,70
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA					
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro					
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação					
Créditos Cancelados Líquidos					
Créditos Adicionais Reabertos					

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES							
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS DE CAPITAL							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
RESERVA DO RPPS							
SUBTOTAL DAS DESPESAS		111.666.083,00	149.705.882,00	139.916.377,25	135.636.233,15	134.784.399,76	9.789.504,75
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO							
Amortização da Dívida Interna							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
Amortização da Dívida Externa							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2016	PERÍODO	Annual
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	EMISSÃO	06/03/2017	PÁGINA	3
ORGAO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DESPESA				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO SUPERÁVIT	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	111.656.083,00	149.705.882,00	139.916.377,25	135.636.233,15	134.784.399,76	9.789.504,75
		149.705.882,00	281.928.267,45	421.884.644,70	135.636.233,15	-281.928.267,45
						-272.138.762,70

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.301.527,74	3.718.330,31	3.215.692,45	3.215.692,45	1.789.388,29	14.777,31
Pessoal e Encargos Sociais	292.804,07	764.974,67	566.898,59	566.898,59	490.890,15	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.008.723,67	2.953.355,64	2.648.793,86	2.648.793,86	1.298.508,14	14.777,31
DESPESAS DE CAPITAL	-	915.554,47	915.554,47	915.554,47	915.554,47	-
Investimentos	-	915.554,47	915.554,47	915.554,47	915.554,47	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.301.527,74	4.633.884,78	4.131.246,92	4.131.246,92	1.789.388,29	14.777,31

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	1.197.135,72	1.197.135,72	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	44.864,60	44.864,60	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.152.271,12	1.152.271,12	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.986.866,69	2.986.866,69	-	-
Investimentos	-	2.986.866,69	2.986.866,69	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	4.184.002,41	4.184.002,41	-	-


Carlos Augusto Andrade Silva
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.223



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMISSÃO 08/03/2017 PAGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS		
ORÇAO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS		VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2016	2015	2016	2015
Receitas Orçamentárias	421.844.844,70	4.669.104,93	139.916.377,25	120.531.392,52
Ordinárias	140.647,63	25.367,14	132.926.890,99	115.683.340,54
Vinculadas	422.112.945,45	4.783.562,07	6.990.486,26	4.848.051,98
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	422.112.945,45	4.783.562,07	3.119.752,91	2.573.084,98
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-408.948,38	-139.824,28		436.610,00
			3.870.733,35	1.838.357,00
Transferências Financeiras Recebidas	144.290.882,88	121.248.555,02	422.835.760,45	5.714.794,33
Resultantes da Execução Orçamentária	140.378.405,71	116.113.052,43	1.091.160,35	2.177.250,30
Repasse Recebido	140.378.405,71	116.113.052,43	1.091.160,35	2.177.250,30
Independentes da Execução Orçamentária	3.912.477,17	5.135.502,59	421.744.600,10	3.534.544,03
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.867.242,70	5.039.711,86	421.744.600,10	3.534.544,03
Demais Transferências Recebidas	3.070,80			
Movimentação de Saldos Patrimoniais	42.163,67	95.790,73		
Aporte ao RPPS				
Aporte ao RGPS				
Recebimentos Extraorçamentários	53.280.480,79	5.880.430,55	51.132.980,38	6.565.208,05
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	851.833,39	1.197.135,72	4.184.002,41	1.253.870,67
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.280.144,10	4.633.884,78	4.131.246,92	5.288.126,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	48.148.503,30	19.840,66	42.809.897,98	23.210,71
Outros Recebimentos Extraorçamentários		29.569,39	7.833,07	
Demais Recebimentos		29.569,39	7.833,07	
Saldo do Exercício Anterior	4.022.984,17	5.033.288,57	9.553.874,46	4.022.984,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.022.984,17	5.033.288,57	9.553.874,46	4.022.984,17
TOTAL	623.438.992,54	136.831.379,07	623.438.992,54	136.831.379,07

Carlos Augusto Miranda Silva
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.223